

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ÂNGELA CAMANA

**“MOÇAMBIQUE É UM MATO GROSSO NO MEIO DA ÁFRICA”:
O DESENVOLVIMENTO E SUAS FRICÇÕES EM TORNO AO
*ACONTECIMENTO PROSAVANA***

**PORTO ALEGRE
2020**

ÂNGELA CAMANA

**“MOÇAMBIQUE É UM MATO GROSSO NO MEIO DA ÁFRICA”:
O DESENVOLVIMENTO E SUAS FRICÇÕES EM TORNO AO
*ACONTECIMENTO PROSAVANA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

**PORTO ALEGRE
2020**

ÂNGELA CAMANA

**“MOÇAMBIQUE É UM MATO GROSSO NO MEIO DA ÁFRICA”:
O DESENVOLVIMENTO E SUAS FRICÇÕES EM TORNO AO
*ACONTECIMENTO PROSAVANA***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada *com lovor* em 18 de novembro de 2020.

Prof. Dr. Jalcione Almeida - *orientador*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Viana Vargas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFGM)

Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavoraro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL/UnB)

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)

Profª. Dra. Lorena Cândido Fleury

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Camana, Ângela
"MOÇAMBIQUE É UM MATO GROSSO NO MEIO DA ÁFRICA": O
DESENVOLVIMENTO E SUAS FRICÇÕES EM TORNO AO
ACONTECIMENTO PROSAVANA / Ângela Camana. -- 2020.
273 f.
Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Ambiente. 2. Desenvolvimento. 3. Norte de
Moçambique. 4. Acontecimento. 5. ProSAVANA. I.
Almeida, Jalcione Pereira de, orient. II. Título.

*À terra e ao tempo,
com gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Se uma tese não se encerra na defesa, igualmente não se inicia no dia em que é publicada a lista dos candidatos aprovados. Há pessoas, lugares e histórias que ecoam ao longo de todo processo, e me alegra poder mencioná-los nestes agradecimentos, porque me lembram de que, apesar de em alguns momentos sentir-me só, sempre estive bem amparada pelos laços que construí e que com afeto mantenho. Agradeço:

À CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e todos seus funcionários, por abrirem as portas e abrigarem a pluralidade de pensamento, resistindo aos ataques constantes. Seguimos.

Ao meu orientador, Jalcione Almeida, pela acolhida e pelo incentivo desde o primeiro dia: nele encontrei um leitor atento e um pesquisador engajado, que me lembra sempre da importância da ética e da disciplina. Apesar de acreditar piamente que autonomia não se ensina nem se outorga, sinto que foi durante nossa relação de orientação que me tornei, efetivamente, autônoma – e não há como eu ser mais grata por isso.

A todos os membros do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), por me receberem, ouvirem e compartilharem o que sabem com generosidade. Especialmente, agradeço àqueles com quem tive o privilégio de conviver nos últimos quatro anos, muitos dos quais se tornaram grandes amigos: Adriano Premebida, Aline Radaelli, Ana Cláudia Meira, Anselmo Chizenga, Camila Prates, Daniele Barbosa, Eleandra Koch, Elenice Coutinho, Felipe Vargas, Gabriel Coelho, Gabriela Blanco, Gitana Nebel, Guilherme Dal Sasso, Gustavo Pereira, Julia Menin, Leonardo Leeuwen, Lorena Fleury, Luciana Brandão, Marília David, Marize Schons, Mohomede Saide, Natan Carvalho e Rodrigo Dornelles. Aos amigos do TEMAS que compõem o grupo de *leituras temáticas*, um duplo agradecimento: vocês (re)significam a cada reunião a noção de acolhimento e, por isso, me fazem acreditar ainda mais na universidade como um lugar de bons encontros. Ao Mohomede Saide, um agradecimento especial por aceitar me ensinar *emakhuwa*, aprendizado sem o qual esta pesquisa não seria a mesma: obrigada pelas tardes embaladas por chá preto do Gurué e pela paciência com meus muitos equívocos.

À minha primeira e eterna orientadora, em quem não canso de me inspirar: Ilza Girardi. Se na UFRGS aprendi mais do que jornalismo e ciências sociais, devo isto, sobretudo, à Ilza, com quem descobri o poder do afeto e do cuidado, lições que busco

empregar em tudo que faço, *inclusive* nesta pesquisa. A todos os colegas do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, agradeço pelo espaço de escuta e de trocas acadêmicas, assim como pelo amor que me fazem sentir por contar histórias. Aos que convivi mais de perto nos últimos anos, minha gratidão por nunca me deixarem esquecer que sou *também* jornalista: Carine Massierer, Claudia Moraes, Débora Gallas, Eliege Fante, Eloisa Loose, Eutalita Bezerra da Silva, Reges Schwaab, Roberto Villar Belmonte e Úrsula Schilling. Ainda na Faculdade de Comunicação, agradeço a minha sempre orientadora Maria Berenice Machado pela escuta alegre e por acompanhar meus passos.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por proporcionar um espaço de reflexão aberto e respeitoso, especialmente aos professores e professoras com quem tive o privilégio de aprender em sala de aula: Cinara Lerrer Rosenfield, Fernando Cotanda, Guilherme Radomsky, Jalcione Almeida, José Carlos dos Anjos, Lorena Fleury, Marilis Almeida, Marcelo Kunrath, Raquel Weiss e Raul Rojo. Com igual gratidão agradeço aos funcionários do programa por sua paciência e gentileza, sobretudo Regiane Accorsi e Marcelo Scarparo. Estive, por sorte, em inúmeras bibliotecas ao longo deste empreendimento de pesquisa e redação. Ser recebida diariamente com gentileza e cuidado fez toda a diferença, de forma que agradeço a todas as funcionárias das bibliotecas por onde estive, especialmente a da PUC/RS.

Aos professores Adriana Paredes Peñafiel, José Carlos dos Anjos e Leticia Cesarino por comporem minha banca de qualificação de projeto de tese e generosamente terem ofertado caminhos para que eu avançasse. Aos membros da banca de defesa – Eduardo Viana Vargas, José Carlos dos Anjos, Lorena Fleury e Sergio Tavolaro – sou grata pela leitura atenta e pela discussão rigorosa proposta: certamente suas críticas e comentários ainda ecoarão por muito tempo em minhas práticas e textos. Igualmente, agradeço a todos os interlocutores que tive em eventos acadêmicos e encontros, cujos olhares sempre aportaram algo de novo a esta pesquisa. Em especial agradeço a Isabel Casimiro, Flavia Charão, Birgit Muller, Segone Cossa e Sergio Tavolaro, por disponibilizarem seu tempo e sua escuta.

Se a universidade pública brasileira é o lugar no qual me inscrevo, devo dizer que tive o privilégio de ser recebida, em diferentes períodos do doutorado, também em instituições de pesquisa internacionais: estas experiências deixaram marcas profundas em mim e no texto, pelo que sou grata. Ao *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* (LAS), na França,

agradeço pelo acolhimento e pela oportunidade, assim como por toda a infraestrutura disponibilizada.

Agradeço especialmente a Philippe Descola por me acolher e pela atenção dedicada ao meu percurso de investigação: sendo desde o princípio uma importante referência de pesquisa para mim, jamais esquecerei suas críticas e dicas valiosas ao meu trabalho. Ainda no LAS, agradeço a Frederic Keck pela recepção generosa e por me apresentar perspectivas de pesquisa que figuram ao longo de todo meu texto. Devo agradecer também a todos os funcionários que tornaram minha vida em Paris mais fácil, especialmente a Claire Maigret e a todos os membros da equipe da biblioteca.

Ao Observatório do Meio Rural (OMR), em Moçambique, agradeço por tornar possível minha investigação, oferecendo todo o suporte institucional necessário para minha estadia no país em 2018. Sou grata a João Mosca e João Feijó pela recepção e por ofertarem caminhos de pesquisa; assim como agradeço especialmente a Uacitissa Mandamule por compartilhar comigo seus conhecimentos e fazer do OMR um lugar no qual me senti amparada.

Nunca vou deixar de agradecer a oportunidade de estudar no exterior, em Moçambique e na França. Nestes outros continentes me dei conta de que é possível habitar o mundo de múltiplas maneiras e as formas de “fazer pesquisa” acompanham esta diversidade. Dou-me conta agora de que em mais de uma ocasião quando eu apresentei dúvidas e dilemas, meus interlocutores em Paris e Maputo recomendavam com naturalidade: “faça mais trabalho de campo”. Não foi possível: todo o meu trabalho de campo, assim como o estágio no exterior, foi financiado por mim mesma, por meio de empréstimos feitos por minha mãe e meu pai, alguns às custas de suas aposentadorias. Para o período que vivi na França, contei com a solidariedade de amigos e colegas que contribuíram financeiramente para que eu realizasse esta mobilidade. Toda a minha gratidão a: Jalcione Almeida, Ilza Girardi, Caroline Silveira Sarmento, Leonardo Rossato, Fernanda Mattei, Gabriela Blanco, Luciana Brandão, Júlia Mistro, Yuri Victorino, Camila Cesar, Dora Jacobus, Bárbara Gallo, Eliege Fante, Débora Gallas, Vinicius Noronha, Plaucir Camana, Julio Cesar Buogo e – mais uma vez – meus pais Carmen e Lauro Camana. Nunca vou esquecer, assim como não vou deixar de lutar para que outros possam viver estas experiências e produzir conhecimento de qualidade sem ter de escolher entre garantir a sobrevivência ou estudar. Escrevo isso para agradecer, mas também para registrar que no Brasil, na área de Humanidades, desde a qual eu falo, nós fazemos muito com *muito pouco*.

E se foram sobretudo os afetos – e não apenas as instituições – que me permitiram tais experiências, é também a eles e elas que me remeto agora.

Quero agradecer as minhas amigas mais antigas – Ana Paula Ferri, Bárbara Piccoli, Bruna Grazziotin, Bruna Kaplan, Fabiane Girardi Andreis, Fernanda Nicolao Mattei e Raquel Alquatti – por me observarem, a despeito da distância, e lembrarem do passado em comum. Agradeço igualmente aos amigos mais recentes – Débora Gallas, Dieni Rodrigues, Paola Stuker, Gabriela Blanco, Júlia Menin, Andressa das Neves Teixeira, Mariana Guanabara, Luciana Landgraf, Anselmo Chizenga, Felipe Vargas, Joana Winckler, Nicole Didio e Caroline Silveira Sarmiento – por aceitarem construir esta relação tão bonita que é a amizade, buscando saber quem eu sou e enxergarem a potência do futuro. À Raquel, Bruna e Fernanda, que conheço desde sempre e re-conheço a cada conversa, agradeço por habilmente fazerem a ponte entre estes dois tempos. À Raquel, especialmente, agradeço por ler o último capítulo deste trabalho quando ele era apenas um apanhado de ideias e, não sei se *apesar da* ou *por causa da* desordem que lhe apresentei, incentivar até o último dia sua elaboração e inclusão no texto final.

Aos colegas do PPGS, especialmente à turma do Doutorado ingressante em 2016, sou grata por serem parceiros alegres nesta caminhada. Em especial, agradeço à Dieni Rodrigues e Paola Stuker, sem as quais muitas das reflexões que perpassam estas páginas não teriam sido possíveis. Obrigada por me incentivarem a seguir em frente nos momentos mais difíceis e me receberem sempre com um abraço e palavras de carinho: com vocês, aprendi que a *ética do cuidado* não é apenas uma perspectiva teórica. Agradeço novamente ao Anselmo Chizenga, por me apresentar *seu* Moçambique de modo generoso e por acompanhar cada passo deste processo de pesquisa desde o primeiro dia. À Gabriela Blanco, Júlia Menin e Andressa das Neves Teixeira, agradeço por serem sol nos dias nublados. Entre os corredores do PPGS, também sou grata pelos encontros com Wagner Lemos e Ráisa Lammel.

Serei sempre grata por, na Europa, conhecer Mariana Guanabara e Luciana Landgraf, amigas que trazem à tona o melhor de mim e me lembram sempre de como o mundo é vasto. Sou grata à Regina Rial e à Camila Moreira Cesar por todos os abraços. Do LAS, agradeço à Milena Estorniolo e à Lilian Papini, que tornaram meus dias mais fáceis e nunca deixaram que eu me sentisse só; também no laboratório, tive a sorte de conhecer Nadia Breda, com quem muito aprendi durante o período no exterior e cuja companhia para um café faz falta. Em Lyon, agradeço pelo carinho e pelo incentivo vindos

de Dalila Floriano e Fernando Petry. Em Bruxelas, lembro com afeto da recepção que me foi ofertada por Alina Trif e espero poder retribuir no Brasil.

Em Moçambique tive a sorte de encontrar, além de amigos, uma família: Abdul Magide Sidi Hassam e Ássema Jamu, obrigada por fazerem de sua casa também o meu lar por um período. Devo muito a todo o cuidado por vocês dedicado a mim e me sinto verdadeiramente privilegiada por desfrutar de sua companhia e de suas histórias. Agradeço também a Moshin Sidi, pelas risadas e pelas conversas, e a Arsenio Farranguane, pela disponibilidade em ajudar em momentos difíceis e por me introduzi ao seu país. Agradeço também: Alice, Arlindo, Katia, Lucy, Maria, Sofia e Rita, que, em Maputo ou Nampula, tornaram esta pesquisa possível.

Ainda em Moçambique, tive a oportunidade de conhecer e *compartilhar o campo* com Vanessa Perin, cujas reflexões acuradas se fazem presentes ao longo desta investigação. Agradeço à Vanessa, que hoje considero uma amiga querida, por demonstrar na prática que o processo de pesquisa pode ser um espaço de colaboração e afeto: é por este campo de possibilidades que vale a pena seguir lutando na universidade.

Fico feliz em incluir nestes agradecimentos minha analista, Siloé Rey, que acompanhou meus (des)acontecimentos nestes últimos quatro anos e meio: sou grata por todas e por cada uma das sessões. Ainda que este trabalho de pesquisa seja um empreendimento descritivo, é honesto dizer que os gestos analíticos aqui presentes estão em muito conectados com meu próprio processo de análise. Tive o privilégio de encontrar uma analista que sabe ouvir e com quem, ao ser escutada, eu me sinto segura para compartilhar meus *avessos*, incluindo momentos de leituras de diários de campo e de trechos de capítulos inacabados, o que eu não faria em nenhum outro lugar. Sou grata.

À família de meu companheiro, agradeço por se fazerem também minha família. Damaris, Jorge e Zilmar: sou grata por nosso encontro e pelos momentos que compartilhamos. Por compreenderem nossas ausências e apoiarem cada período longe de casa nos últimos anos, agradeço.

Por fim, agradeço amorosamente aos que vieram antes e que seguem, de modos variados, vivendo em mim. Agradeço, onde quer que estejam, meus avôs e minhas avós, com quem tive o privilégio de conviver até o ingresso neste doutoramento: Manlio e Olivo, Emilde e Irma. A despeito de não terem tido a oportunidade de concluírem o ensino formal, cada um deles me ensinou mais do que eu poderia enumerar e me sinto honrada quando reconheço nossas semelhanças. Ao meu pai e minha mãe, Lauro e Carmen, agradeço por toda a vida e por respeitarem sempre minhas escolhas, vibrando a cada passo.

Este trabalho existe por eles e por causa deles. Agradeço especialmente ao meu pai, por me ensinar a ouvir; e à minha mãe, por me incentivar a falar. Sou grata, também, por compartilhar da mesma história que meu irmão, Mateus, a pessoa mais generosa que já conheci: obrigada por estar sempre pronto para, com seu abraço, não deixar que eu me despedace. Agradeço à minha tia Ana Lucia Buogo por, desde muito cedo, ser um exemplo de mulher forte, independente e cheia de amor. Ao meu tio, Julio Cesar Buogo, por sempre me arrancar sorrisos e me lembrar de que eu não estou sozinha. Ao Eduardo Buogo, por ser uma presença curiosa e dissolver nossas certezas. À Patrícia Paludo, por trazer mais risadas para nossa família.

Ao Vito, por ser a materialização do amor e fonte de sorrisos sem fim.

Ao João, por trilhar comigo todos os caminhos. Serei sempre grata por cada um de nossos dias. João esteve comigo em todos os momentos importantes desta pesquisa, do trabalho de campo à redação do texto final, do qual ele é o primeiro leitor. Obrigada por manter-se firme nos dias mais difíceis e por suportar as águas agitadas que este trabalho envolveu: sou grata por seu amor tranquilo, sua serenidade e sua persistência. Estamos juntos.

Com respeito, agradeço a todos aqueles e aquelas que abriram as portas de suas salas para mim e minhas inquietações: espero que o texto que segue honre suas palavras. Sobretudo, agradeço aqueles e aquelas que comigo se sentaram à sombra de cajueiros, compartilhando de seu tempo e de sua história.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001



Xilogravura de Matias Ntundo (2009, p. 35).

Muchas palabras se caminan en el mundo. Muchos mundos se hacen. Muchos mundos nos hacen. Hay palabras y mundos que son mentiras e injusticias. Hay palabras y mundos que son verdades y verdaderos. Nosotros hacemos mundos verdaderos. Nosotros somos hechos por palabras verdaderas. En el mundo del poderoso no caben más que los grandes y sus servidores. En el mundo que queremos nosotros caben todos. El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La Patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanescan todos.

Ejército Zapatista de Liberación Nacional.
Cuarta Declaración de la Selva Lacandona
(Janeiro de 1996).

RESUMO

“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África”: O desenvolvimento e suas fricções em torno ao *acontecimento ProSAVANA*

Esta investigação debruça-se sobre as temáticas do *ambiente* e do *desenvolvimento*, suas composições e fricções, em um cenário de conflitos instaurados pela tentativa de implementação do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA). Este programa, cujo lançamento data de 2009, é fruto de uma parceria entre Brasil, Japão e Moçambique e tem previstas, em um horizonte de 20 anos, atividades de *pesquisa, extensão e transferência de tecnologias* no norte moçambicano, em uma região conhecida como Corredor de Nacala, que, em seus 14 milhões de hectares, envolve três províncias e numerosos distritos. O lugar é tradicionalmente ocupado por grupos etnolinguísticos matrilineares *emakhuwa*, cujos saberes e práticas agrícolas escapam àqueles fomentados no âmbito da *cooperação Sul-Sul*. O ProSAVANA, defende esta pesquisa, foi o nome pelo qual camponeses e camponesas conseguiram expressar temores, desejos e questões que perpassam suas existências, de forma que este texto o toma como um *acontecimento*. Com o objetivo de descrever e interpretar as fricções entre distintos modos de identificação provocadas pela emergência do *acontecimento ProSAVANA* no norte moçambicano, empreendeu-se um trabalho de investigação eminentemente qualitativa e de inspiração etnográfica. A pesquisa de campo que informa este trabalho é do tipo multissituada e contou com dois períodos em Maputo e no norte moçambicano, entre fevereiro e março de 2017 e entre janeiro e abril de 2018, assim como um período de campo no centro-oeste brasileiro e em Brasília, entre outubro e novembro de 2018. A fim de seguir as linhas de história que resultam na cartografia do conflito, foram empregadas técnicas de observação, entrevistas abertas, registros fotográficos e confecção de diários de campo, bem como se obteve acesso a acervos de jornais e documentos. A presente formulação teórico-etnográfica, então, é resultado do encontro entre o trabalho de campo e um quadro epistemológico confeccionado a partir da teoria ator-rede (cfe. Bruno Latour), perspectivas de corte pós-colonial (cfe. Grada Kilomba e Frantz Fanon) e literatura etnológica desenvolvida no norte moçambicano (cfe. Signe Arnfred e Christian Geffray). Considera-se que neste cenário de disputas, as ciências exercem um papel chave, pois, inscritas em um modo de identificação naturalista (cfe. Philippe Descola), produzem similaridades e continuidades entre experiências distintas: o cerrado brasileiro e a savana africana, cuja *natureza compartilhada* é produzida e reforçada por artefatos como mapas e paralelos geográficos. Na cartografia da rede considera-se que marcadores que produzem diferença e desigualdade precisam ser observados, de forma que é produzida uma reflexão acerca de intersecções entre marcadores sociais (notadamente etnia e gênero) e a própria terra. Estas diferenças se fazem ver por meio da língua e das maneiras de narrar a própria existência. A descrição do *acontecimento ProSAVANA* no norte moçambicano permite concluir que o *desenvolvimento* produz *fricções* entre distintos modos de identificação, dos quais decorrem diferentes *mundos*. Por fim, o empreendimento teórico-etnográfico realizado considera que a experiência moçambicana matiza as proposições teóricas acerca dos conflitos ambientais ao informar que *sujeitos, terra e tempo se constituem mutuamente*.

Palavras-chave: Acontecimento ProSAVANA; Desenvolvimento; Ambiente; Modos de identificação; Norte de Moçambique.

ABSTRACT

“Mozambique is a Mato Grosso in the middle of Africa”: Development and its frictions regarding the *ProSAVANA* event

This research delves into the themes of *environment* and *development*, as well as their compositions and *frictions* in the setting of the conflicts triggered by the effort to implement the Triangular Co-operation Programme for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique (ProSAVANA). Launched in 2009, the programme results from a partnership between Brazil, Japan, and Mozambique, aiming to develop *research, science outreach, and technology transfer* activities in northern Mozambique over the course of 20 years. It particularly targets the area known as the Nacala Corridor, which comprises three provinces and numerous districts within its 14 million hectares (around 35 million acres). The region is traditionally inhabited by *emakhuwa* matrilineal ethnolinguistic groups, whose agricultural knowledge and practices elude the ones promoted by the *South-South Cooperation*. ProSAVANA, as argued in this work, was the term through which peasants were able to express their fears, wishes, and concerns that run through their existences, which is why this text regards the programme as an *event*. Aiming to describe and interpret the *frictions* between the different modes of identification triggered by the *ProSAVANA* event in northern Mozambique, the research undertook for this work was eminently qualitative and ethnographically inspired. A multi-sited fieldwork was carried out for this means, comprehending two different stays in Maputo and in northern Mozambique, including a period from February to March 2017 and another one from January to April 2018, as well as a fieldwork period carried out in the Brazilian Midwest and in Brasília from October to November 2018. With the purpose of following the lines of history that result in the cartography of the conflict, this research employed techniques of participant observation, open interviews, photographic records, and the production of fieldwork journals, in addition to obtaining access to the archives of newspapers and documents. As such, the theoretical-ethnographic approach presented here results from the convergence between fieldwork and an epistemological framework devised by the actor-network theory (cf. Bruno Latour), post-colonial perspectives (cf. Grada Kilomba and Frantz Fanon), as well as the ethnological literature developed in the northern Mozambique (cf. Signe Arnfred and Christian Geffray). This work considers that science plays an important role in this context of disputes, forasmuch as its inscription within a naturalist mode of identification (cf. Philippe Descola) produces similarities and continuities between different experiences, i.e., the Brazilian cerrado and the African savannah, whose *shared nature* is produced and reinforced through artifacts such as maps and geographic parallels. Considering how the network cartography understands markers that difference and inequality need to be observed, a reflection is thus provided in regard to the intersections between social markers (particularly ethnicity and gender), as well as towards the land itself. The indicated differences make themselves visible through the means of the language and the ways of narrating their existence. Through the description of the *ProSAVANA* in northern Mozambique, it can be concluded that *development* produces *frictions* between distinct modes of identification from which different *worlds* derive. Lastly, the theoretical-ethnographic approach employed here considers that the Mozambican experience provides nuances to the theoretical propositions regarding environmental conflicts by informing that *subjects, land, and time are mutually constituted*.

Keywords: ProSAVANA event; Development; Environment; Modes of Identification; Northern Mozambique.

RESUME

“Le Mozambique est un Mato Grosso en pleine Afrique” : Le développement et ses frictions autour de l'événement ProSAVANA

Cette recherche se penche sur les thématiques de l'*environnement* et du *développement*, en comprenant ses compositions et frictions, dans le cadre des conflits introduits par la tentative d'implémentation du Programme de Coopération Tripartite pour le Développement Agricole de la Savane Tropicale au Mozambique (ProSAVANA). Ce programme, lancé en 2009, résulte d'un partenariat entre le Brésil, le Japon et le Mozambique qui prévoit des activités de *recherche, diffusion scientifique et transfert de technologies* pour une durée de 20 années dans le nord mozambicain, dans une région connue comme le Corridor de Nacala. Cette zone, qui comprend trois provinces et des nombreux districts dans ses 14 millions d'hectares, est traditionnellement habitée par des groupes ethnolinguistiques matrilineaires *emakhuwa*, dont les savoirs et pratiques agricoles échappent ceux qui sont promus dans le cadre de la *coopération Sud-Sud*. Cette recherche soutient que le ProSavana a été le nom à travers lequel les paysans et paysannes ont pu exprimer leurs craintes, désirs et enjeux qui traversent leurs existences, de sorte que ce texte considère le programme comme un *événement*. Dans l'objectif de décrire et d'interpréter les *frictions* entre les différents modes d'identification entraînés par l'émergence de l'événement ProSAVANA dans le Nord mozambicain, on a mené une recherche éminemment qualitative et d'inspiration ethnographique. Le travail sur le terrain multissitué que soutient cette recherche comprend deux séjours de terrain à Maputo et au nord mozambicain de février à mars 2017, ainsi que de janvier à avril 2018, outre d'un séjour de terrain au centre-ouest brésilien et à Brasília d'octobre à novembre 2018. Afin de suivre les lignes d'histoires qui résultent dans la cartographie du conflit, les techniques de recherche qui ont été utilisées comprennent l'observation participante, des entrevues ouvertes, des enregistrements photographiques et la confection de carnets de terrain, outre de l'accès à des archives de journaux et de documents. La formulation théorico-ethnographiques est ainsi le résultat de l'articulation du travail sur le terrain et d'un cadre épistémologique composé à partir de la théorie acteur-réseau (cf. Bruno Latour), des perspectives post-coloniales (cf. Grada Kilomba et Frantz Fanon) et de la littérature ethnologique développée au Nord mozambicain (cf. Signe Arnfred et Christian Geffray). En considérant les sciences jouent un rôle central dans ce contexte de conflits, vu que, en étant inscrites dans un mode d'identification naturaliste (cf. Philippe Descola), elles produisent des similarités et des continuités entre des expériences diverses : le cerrado brésilien et la savane africaine, dont la *nature partagée* est produite et renforcée à travers d'artefacts tels que des cartes et des parallèles géographiques. La cartographie de réseau considère que les marqueurs qui produisent de la différence et de l'inégalité doivent être observés, de sorte à engendrer une réflexion autour des intersections entre les marqueurs sociaux (notamment l'ethnie et le genre) et la terre elle-même. Ces différences se dévoilent à travers la langue et les manières de narrer la propre existence. La description de l'événement ProSAVANA du Nord mozambicain permet de constater que le *développement* produit des *frictions* entre des divers modes d'identification dont découlent des différents *mondes*. Finalement, l'approche théorico-ethnographique entreprise ici considère que l'expérience mozambicaine nu propose des propositions théoriques autour des conflits environnementaux en signalant que *su*_j *et temps se constituent mutuellement*.

Mots-clés : Événement ProSAVANA ; Développement ; Environnement ; Modes d'Identification ; Nord du Mozambique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Indicação dos locais do primeiro trabalho de campo em Moçambique (2017)	41
Figura 2 – Indicação dos locais do segundo trabalho de campo em Moçambique (2018)	42
Figura 3 – Indicação locais do trabalho de campo no Brasil (2018)	42
Figura 4 – Divisão administrativa de Moçambique	43
Figura 5 – Cuiabá, capital do pantanal e do agronegócio	44
Figura 6 – Fotografias restituídas	49
Figura 7 – Banner junto ao escritório do ProSAVANA no Ministério da Agricultura moçambicano	55
Figura 8 – Camponês busca milho na <i>machamba</i>	68
Figura 9 – Nuvem de palavras: Plano Diretor do ProSAVANA	77
Figura 10 – <i>Folder</i> oficial do ProSAVANA [geral]	81
Figura 11 – <i>Folder</i> oficial do ProSAVANA-PEM	82
Figura 12 – Corredor de Nacala: localização e limites	85
Figura 13 – Área de carga do Porto de Nacala	86
Figura 14 – Estrutura das representações de camponeses	89
Figura 15 – Relação de entidades vinculadas à Campanha e ao mecanismo de diálogo	91
Figuras 16, 17, 18 e 19 – Máquinas agrícolas	96
Figura 20 – Caminho para o plantio	97
Figura 21 – Área de reassentamento vista a partir de empreendimento agrícola	99
Figura 22 – Horizonte e limites da plantação	101
Figura 23 – Modalidades de obtenção de DUAT, conforme a Lei de Terras de 1997	103
Figura 24 – <i>Agente de advocacia</i>	122
Figura 25 – Programação de simpósio sobre agronegócio realizado em Maputo	127

Figura 26 – Trilhos do trem que cortam localidade	136
Figura 27 – O PRODECER e suas fases	140
Figura 28 – Áreas do PRODECER e expansão da área cultivada com soja (1990-2013)	141
Figuras 29 e 30 – Camponesas a caminho da <i>machamba</i>	150
Figuras 31 e 32 – Sementes e solos de Nampula	152
Figuras 33 e 34 – Memória do Japão no Laboratório	153
Figuras 35 e 36 – Kátia Abreu observa Paralelos e Mesa do Seminário Internacional Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento	165
Figura 37 – Ilustração inicial do livro <i>Paralelos</i> , indicando/produzindo a semelhança entre o centro-oeste do Brasil e o Corredor de Nacala em Moçambique	166
Figura 38 – Exemplos de reportagens veiculadas no Jornal Notícias (Moçambique)	168
Figura 39 – Avião utilizado na colonização do cerrado e busto do idealizador	169
Figura 40 – Identificação de áreas de bioma savana no mundo	172
Figura 41 – Bioma savana e suas distintas ecorregiões	173
Figura 42 – Projeto de Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala	178
Figura 43 – Participantes da reunião do SDAE	185
Figuras 44, 45, 46 e 47 – Apresentação dos mapas de terras comunitárias na reunião do SDAE	188
Figuras 48 e 49 – Legendas dos mapas	190
Figura 50 – Distribuição das línguas <i>bantu</i> de Moçambique	198
Figura 51 – Cartazes do ProSAVANA no Departamento Provincial de Agricultura de Nampula	226
Figura 52 – Pôster do ProSAVANA	227
Figuras 53 e 54 – Estradas nas localidades e entre os distritos	233
Figuras 55, 56, 57 e 58 – Cooperativa vinculada ao ProSAVANA: camponeses e produção de farinha	237
Figura 59 – O sujeito, a terra o tempo: camponeses e camponesas	253

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Componentes estruturantes do ProSAVANA..... 74

Tabela 1 – Distribuição da população por língua materna em Moçambique (2017) 196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ADECRU	Acção Académica Para O Desenvolvimento das Comunidades Rurais
AMPA	Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão
APROSOJA	Associação Brasileira de Produtores de Soja
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul [grupo de países]
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAJUPANA	Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula
CDJPN	Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala
CEA/UEM	Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane
CDN	Corredor de Desenvolvimento do Norte
CFM	Caminhos de Ferro Moçambique
CLUSA	<i>Cooperative League of United States of America</i>
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
DPA	Direção Provincial de Agricultura
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EHESS	<i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i>
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESCT	Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (do inglês: <i>Food and Agriculture Organization</i>)
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FONAGNI	Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa

FONGZA	Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
JA!	Justiça Ambiental
JBPP	Programa de Parceria Japão Brasil
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
LAS	<i>Laboratoire d'Anthropologie Sociale</i>
LDH	Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MCSC	Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMR	Observatório do Meio Rural
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEDEC	Projeto de Estratégias de Desenvolvimento do Corredor de Nacala
PEDSA	Plano Estratégico do Desenvolvimento do Sector Agrário
PNISA	Plano Nacional para o Investimento do Sector
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PPOSC-N	Plataforma de Organizações da Sociedade Civil de Nampula
PRODECER	Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
ProSAVANA	Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SDAE	Serviço Distrital das Atividades Económicas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
TEMAS	Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade [grupo de pesquisa]

UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFTO	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UPC	União Provincial dos Camponeses
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

PRÓLOGO	24
APRESENTAÇÃO – <i>TATEANDO O TERRENO</i>	27
Costuras e misturas epistemológicas	33
Escolhas e injunções do trabalho de campo	35
Dos pactos e contratos	45
Das identidades (não) negociáveis	53
Da ordem das justificativas	58
Guia de percurso	60
PARTE I – <i>A TERRA</i>	63
“Não é o que ProSAVANA diz, mas as evidências do que o ProSAVANA faz”: construindo o objeto	64
1 Mapeando dizeres	68
2 ProSAVANA: narrativas de si	73
3 Cenários: o <i>acontecimento</i> encontra a terra	87
4 “Um camponês é um camponês, não tem como ir conversar com os homens de empresa”	105
PARTE II – <i>DESENHAR A TERRA</i>	132
Mundos em “paralelo”	133
1 <i>O desenvolvimento e seus projetos</i>	135
2 Se o <i>desenvolvimento</i> é a religião da modernidade, os cientistas são seus profetas?	147
3 Moçambique é um Mato Grosso no meio da África?	160
4 Mapas como máquinas de fazer (não) ver	176
PARTE III – <i>NARRAR A TERRA</i>	193
“Nós não fomos considerados pessoas”: das possibilidades de narrar a existência	194
1 Das (r)existências: conectando histórias, compondo mundos	200
2 Português: da colonização à mundialização	212
3 A língua do <i>desenvolvimento</i> : efeitos do léxico do <i>acontecimento ProSAVANA</i> no norte moçambicano	221
A TÍTULO DE FECHAMENTO – <i>TERRA ANIMADA</i>	245
REFERÊNCIAS	254
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO	274

Prólogo

Na minha infância, os fins de semana eram passados na roça. Nas manhãs de sábado, meu avô e avó recebiam a todos com o que, na minha memória, é uma mesa farta de pão quentinho, bolos caseiros, *grostoli*, leite recém-buscado.

Em 35 hectares na serra gaúcha, eu, meu irmão e minha prima passávamos as horas brincando por entre as videiras, observando os animais e *fabricando perfumes* – o nome que dávamos às misturas botânicas que criávamos com folhas, frutos, raízes e cascas de tudo aquilo que nos parecia valioso. E, claro, entreouvindo as conversas dos adultos – quando importantes, enunciadas numa língua que não era a nossa, justamente para que não entendêssemos. *Soldi, malatia, aiuta*. Quantos embates cabem fora do português?

Foi nessa terra que meu pai nasceu e cresceu. Agricultor como seu pai e sua mãe, com ele aprendi a sentir mais que falar; e que certas coisas são melhor ditas em línguas que não se ensinam na escola. O trabalho de campo empreendido para esta investigação de doutorado me fez relembrar tais lições.

A minha mãe, filha do meio de um operário e uma artesã, também se inquietava com as palavras que escapavam à *nossa* língua. Pouco a pouco, ela aprendeu a falar também no dialeto, somando mais isso ao seu rol de conhecimentos, que eu sempre julguei gigante. Professora do ensino primário, ela passou toda sua vida adulta a ensinar crianças a ler e escrever. Também eu aprendi com ela, desenhando letra por letra em guardanapos após o almoço. E lendo todas as placas de trânsito da estrada que nos levava para a roça nos fins de semana. Os *PARE* e *curva perigosa* logo viraram livros e gibis, que eu lia empolgada para toda a família. Com o tempo, todas aquelas páginas mostraram-se insuficientes e eu própria ensaiava contar minhas histórias sobre reinos distantes, onde números e letras disputavam territórios mágicos.

Meu pai e minha mãe, cada um a seu modo, me ensinaram a ler o mundo. E a escrever o mundo também.

Os domingos à tarde na roça eram ambíguos: representavam a proximidade do retorno à cidade, mas também o auge do fim de semana, as *expedições*. Meu pai e meu tio assim chamaram as caminhadas que começaram despretensiosas, mas logo se tornaram uma tradição para nós, as crianças. Após dormirmos a sesta, era chegada a hora de calçarmos sapatos fechados, blusas de manga longa e bonés: nós entraríamos na mata. Às vezes com destino certo – a cachoeira ou os vestígios do que fora a primeira casa da família –, outras pelo deleite de andar em silêncio, observando o que o campo e a mata informam: rastros de animais, cheiro de chuva. Ver de longe as vacas cuidando dos bezerros que aprendiam a andar claudicantes. Para mim, nunca foi surpresa que a natureza não só *faz diferença*, como tem suas próprias socialidades. Às vezes a gente participa, outras tantas não.

As expedições envolviam medo, angústia e encanto. Até aonde podemos ir? Dá para subir na árvore? As dúvidas eram alvo de negociações que poucas vezes abarcavam a nós, as crianças. Algumas vezes, durante o trabalho de campo que relato nas páginas que seguem, me senti novamente miúda aguardando acordos e entendimentos que meu baixo domínio da língua e dos hábitos não me permitia coordenar.

Com a chegada da adolescência, deixei-me impregnar de certa urbanidade. Tinha vergonha profunda de minha família: os pais de meus colegas eram todos empresários, médicos, engenheiros. O meu seguia sendo agricultor e falando, às vezes, uma língua *errada*. As mães de minhas amigas compravam vestidos e sapatos nos aniversários, a minha, professora, ainda que me desse também tudo isso, continuava a me presentear com livros. Como suspeito que seja próprio às fases de transição, passei a tentar me narrar de forma quase “hidropônica”, sem solo que me prendesse e nutrisse. Esse descolamento da terra e dos meus perdurou por longos anos.

No entanto, talvez acometida por um golpe de ilusão biográfica, hoje sinto que as *expedições* de minha infância incidem ainda hoje em meu corpo e em meus desejos. Cresci sentindo fome de mundo e de histórias. Quiçá não sozinha: meu irmão tornou-se biólogo; eu, jornalista. Observar não me bastava para elaborar minhas experiências. Era preciso ler e escrever. Os textos curtos das notícias também se mostraram insuficientes, assim como

aquilo que eles permitiam ver. O contraditório e a pluralidade não cabem em uma *expedição* de 30 minutos, nem em laudas pré-determinadas.

Fazer pesquisa em Comunicação foi um alento face às condições de produção do jornalismo diário. Com a iniciação científica pude atentar para os limites da prática e também do produto daquilo que tanto idealizei. Conforme eu me engajava em novas investigações, o entrelaçamento entre questões ditas ambientais e da ruralidade foi se tornando constante em meus esforços de pesquisa. Assim, ingressei no mestrado, onde busquei analisar os discursos presentes no jornalismo sobre propriedade intelectual na agricultura. Uma semente modificada é, ainda, natureza? Quem pode ser seu proprietário? Dentro dos limites temporais – vinte e quatro meses – e disciplinares – a Comunicação – nos quais eu me encontrava à época, pude tocar em algumas temáticas que hoje me são ainda mais caras: a relação entre sociedade e natureza atravessada pelo conhecimento científico, conflitos, formas de saber que se materializam, inclusive, em discursos. E, porque o jornalismo é um modo de conhecer e narrar o mundo dentre tantos outros, cheguei às Ciências Sociais.

Agricultores, operários, professoras do ensino primário e artesãos. Foi nessa estranha *bricolage* que eu me teci e fui tecida; estranha apenas para certos círculos, incluía-se aqui a universidade. Se escrevo estas linhas em forma de preâmbulo é porque, tal qual fazia minha avó, acredito que pesquisar também é um tipo de artesanato, que pressupõe tempo, vontade e singularidade. E o produto final carrega, inevitavelmente, traços de quem o fez. Aliás, quando bordo, gosto de deixar à mostra o avesso, porque ele testemunha o processo; nas páginas que compõem esta tese busquei fazer costuras, as quais também deixei desnudas, para que o leitor e a leitora possam, se assim desejarem, compreenderem as escolhas que motivaram cada um dos fios de histórias que se amarram e, por vezes, se emaranham.

Confeccionar um trabalho de tese em Sociologia foi, antes de tudo, o tempo de fazer as pazes com minha história e meus acontecimentos. Até porque só assim pude ouvir e sentir as histórias dos Outros e Outras que encontrei pelo caminho.

Apresentação – *TATEANDO O*
TERRENO

Estão a transferir os seus problemas para Moçambique. (...) Eu acho que a “questão ambiental” são problemas que não são nossos. Em alguns aspectos até podem ser nossos, mas em outros aspectos eu acho que há a importação ou transferência de alguns conflitos que vêm de seus países de origem. Conflitos mal resolvidos lá que trazem para cá. (Professor universitário. Trecho de entrevista. Maputo, março de 2017).

Ouvi esta afirmação em março de 2017, em um café no Jardim dos Professores, cuja vista para a Baía de Maputo faz contrastar o azul do Índico e o verde das acácias. Para quem vem caminhando desde o bairro Central, maior ainda é o contraste entre silêncio do lugar, frequentado por turistas e docentes das escolas e universidades do entorno, e os sons da cidade de cimento, marcado pelo motor dos carros e *chapas*¹ nas ruas, das negociações entre motoristas e passageiros dos *txopelas*², da compra e venda das *roupas de calamidade* que se espalha por toda a Baixa. Nas poucas vezes em que estive neste café, em parte pelos altos custos praticados, sempre saía com a impressão de que eu entrava em *outra Maputo*.

Meu interlocutor era um professor universitário que, na ocasião desta conversa, me recebeu para ouvir um pouco da investigação que eu começava a fazer e aproveitava para me situar face às condições de pesquisa em Moçambique. Falávamos sobre o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (ProSAVANA)³, a razão de eu ter viajado dez mil quilômetros um mês antes e estar ali, bebendo um *espresso* e admirando a paisagem deslumbrante da costa moçambicana.

Prevendo projetos variados no âmbito da agricultura e transferência de tecnologia em uma área de cerca de 14 milhões de hectares no norte moçambicano conhecida como Corredor de Nacala, o ProSAVANA foi lançado em 2009 e conta com um horizonte de implementação de 20 anos, prorrogáveis⁴. Cumpre dizer que este programa é amplamente

¹ *Chapas* são veículos, em geral antigas vans chinesas, que se constituem como o principal sistema de transporte coletivo, seja no interior das cidades ou em trajetos intermunicipais. A fim de preservar as palavras ditas e seus contextos, termos e expressões incomuns ao português falado no Brasil serão grafados em itálico e, na sua primeira aparição no texto, contarão com nota de rodapé elucidativa. Um glossário está disponível no Apêndice A.

² *Txopela* é um veículo privado de transporte coletivo, que funciona como um táxi nas grandes cidades moçambicanas. Trata-se de um triciclo motorizado, com capacidade para três pessoas, mais o motorista. Equivale ao que se chama em países asiáticos de *tuk tuk*.

³ Como o *acontecimento ProSAVANA* se converte em um *objeto de pesquisa*, que excede as suas narrativas, é algo mais bem explorado no capítulo seguinte.

⁴ Após o encerramento do percurso de escrita deste trabalho e o fechamento da versão para banca, chegou-me a informação de que o ProSAVANA foi encerrado em 2020. Disponível em: <<https://www.agricultura.gov.mz/governo-de-mocambique-e-parceiros-acordam-o-termino-do-prosavana/>>. Acesso em 19 out. 2020. No entanto, cumpre dizer que a informação não está disponível no

inspirado no Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), desenvolvido no cerrado brasileiro ao longo das décadas de 1970 e 1980 que foi fruto de uma parceria entre Brasil e Japão – países que hoje se articulam na concepção do ProSAVANA, daí a “Cooperação Tripartida”. Este programa, cujo intuito primeiro é “levar o *desenvolvimento* à savana moçambicana”, engendra também resistências e tensões, mobilizando sujeitos e organizações que, dentre outras controvérsias, o consideram um projeto colonial. A mobilização contrária ao programa tem dado origem a associações entre entidades camponesas moçambicanas e brasileiras, bem como organizações não governamentais de diversos países. Estas articulações, as quais pretendo explorar ao longo deste trabalho, vêm sendo analisadas por alguns pesquisadores e pesquisadoras dedicados aos movimentos sociais e processos de resistência, que em geral argumentam o sucesso da mobilização frente ao programa. Nestes trabalhos, pude perceber que estão bastante bem colocados os possíveis *efeitos sociais* da implementação do ProSAVANA tal qual desenhado, embora as diferentes pesquisas não se furtem de exprimir que impactos na natureza também podem ser esperados. Por não compreender sociedade e natureza como entes apartados a priori e por assumir que ambos são, sim, uma questão para ciências sociais que perguntei ao interlocutor que abre esta seção sobre os riscos ambientais do programa. Confesso que senti um desconforto profundo quando me dei conta de que o “ambiente”, que até então movia meus interesses, se constituía como uma não questão.

Quando, em 2018, voltei a Moçambique preparada para permanecer um período mais longo “em campo”⁵, contei com o apoio e a recepção institucional do Observatório do Meio Rural (OMR). Com sede em Maputo e trabalhos de pesquisa que dão conta de toda as regiões do país, a instituição interdisciplinar é celebrada como uma das mais atuantes na produção de conhecimento acerca do meio rural, suas tensões e desafios, na África Austral. O estatuto que me foi concedido, pesquisadora visitante, assim como a carta oficial emitida pela organização me permitiu receber um visto que autorizou uma estadia mais longa no país, quando o visto turístico para brasileiros compreende um período máximo de 30 dias. Do mesmo modo foi importante a infraestrutura que me foi disponibilizada pela instituição (espaço de trabalho com acesso à internet), assim como

site oficial do programa, assim como interlocutores argumentam que este encerramento é apenas retórico. De todo modo, como esta pesquisa se dedica ao que considero um *acontecimento*, os argumentos aqui colocados se mantêm.

⁵ O que nas ciências humanas feitas no Brasil chamamos de “campo”, em Moçambique é tratado por “terreno”. Daí o título desta Apresentação.

estou certa de que tive certos acessos facilitados. Evidentemente, este vínculo também trouxe interdições e colocou dificuldades, as quais discuto ao longo desta monografia. No meu primeiro dia de “trabalho”, cheguei cedo para conversar com dois pesquisadores da instituição, cujas produções me são referência: era hora de colocar as cartas na mesa. “Nós queremos saber o que você quer da gente e o que você veio fazer aqui”, me disse – não sem antes alguns rodeios – um deles. Após algumas respostas francas (ajuda para o visto, contatos), expliquei meus interesses de pesquisa: a discussão ambiental em torno ao ProSAVANA. Com ampla tradição em estudos sobre terra, propriedade, programas de desenvolvimento, movimentos sociais, percebi certo desapontamento daqueles pesquisadores com meus intuitos.

Essa sensação de portar uma não questão repercutiu ao longo de toda a confecção do trabalho: o que, afinal, estou pesquisando? O que me cabe investigar? E, em sabendo a resposta, qual a importância daquilo que pesquiso diante das urgências de “meus” interlocutores? A eles, situados onde quer que estivessem no espectro social e político moçambicano, parecia ser o desenvolvimento que estava em questão, inclusive no caso do ProSAVANA, que o porta como promessa.

De início, o (desejo de) *desenvolvimento* foi, em parte, o Outro de minha pesquisa, um ponto cego que eu não dei conta de compreender. Ao mesmo tempo em que isso é problemático, pode ser encarado como um convite a experimentar esta questão, encarando-a como um tema de pesquisa. Mas não como o tema por si: o ambiente, ainda que na recusa, esteve sempre “lá”, mesmo quando de minha primeira preliminar em campo. Às indagações sobre o Corredor de Nacala, isto é, o lugar onde os projetos do ProSAVANA são/serão implementados, as respostas que ouvi eram de caráter técnico. Onde falei em ambiente e efeitos no lugar, compreendeu-se algo como “natureza” e, mais do que isso, como uma preocupação pela preservação ou conservação daqueles “recursos naturais”, reduzindo o ambiente a uma questão técnica (e, consonante a isto, jurídica: “Moçambique tem leis para isto”, defendeu um interlocutor vinculado ao governo; “[n]ós cumprimos as obrigações que a empresa tem com o Estado”, argumentou, por sua vez, um empresário da área agrícola).

Num primeiro momento, abri mão de estudar as “questões ambientais”. Mas, conforme a experiência de campo “decantava”, percebi que o silêncio também é uma forma de dizer. Assim, o (não) dito “ambiente” voltou a ser, para mim, uma questão importante neste processo de pesquisa – e aqui o compreendo como em permanente construção, na qual múltiplos actantes (como sujeitos, entidades, mapas, documentos,

sementes, rios e a terra) tecem relações mais ou menos provisórias. São estas relações e tensões, constrangidas pela emergência de um grande projeto de desenvolvimento, que me interessam, de forma a extrapolar tomando como tema também o próprio desenvolvimento, tema tão caro aos meus interlocutores. Ambiente e desenvolvimento, eu já deveria saber, se informam mutuamente.

Quando ingressei no doutorado, em 2016, vinculei-me de pronto ao grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS), de forma que nunca esteve em jogo, para mim, não estudar *o ambiente*. A parceria com colegas, no interior deste grupo, fez-me perceber o quanto situações conflitivas despertadas ou intensificadas quando de grandes projetos de *desenvolvimento* são elas próprias eminentemente ambientais – ou, no mínimo, podem ser assim concebidas/construídas da parte de quem as pesquisa. E são ambientais não (apenas) porque elementos de natureza passam a ganhar relevo nas disputas sociais, atualizando antigas lutas e engrossando a argumentação empreendida em arenas determinadas: são conflitos ambientais porque colocam em destaque a dificuldade (e por vezes a impossibilidade!) de coexistência de diferentes mundos e daqueles/daquilo que os constituem. Esta proposta interpretativa cuidadosamente elaborada por Lorena Fleury (2013) é desdobrada por outros pesquisadores a partir de distintas questões e contextos empíricos⁶, aos quais também busco me somar ao discutir nesta pesquisa a conformação de um conflito ambiental cujo terreno é o norte-moçambicano, com as especificidades que isto traz.

Acredito que são nos momentos de efervescência que as coisas se embaralham. Ao pesquisador não cabe necessariamente encontrar a ordem, mas seguir os fios emaranhados nos quais a vida teima em seguir, por mais que o que esteja em jogo em grande parte das disputas seja o aniquilamento do Outro. Isto é, se os projetos que hoje suscitam o debate ambiental visam produzir formas de vínculo padronizadas e abstratas entre sujeitos e natureza, a forma como estes “universais” se fazem sentir em corpos, que são situados e particulares, faz emergir narrativas diversas. Nesta pesquisa me proponho a seguir algumas das linhas de histórias que juntas compõem a complexa rede do ProSAVANA.

⁶ É o caso de trabalhos que se debruçam sobre tensões junto a projetos de mineração no Brasil (CANTO, 2012), Moçambique (CHIZENGA, 2016) e Peru (PAREDES PEÑAFIEL, 2016), assim como as disputas quando do desastre do Rio Doce (CARVALHO, 2019); bem como estudos acerca de efeitos da implantação de hidrelétricas no Chile (ARANDA, 2014) e na Colômbia (SALAZAR, 2017).

A confecção deste trabalho foi movida pelo interesse nas formas como a vida se organiza e reorganiza quando de encontros, por vezes violentos, entre perspectivas de mundo e de formas de compor mundos. O rio, a *machamba*⁷, o mato... Talvez, de fato, o ambiente não seja uma questão para Moçambique (ou para alguns moçambicanos e moçambicanas), como também não é plenamente *uma* questão no Brasil. Para mim, não é efetivamente disso que se trata escrever um texto, de estabelecer (assimétrica e solitariamente) quais são os debates mais ou menos válidos, quais são os dizeres possíveis ou os interditados. No entanto, quero aqui advogar que uma monografia é um espaço de ensaiar ideias, de provocar encontros – entre leitores, textos, contextos.

Neste sentido, sinto que estabelecer conexões entre discussões que emergem em distintas situações etnográficas é o que pode tornar possível uma produção de conhecimento em ciências sociais mais viva e estimulante. Em parte, é isto que busco fazer aqui: provocar entrelaçamentos entre debates teóricos promovidos em diferentes tempos e lugares, sem perder de vista o lastro no trabalho de campo. Por isso, com certo receio de quão arrogante isto pode soar, quero sugerir àquele primeiro interlocutor citado que ambiente pode ser *também e de variadas formas* uma questão *de, sobre e com* Moçambique. Isto posto, essa é uma pesquisa sobre o que considero poder ser lido e interpretado como uma “questão ambiental”. Espero que ao longo das páginas que seguem, esta perspectiva fique mais explícita e convido os leitores e leitoras a me acompanharem nesta construção. Evidentemente, outras leituras sempre são possíveis (embora não qualquer uma, nem infinitas) e as deixo em aberto para futuras pesquisas e pesquisadores.

Este trabalho, portanto, tem como tema *ambiente e desenvolvimento no contexto do (acontecimento) ProSAVANA*, questão que se forja no encontro de duas grandes questões: a dos sujeitos do “campo” e a do sujeito pesquisador. O que acontece quando diferentes formas de produzir e ocupar a terra se encontram no norte moçambicano? De quais maneiras é forjado e sustentado o *comum*? Como os modos de narrar a experiência vivida podem revelar práticas ancoradas em relações e composições de mundo radicalmente diversas? Qual o *ambiente* informado face aos desejos, vontades, violências e acordos que se estabelecem quando do *desenvolvimento* (e de seus *projetos*)? Estas são também discussões caras e que perpassam todo o gesto reflexivo empreendido neste trabalho, o qual mobiliza reflexões que pretendem dar conta de ciência e tecnologia, de formas de fazer e de formas de enunciar, isto é, daquilo que compõe o campo dos possíveis.

⁷ *Machamba* é um terreno ou área onde se pratica a agricultura (usualmente em pequena escala).

Costuras e misturas epistemológicas

Meu pai sempre conta que quando os agrotóxicos chegaram na roça ele tinha cerca de nove anos. Foi a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) que levou até a pequena propriedade em que ele vivia com seu pai e mãe, meu avô e avó, e seus seis irmãos, onde eles praticavam o que as ciências sociais de hoje chamariam “agricultura familiar”. Talvez com as memórias dos tempos de outrora, ainda mais difíceis do que então, quando o veneno acabou a minha vó pediu que ele lavasse bem o recipiente para que pudesse ser reaproveitado. Eles colocaram lá a comida das galinhas. Na manhã seguinte, meu pai foi incumbido de ir até o galinheiro e ficou surpreso: estavam todas mortas. Quando isto aconteceu, eles choraram a perda e logo em seguida se deram conta: não poderia ser bom passar aquilo nas plantas. Quando meu pai lembra dessa história, ele sempre dá muita risada: de como eram pobres, de como reaproveitavam tudo, de como ele lavou mal a embalagem. Apesar de acompanhá-lo no riso, essa história sempre me faz pensar em duas coisas. A primeira delas é a morte, ou melhor, em como a ciência e a tecnologia são capazes de produzir (também) a morte, de aniquilar alguns em detrimento de outros – neste caso foram as galinhas, mas deveriam ser pequenos insetos, plantas rasteiras. A segunda dá conta da falta de informações recebidas por minha família, ou, no mínimo, da total assimetria no diálogo que se estabeleceu entre estes agricultores e o Estado⁸, quando este lhe indicou o uso do veneno.

Esta pesquisa, de certo modo, mantém em seu horizonte estes eixos de discussão: a ciência na modernidade tem o poder de produzir mundos, assim como de os aniquilar; nem todo diálogo é baseado em troca equitativa de conhecimento, do contrário, atores como o Estado ou a Ciência ocupam posição privilegiada de enunciação e de produção de “verdade”. Remeter à anedota contada por meu pai foi a maneira que melhor me permitiu elaborar a experiência que narro neste trabalho, embora os leitores e leitoras poderão perceber que “o” Estado, “a” Ciência e todas as outras formas no singular não dão conta de descrever com justeza o *acontecimento ProSAVANA* em Moçambique. Há sempre algo que escapa, que excede. Ao mesmo tempo, sejam estes humanos ou não, há sempre corpos que vivenciam esta experiência, isto é, os lugares que os projetos constroem nunca são

⁸ Ao relatarem casos semelhantes envolvendo técnicos e extensionistas rurais do ProSAVANA, meus interlocutores sempre mencionavam a *má comunicação*. Ao adjetivá-la, é a comunicação, e não o próprio *desenho dos projetos*, que assume um caráter problemático.

meramente conceituais. Há terra. Foi com este tipo de inquietação em mente que me encontrei com as proposições de Anna Tsing, Isabelle Stengers, Bruno Latour, Philippe Descola, Franz Fanon, Grada Kilomba. E por pensar sobre e com um lugar específico que também, pouco a pouco, fui descobrindo Isabel Casimiro, José Luis Cabaço, Carlos Serra, Christian Geffray – não sem antes mergulhar em Paulina Chiziane, Mia Couto, João Paulo Borges Coelho, Clara Soeiro. São estas algumas das leituras que informam meu percurso de pesquisa.

O caminho percorrido, aliás, pode não ter sido muito linear, mas foi guiado por um horizonte de preocupações de cunho pragmático, isto é, por uma tentativa de mapear relações e a forma como tais conexões operam no mundo. Para tanto, considero que a obra de Bruno Latour (entre elas, as de 2017; 2016; 2013; 2012a; 2012b; 2004; 2000; 1999; 1995) oferece possibilidades teóricas e metodológicas importantes, com as quais busco dialogar ao longo deste trabalho monográfico, sobretudo no que diz respeito à Teoria Ator-Rede (TAR ou ANT, no original) e seu princípio metodológico de “seguir os atores”⁹.

Ao seguir o ProSAVANA, a Ciência passou a ocupar espaço proeminente, visto que o conhecimento por ela produzido retornou em diversos momentos do trabalho. Não só o conhecimento, mas os “conhecedores” e os “espaços de conhecer”: “você já foi ao laboratório?”, “converse com o Dr. Fulano”, foram interpelações recorrentes. Assim, ainda que eu tenha ido ao laboratório e conversado com os cientistas, especialmente os dedicados a pesquisas de cunho agrônomo, me interessa também observar de que modo essa Ciência é acionada por outros interlocutores: como mencionei no pequeno esquete que devo às reminiscências de meu pai, a ciência *é feita e faz* coisas. Para pensar sobre isso, remonto novamente à obra de Latour (2012a, 2012b, 2000) em diálogo com Stengers (2017a, 2017b, 2002, 1996) e Haraway (2016, 2014, 1995), entre outras. Sobre tudo, tomo de empréstimo as ideias de Tsing (2019, 2017, 2004) a fim de discutir a *ciência das plantations*.

A metáfora (ou ideia-força) da *plantation*, aliás, permite ponderar para além da ciência que a possibilita e por ela é possibilitada. Mais do que isso, ela nos convoca a refletir sobre desigualdade, isto é, sobre os tipos de espaços e as especificidades dos corpos de sujeitos que são explorados. Daí a importância de pensar sobre África e sobre marcadores

⁹ De fato, isto foi o que busquei fazer: seguir os atores, puxando suas linhas de histórias em um emaranhado conflituoso. Neste processo, técnicas de observação, entrevistas, registros fotográficos e em diário de campo somaram-se a acervos de jornais e de documentos públicos, a fim de mapear os laços que encontram face ao *acontecimento ProSAVANA*, bem como o que que daí emerge.

de diferença¹⁰, temáticas que perpassam todo o gesto interpretativo¹¹: por que este lugar, o Corredor de Nacala? Por que estes camponeses e camponesas? São algumas das questões que, ainda que não seja possível responder, guiam as inquietações que me levam a optar por este e não por qualquer outro programa de desenvolvimento. Como eu já mencionei, há terra – terra moçambicana. Para acercar-me deste lugar tão próprio, busquei me apoiar na literatura feita por e sobre moçambicanos: a discussão histórica de Cabaço (2009), a etnografia de Geffray (1990), as provocações feministas de Casimiro (2019), bem como as discussões multidisciplinares empreendidas no seio do OMR.

A fim de observar como o desenvolvimento opera e as conexões que ele implica chamo ao diálogo as propostas de Rist (1996), que de modo audacioso convida a entender o desenvolvimento desde sua gestação na modernidade-ocidental, sendo, portanto, carregado de historicidade. E, como o que está em questão não é o conceito, mas a forma que *projetos* específicos o performam a partir de conexões em múltiplas escalas, este trabalho bebe também de etnografias de projetos, como as propostas por Cesarino (2014, 2013, 2012) e Morawska-Vianna (2014).

Isto posto, a pesquisa empreendida tem como objetivo descrever e interpretar as fricções entre distintos modos de identificação provocadas pela emergência do *acontecimento ProSAVANA* no norte moçambicano. Para cumprir com tal fim e informada pelo próprio quadro teórico-metodológico no qual me apoio, o presente texto é fruto de um trabalho de investigação eminentemente qualitativo, do qual decorre esta formulação teórico-etnográfica.

Escolhas e injunções do trabalho de campo

Fazer pesquisa com inspiração etnográfica, talvez, seja justamente crer na potência do encontro entre o Eu e o Outro – não apagando, mas sobretudo multiplicando

¹⁰ Sobre tudo os que fazem sentido ao lugar, como é o caso de gênero, geração e etnia. A “importação” de marcadores de diferença relevantes noutros contextos pode ser problemática, visto que informa e ratifica uma distância entre quem “analisa” e o campo em si. É o caso da categoria gênero em algumas sociedades africanas (OYĚWŪMÍ, 2004). Quero sugerir também que é este o caso da ideia de raça no contexto norte-moçambicano, na esteira do que sugere Dos Anjos (2013) ao comentar a implosão da raça em Cabo Verde: a despeito de diferenças fenotípicas existirem, elas não operam do mesmo modo como vemos no Brasil, por exemplo, onde a categoria é *persistente e insistente*.

¹¹ Neste sentido uma dupla preocupação foi permanente durante todo o trabalho: não produzir uma narrativa que dê conta de um país idílico e marcado pela “tradição”, assim como recusar a noção de que imperam a pobreza e devastação – ambas perspectivas que habitam o imaginário sobre o continente africano no Brasil (PINHO, 2004) e, cada uma ao seu modo, tributárias do racismo. Daí também a opção por uma matriz epistemológica pragmática, que não parte de essencialismos e apriorismos.

as diferenças –, apostando que é na fricção que emerge o conhecimento. No entanto, junto com as possibilidades vêm também dilemas: sendo este trabalho de tese fruto de quatro anos de estudos e interpelações, é difícil, para mim, determinar com precisão o início e o fim do trabalho de campo que possibilita esta monografia, muito embora eu tenha assinalado alguns meses específicos no cronograma burocrático que me foi exigido por parte da instituição à qual estive vinculada. De fato, ao escrever estas linhas percebo meu próprio emaranhado de tempos nesta experiência de pesquisa, pois trabalho de campo, diálogos e escrita se informaram e reelaboraram mutuamente ao longo do percurso¹². Ainda assim, é honesto dizer que distintos lugares (inclusive geográficos) foram experimentados e, portanto, traduzidos neste gênero de escrita específico que é um trabalho de tese. Estive em Moçambique por duas vezes: a primeira delas entre fevereiro e março de 2017; a segunda, entre janeiro e abril de 2018. No fim do ano de 2018, entre outubro e novembro, também estive no Mato Grosso e no Distrito Federal, a fim de realizar entrevistas, acessar documentos e, sobretudo, *estar lá*: já que este trabalho de tese é intitulado “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África”, senti urgência de ver e viver um pouco desse cerrado que se apresenta ora como desejo, ora como temor.

Em 2017, embarquei sozinha para Maputo, com escala em Luanda, pois aproveitei uma promoção relâmpago de uma companhia aérea angolana. Após 20 horas de viagem, durante as quais conheci cinco aeroportos e atravessei os quase sete mil quilômetros do oceano Atlântico, cheguei sem bagagem: minha mala havia ficado por algum dos lugares pelos quais passamos. Eu me vi sem roupas e sem meus pertences. Maputo se via sem água¹³. Ainda que Moçambique seja banhado por vários rios, a maior parte deles não nasce no país. A exceção é a região Norte, onde fica o Corredor de Nacala, questão inclusive acionada como justificativa para as ações do ProSAVANA. Das principais bacias do país, apenas os rios Lúrio, Messalo e Búzi têm suas nascentes em solo moçambicano.

Já na chegada, ao me buscar no aeroporto de Maputo, o amigo moçambicano com quem estudei no mestrado, avisou: estamos sem água. Enquanto eu ainda me acostumava com o fuso horário e com o trânsito que segue a mão inglesa, não pude deixar de reparar que, nos bancos de trás do carro, diversos galões vazios se batiam. No dia

¹² Na esteira do que propõem autores como Peirano (1995), compreendo que etnografar tenha mais relação com uma forma de sensibilidade e escritura do que estritamente com procedimentos de “coleta de dados”. Desta compreensão também decorre o produto final que aqui se apresenta.

¹³ *Escassez de água abala Maputo*. Disponível em: <<https://noticias.mmo.co.mz/2017/02/escassez-de-agua-abala-maputo.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

seguinte, ele me ligou apenas à noite: ele havia passado o dia em busca de água, que já havia acabado nas distribuidoras próximas de Maputo e da Matola (cidade onde ele vive, na região central da capital do país). Após dirigir por cerca de uma hora, conseguira comprar alguns galões no município de Marracuene, distante 50 quilômetros de sua casa. Ser lembrada constantemente da falta de água – pela proprietária do apartamento onde aluguei um quarto para os primeiros dias, pelos jornais, pelo barulho dos galões vazios no carro de meu amigo, pelas torneiras que abriam sem trazer consigo líquido algum – foi duro, mas também foi um acontecimento que me propiciou mais conversas “ambientais” do que eu poderia imaginar: todos – seja nas ruas, nas padarias, na universidade – tinham algo a dizer sobre a escassez. E foi assim que fui encontrando meus primeiros interlocutores: a conversa sobre a água logo se deslocava para agricultura e daí para o ProSAVANA – muitos tinham indicações de com quem eu poderia falar.

Durante o período que passei em Maputo, cerca de um mês, fui acessando estes contatos e buscando documentos. Nas horas vagas, caminhava pela cidade e ao ver qualquer menção a órgãos nos quais poderia haver alguém com algo a dizer, entrava e me apresentava. Foi o que ocorreu, por exemplo, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura em Maputo (FAO - MZ): eu não havia agendado nenhuma audiência, embora tenha sido prontamente recebida. Na ocasião, não senti que meu interlocutor me levava a sério, visto não ter demonstrado muito interesse em minha pesquisa. Ao chegar em casa, entretanto, fui surpreendida por oito mensagens de e-mail enviadas pelo senhor que eu conhecera naquela manhã, as quais somavam mais de 10 anexos, entre relatórios, documentos de trabalho e artigos científicos. Esta foi apenas a primeira das inusitadas contribuições que recebi, as quais compõem este trabalho: uma costura de coisas que me foram ofertadas junto a tantas outras que, por me serem ocultadas, busquei com certa obstinação.

Após a primeira semana em Maputo, um erro de planejamento fez com que eu precisasse me mudar do apartamento onde estava. Consegui hospedagem na casa de uma família, com quem dividi os dias até o meu retorno ao Brasil. Aos poucos, eles se tornaram também um pouco *minha família*, de modo que foram também eles que me auxiliaram a ir até Nampula-cidade¹⁴ por um par de dias, cuidando de meus deslocamentos até o aeroporto de madrugada e providenciando hospedagem para mim por lá. Este

¹⁴ Por Nampula ser simultaneamente o nome da província e de sua capital, sempre que estiver me referindo à segunda, grafo *Nampula-cidade*.

deslocamento me deixava bastante insegura, pois o bilhete aéreo era de alto custo e as pessoas e instituições com quem desejava estar não me davam garantias de recepção. Ao mesmo tempo que interlocutores vinculados aos movimentos sociais e mesmo colegas de doutorado me instavam a ir – afinal, eu *tinha que ver o ProSAVANA* – em diálogos diversos, grande parte dos sujeitos me desaconselhava: *é perigoso!* Eu insistia para saber mais e a resposta, ainda que variasse (“são muçulmanos”; “aquela gente faz feitiçaria”; entre outros argumentos que ressaltavam a *diferença* daquelas pessoas), trazia um elemento comum: *não vá sem um homem*. Todas essas questões fizeram com que eu colocasse em dúvida minha viagem, mas também a minha própria possibilidade de seguir com a pesquisa: como *devo ver se não posso estar lá?*

Talvez esta decisão tenha sido a mais difícil de todo o período de contato com o campo: se é perigoso, é perigoso para quem? É perigoso por quê? Há um perigo “real” ou é o *não vá* que as mulheres já estão acostumadas a ouvir (especialmente quando decidem fazer algo sozinhas)? O meu receio inicial se converteu pouco a pouco em raiva pela minha suposta impotência: decidi ir. Tentei me cercar de contatos (telefônicos) e de dicas, mas – por precaução – optei por ficar apenas um par de dias na cidade. As palavras que mais me incentivaram talvez tenham sido ditas pela mãe da família que me recebia: “Vá à Nampula. Vais ver que Moçambique não é Maputo”. Para compreender o ProSAVANA eu precisava compreender um pouco do que “é” Moçambique e neste ensejo fui até Nampula-cidade, onde, ao som do trem que corta o Corredor de Nacala carregado de minério de ferro extraído pela Vale, pude ver e ouvir mais sobre o país e o programa. Já lá, alguns acontecimentos me fizeram encarar minha solidão e vulnerabilidade e não senti segurança suficiente para me afastar da cidade nestas condições. Ainda assim, considero que os poucos dias que dediquei à Nampula-cidade foram cruciais para um melhor planejamento do segundo período de campo, bem como os dados e sujeitos que acessei no período possam ser encarados como pontos de inflexão do trabalho.

Em 2018, na expectativa de restar no país por um período mais extenso, contei com um “auxiliar de campo” especial: meu companheiro João, jornalista e antropólogo. Foi uma decisão difícil, porque tomada a partir de certas situações nas quais me encontrei vulnerável quando de minha primeira viagem. Com o desejo de viajar por localidades afastadas dos centros urbanos os quais conhecera em 2017, as quais experimentam o *desenvolvimento* colocado pelo ProSAVANA, as marcas de minha diferença não me deixavam em situação confortável. Estar na companhia de um homem negro permitiu

certos acessos, sensação aumentada pelo fato de que João tem uma aparência caracterizada por traços de um moçambicano “do Sul”, de corpo mais compacto e rosto arredondado. Quando nos demos conta deste fato – ainda na nossa recepção no OMR, quando os pesquisadores perguntaram a ele por quanto tempo viveu no Brasil, já que ele teria “assumido” o sotaque daqui – passamos a também aproveitar a margem de movimentação que isto permitia¹⁵. Não é fácil saber que dependi de uma presença masculina negra, ainda que de meu companheiro, para conduzir minha pesquisa, mas este trabalho é também fruto disto.

Se a presença de João já torna esta pesquisa outra do que a que seria possível executar de forma solitária¹⁶, é preciso mencionar que não foi a única. Seguindo uma dica que recebi quando da qualificação do projeto de tese, ainda em Maputo entrei em contato via uma rede social com Vanessa Perin, que estava naquele período em Moçambique conduzindo a sua pesquisa de doutorado sobre o ProSAVANA. Nós nos conhecemos no dia seguinte, quando compartilhamos nossos projetos e inquietações de pesquisa. Eu estava inquieta com “questões ambientais”, Vanessa observava as associações entre entidades e movimentos sociais que naquele momento “freavam” o programa; em comum, nos interessávamos pelas imbricações entre tecnociência e da política nesse caso tão emblemático que tomava corpo no *Sul global*.

Ainda no dia em que nos conhecemos, mencionei que eu e João pretendíamos ir na semana seguinte à Nampula-cidade e de lá seguiríamos para outras localidades, convidando-a para se juntar a nós – como eu já havia feito com uma pesquisadora japonesa cujo contato me fora sugerido pela OMR. Após alguns dias, Vanessa topou a viagem e disso decorreu um mês no qual compartilhamos a habitação, as angústias e o próprio campo. Ou seja, a maior parte das observações e entrevistas realizadas em fevereiro de 2018 foi coletiva, o que me faz reafirmar a crença no trabalho cooperativo diante de um

¹⁵ Embora, além de acessos, a identidade produza também interdições. Em janeiro de 2018, fomos a Moçambique por terra, em um ônibus que saía de Johannesburgo, cidade onde havíamos chegado alguns dias antes. Na fronteira terrestre de Ressano Garcia, onde todos os passageiros deveriam se apresentar para os trâmites de imigração, mostramos nosso visto de estudantes, obtidos junto à Embaixada de Moçambique no Brasil. Eu passei sem problemas. João passou por um pequeno inquérito, no qual os agentes migratórios o questionaram reiteradas vezes sobre sua suposta família e origem moçambicanas, colocando em dúvida a legalidade de seus documentos e mesmo do visto.

¹⁶ Evidentemente, fazer um trabalho de inspiração etnográfica nos coloca em um lugar privilegiado no qual nunca estamos verdadeiramente sós. Registro aqui a gratidão pelos encontros com interlocutores, bem como pela rede de relações que construí e mantenho. No entanto, todas estas associações (de variadas ordens e intensidades) não apagam o fato de que eu – mulher branca, jovem e estrangeira – era um corpo solitário noutro país, em uma situação conflitiva. Isto traz repercussões difíceis de serem ignoradas, ainda que eu me responsabilize por todas elas. Afinal, em última instância, o trabalho de tese é sempre uma escolha.

cenário tão competitivo quanto pode ser o mundo acadêmico. Além disso, nós dividimos documentos obtidos e fizemos juntas algumas entrevistas em Maputo, principalmente aquelas com sujeitos difíceis de acessar. Esta foi uma escolha consciente e deliberada, que se justifica, sobretudo, pelo respeito ao tempo do Outro: durante nossa estada em Moçambique conhecemos alguns pesquisadores e pesquisadoras cujos objetos passam pelo ProSAVANA, além de jornalistas e ativistas interessados no assunto. Por acreditarmos que muitas das questões colocadas aos atores se repetem, pensamos ser mais profícuo conduzirmos juntas nossos trabalhos o quanto fosse possível, abrindo espaços para questões específicas de cada uma de nossas pesquisas. Cumpre dizer que ainda hoje Vanessa é uma interlocutora frequente, com quem dividi muitos dos dilemas próprios à confecção de um texto. O seu trabalho de tese, já defendido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), é também uma das referências mobilizadas ao longo dessa monografia (PERIN, 2020).

Além de entrevistas e observação, o período em Moçambique contou com a busca por documentos sobre o ProSAVANA e o meio rural do país, especialmente nas bibliotecas do Museu Etnográfico, sediado em Nampula, do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM) e no acervo do Jornal Notícias, o maior do país¹⁷. Obtive acesso ao acervo físico em março de 2017, onde uma pasta de *clipping* do ProSAVANA – elaborada pelo próprio jornal – me foi entregue. Com a relutância dos funcionários responsáveis pela administração do arquivo, obtive autorização do diretor de redação para retirar a pasta e fazer fotocópias de todos os textos¹⁸. Em 2018, mobilizando os mesmos contatos, retornei ao acervo – com a mudança na diretoria do jornal, precisei pagar por cada uma das novas cópias solicitadas.

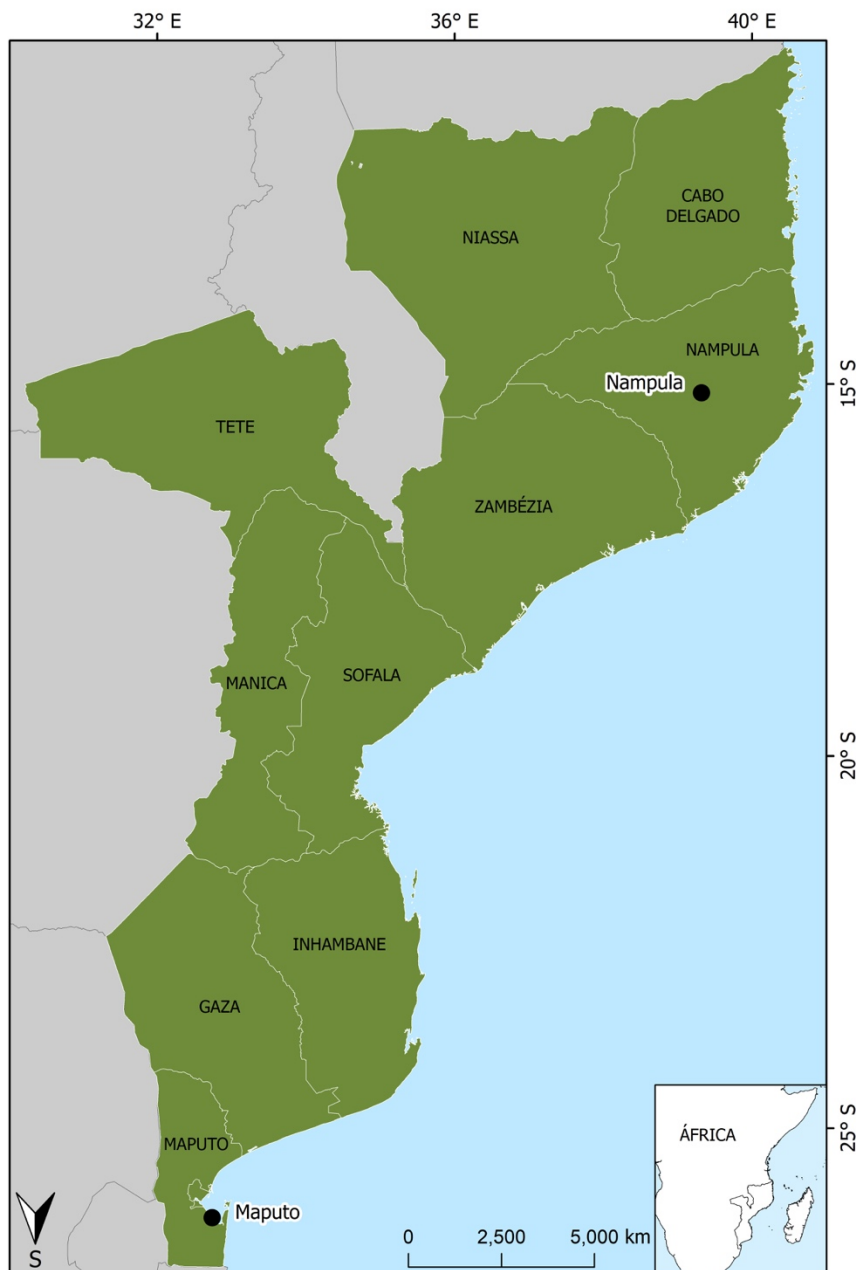
Nos mapas a seguir é possível visualizar os lugares nos quais realizei entrevistas e observações, bem como os percursos percorridos nos períodos de campo. No mapa do

¹⁷ Ainda que o Jornal Notícias seja muito criticado por sua postura “pró-governo”, ele ainda é o maior jornal diário do país em tiragem e circulação. Outros semanários, abertamente da oposição, surgirão pontualmente ao longo do texto.

¹⁸ Registro meu desconforto com esta situação. Sei de outros pesquisadores que não obtiveram acesso ao acervo, coisa que para mim foi facilitada devido a uma extensa rede de contatos. Em 2017, enquanto eu transcrevia os títulos dos textos em meu diário de campo, não pude ignorar os protestos dos funcionários, que diziam algo sobre o meu “tratamento diferenciado” ser injusto, mas ser também “assim que as coisas funcionam”. Apesar do constrangimento, fiz o que desejava (as fotocópias), mas não sei qual a reação correta: eu deveria ter desistido? Hoje, amadurecendo uma reflexão, penso que melhor que abrir mão da possibilidade de acesso, disponibilizar os resultados de minha própria pesquisa pode ser uma maneira mais potente de reação ao acontecido.

segundo trabalho de campo, a fim de facilitar a visualização, opto por apresentar apenas a região norte de Moçambique, embora também tenha estado algum tempo em Maputo. Ainda que os mapas exibam os distritos nos quais foram conduzidos diálogos formais, por se tratar de um evento em aberto e envolto em numerosas tensões, os nomes das localidades serão preservados, embora mencione os distritos dos quais elas fazem parte (ver a organização administrativa do país na Figura 4). Por esta mesma razão, os nomes e demais informações que possam identificar interlocutores, sobretudo aqueles que se encontram em situação vulnerável, também não serão mencionados.

Figura 1 – Indicação dos locais do primeiro trabalho de campo em Moçambique (2017)



Fonte: elaboração própria.

Figura 2 – Indicação dos locais do segundo trabalho de campo em Moçambique (2018)

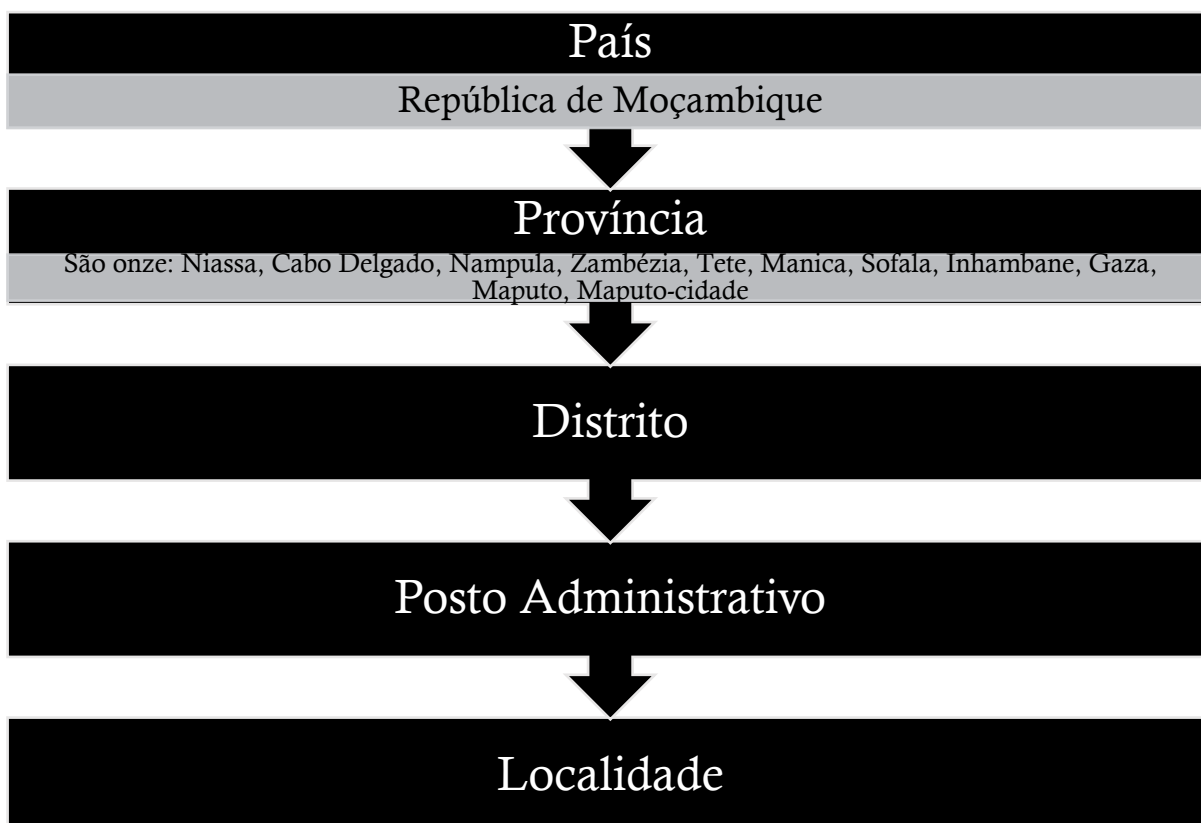


Fonte: elaboração própria.

Figura 3 – Indicação locais do trabalho de campo no Brasil (2018)



Fonte: elaboração própria.

Figura 4 – Divisão administrativa de Moçambique

Fonte: elaboração própria.

Além da atividade de campo em Moçambique, este trabalho contou com uma fase de pesquisas no cerrado brasileiro, que inclui Mato Grosso e o Distrito Federal, durante um mês, entre outubro e novembro de 2018. Em Cuiabá, pude conduzir uma entrevista em uma associação de produtores vinculada ao agronegócio e, de algum modo, ao próprio ProSAVANA. As recusas e afastamentos de outros possíveis entrevistados, com os quais eu já havia entrado em contato, permitiram que eu vivesse a cidade, adentrasse em prédios e percebesse algumas das conexões que fazem pulsar o município que se apresenta como a “capital do pantanal *e do agronegócio*” (Figura 5). Os quase 800 quilômetros percorridos de ônibus de Cuiabá a Água Boa, onde eu tinha a expectativa (mais tarde frustrada) de conversar com um produtor que viajara à Moçambique, fizeram com que eu me acostumassem com a paisagem marcada por uma terra vermelha e com a quase ausência de sujeitos ao longo da estrada, algo tão diferente daquilo que experienciei no Corredor de Nacala mais cedo naquele mesmo ano. Conversas e situações observadas no período compõem este relato. Outros 800 quilômetros foram percorridos, desta feita rumo ao leste: no período que estive em Brasília pude conduzir algumas entrevistas com atores

diretamente envolvidos no ProSAVANA, além de participar um evento sobre agricultura nos “BRICS” (grupo de países que integram Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Figura 5 – Cuiabá, capital do pantanal e do agronegócio



Fonte: registro feito em campo.

O retorno à Porto Alegre, onde escrevi a maior parte deste texto que agora introduzo, embora tenha representado o momento de organizar a experiência, não encerrou meu contato e meu afeto com alguns daqueles que conheci quando “em campo”. Por óbvio, algumas famílias e sujeitos – sobretudo os camponeses e camponesas que vivem em comunidades ao longo do Corredor de Nacala – dificilmente são encontrados virtualmente. No entanto, algumas pessoas que colaboraram para esta pesquisa se tornaram interlocutores frequentes, de modo que nos mantemos em contato: algumas das informações recebidas são mobilizadas nesta monografia, sempre de forma consentida. Cabe dizer, ainda, que nossas relações, afeições e alianças excedem o tempo e o escopo da pesquisa. É desde este lugar de continuidades e imprecisamentos que escrevo, a fim de elaborar a experiência de campo e, a partir das linhas de história seguidas, produzir um texto que dispõe outra ordem, quase que um novo nó nessa rede.

Dos pactos e contratos

Se o trabalho de campo é marcado por opções e injunções, acredito que também a confecção de um texto o é. A seguir, compartilho algumas dessas escolhas.

Por muito tempo fiquei me perguntando em que momento do presente trabalho eu me dedicaria a *falar sobre* Moçambique, algo que sou instada a fazer na maior parte dos eventos acadêmicos que participo¹⁹. Antes de apresentar o objeto? Quando dos procedimentos metodológicos? No ensejo das reflexões éticas que venho desdobrando até aqui, assumo – não sem certa insegurança – que não vou falar *sobre* o país, mas deixar que Moçambique fale e se apresente (complexo e múltiplo) ao longo de todo o texto, quando for convocado. Ele certamente o fará. De forma alguma eu desejo com isso apagar o país ou sua(s) história(s), mas apenas assumir que não sou eu o sujeito que deve *falar por*, ainda mais considerando a ampla produção (acadêmica, artística e literária) que já dá conta deste lugar de continuidades e rupturas.

Tal opção é, em muito, tributária das provocações de acadêmicas como Amina Mama (2010, 2011), Gayatri Spivak (2010) e Grada Kilomba (2019), quando estas denunciam o privilégio da fala – e de ter seus dizeres ouvidos (de forma simétrica e não *outrizante*). A ideia de *subalternos silenciosos*, é preciso admitir, convém à branquitude que, ao ocupar espaços de produção de conhecimento, (auto)autoriza-se a falar sobre o Outro. Neste trabalho, busquei tanto quanto me foi possibilitado escapar às armadilhas de situar os interlocutores em uma posição fixa de opressão inescapável ou então em um papel romantizado de resistência, ambos lugares (teóricos e empíricos) que me parecem perpetuar um regime de violência. Isto é, quando o que está em análise é um processo de *desenvolvimento*, parece-me que os lugares e os sujeitos são frequentemente assim narrados: ora silenciosos e massacrados pelos *projetos*, ora idealizados em posições de permanente

¹⁹ Por certo não é uma exclusividade minha, visto que me recorro de numerosas ocasiões nas quais pesquisadoras e pesquisadores precisaram investir tempo de suas argumentações em congressos a fim de situar geográfica e historicamente as nações e/ou comunidades com as quais trabalham, em prejuízo de apresentarem suas reflexões e as demandas/inquietações dos próprios sujeitos ‘do campo’. No caso desta pesquisa, foram poucas as vezes as quais não fui exigida acerca “da sociologia do lugar”, isto é, informar dados demográficos e “culturais” que – quando apresentados brevemente – em geral incorrem em uma caricatura do lugar, matando a possibilidade de heterogeneidade e complexidade. Lembro de um momento específico, em um congresso internacional acerca de questões rurais no qual fui alocada em um simpósio sobre cooperação internacional. Na ocasião apresentei algumas inquietações acerca de controvérsias que envolviam o ProSAVANA e, para minha surpresa, as perguntas do público sequer mencionaram o programa, tendo sido focadas em “como é que é lá”, incluindo, pasmem, o que se come e quanto custa uma refeição.

combate ao aparato moderno. Neste processo de questionar o que posso (e devo) fazer ou dizer, o mecanismo encontrado foi escutar o que os outros dizem, mesmo quando me dizem não serem escutados, e isso dá conta também de aceitar suas histórias de ambiguidade.

Não é por acaso que Mama e Spivak interrogam ao intitular seus textos: [s]erá ético estudar a África? e [p]ode a subalterna²⁰ falar? Bem, para quem faz pesquisas nas quais há mais questionamentos do que buscas por certezas e comprovações, as respostas exigem certas prescrições éticas (em devir). Os sonoros “nãos” que Pâmela Marconatto Marques (2017) descreve em seu trabalho de tese como respostas das inquietações destas autoras (dentre outras) também ecoaram em mim e neste trabalho onde as palavras são tão caras. Assim como para ela, em muitos momentos paralisei, sobretudo pelas dúvidas de se o que eu estaria fazendo era *correto*; não num sentido de exatidão ou adequação, mas como dilema que excede o tempo e o escopo de uma pesquisa. As leituras, a experiência vivida e a reflexão me conduzem assim a um movimento de vigilância permanente – e aqui quero me afastar um tanto da perspectiva já clássica de Pierre Bourdieu, na qual este termo, em linhas gerais, dá conta de uma sistematização do fazer sociológico, e advogar uma discussão que encontro noutro tipo de literatura, especificamente no convite que nos faz a romancista e ensaísta Elena Ferrante²¹ em sua profunda e potente reflexão sobre escrever e tornar-se escritora:

[a] palavra vigilância ficou manchada por seus usos policiais, mas não é uma palavra ruim. Contém o oposto do corpo entorpecido pelo sono, é uma metáfora hostil à opacidade, à morte. Demonstra, por sua vez, a ideia de vigília, de atenção, sem apelar para o olhar, e invoca o gosto de se sentir vivo. Os homens transformaram a vigilância em atividade de sentinela, de carcereiro, de espião. A vigilância, porém, quando bem entendida, está mais para uma disposição afetiva de todo o corpo, uma expansão e uma germinação por cima dele e à sua volta. (FERRANTE, 2017, p. 111).

Assim, aceitando o convite que faz Ferrante, este trabalho se pretende informado por essa *disposição afetiva*, a vigilância – algo muito próximo do que Marconatto Marques (2017) denomina *cuidado*. Ainda que outras decisões sejam injunções, isto é, impostas pelos acessos que me foram possíveis ou interditados, a opção por não dedicar capítulos à

²⁰ Ainda que em português brasileiro a tradução tenha sido realizada no masculino, acompanho Kilomba (2019) ao julgar problemático reduzir a mais importante categoria – *subaltern* – de uma teórica crítica de gênero a um suposto “gênero neutro”. Por isso a reprodução deste termo em sua forma feminina.

²¹ Confesso que recorro por muitas vezes ao universo da literatura não acadêmica para encontrar caminhos e, eventualmente, novas perguntas. Noutra ocasião (CAMANA, 2017), da mesma Elena Ferrante tomei de empréstimo a ideia de *desmarginação*, isto é, quando *as margens das pessoas e das coisas se dissolvem de repente*. Esta noção cabe muito bem, acredito, às Humanidades que se dedicam a pensar de modo não estático, fixo.

Moçambique, discorrendo sobre sua história e demografia, é uma escolha deliberada, fundada no temor de que (mais uma vez) uma acadêmica branca circunscreva (e/ou exotize) um entrelaçamento potente de histórias-até-aqui, estatizando-o. Essa opção é ancorada, portanto, numa preocupação permanente de não reproduzir o discurso de quem vê *de cima* e sente-se autorizado a narrar uma suposta essência. Com isso quero dizer que as informações ou descrições que porventura surgirem são tributárias do Moçambique que experimentei, com todas as limitações da experiência e, evidentemente, do próprio texto.

Há uma ocasião, no entanto, na qual Moçambique (e Brasil) é encapsulado por uma forma bem específica de narrar: os mapas. Apesar de compreender a cartografia como um desenho específico e situado do mundo, como ficará explícito na Parte II deste trabalho, assumo os riscos de produzir e mobilizar estes artefatos. Quando não menciono o contrário, todos os mapas foram confeccionados sob encomenda²², com uso do software *ArcGIS 10.3*, a partir de dados elaborados no âmbito deste processo de pesquisa. Quero notar que a orientação – elemento obrigatório em mapas temáticos geralmente indicando o norte geográfico – aponta para o Sul: esta é uma pesquisa, afinal, que se propõe a pensar *desde e sobre* este Sul (não geográfico, mas global) que se forja e se reinventa de variados modos. A supervisão é minha, assim como assumo a responsabilidade por eles.

As entrevistas realizadas em língua *emakhuwa* sempre contaram com a presença generosa de falantes de português que contribuíam para um entendimento mínimo entre as partes – algumas das vezes membros da comunidade, noutras o motorista que nos guiava. Além disso, de volta ao Brasil, todas as entrevistas gravadas foram cuidadosamente vertidas ao português e transcritas com o auxílio de meu colega Mohomede Saide, sendo ele próprio falante de *emakhuwa*. Pela questão da língua – suas traduções e traições – ter despertado reflexões teóricas e analíticas, na Parte III outras problematizações serão apresentadas. Ainda sobre as palavras, leitores mais atentos poderão notar que, além de termos ausentes da língua portuguesa falada no Brasil, a fim de demarcar visualmente e provocar um estranhamento, também grafo *em itálico* termos que entendo como conceitos ou categorias importantes ao movimento analítico.

As fotografias, quando não indico o contrário, foram registradas por mim, João ou Vanessa. O uso compartilhado da câmera, aliás, gerou inúmeras discussões entre nós durante o trabalho: não tínhamos certeza de quão importante era registrar em imagens a

²² Confeccionados por Mateus Camana, biólogo e doutorando vinculado ao Laboratório de Ecologia de Paisagem, Departamento de Ecologia/UFRGS.

vida do Outro, muitas vezes pouco acostumado a se ver assim estático. Só nos demos conta em uma localidade próxima ao distrito de Malema quando, enquanto esperávamos um interlocutor voltar da *machamba*, tiramos fotos das crianças e de João jogando futebol. Além disso, registramos uma jovem mãe e suas duas filhas pequenas, que aproveitavam a sombra de uma árvore. Quando mostramos a ela, que não falava português, logo ela passou a gritar “*mama*” – ao que uma senhora de cerca de 50 anos com a face tatuada saiu do interior da casa situada defronte à árvore. As duas mulheres conversaram rapidamente e entendi que o desejo era que fosse feita uma fotografia de ambas, registrando a linhagem feminina daquela família. A *mama* se postou em pé, ao lado da jovem mãe que seguiu sentada com as pernas esticadas e dava colo às duas crianças. Todas estavam com o semblante sério, sem os sorrisos que precederam o momento. Fiz alguns cliques, tentando equilibrar a luz do sol e a pele negra das mulheres sob a sombra das árvores. Logo mostrei a elas, no visor da câmera, o resultado. Elas riram muito e conversaram, em *emakhuwa*, sobre o que viam. Deste dia em diante, passamos a perguntar a nossos interlocutores se eles gostariam que nós os registrássemos, assim como se eles permitiriam que as imagens fossem utilizadas em nossos trabalhos.

De volta a Nampula-cidade, conseguimos imprimir algumas das fotografias, em cujos versos escrevemos mensagens de agradecimento. Entregamos todas à União Provincial dos Camponeses (UPC), onde os membros da diretoria reconheceram, estupefatos, os personagens, sem que os identificássemos. Pedimos que, quando de viagens pela região, as imagens fossem entregues aos retratados. Não posso ter certeza de que todos e todas receberam suas fotografias, mas acredito na boa disposição da UPC para que isto acontecesse.

De certo modo, este é um início do processo de restituição que implica uma pesquisa acadêmica fundada em trabalho de campo (ZONABEND, 2014). O retorno das informações e mesmo do tempo e da confiança depositados no sujeito que pesquisa é, em meu entender, uma premissa ética básica da investigação em ciências sociais. Ainda assim, confesso que ainda não está determinado para mim como a restituição desta pesquisa se dará, visto que não me parece ser suficiente imprimir as tantas páginas do trabalho e entrega-las nas comunidades por onde passei: parte dos interlocutores sequer fala português, o que corrobora para a falta de sentido deste procedimento. Além disso, os altos custos financeiros – não previstos e nem cobertos pelas instituições que me concederam a bolsa que permitiu fazer o doutorado – tornam uma viagem de retorno a Moçambique algo

ainda incerto. A tentativa de devolução de suas fotos, portanto, é um passo inicial e ínfimo diante do que o processo de restituição exige, mas é o que pude fazer até então.

Figura 6 – Fotografias restituídas



Fonte: registro feito em campo.

Por mais que eu possa desejar que este material se converta em memória, como discutem pesquisadores que se debruçam sobre a questão da imagem em pesquisa social (ROCHA; ECKERT, 2014), também sei que não me cabe determinar o que acontece com o arquivo quando em posse dos retratados e retratadas. Confesso que não me sinto em condições de empreender uma discussão nesta seara, inclusive porque este não é um trabalho no qual as imagens são parte principal. Entretanto, vale comentar os processos de negociação para a confecção dos retratos: quem deveria aparecer, onde a imagem deveria ser capturada. Em geral, os sujeitos – à exemplo da camponesa que já mencionei – pediam para os registrarmos junto aos “seus”, isto é, seus filhos e seus familiares, o que remete à uma perspectiva de continuidade que se fez presente em diversos momentos da investigação. De certo modo, creio que isto transborda e se impõe também na questão da terra, a qual em geral é remetida a outros tempos e sujeitos. Além disso, a terra também é

personagem central das fotografias realizadas: interlocutores sugeriam que tirássemos as fotos junto às suas *machambas* ou com as fachadas de suas casas. Defendo que isto conta daquilo que eles e elas julgam importantes conquistas. Uma comunidade específica pediu que registrássemos todos juntos em frente à sede da associação que constituem. Evidentemente isto se mostrou um desafio – pautado pelas limitações técnicas da câmera e daquela que a operava.

Fico me perguntando se as conversas e acordos que precediam o momento do clique representam suficientemente o consentimento dos sujeitos para o uso destas imagens na presente monografia. Ainda que, por um lado, eu julgue que sim – os diálogos travados deixaram evidentes quais meus intuitos e o que eu poderia ou não dizer – opto, por se tratar de uma situação conflitiva e por considerar este trabalho de tese um tipo de documento, por só apresentar fotografias que julgo não prejudicarem os retratados, nem os colocarem em risco. Evidentemente, imagens unicamente de crianças não são exibidas, ainda que seus responsáveis tenham as convocado para o momento.

Em 2018 procurei reencontrar todos aqueles e aquelas que me receberam na primeira ida à campo, para ouvir suas novas histórias e reelaborações, assim como para prestar contas do que eu mesma vinha pensando e fazendo: os textos que escrevi e eventos que participei. Isto nem sempre foi possível: alguns não aceitaram me receber novamente, em especial as organizações da sociedade civil, sediadas em Maputo e Nampula. Insisti mais de uma vez para este segundo momento de diálogo e troca, mas as recusas em geral vinham acompanhadas de escusas como a falta de tempo e disponibilidade. Em alguns casos, como na coordenação nacional moçambicana do ProSAVANA, a insistência deu resultados e fui recebida mais uma vez. Noutros, não. Ao longo desta monografia ensaio algumas possibilidades de interpretação para tanto, afinal, em minha perspectiva, a recusa também é um dado.

Ainda que as identidades, quando do trabalho de campo, sejam instáveis e negociadas, cumpre dizer que já em 2017 portei uma carta de apresentação emitida pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS), que apresentei aos interlocutores em cada início de conversa. Aos que assim desejavam, entregava uma cópia deste documento; para todos, deixava um *folder* do grupo de pesquisa que faço parte e um cartão com meu nome e contatos de e-mail e telefones (com os meus números brasileiro e moçambicano). Considerando que, em minha compreensão, a ética em pesquisa não é da ordem burocrática, mas dá conta muito mais de uma vigilância permanente (a *disposição afetiva*)

que perpassa todas as etapas do processo, eu e meu orientador já havíamos optado por não apresentar um “termo de consentimento livre e esclarecido” a ser assinado²³. Entretanto, redigi um texto no qual explicava a pesquisa em curso e os termos nos quais a participação dos sujeitos ocorreria, lembrando, ainda, que a qualquer momento eles poderiam desautorizar o uso das informações por eles fornecidas sem nenhum prejuízo. Nas primeiras entrevistas, lia o termo e, com o gravador ligado, solicitava uma confirmação verbal – o que se mostrou uma estratégia problemática; a leitura rígida de um documento e a presença do gravador de áudio geraram um clima tenso e de desconfiança. Além disso, a reação dos sujeitos foi a mesma: um aceno de cabeça, como quem confirma, seguido de um “tudo bem”. Sendo assim, após enviar um e-mail para meu orientador, optei por conversar com os sujeitos sobre os assuntos mencionados no documento escrito, perguntando se eles tinham alguma dúvida ou algum incômodo com a situação. Dessa forma prossegui com as entrevistas em Maputo e Nampula. E os mesmos procedimentos foram adotados em 2018, seja em Moçambique ou no Brasil.

Diante desta discussão, é importante mencionar a experiência junto ao OMR em 2018. Antes de ir ao norte do país para o “trabalho de campo”, fui convidada a me apresentar na instituição que me recebia para elencar nominalmente todos os sujeitos e instituições que pretendia entrevistar ao longo do período que estaria fora, para que eles pudessem emitir cartas de apresentação. As cartas de apresentação são instrumentos bastante presentes no contexto moçambicano, pelo que pude acompanhar de trabalhos de colegas, além da minha própria experiência; muitas vezes representam a diferença entre acessar ou não um ator, sobretudo os vinculados a instituições maiores ou mais sólidas. Noutros casos são o que possibilitam a própria locomoção pelo território: em março de 2018, voltando para Nampula-cidade após acompanharmos uma atividade em uma localidade do distrito de Monapo, o carro que eu e Vanessa viajávamos foi parado por duas vezes na estrada por forças policiais, que indagavam o que nós – registre-se: duas mulheres brancas – fazíamos no local. Quando respondíamos que éramos pesquisadoras e informávamos o trajeto que percorríamos, as cartas que nos foram concedidas foram o que

²³ Recentemente, pesquisas que *envolvem* sujeitos têm sido objeto de discussão pública a partir da exigência, em várias instâncias, de submissão do projeto a um comitê de ética. Penso que tal debate é profícuo, embora não seja novo nas ciências sociais: sujeitos talvez sejam o interesse primeiro da sociologia, visto que os saberes por ela produzidos assim o são *com e para* indivíduos. Encaro o comitê de ética como um campo de disputas, num jogo para o qual o saber disciplinar que abriga esta pesquisa não foi devidamente convidado a participar – pelo menos não de forma simétrica. Daí também minha resistência a submeter meu trabalho a uma lógica de proteção do próprio pesquisador.

nos ampararam diante da indagação: “e as senhoras podem provar?”²⁴. Ou seja, as cartas de apresentação de certo modo são elas próprias atores nesse jogo intrincado que é fazer pesquisa, pois são documentos que acreditam o sujeito tal qual (ou mesmo mais) o faz um passaporte, por exemplo.

Eu mesma sempre portava comigo uma carta emitida pelo PPGS ao qual estava vinculada no Brasil, no qual atestava a minha identidade, intenções e vínculos. Este texto tinha como destinatário “A quem interessar possa”. A carta da Vanessa trazia algo semelhante: “A quem for de direito”. No entanto, o que o OMR me exigia era uma listagem completa de destinatários, ao que argumentei que não era possível: por tratar-se de um trabalho de campo com inspiração etnográfica eu não saberia a priori com quem teria contato, nem quem seria entrevistado. Deste embate, o arranjo encontrado: listei provisoriamente algumas instituições que eu sabia de pronto que gostaria de acessar. Organizações vinculadas a campanhas públicas de oposição ao ProSAVANA, associações de camponeses, empresas agrícolas e setores da administração pública local. Cartas de apresentação direcionadas para cada uma destas instituições me foram concedidas, ainda que o conteúdo das cartas tenha sido rigorosamente o mesmo.

De tal situação depreendo duas coisas: a primeira delas é que estavam em choque maneiras de se pensar a pesquisa em ciências sociais, seus métodos e suas limitações. Por óbvio, eu já deveria ter suspeitado de tal divergência, quando já nos primeiros contatos o tema (“ambiente e desenvolvimento”) não mobilizou muito interesse daqueles que me recebiam. Sobretudo, é a compreensão do “trabalho de campo” em si que diverge: no caso desta pesquisa, em nada envolve entrevistas rigidamente estruturadas ou questionários a serem aplicados amplamente, o que ficou patente quando da minha recusa em providenciar um tradutor para o questionário. Tentei argumentar em favor da possibilidade de se empreender investigações de formas diversas, produzindo resultados igualmente variáveis: se eu não saberia quem poderia encontrar pelo caminho – e, em grande medida, nem o caminho geográfico que seria percorrido, já que me propus a seguir os atores envolvidos no ProSAVANA e suas histórias – perguntei se não poderia ser confeccionada uma carta não-nominal, que apresentasse a mim e a minha pesquisa de forma ampla, a fim de ser apresentada aos sujeitos que a solicitassem. A instituição recusou, apesar de minha insistência. Disso decorre meu segundo entendimento: a emissão

²⁴ Na primeira vez que fomos paradas, ao ler a indicação do tema que investigo em minha carta de apresentação o policial comentou, mais consigo próprio do que conosco, “Huum... ProSAVANA!”. E, com certa estupefação, perguntou: “e precisa ir pro mato para falar do ProSAVANA?”.

do documento não é apenas uma formalidade própria à instituição e ao seu modo de entender pesquisa, mas uma forma de controlar também a mim. E, assim, resguardar-se de qualquer equívoco. Esta compreensão é reforçada pelo fato de que o OMR não apenas me concedeu algumas cartas específicas como guardou para si uma cópia de cada uma delas, as quais fui convocada a assinar.

Evidentemente, também está em jogo a ética em pesquisa. Apesar de reconhecer a razão de ser de artefatos como cartas de apresentação e termos de consentimento, tenho a convicção de que em certos contextos de pesquisa – como o que aqui relato – estes pseudo-contratos são demasiado frágeis, bem como instauram e/ou reforçam determinadas assimetrias (entre pesquisador/pesquisado/instituição/Estado...). Se relato este processo de negociação entre mim e a instituição que me recebia, é porque acredito que ele é exemplar na medida em que nos informa que ética em pesquisa não é algo dado, nem se esgota na burocracia. Ainda que a presente seção tenha se dedicado à temática, esta uma discussão que encontra ecos ao longo de todo o texto, seja na escolha das palavras ou mesmo nos limites do que é dito – um reflexo, portanto, da postura vigilante adotada também “dentro” do campo.

Das identidades (não) negociáveis

A literatura sobre trabalho de campo, sobretudo acerca do fazer etnográfico, discute amplamente a questão da identidade, algo que não é escolhido pela pesquisadora, mas concedido pelo outro num processo de negociação permanente. Mas foi só quando experimentei as identidades a mim outorgadas que os textos passaram a fazer sentido. Já durante meu primeiro contato com o campo eu me vi permanentemente instada a dizer quem eu era e porque vinha. Ao longo de todo o período foi impossível apagar minha “diferença”, pois eu a carregava no corpo: estrangeira, branca, uma mulher que adentrava instituições dominadas pela masculinidade e fazia perguntas.

Talvez por me faltar consciência dessas condições de existência (e suas implicações) fui capaz de ultrapassar a rigidez das instituições: a fim de conhecer o responsável pelo ProSAVANA fui até o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de (MASA) – eu já havia sido avisada por outros pesquisadores, “[e]le não concede entrevista”. À época o Ministério ainda não havia se mudado oficialmente para os grandes

prédios próximos ao aeroporto²⁵ e fui, acompanhada por um interlocutor, até a Rua da Resistência, onde as operações estavam acontecendo até então. Ainda sem acesso a minha bagagem (pois a mesma havia sido extraviada pela companhia aérea), estava sem roupas adequadas disponíveis, de forma que fui de mochila, tênis, camiseta e calça jeans, informalidade disfarçada apenas por um lenço de cetim que cobria meus ombros. A portaria estava vazia e não fui parada ao entrar – algo que se repetiu ao longo de todos os andares. Fui com meu interlocutor até o quarto andar, onde ele tinha uma reunião agendada, e perguntou à secretária de um departamento: [v]ocê sabe quem cuida do *ProSAVANA* por aqui? Ela nos indicou o sétimo andar, onde, depois, nos indicaram o décimo primeiro. Fomos andando pelas escadas antigas, ninguém nos parava: acho que, pela primeira vez, eu entendi que estava *seguindo o próprio ProSAVANA*.

Fui até o último andar e eu ainda não havia encontrado “o ProSAVANA”, decidi descer com meu interlocutor pelas escadas todo o prédio do Ministério, andando pelos longos corredores sem saber muito bem o que procurar – mas lendo atentamente as placas nas portas fechadas. Chegando ao oitavo andar, não precisei procurar: ao fundo do corredor, um grande banner com os dizeres “ProSAVANA – www.prosavana.gov.mz”, acompanhados pela discreta identidade visual do programa, anunciava que eu encontrara o lugar certo (ver Figura 6). Ao me dirigir até ele, pude notar as placas nas portas: “ProSAVANA – Sala de Reuniões”, “ProSAVANA – Sala da Coordenação”, “ProSAVANA – Escritório dos Gestores”, nesta última, a porta estava aberta.

²⁵ Já no dia de minha chegada fiquei surpresa com os imponentes prédios situados junto à Praça dos Heróis Moçambicanos, que em breve serão a sede do MASA. Em várias conversas informais, moçambicanos reclamavam - *Para construir esses monumentos o Governo tem dinheiro* – e, mesmo, reproduziam boatos – *Ouvi dizer que “pegou fogo” em documentos lá no prédio antigo*. Enquanto estive em Maputo, o Ministério era abrigado por dois prédios originalmente independentes, cujas paredes divisórias foram derrubadas: daí que a altura do teto e do chão era alterada na metade dos corredores.

Figura 7 – Banner junto ao escritório do ProSAVANA no Ministério da Agricultura moçambicano



Fonte: registro feito em campo.

Uma sala com três mesa de madeira, cada uma com um ocupante e ornada por uma pequena bandeira: à esquerda de quem entra, Moçambique; na sua frente e também de frente para a porta, a japonesa; entre as duas mesas, mais ao fundo da sala, a bandeirinha do Brasil. Três homens conversavam quando, já entrando, batemos na porta; a conversa foi interrompida imediatamente. Na primeira mesa à esquerda, estava um homem de camisa azul bem cortada, que logo percebi ser o coordenador geral do ProSAVANA. Expliquei a ele as razões de minha presença, perguntando se ele poderia me receber noutra ocasião para uma entrevista sobre o programa, ao que ele me olhava sem muito interesse. Ele não respondeu e nem fez menção de responder por alguns longos segundos, ao fim dos quais disse apenas: “[v]olte em 45 minutos”.

Minha conversa com o coordenador do ProSAVANA foi a primeira de várias entrevistas tensas que fiz em Moçambique. O tempo todo eu precisava explicar quem eu era, o que queria e a que interesses servia: dizer “sou estudante/sou pesquisadora”, que

em geral confere certa neutralidade²⁶ aqui no Brasil, não tinha este mesmo efeito em Moçambique. Ao fim de uma hora complicada – mas muito proveitosa – de entrevista, agradeci pela conversa e desliguei o gravador; meu interlocutor então disse: “Agora é minha vez de fazer perguntas”. Ele iniciou perguntando um pouco sobre meu trabalho (*Estou apenas tentando entender o que está acontecendo em Moçambique e no ProSAVANA*), mas principalmente sobre minha trajetória (*Sou também jornalista e, no meu trabalho de mestrado, procurei entender como a imprensa fala sobre os transgênicos no Brasil*).

- Então, se entendi bem, é jornalista e socióloga.
- Isto, respondi.
- Mas sociologia não tem muito a ver com agricultura. Por que te interessa por estes assuntos?
- Ainda que eu ache que a sociologia, pelo menos no Brasil, tenha bastante relação com questões da agricultura, em função mesmo da história de meu país, acho que me interesso por uma questão bem pessoal: venho de uma família de agricultores, meu pai é agricultor.

Não fazia ideia do efeito que esta última frase – *meu pai é agricultor* – produziria. Meu interlocutor ficou imediatamente mais disposto, ao que começou a elogiar a pujança do agronegócio brasileiro. Voltou a falar sobre o ProSAVANA e sobre a potência desse programa, me oferecendo seu contato de e-mail para que pudéssemos continuar a conversa: “[v]olte a Moçambique!”, me disse empolgado. Já na saída, quando eu pedi se poderia fotografar o banner no projeto, ele comentou que a maioria dos pesquisadores que recebe já chega com ideias pré-concebidas, contrárias ao agronegócio e à modernização, mas que ele entendera que este não era o meu caso. De fato, em 2018 ele voltou a me receber.

Por mais algumas vezes lancei mão desta “carta de apresentação”. Em diálogo com uma liderança camponesa, que me perguntava sobre meu interesse pessoal no assunto, falei sobre isso e mais nenhuma explicação foi cobrada. Também foi útil em uma de minhas mais difíceis conversas, na qual a desconfiança do entrevistado para comigo não era sequer disfarçada: nem com carta de apresentação emitida pelo PPGS, nem com os

²⁶ Ainda que esta questão possa ser problematizável, nesta afirmação parto de minha experiência: em geral, no Brasil, *em contextos urbanos* ao mencionar estar realizando um trabalho acadêmico, as desconfianças diminuem. Em sociedades não urbanas (mas não só), entretanto, a situação se modifica. Em debate durante o Simpósio Temático *Gênero, feminismos, resistências e processos emancipatórios*, realizado junto ao 11o. Seminário Internacional Fazendo Gênero/13a. edição do Mundos de Mulheres, pesquisadoras que trabalham com mulheres não-urbanas (camponesas e reassentadas), em especial mobilizando a História de Vida, falaram sobre o desafio da aproximação que permite que mulheres contem suas vidas a elas. Na ocasião, a historiadora Temis Gomes Parente (UFTO) relatou suas experiências, concluindo que – para ela – não é a universidade (ou seus títulos) que a investem de poder, é saber descascar mandioca e fazê-lo junto as suas interlocutoras.

folders do TEMAS, nada o deslocava para além daquelas falas protocolares. Nesta organização acadêmica, que se opõe frontalmente ao ProSAVANA, quando eu mencionei esta informação de minha “origem”, meu interlocutor passou a falar longamente sobre as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nas quais se inspira. Talvez aí eu tenha tido consciência da potência dessa frase: *meu pai é agricultor* funcionava quase como um significante vazio²⁷, ao qual meus interlocutores preenchiam, sem me fazer quaisquer outras perguntas, com os sentidos que lhes conviessem. Percebi que sujeitos com visões radicalmente distintas, seja a direção do ProSAVANA ou membros de organizações sociais contrárias ao projeto, reagiam de maneira semelhante a esta frase, como se, a partir dela, vissem em mim uma “aliada”.

Esta descoberta não veio sem dúvida: por um lado, eu me sentia desonesta em lançar mão desta informação, ainda que, por sua vez, ela seja absolutamente verdadeira – meu pai é, sim, agricultor, como também foram os meus avós. Eu me sentia incomodada ao mobilizar esta informação, pois sabia do seu potencial de transformação dos rumos da conversa: era como se eu pretendesse “manipular” os sujeitos, a fim de que eles conversassem comigo. E isso me gerava, e ainda motiva, um grande desconforto. Por outro lado, esta descoberta produziu em mim algo de doloroso: não era a mim que eles reconheciam como interlocutora, mas à minha “origem”, aquilo que eu represento e estou conectada – outro, meu pai, um homem. Ainda que isto em geral ocorra, pois por vezes em campo somos ligados a uma instituição, a Universidade, penso que foi um processo distinto, pois inesperado. Assim, ao saber que não conseguia ser origem e fim de mim mesma, passei a mobilizar esta fala com menos culpa: se só assim sou alçada *verdadeiramente* a interlocutora, que assim o seja.

Assumindo em parte as condições de existência que me concediam (e que me constituem), meu primeiro contato com o campo produziu deslocamentos em minha pesquisa (e, por conseguinte, em mim²⁸). Quando, em 2018, voltei ao campo mais

²⁷ Estou ciente de que a noção de “significante vazio” é central à proposta de teoria psicanalítica de Jacques Lacan, depois desdobradas nas ciências sociais por Ernesto Laclau. Entretanto, ainda que esta discussão renda uma reflexão interessante, não utilizo a expressão de forma vinculada a estes movimentos teóricos.

²⁸ Acerca desta experiência/reflexão, dois textos em especial me ajudaram a perceber que a relação (mulher-) pesquisadora e seu pai emerge em contextos variados e produz efeitos capazes de alterar a própria pesquisa. O primeiro deles é o clássico prefácio de Lila Abu-Lughod (1986) ao *Veiled Sentiments*, quando a antropóloga narra o constrangimento de aguardar que seu pai, até então um ator imprevisto, negociar a sua entrada e estada em campo – fato que seria definidor de sua etnografia no Egito. Já o segundo me foi indicado assim que voltei de Moçambique: é o ensaio *Umbigo Ambiguo*, redigido por Elisa Massae Sasaki (2000), que narra a nem sempre confortável condição de ser a “filha do monge” enquanto conduzia sua pesquisa sobre a comunidade *Nikkei*.

confortável com a identidade que haviam me confiado – e eu havia incorporado – a mesma se repetiu, mas somou-se a tantas outras que emergiram: *engenheira Ângela, irmãzinha, gaúcha*.

No fim do percurso, penso que a instabilidade das identidades em campo é um movimento duplo. A possibilidade de experimentar identidades múltiplas é ambígua ao permitir e interditar acessos em medidas variadas, assim como é um reflexo da fragmentação identitária dos próprios sujeitos. E o mesmo ocorre para com os interlocutores, ainda que o texto (e o próprio fazer da pesquisa) os circunscreva a papéis específicos: camponês, liderança, empresário, etc. Isto explica em parte a surpresa quando em algumas conversas ouvia *coisas fora de lugar*, como quando certo camponês passou a me falar de seu filho; ou quando um pesquisador contou longamente de suas experiências quando fazia doutorado no Brasil e das praias que conhecera; ou quando um diplomata falou animado que sairia para degustar alguns vinhos com seus amigos após nossa conversa. É evidente que as pessoas (e as coisas) envolvem mais possibilidades de existência que aquelas que o texto as concede: a vida *excede* o escopo desta pesquisa, há famílias, viagens, amigos. Reforço, portanto, que assumindo as limitações (do texto, do percurso e mesmo as minhas), não desejo encarcerar indivíduos em identidades monolíticas, mas descrever o lugar que ocupam – desde suas práticas, muitas das quais expressas em narrativas singulares – na rede que constitui o acontecimento ProSAVANA, o objeto desta investigação.

Da ordem das justificativas

Os estudos no que se poderia denominar *campo do desenvolvimento* e suas perspectivas *ambientais*, amplo senso, não são inéditos: efeitos de grandes projetos como a construção de hidrelétricas e a exploração de minérios, e, mais recentemente, os megaeventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada, são temas de investigação recorrentes nas ciências sociais brasileiras. Entretanto, percebo que grande parte destas pesquisas está centrada num olhar “de cima”, isto é, desde a perspectiva das políticas públicas ou “do mercado”: nestes trabalhos, a análise dedica-se a compreender processos mais amplos, como a constituição de megaprojetos diante de um cenário global, por exemplo. Por outro lado, diversos autores têm se dedicado a pensar a questão do desenvolvimento a partir “de baixo”, isto é, desde a perspectiva de sujeitos “afetados” ou “impactados” pelo desenvolvimento, quando as investigações, em geral, são pautadas por

movimentos e discursos de “resistência”. Neste sentido esta pesquisa, ainda que não reivindique originalidade por isso, visa se inserir no que penso ser uma tendência instigante: o trânsito entre escalas micro e macroanalíticas.

De forma distinta, mas complementar, existem também autores que sugerem a necessidade de que trabalhos em Sociologia passem a incorporar uma “dimensão ambiental”. Ainda que compreenda tal proposição, defendo que, mais que uma dimensão ambiental, este projeto trata justamente de uma *questão ambiental* em si, a partir das disputas e rearranjos que tal problemática engendra. Desde o referencial epistemológico da “virada ontológica”, em costuras experimentais com proposições de cunho pós-colonial, o desejo aqui é explorar as relações possíveis entre naturezas e sociedades, tidas até então como objetos de saberes distintos, de maneira a contribuir para o tensionamento das próprias fronteiras disciplinares

Da primeira experiência em campo emergiu outra ordem de justificativas, que diz respeito à confiança depositada neste trabalho por grande parte dos interlocutores. Os problemas narrados acerca das consultas comunitárias em relação ao ProSAVANA e a *má comunicação* instaurada, além das tensões entre os diferentes movimentos da sociedade civil, contribuem para um clima de desconfiança em relação aos pesquisadores. Com este trabalho não foi diferente: todos os primeiros contatos foram difíceis. Assim, hoje não vejo como pensar sobre outra temática, pois me vi de alguma maneira implicada e responsável com e pelas histórias e impressões partilhadas quando das entrevistas, inclusive por aqueles que buscam frear o ProSAVANA:

[p]ara mim... o projeto tinha que parar. (...) Isso eu não tenho como fazer. Mas em qualquer encontro, eu tenho que apresentar o meu sentimento. Se o governo quiser ouvir, pode ouvir. (Liderança camponesa da província de Nampula. Trecho de entrevista. Nampula-cidade: março de 2017).

Senti-me, ainda, interpelada por diálogos nos quais os sujeitos expressavam seu desconforto pela proposta do programa e pela ausência de interlocução com seus promotores, expressas em falas como a transcrita acima. Sem nenhum desejo de me fazer porta-voz de grupos ou sujeitos específicos, este trabalho também se justifica por um senso de responsabilidade com as inquietações as quais foram comigo partilhadas. São histórias demasiado singulares, as quais se emaranham em uma rede complexa que excede categorias usualmente mobilizadas para descrevê-la: *cooperação Sul-Sul, desenvolvimento,...*

A escolha do ProSAVANA ampara-se, ainda, numa curiosidade acerca de uma espécie de deslocamento brasileiro: de nação importadora de tecnologias e modelos

agrícolas – que se evidencia no processo de modernização da agricultura que decorreu entre 1965 e 1985 – a “exportador” de modelos modernos. Quais as especificidades desta nova configuração? Grosso modo, este trabalho pretende justificar-se ao assinalar como e quais elementos de diferença são acionados quando das disputas e tensões, isto é, refletir sobre quem são e como se constituem os atores (sujeitos, instituições, dados, relatórios,...) mais ou menos autorizados a produzir o *desenvolvimento* no *Sul global*.

Em síntese, esta pesquisa justifica-se em dois domínios. Por um lado, no plano acadêmico, o desejo é colaborar para a produção de conhecimento em Sociologia, em especial a que se dedica à questão ambiental e ao desenvolvimento, alargando as premissas e categorias postas até então; desde outro ponto de vista, reafirmo a intenção de ampliar a reflexão pública acerca dos grandes projetos de desenvolvimento originados no *Sul* e os rearranjos por eles forjados.

Guia de percurso

Uma vez que o trabalho de campo e a reflexão teórico-metodológica informam um ao outro simultaneamente, seria uma tarefa dolorosa separá-los no texto. A escritura deste trabalho, portanto, não previu “capítulos teóricos” e “capítulos analíticos”. No horizonte sempre esteve o desejo de contar uma história acessível a quem quisesse ler, guardadas as especificidades e as imposições formais que uma monografia de pós-graduação coloca, já que ela própria resulta num gênero peculiar. Uma ficção, tal qual são as histórias, as categorias e os conceitos – o que em nada implica em invenção deliberada ou fantasiosa.

Não sei se consegui.

Com a vontade de experimentar um formato narrativo que me é novo, encarei o dilema da produção do texto: construo a história conforme a sequência temporal de eventos? Divido os capítulos conforme os “tipos” de atores com os quais me deparei? Como estruturar a narrativa se tudo parece se atravessar o tempo todo? A solução escolhida passa por uma espécie de organização temática, a partir do que o ProSAVANA *faz-fazer* face a um ator central, *a terra*, conforme elucidado a seguir.

A *Parte I – Terra* dá conta de delinear o objeto desta pesquisa, qual seja o *acontecimento ProSAVANA*. Em seus quatro capítulos informa distintas maneiras de apreender este programa de *desenvolvimento*, assim como o campo de possíveis que dele emerge. É nesta parte que apresento algumas das discussões já feitas a respeito do

ProSAVANA, mapeando atores que produzem e sustentam a rede em análise. Após oferecer um panorama do local onde este *projeto* toma corpo (o *Corredor de Nacala*), no último capítulo desta Parte I lanço também algumas pistas acerca das especificidades dos atores que se relacionam face a este acontecimento, seus embates e assimetrias.

A *Parte II – Desenhar a Terra* discute a emergência do *acontecimento ProSAVANA*, sobretudo a partir daqueles que o *desenham*, isto é, os entes da cooperação e as instituições de pesquisa e extensão que o levam a cabo. Em quatro capítulos busco delinear os vínculos que este programa faz ver, assim como aquilo que ele eclipsa. Para tanto, estão em discussão neste momento especialmente práticas das ciências e da política face a arranjos distintos de outros atores *com* e *sobre* a terra, destacando-se o papel dos artefatos, notadamente os mapas, em uma paisagem de conflitos.

A *Parte III – Narrar a Terra* assume que formas de dizer excedem o plano do discurso, revelando os possíveis que emergem face ao *acontecimento*. De certa maneira, esta parte é dedicada à potência criativa (e destrutiva) da língua, entendida como um elemento que revela modos de existência específicos. *Narrar a Terra* propõe resgatar a questão da língua em investigações pragmáticas, pois o trabalho de campo informa que meus interlocutores e interlocutoras encontraram no ProSAVANA uma linguagem para falar de suas vidas, seus dilemas e desejos.

Após, segue uma seção dedicada às conclusões, a principal delas anunciada já no título: *terra animada*. Por fim, apresento as referências citadas. Lembro que, caso os leitores e leitoras tenham dúvidas, as siglas e acrônimos citados no texto encontram-se nomeados antes do sumário. Como já mencionado, há um glossário no Apêndice A.

Ainda que em Ciências Sociais esta pareça uma questão quase dada, desejo ainda registrar o caráter absolutamente situado deste trabalho, bem como de suas conclusões. Isto é, a descrição realizada dá conta de um período específico (em Moçambique, de fevereiro e março de 2017 e de janeiro a abril de 2018; no centro-oeste brasileiro, de outubro e novembro de 2018) e daquilo que me foi possibilitado conhecer (considerando todas as diferenças que carrego em meu corpo: mulher, jovem, brasileira, estudante de doutorado... entre tantas outras especificidades que eu própria posso não me dar conta).

Eu poderia, a fim de engrossar o caldo das justificativas, recorrer a dois autores cujos pensamentos me são muito caros e voltarão ao longo do texto: Bruno Latour (2000a) e Donna Haraway (1995). O primeiro nos convida a experimentar a potência de se investigar algo *em ação*, enunciado que inclusive pego de empréstimo para compor o título

deste trabalho. Por localizar o trabalho em um tempo específico, é evidente que não é possível (nem desejável) dar conta de *todas as conexões*, nem de uma verdade única e inabalável.

Donna Haraway (1995), por sua vez, em um texto já clássico nas Ciências Sociais (*Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*), nos lembra da potência de se assumir uma perspectiva parcial. Nós, as outras corporificadas, podemos abraçar justamente a circunscrição de nossos corpos, que permite a reflexão sobre o caráter sempre situado do que podemos conhecer. Se as formas pelas quais estabelecemos conexões e experimentamos situações são múltiplas e instáveis é ao assumirmos tal localização que a objetividade se instaura.

Para além das contribuições epistemológicas de Latour e Haraway, que cito por representarem o que acredito, sim, mas também pelo espaço de produção de conhecimento no qual me encontro, parece-me imprescindível resgatar algo que me foi colocado pelo campo e encaro quase como um preceito ontológico. Na língua *bantu emakhuwa*, falada em grande parte do norte moçambicano, caso eu deseje me apresentar, devo dizer *mi vano ki Ângela*. O “*vano ki*”, ainda que possa ser entendido aproximadamente como “sou”, encontra sua melhor tradução na palavra “agora”²⁹: *eu agora Ângela*.

Correndo o risco de fazer uma extrapolação inconsistente, quero argumentar que o próprio campo, a partir de suas possibilidades de dizer, me alertou para o perigo das certezas de se *ser*. É possível apenas estar no agora, sem garantias da permanência ou da essência. E isso dá conta, me parece, de que só é possível bem conhecer ao situar-se: num tempo, num espaço e num corpo.

²⁹ Esta ao menos é a tradução do *emakhuwa* de variante *enahara*, conforme meus estudos para a confecção deste trabalho. Mais informações sobre as línguas faladas em Moçambique, assim como uma discussão mais aprofundada, podem ser conferidas na Parte III da presente investigação.

PARTE I –
A TERRA

**“Não é o que ProSAVANA diz, mas as evidências do que o ProSAVANA faz”:
construindo o objeto**

No capítulo anterior, busquei, entre outras coisas, apresentar os anseios que moveram esta pesquisa e a reflexão ética e metodológica que conduziu o processo de investigação, bem como suas justificações. Entretanto, sei que pouco disse sobre o “campo”: a intenção é deixar que ele próprio fale ao longo da presente seção. Deste modo, este capítulo é dedicado a narrar a forma como o que denomino *acontecimento ProSAVANA*³⁰ se conforma como objeto do presente texto.

Se assim o faço, no lugar de assumi-lo como dado, é porque acredito na potência de se estudar a *ciência em ação*, como sugere Latour (2000a). E, assumindo que este trabalho é também ciência, penso ser honesto com as leitoras e os leitores contar um pouco da forma como “o ProSAVANA” (enquanto rede de relações) foi se tornando o objeto em análise, em um processo de idas e vindas que é próprio à produção de conhecimento – ou pelo menos assim o foi neste caso.

Ao longo do percurso de pesquisa empreendido, eu nunca tive muita certeza do que o ProSAVANA é. Melhor dizendo: aquilo que os sujeitos e os documentos expõem ou silenciam ao seu respeito é permeado por controvérsias, deslizamentos de sentido e acusações – o que era de se esperar, já que não se trata de um programa encerrado, muito menos de projetos unânimes. Muitas vezes me vi em dúvida sobre *acreditar* ou *desconfiar* dos atores, o que me levou a seguir linhas de histórias que mais pareciam um romance de lã embaraçada: “às vezes parece que não se desenha uma rede, mas um círculo; é como se eu sempre voltasse para o mesmo lugar, para as mesmas pessoas, para o mesmo texto”, escrevi em meu diário de campo do dia 13 de março de 2018, já em Maputo. Esta é a tônica do processo que agora narro.

Durante o período em que estive em estágio doutoral no exterior³¹, pude conversar sobre meu trabalho com a antropóloga Birgit Müller, que na mesma semana havia

³⁰ Como ficará explícito neste capítulo, há uma diferenciação entre o ProSAVANA, enquanto programa, e o *acontecimento ProSAVANA*, que se configura como objeto da pesquisa. Por esta razão, opto por realçar esta diferença também textual e visualmente (por meio da demarcação em itálico).

³¹ Entre janeiro e abril de 2019, fui recebida como pesquisadora convidada no *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* (LAS), em Paris, vinculado ao *Collège de France*, ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) e à *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Acolhida institucionalmente por Philippe Descola, ele próprio uma referência na confecção deste trabalho, tive a oportunidade de discutir minha pesquisa com diversos investigadores, além de acompanhar o último curso e seminário ministrados por Descola junto ao *Collège de France: Qu'est-ce que comparer?* e *Individuation, individualité, individualisme*, respectivamente.

explorado as possibilidades dos agricultores de agir de forma tática ou estratégica³² frente aos contratos com empresas e Estado. Por que os sujeitos voluntariamente se colocam em situação ou relações de dependência?, ela perguntava. Quando disse que esta questão me instigava muito no âmbito do ProSAVANA, a pesquisadora provocativamente indagou mais sobre o programa. Enquanto eu tentava descrever o que conhecia, de forma ingênua disse que não tinha certeza de quanto os camponeses e camponesas sabiam a respeito do ProSAVANA, seus macro objetivos e conexões. Birgit Muller me devolveu a questão: e como esperar que eles saibam se nem você, que é a pesquisadora, sabe?

De fato, não há como apreender *todas* as relações – e a própria teoria sociológica aqui mobilizada nos lembra permanentemente disso, já que a cada conexão rastreada se produz um novo objeto. Talvez esta possibilidade se agrave, no caso do ProSAVANA, pelo fato de que muitas das relações são cuidadosamente omitidas, assim como grande parte das transações não está documentada – ou, pelo menos, tais documentos não são de domínio público. Como saber quais sujeitos e empreendimentos estão vinculados ao programa? De que forma se conectam? Quais das empresas de monocultivo em larga escala que chegaram ao Corredor de Nacala na última década são, de fato, tributárias do ProSAVANA? A estas perguntas, assumo, me escapam as respostas: eu poderia apenas especular.

O que proponho, e espero que faça sentido às leitoras e aos leitores, é assumir a impossibilidade de dar conta do que o programa é, como já argumentei no capítulo precedente. Esta solução, aliás, devo às considerações de dois interlocutores em situações de campo distintas. Em Nampula-cidade, em 2017, conversava com três pessoas vinculadas a entidades que compõem a Plataforma de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N), que me relatavam suas articulações face ao ProSAVANA e a outros projetos que surgiam na região. Passei a enumerar alguns empreendimentos agrícolas que eu sabia serem recentes, expondo a eles minha genuína dúvida quanto ao que se vinculava ou não ao programa na região. De forma muito bem-humorada, um dos homens que até então estava mais quieto, interrompeu-me com a seguinte frase: “*são os cogumelos que vieram com a chuva!*”. Quero manter esta metáfora em mente. Já em 2018, em diálogo com uma camponesa que atua como liderança comunitária na província de Nampula, uma conversa do mesmo tipo sucedia na sede da União Provincial dos Camponeses (UPC), não tão longe

³² Em referência à obra de Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*. Em sua reflexão, dentre outras coisas, De Certeau diferencia formas *táticas* e *estratégicas* de (re)apropriação da cultura.

do local onde a conversa anterior se passara um ano antes. Quando esta senhora contava sobre os processos violentos que marcaram a chegada de determinado empreendimento na região na qual ela habita, perguntei se a empresa em questão estava conectada ao ProSAVANA, que era o tema central de nossa conversa naquele dia. Ela me explicou que não tinha certeza, mas foi além: não importava. Sabiamente, argumentou que o que está em jogo para ela e para seus companheiros, articulados em torno a associações de resistência, "*não é o que o ProSAVANA diz, mas as evidências do que o ProSAVANA faz*".

O ProSAVANA, então, faz surgir cogumelos, isto é, permite novos possíveis. Ao adotar esta compreensão colocada pelos atores, quero propor que o ProSAVANA pode ser mais bem descrito se o assumirmos como um acontecimento:

[a]contecimento, numa perspectiva pragmatista, refere-se a uma ocorrência, um fato concreto do cotidiano com grande poder de afetação, que suscita inquietações, demanda escolhas e provoca ações, este fato convoca e revela sentidos, que dizem da sociedade na qual ele ocorre. (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 73-74).

Isto posto, a noção de acontecimento aqui adotada implica necessariamente em uma dimensão de experiência – no sentido de que determinados corpos e lugares *experimentam* aquilo que irrompe e desorganiza/rearranja as relações. Na esteira do que diz Quéré (2011), assumir um acontecimento como objeto traz em si também um desdobramento metodológico: não se trata do contexto explicar o ocorrido, mas, pelo contrário, o acontecimento é que dá conta de dizer da situação. De fato, esta perspectiva muito próxima da Teoria Ator-Rede (ANT), visto que também refuta (ou no mínimo coloca em dúvida) o potencial explicativo do “social”. Por óbvio, há uma dimensão material neste conceito, mas o trabalho de campo empreendido dá indícios de que o ProSAVANA é um acontecimento *inclusive* discursivo, porque estabelece uma ruptura e inaugura uma possibilidade outra de compreensão e de enunciação (PÊCHEUX, 1999), ainda que isto não se dê sem considerar a trama histórica da qual toma parte.

O que quero argumentar, então, é que - ainda que não rompa de todo com o já-lá, pois há persistências e continuidades - o ProSAVANA joga luzes sobre outras formas de se pensar e ocupar a terra, as quais, mesmo que não se efetivem, tornam inviável narrar o lugar e seus processos sem mencioná-lo. Daí aquilo que me conta a líder camponesa mencionada: não há como se falar da terra e das disputas no Corredor de Nacala sem remeter ao ProSAVANA.

Assim, *levando a sério* o que me dizem estes dois interlocutores, neste trabalho encaro desta maneira o ProSAVANA: não apenas como o programa em si, mas desde a

extensa rede que o constitui e significa, a qual por vezes inclui eventos e atores outros que aqueles formalmente vinculados a este programa. Confesso que pensei em assumir como objeto algo mais amplo, como "empreendimentos agrícolas recentes no Corredor de Nacala", mas acredito que tal deslocamento esvaziaria a potência de se pensar em um acontecimento tão quente como o ProSAVANA, que origina discussões intensas no terreno, no meio acadêmico e em cúpulas internacionais. Dito isto, ao longo da narrativa empreendida, neste capítulo objetivo especificamente mapear a rede que produz o *acontecimento ProSAVANA*, identificando os atores a partir de suas práticas em relação ao programa.

Para tanto, quatro tópicos serão explorados. O primeiro deles visa dar conta do que *é dito sobre o ProSAVANA*, isto é, à guisa de revisão, apresento brevemente alguns dos principais estudos já realizados acerca deste programa, bem como situo algumas das entidades (não eminentemente acadêmicas) que produzem reflexões e críticas. No segundo tópico, busco mapear algumas *narrativas de si*, isto é, fornecer uma descrição do programa por “ele próprio” – a partir de suas publicações, Plano Diretor e entrevistas com seus entusiastas. No terceiro tópico, será ampliado o leque de atores e o escopo da descrição, buscando dados produzidos também quando da observação de atividades no próprio Corredor de Nacala e aquilo que os que lá vivem experimentam quando desta experiência *de desenvolvimento*: neste momento espero proporcionar ao leitor e à leitora uma melhor compreensão deste cenário no qual o programa surge (como a *machamba* apresentada na Figura 8 a seguir remete), bem como algumas das mudanças repentinas que ele produz (ou seja, aquilo que ele *faz-fazer*) – daí também a ideia de *acontecimento ProSAVANA*. Por fim, o último tópico inaugura uma discussão que mantereí no horizonte ao longo de todo o trabalho: na rede que o conforma, diferentes *tipos de vínculo* são estabelecidos, os quais estão diretamente conectados às especificidades dos sujeitos e lugares para além do ProSAVANA em si. Isto é: as relações que conformam a rede são marcadas por contingências e assimetrias. Neste momento, buscarei descrever *quem são e como se constituem* os atores autorizados a produzir o *desenvolvimento* na experiência do ProSAVANA, refletindo sobre as condições de existência (e suas intersecções) que tornam suas práticas mais ou menos legítimas.

Figura 8 – Camponês busca milho na *machamba*



Fonte: registro feito em campo.

1 Mapeando dizeres

O ProSAVANA vem sendo explorado por inúmeros trabalhos investigativos desde o Brasil e Moçambique, seja no âmbito acadêmico, em textos jornalísticos ou a partir de publicações de entidades da sociedade civil. Ao longo do percurso desta monografia, busquei reunir este material composto por gêneros tão distintos: são cartilhas, reportagens, artigos, teses e dissertações produzidos em diferentes espaços. Além disso, o próprio programa divulga (de forma não periódica) relatórios, materiais de divulgação e comunicados de imprensa, em geral rebatidos por movimentos sociais internacionais e articulações interinstitucionais contrários ao ProSAVANA – que de forma curiosa lançam

mão dos mesmos tipos de publicação; com exceção, talvez, de alguns poucos vídeos com narrativa documental, formato não explorado pelo programa até então. Para além dos modos de dizer (isto é, o gênero textual), chama a atenção que também as arenas de debate são organizadas quase que em um jogo de espelho: os governos de Brasil, Japão e Moçambique promovem encontros trilaterais, enquanto entidades associadas que visam criticá-lo organizam a “Conferência Triangular dos Povos contra o ProSavana”. Isto é, mesmo que o conteúdo das discussões nestas duas esferas tenha em comum apenas o tema, trata-se de maneiras de reunião próximas no que diz respeito aos tempos e ritos empreendidos. Ainda que tal discussão não caiba no horizonte de discussão aqui pretendido, é no mínimo interessante notar que os modos de promover e de recusar/resistir passam por formatos de enunciação muito similares, o que nos lembra da tese defendida por Marshall McLuhan, em 1967, de que *o meio é a mensagem*³³. Ainda acerca das conferências, há que se observar que as recentes declarações nas quais elas resultam não são assinadas, ou melhor: não apresentam a lista de instituições que as subscrevem, ainda que a experiência de campo permita dizer que se tratam de diversas entidades moçambicanas, brasileiras e japonesas ligadas à terra e aos direitos humanos.

Em consonância com o arcabouço teórico-epistemológico que ancora esta pesquisa, tais documentos/textos/minutas encontros não são pensados apenas por seus conteúdos, mas eles próprios compõem a rede que sustenta o *acontecimento ProSAVANA*. Além disso, com o cuidado de não endossar o determinismo tecnológico de McLuhan (1969), gostaria de manter no horizonte de discussão a ideia de que o formato importa. Desde outra abordagem, o que quero sugerir é que os artefatos técnicos, ao constituírem uma nova relação entre actantes, podem fazer alterar tanto o sujeito quanto o objeto: isto posto, se, como diz Strathern (2007), um objeto técnico encerra em si uma rede, pode-se assumir que o que se coloca são relações entre relações.

Quero, portanto, experimentar a ideia de que é possível localizar os movimentos que constituem o ProSAVANA como um verdadeiro acontecimento e, como tal, repleto de controvérsias – as quais encapsulam em si diferentes discursos e práticas sobre o próprio

³³ Há duas versões para o título desta obra do teórico da comunicação: *O meio é a mensagem* e *O meio é a massagem*. As especulações dão conta de que se tratou de um equívoco tipográfico acolhido pelo autor – em inglês, os termos são *message* e *massage*. Há ainda quem argumenta de que se trata de um jogo entre *massage* e *mass-age* (algo como “era das massas”). No corpo do texto optei por “o meio é a mensagem” por se tratar de uma máxima do autor canadense, repetida noutras obras e bastante difundida nas faculdades de comunicação no Brasil. Ainda assim, a ideia de uma massagem é bastante interessante para a perspectiva deste trabalho: o meio – e os objetos técnicos no meio – “tocam” os indivíduos, afetando sentidos e o próprio curso da história.

programa. Isto posto, ressalto que o que ProSAVANA não apenas *diz*, mas muito tem sido *dito* sobre ele: o programa tem sido objeto de numerosas análises, as quais se debruçam especialmente sobre os seus documentos oficiais. Em revisão da literatura já produzida sobre este programa, chama a atenção que os resultados de estudos são mais disseminados em periódicos e anais de congressos: estudos de maior fôlego sobre o ProSAVANA ainda são escassos, embora venham aumentando nos últimos anos. Além das investigações que o assumam como objeto, percebo que o programa é averiguado de forma suplementar em teses e dissertações que se dedicam a temáticas amplas: observo que algumas categorias e eixos analíticos se repetem – e, por vezes, se complementam. O primeiro deles é a ideia de *cooperação Sul-Sul*, tema de diversos trabalhos e tangenciado por outros, seja de um ponto de vista mais “macro” (FERRANDO, 2015; VISENTINI, 2013; 2010) ou transitando entre escalas (CESARINO, 2014; 2012; 2013; SANTARELLI, 2016). Tem destaque também a questão da posse da terra (ALVES, 2016; FUNADA-CLASSEN, 2013a; 2013b; 2013c; 2013d; MANDAMULE, 2015; MOSCA; BRUNA, 2015; SANTARELLI, 2016), em especial os conflitos fundiários, as tensões provocadas pela emergência do programa e os processos de resistência às ações.

Nesta seara, uma das primeiras publicações a respeito do ProSAVANA foi o estudo coordenado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), *Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique*. A publicação, assinada por Schlesinger (2013), investiga a parceria entre Brasil, Japão e Moçambique, especialmente no âmbito do programa, embora proponha uma breve revisão da política externa e dos investimentos brasileiros. Grande parte da publicação dedica-se a explorar o Plano Diretor que vazara naquele ano, de forma que o autor considera que o programa representa as contradições internas do Brasil em relação ao convívio entre agronegócio e agricultura camponesa, o que representaria um risco para o campesinato do Corredor de Nacala. Evidentemente, Schlesinger (2013) se posiciona fortemente contrário à continuidade do ProSAVANA, dado que a instituição para a qual escreve, a FASE, é uma das signatárias da campanha “Não ao ProSAVANA”. Ainda que coloque em causa quais os interesses (mesmo que difusos e contraditórios) que movem este programa, o autor extrapola o *acontecimento ProSAVANA*, promovendo uma reflexão mais ampla sobre a própria opacidade da cooperação brasileira:

[a]ssim como o conjunto da política externa, a cooperação e os investimentos brasileiros têm sido decididos de forma privada, sem que haja uma instância onde os interesses em conflito existentes na sociedade brasileira e, portanto, refletidos na sua ação externa, sejam processados.

O caso do ProSavana revela a urgência de democratização do processo decisório na política externa brasileira, inclusive na cooperação e investimentos, de controle social e consulta às populações atingidas pelas iniciativas brasileiras, para que a cooperação e investimentos internacionais do Brasil sejam orientados pelo fortalecimento dos direitos humanos, da justiça social e ambiental e da segurança e soberania alimentar. (SCHLESINGER, 2013, p. 48).

Da parte japonesa, tem destaque a pesquisadora da área de Relações Internacionais Sayaka Funada-Classen, que é uma das referências em comum aos trabalhos que tomam o ProSAVANA como objeto: junto com Schlesinger (2013), Funada-Classen, foi uma das primeiras autoras a publicar análises sobre o assunto. É interessante notar que, sendo uma estudiosa dos processos de formação de Moçambique, a autora teve suas reflexões críticas sobre o ProSAVANA traduzidas ao inglês e ao português – este último em especial por esforços de organizações de investigadores e ativistas moçambicanos. Talvez por seu ineditismo à época, foi a crítica de Funada-Classen (2013a; 2013b; 2013c; 2013d) a que encontrou maior repercussão nos meios acadêmicos e na sociedade civil, que replicou o texto e o mobilizou como argumento em disputas contra os proponentes do ProSAVANA.

Já em Moçambique, os principais estudos sobre o programa, suas tensões e efeitos têm sido desenvolvidos no âmbito do Observatório do Meio Rural (OMR), que até 2016 dedicava uma linha de investigação ao programa - *Efeitos dos grandes projectos sobre o meio rural e a agricultura*, coordenada por Natacha Bruna. É desta pesquisadora a maior parte das publicações moçambicanas sobre o assunto, em parceria com o diretor-geral da instituição João Mosca, embora também se encontrem referências em estudos que têm como foco a questão da terra em Moçambique, como os reunidos no livro *Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique* (SERRA; CARRILHO, 2013).

Desde o Brasil, do ponto de vista da produção de conhecimento institucionalizada pelo meio acadêmico, o ProSAVANA é objeto de destaque na área das Relações Internacionais, sobretudo naqueles estudos que exploram as relações do país com o continente africano, em especial observando a aproximação das últimas década (VISENTINI, 2013; 2010). Ainda nesta esfera, noto que, por um lado, há trabalhos que se dedicam à análise da chamada *cooperação Sul-Sul*, como fazem Barbosa (2015) e Tatim (2014), e, por outro, há aqueles que observam o projeto “em si”, como o desdobramento

de uma agenda específica de política externa³⁴, tal como fazem Ferrando (2015), Lombardo (2015), Avelhan (2014) e Almeida (2016). Já na Geografia, o trabalho de maior fôlego é a dissertação de Catsossa (2017), que averiguou as mudanças e ambiguidades do discurso sobre programa. Este autor, como é próprio ao seu campo, tem o “território” como categoria central, e aponta para uma apropriação deste pelo capital (internacional), situação que define como *barbárie*. Já nas Ciências Sociais³⁵, investigações sobre cooperação e projetos de desenvolvimento não são inéditas, sendo que o ProSAVANA é tangenciado em muitas delas (CESARINO, 2013; COELHO, 2015). Como foco, é a pesquisa de Santarelli (2016) que observa por meio do ProSAVANA (seu objeto empírico) a temática da cooperação brasileira, mobilizando a literatura sobre cooperação Sul-Sul e, especialmente, o enfoque da transferência de políticas, ressaltando as controvérsias localizadas em torno ao programa. A tese de Perin (2020) completa esta paisagem de revisão, oferecendo um quadro interpretativo que dá conta das articulações técnicas e políticas em torno ao programa.

São múltiplas também as investigações realizadas por investigadores das Ciências da Terra amplo senso, que dizem respeito às técnicas e procedimentos necessários ao cultivo (de milho, soja, entre outros), tomando o ProSAVANA, portanto, como um pano de fundo para a análise. Somam-se a estas os trabalhos do âmbito da Economia, que avaliam competitividade agrícola e concorrência na produção de *commodities*.

Isto posto, penso que o grande volume de estudos advindos de distintas áreas do conhecimento reforça a perspectiva de que o ProSAVANA não é apenas um caso ou um contexto, mas vem se configurando como um acontecimento que – por si próprio – amalgama e diz de determinadas situações, sendo quase que inescapável ao nos debruçarmos sobre certas temáticas, como a *cooperação Sul-Sul e a transferência de tecnologias agrícolas*. Sendo assim, acredito ser possível e desejável considerar o volume de estudos que se dedicam ao programa como constitutivos da rede, pois eles também produzem e sustentam o ProSAVANA.

³⁴ Notadamente aquela inaugurada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), cujos esforços diplomáticos descentraram as relações exteriores mantidas até então, expandindo a cooperação (e os mercados) brasileiros até o continente africano e reforçando as interlocuções com a América Latina. Necessário dizer que esta perspectiva de diplomacia sofreu um processo de minguagem nos governos posteriores. Na gestão de Bolsonaro (2019-), então, esta agenda sofreu e vem sofrendo reveses.

³⁵ Note-se que o ProSAVANA, de certo modo, está presente também nas formulações etnográficas levadas a cabo pela equipe da pesquisa realizada em parceria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade do Lúrio (UniLúrio), a qual toma como elemento central as controvérsias que circundam o Corredor de Nacala. Ver, por exemplo, Martins, Assunção e Oliveira (2015) e Muitxs Outrxs* (2017).

Ainda que esta não se pretenda exaustiva, a fim de revisão de literatura, cabe mencionar trabalhos anteriores por mim realizados, especialmente a monografia de maior fôlego “Narrando ‘vazios’, produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique”, na qual observei os sentidos presentes no Plano Diretor e no material de divulgação oficial do projeto (CAMANA, 2017). Nesta pesquisa, experimentei uma articulação teórica e metodológica distinta daquela aqui mobilizada, acionando o conceito de lugar (MASSEY, 2008; 2004; ESCOBAR, 2005) e leituras críticas do desenvolvimento de inspiração foucaultiana (FERGUSON, 2005), com foco na Análise do Discurso pela sua matriz francesa (PÊCHEUX, 1988). Algumas das conclusões desta investigação inicial, desenvolvida quando do meu primeiro ano como estudante de doutorado, foram discutidas em eventos e desdobradas em publicações, de forma que determinados aspectos serão retomados e repensados neste trabalho de tese. Durante estes últimos anos pude também experimentar reflexões mais pontuais acerca de questões variadas, sejam elas de ordem empírica – por exemplo: o papel dos mapas (CAMANA, 2018), da língua (CAMANA, 2019) e da agroecologia (CAMANA; ALMEIDA, 2018b) – ou de fundo teórico – veja-se o debate sobre “desejo de desenvolvimento” (CAMANA; BLANCO, 2020) e a construção de uma mononatureza (CAMANA; ALMEIDA, 2018a). Estas produções voltarão a ser acionadas quando pertinente.

2 ProSAVANA: narrativas de si

Ao longo destas reflexões já ensaiadas, venho encarando o *acontecimento ProSAVANA* como uma espécie de *experiência limite*, da qual podem emergir fricções de construções de mundos, de cosmos. Esta opção é ancorada na ideia de que o programa em si é da ordem dos *grandes projetos de desenvolvimento*, o que se dá por cinco fatores (os quais se atravessam e têm continuidades)³⁶: a) pelo tempo previsto para suas ações; b) pelo espaço a ser abrangido; c) pelo montante financeiro envolvido³⁷; d) por seus objetivos; e e) pela rede de atores que o produz/sustenta. É com estes elementos em vista que desenvolvo

³⁶ Não é objetivo deste trabalho explorar ou definir a categoria “grandes projetos de desenvolvimento”. Uma discussão conceitual sobre megaprojetos é realizada por Chizenga (2016; 2020b) e, em parte, assumida nesta pesquisa.

³⁷ No âmbito do ProSAVANA não é uma tarefa simples indicar os valores envolvidos no projeto. Em parte por se tratar de um ‘programa’, o qual inclui diversas ações menores – o que pulveriza os dados sobre os investimentos. Além disso, por incluir em grande medida investimentos privados, torna-se mais difícil acessar ao orçamento. Da parte do Estado brasileiro, são US\$8,2 milhões – embora seja unânime entre os interlocutores com os quais estive que o financiamento do programa é de “responsabilidade” do Japão.

esta seção, a fim de fornecer um cenário mais preciso deste programa e seus desdobramentos.

Como já mencionado, o programa prevê ações ao longo de 20 anos, os quais são prorrogáveis: de fato, observando-se o cronograma inicial, a maior parte das atividades está consideravelmente atrasada, algumas em vias de reformulação, outras abandonadas por pressão popular, problemas orçamentários ou mesmo sofrendo efeitos das mudanças de política externa nos países signatários – quando não uma soma de todos estes fatores.

Além disso, são diferentes fases de implementação, que se dão por meio de três pilares estruturantes: a) *ProSavana-TEC*, via Projeto de Investigação (ProSavana-PI), cujo objetivo é a ampliação da pesquisa agrícola e transferência de tecnologias; b) *ProSavana-PD*, considerado o principal elemento do projeto, a partir da confecção de Plano Diretor que esquematiza o desenvolvimento agrícola para a região; c) por fim, o *Projeto de Extensão e Modelos (ProSavana-PEM)*, o qual implementa os projetos no âmbito do agronegócio e da agricultura familiar (ROSSI, 2015; SCHLESINGER, 2013). Desde o Brasil, de onde redijo esta pesquisa, são diferentes as entidades engajadas em cada componente, como busco sintetizar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Componentes estruturantes do ProSAVANA

	<i>ProSAVANA-PI</i>	<i>ProSAVANA-PD</i>	<i>ProSAVANA-PEM</i>
Objetivo	Melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologias para o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala	Elaboração de um plano abrangente de desenvolvimento agrícola para o Corredor de Nacala	Implementação de projetos produtivos pilotos no âmbito da agricultura familiar e comercial
Duração prevista³⁸	2011-2016	2012-2014	2013-2019
Quem executa [da parte brasileira]	EMBRAPA (até 2017) UFV	FGV Agro	ASBRAER e MDA (até 2016), EMATER-DF, ABC e SENAR/CNA

Fonte: elaboração própria a partir de dados de campo e de literatura (ROSSI, 2015; SANTARELLI, 2016; SCHLESINGER, 2013).

³⁸ Os períodos são indicados a partir da previsão inicial, ainda que todos os componentes do programa estejam atrasados.

Parece-me interessante registrar a dificuldade de apontar com exatidão quem são os órgãos responsáveis por executar cada pilar do programa desde o Brasil, em parte pela já mencionada opacidade do ProSAVANA face à divulgação de informações, em parte pela efemeridade dos compromissos institucionais com o programa. Ambas as ordens de justificativa, penso, dão conta justamente da fragmentação do Estado, que não obedece a uma lógica única, sobretudo o Estado brasileiro, marcado na história recente – e nos anos do ProSAVANA – por rupturas e ressignificações ainda em curso.³⁹

Do ponto de vista brasileiro, a execução do ProSAVANA-TEC esteve a cargo sobretudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio da transferência de tecnologias por ela desenvolvidas, sendo que esta organização também conta com dois campos de testes para *novas tecnologias* em solo moçambicano. No âmbito deste componente, ainda, acontecem capacitações e cursos de técnicos moçambicanos, em especial vinculados ao Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique (IIAM)⁴⁰. De forma semelhante, universidades brasileiras vêm recebendo cientistas moçambicanos em cursos de mestrado e doutorado, o que é facilitado por acordos prévios⁴¹, e, argumentam interlocutores, por compartilharmos da mesma língua e de biomas semelhantes, o que seria uma vantagem diante da cooperação japonesa. Esta temática será melhor explorada na Parte II desta pesquisa. No entanto, ainda que a EMBRAPA seja referenciada como a principal responsável pela execução deste pilar, no qual o Brasil ocuparia lugar de destaque, não foi isso que pude constatar a partir do trabalho de campo. De fato, instituições de pesquisa visitadas já não contam com a presença permanente de brasileiros, ainda que alguns agrônomos e agrônomas com quem estive mencionem cursos realizados. A EMBRAPA, aliás, já não está envolvida no ProSAVANA, sendo que o papel por ela ocupado hoje está a cargo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais.

O ProSAVANA-PD, por sua vez, talvez seja a parte mais comentada e estudada do programa, visto que engendra controvérsias e conflitos de variadas ordens. Da parte

³⁹ O orçamento da cooperação brasileira com a África, que havia experimentado incrementos a partir de 2008, vem sendo reduzido nos últimos anos. Para conferir os dados de execução financeira: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/AfricaExecucaoFinanceira>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

⁴⁰ Ainda que a EMBRAPA tenha reduzido sua participação, tais capacitações seguem ocorrendo, como indica a notícia publicada em 20 de outubro de 2017: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/breves/72256-prosavana-capacita-investigadores-do-iiam.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁴¹ Notadamente o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), por meio do qual são concedidas bolsas a pesquisadores de países *em desenvolvimento* com os quais o Brasil possua acordo de cooperação.

brasileira, a confecção do Plano Diretor ficou a cargo da FGV Agro, *think tank* do agronegócio⁴². Ainda que com publicação prevista para 2014, apenas em 2015 este documento teve sua versão final divulgada: a primeira versão, que vazou em 2013, foi amplamente criticada pela sociedade civil, que articulada internacionalmente lançou a campanha “Não ao ProSAVANA”. Neste documento inicial restava evidente que o objetivo primeiro do programa era a produção em larga escala de *commodities* em grandes extensões de terra com fins de exportação, por parte de grandes empresários do setor (FUNADA-CLASSEN, 2013^a; 2013b; 2013c; 2013d). Assim, neste componente haveria uma forte participação do setor privado, que receberia incentivos para estabelecer grandes lavouras naquele país: hoje no Corredor de Nacala já estão presentes alguns grupos agrícolas (com a participação de, dentre outros, brasileiros e portugueses), que se beneficiam do estatuto da terra em Moçambique para lá se estabelecerem. Ainda que este Plano Diretor tenha sido formalmente desconsiderado, pesquisadores e parte da sociedade civil (em especial aqueles vinculados à campanha “Não ao ProSAVANA”) consideram que as modificações são apenas superficiais e os reais objetivos do programa seguem os mesmos. No Plano Diretor atual, denominado “Versão Zero”, a FGV Agro não teve participação formal dadas as críticas dirigidas ao primeiro documento:

[i]nicialmente, o discurso à volta do ProSAVANA era de que este seria um programa virado ao agronegócio em que se previa a entrada massiva de grandes investidores estrangeiros agrários (...). Após as inquietações de diferentes organizações da sociedade civil, o PD – Versão Zero apresentou como principal alvo os pequenos agricultores, sem especificar qual dos grupos (que são muito diferentes entre si), e a prática da agricultura por contrato. A nova visão adoptada por este programa é melhorar a vida da população do Corredor de Nacala através do fortalecimento da agricultura familiar em que o Governo e o sector privado aparecem apenas como um apoio com vista a alcançar este objectivo. (MOSCA; BRUNA, 2015, p. 15).

O novo Plano Diretor, assim, prevê ações de variadas ordens, indicando inclusive os principais produtos a serem cultivados e a implementação de novas tecnologias. Ainda que o (anunciado) novo objetivo do programa seja a melhoria das condições de vida dos camponeses, são diversos os “rastros” do universo do agronegócio, grupo de interesse que até então conduzia as negociações. Dentre eles, ressaltam-se os modelos de contratação propostos no documento, que modificariam as formas de trabalho e cultivo da terra praticadas na região, assim como os produtos indicados são diferentes dos usualmente cultivados no Corredor de Nacala – milho e soja seguem apresentados como “culturas

⁴² Além do estudo realizado, a FGV Agro também negocia investimentos privados na região.

prioritárias” (MOÇAMBIQUE, 2015). A Figura 9 a seguir apresenta as principais palavras localizadas no Plano Diretor: em linhas gerais, estes termos já indicam parte dos sentidos produzidos por este documento.

Figura 9 – Nuvem de palavras: Plano Diretor do ProSAVANA



Fonte: elaboração própria, com auxílio do *software* NVivo® 11⁴³.

Uma análise do Plano Diretor e dos sentidos por ele produzidos foi por mim realizada noutra ocasião (CAMANA, 2017), além de ser tema corrente dos principais estudos que envolvem o ProSAVANA (FUNADA-CLASSEN, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d; MOSCA; BRUNA, 2015). Aqui, destaco apenas os termos centrais – *desenvolvimento* e *produtores* – que representam as palavras que mais vezes aparecem ao longo do Plano Diretor. *Desenvolvimento*, porque o ProSAVANA assim se narra, um

⁴³ A fim de registrar apenas os sentidos indicados no planejamento de ações em si, para a confecção desta nuvem de palavras foram desconsiderados os elementos pré-textuais como capa e sumário, assim como também foram removidos o rodapé e o cabeçalho de todas as páginas, no qual constam os termos “Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala”.

programa para o desenvolvimento; ainda neste documento, para além da previsão de ações e obras “de desenvolvimento”, há seções destinadas a uma espécie de diagnóstico da região do Corredor de Nacala, em especial os capítulos 2 (*Análise dos actuais desafios e potencial de desenvolvimento agrário*) e 5 (*Acesso ao mercado*). Nesta narrativa, que descreve os cenários hoje encontrados na região, têm destaque a pobreza e as condições de vida precárias dos sujeitos que lá habitam:

[a] incidência da pobreza em Moçambique melhorou entre 1996 e 2003, caindo de 69,4% para 54,1%. No entanto, entre 2003 e 2009, a incidência da pobreza permaneceu quase inalterado. A incidência da pobreza da província da Zambézia aumentou de 44,6% em 2003 para 70,5% em 2009, que foi o pior do país. Na província de Nampula a incidência da pobreza também ficou um pouco pior, passando de 52,6% em 2003 para 54,7% em 2009. Por outro lado, a incidência da pobreza na província de Niassa melhorou significativamente, reduzindo de 52,1% em 2003 para 31,9% em 2009. Assume-se como sendo a causa da deterioração da incidência da pobreza em 2008 a queda significativa no sector agrícola devido ao (tempo fora de época). Deste modo, compreende-se que a estabilidade de produção agrícola pode contribuir de forma significativa para a melhoria da incidência da pobreza em áreas onde a agricultura é a principal actividade. (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 2-28).

No excerto acima, há uma caracterização da região abrangida pelo projeto como pobre, a qual se soma uma relação causal: o Corredor de Nacala é pobre *por causa* da agricultura pouco desenvolvida. Sendo assim, incrementos no setor agrícola corresponderiam a uma melhora nos índices apresentados. Esta ideia de pobreza é costumeiramente acionada como argumento do imperativo do desenvolvimento: Eduardo Viveiros de Castro, em entrevista na qual comenta a situação dos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia brasileira, propõe uma reflexão semelhante. Para o antropólogo, o desenvolvimento e seus projetos prescindem da pobreza para se justificarem, de forma que pauperizam os sujeitos (discursivamente, por meio de documentos como o ProSAVANA, mas também objetivamente):

[Eduardo Viveiros de Castro:] “Para fazê-lo passar de índio a pobre, é preciso primeiro tirar dele o que ele tem — suas terras, seu modo de vida, os fundamentos ecológicos e morais de sua economia, sua autonomia política interna —, para obrigá-lo a desejar consumir o que ele não tem — o que é produzido na terra dos outros (no país do agronegócio, por exemplo, ou nas fábricas chinesas)”. (FREITAS, 2015, s.p.).

Retomo a nuvem de palavras anteriormente apresentada, na qual também chama a atenção o termo *produtores*, que, num primeiro olhar, parece algo adequado, visto que destaca os sujeitos, aqueles que dizem ser os beneficiários do ProSAVANA. Entretanto, numa leitura mais atenta – e fui alertada disso por um interlocutor em Moçambique –, os

sujeitos que vivem do e no mundo rural não são/não se identificam como produtores ou como agricultores (familiares ou não), mas como “camponeses”⁴⁴:

O discurso de que os pequenos agricultores serão integrados ao ProSAVANA há de permanecer como discurso, porque na prática não vai acontecer isto. (...) Se tu pesquisar o PNISA e o PEDSA vais encontrar apenas o termo “produtor”, “pequeno produtor”. Qual é a filosofia por trás disso: é *transformar o camponês em produtor de commodities*, em produtor daquilo que o mercado quer. (Pesquisador e ativista, membro da campanha “Não ao ProSAVANA”. Trecho de entrevista. Maputo: fevereiro de 2017).

[O ProSAVANA] mais do que uma cooperação Sul-Sul beneficente aos três Estados, é apenas um mecanismo formal para criar mais pobreza. (Ativista, membro da campanha “Não ao ProSAVANA”. Trecho de entrevista. Maputo: fevereiro de 2017).

Cabe ressaltar que o programa não se dá de forma desconectada de outros projetos e planejamentos. Como bem nota o interlocutor acima mencionado: conecta-se tanto com o Plano Nacional para o Investimento do Sector Agrário (PNISA) quanto com Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrícola (PEDSA), ambos instrumentos oficiais do Estado moçambicano, que por sua vez também se entrelaçam com outras agendas – tal qual a Agenda 2025, por exemplo, para não mencionar as nem sempre rastreáveis pautas supranacionais. Assim, o Plano Diretor se insere em uma ampla rede de diretrizes e as mobiliza, arregimentando aliados, ainda que um gesto de leitura cuidadoso dê conta de indicar algumas contradições e fricções entre todos estes documentos. Parece-me algo semelhante ao que descreve Rist (1996) quando argumenta que o desenvolvimento, e estas são palavras minhas, se autocelebra: quando o ProSAVANA se alia a determinadas pautas (e não outras), por mais que existam contrastes, o programa anuncia com quem dialoga e a que tipo de agenda pretende servir. Isto é: nas narrativas de si (que constam em posicionamentos oficiais e no próprio ProSAVANA-PD), este *acontecimento* não rompe de todo com o já-lá, mas, ao contrário, faz questão de mencionar

⁴⁴ Adoto neste trabalho a categoria “camponês” sem trazer, com isso, a carga teórica à qual este termo é associado nas ciências sociais brasileira, ainda que não a ignore. Trata-se de uma escolha fundamentada pela gramática mobilizada pelos próprios atores para se autorreferenciarem, ainda que possa ser discutido em que medida o fazem adotando um léxico da cooperação internacional convencional (como é o caso também da adoção do termo “sociedade civil”). Cabe observar que Cesarino (2017) propõe uma excelente discussão acerca do “camponês” face a projetos de desenvolvimento da cotonicultura em países africanos, enfatizando os deslizamentos entre os camponeses “reais” e aqueles “virtuais” (desenhados como beneficiários da cooperação). De certo modo, é uma discussão que encontra outros matizes no quadro do ProSAVANA, já que o próprio programa assume como ator-chave o “produtor” ou o “agricultor”, obliterando, assim, a própria possibilidade de um deslizamento contextual do “camponês”.

com quais agendas dialoga e é tributário⁴⁵, sugerindo outros atores que sustentam sua rede. Neste caso, ao mobilizar diretrizes moçambicanas, reforça-se a ideia expressa pelo coordenador do programa nas duas vezes nas quais me recebeu: “o ProSAVANA *não é um megaprojeto*, é um programa de Moçambique para os moçambicanos”; esta espécie de slogan também está presente na maior parte do material de divulgação do programa (ver Figura 9).

Materiais de divulgação são também o que preenche as paredes do escritório do ProSAVANA-PEM em Nampula-cidade. Esta componente, aliás, possui um material de comunicação próprio (Figura 10), no qual é possível observar alguns dos *modelos*, efetivamente, desenhados pelo programa para os *pequenos agricultores*. No início desta investigação, tinha por mim que este componente era, provavelmente, aquele com menor participação brasileira: segundo Santarelli (2016), nenhum consultor do país chegou a estar em Moçambique, onde uma equipe de japoneses e moçambicanos planeja ações neste sentido. No entanto, a experiência de campo me informa de que, talvez, seja um dos pilares mais avançados, com projetos “experimentais” em curso e outros, bastante ambiciosos, em fase de estudos e planejamento por parte, inclusive, de órgãos brasileiros.

Em fevereiro de 2018, ao conhecer uma iniciativa vinculada ao PEM em uma localidade do distrito de Monapo, alguns camponeses com os quais eu conversava me diziam dos diversos brasileiros que haviam passado por lá ministrando cursos e formações. De fato, naquele mesmo dia ocorriam aulas que movimentavam a comunidade e pude ver alguns estrangeiros na sede da cooperativa visitada: o responsável pelo PEM na região comentou se tratar de uma equipe da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

⁴⁵ Santarelli (2016) e Perin (2020) fazem um bom trabalho de rastreamento destes outros planos e documentos com os quais o ProSAVANA se entrelaça. Por não ser o intuito desta pesquisa dar conta dos antecedentes históricos do programa, me eximo de realizar esta explanação, ainda que alguns elementos possam ser apresentados quando o contexto etnográfico demandar.

Figura 10 – Folder oficial do ProSAVANA [geral]

O **ProSAVANA** é um Programa do Governo de Moçambique, executado com o apoio dos Governos do Japão e do Brasil, para o desenvolvimento agrícola regional e melhoria das condições de vida dos produtores do Corredor de Nacala.

O Programa vai trabalhar principalmente com os pequenos e médios produtores moçambicanos, apoiando-os para o aumento da produção e produtividade e melhoria do acesso aos mercados. Vai dar Formação e apoio técnico para que os produtores e suas organizações produzam mais e melhores produtos nas suas machambas.

Através do **ProSAVANA**, as comunidades no Corredor de Nacala terão acesso a novas técnicas e tecnologias para a produção agrícola.

Objectivos:

- Melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala;
- Fortalecimento dos serviços de extensão agrícola;
- Melhoria das capacidades de investigação e transferência de tecnologia;
- Melhoria das capacidades e dos conhecimentos das associações e organizações de produtores;
- Apoio aos produtores e suas organizações;
- Apoio ao desenvolvimento de mercados no Corredor de Nacala.



Quer saber mais sobre o ProSAVANA?

Fale com:

Extensionista/Técnico de Agricultura
Serviços Distritais de Actividades Económicas
Direcção Provincial de Agricultura

Contacto: _____

UM PROJECTO DE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério da Agricultura

COM O APOIO:




www.prosavana.gov.mz

Ministério da Agricultura
Rua da Resistência, 1746, 10.º Andar
Maputo | Moçambique

Fotografias gentilmente cedidas por:
Chika Onishi | Hilaru Nagatake | Jacimere Mourão
Yukino Nasumi | Divulgação ProSAVANA

Agosto 2014



Um Programa de Moçambique para os moçambicanos




Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala

O que está o ProSAVANA a fazer no Corredor de Nacala?




1 Apoio à Investigação



2 Transferência de Tecnologia aos agricultores



3 Formação aos Agricultores



4 Reforço das Associações de Produtores



5 Apoio à aquisição de instrumentos de trabalho



6 Melhoria das infra-estruturas

Fonte: site oficial do ProSAVANA (Disponível em: <<https://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/FinalFolhetoPT1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020).

Figura 11 – Folder oficial do ProSAVANA-PEM



1 Instrução em técnicas de cultivo apropriadas aos membros das associações;

2 Realização de treinamento na comunidade de Namitatar com perspectiva de levar a cabo a diversificação dos serviços de extensão;

3 Apresentação das actividades realizadas pelos produtores junto dos extensionistas no dia de campo com a participação dos líderes das comunidades entre outras entidades.

O Projecto de Extensão e Modelos visa a criação e implementação de modelos de desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala que permitam o aumento da produção e produtividade de pequenos e médios produtores residentes na região, através do fortalecimento dos serviços de extensão agrícola.

As duas áreas de actuação do ProSAVANA-PEM:

- Melhorar a acessibilidade dos produtores e a qualidade dos serviços de extensão agrícola nas áreas de estudo do ProSAVANA.
- Definir, materializar e implementar Modelos de Desenvolvimento Agrário com vista ao aumento da produção de acordo com a dimensão de áreas de cultivo nas respectivas áreas de estudo do ProSAVANA.

Contato: _____



Apoio à Extensão Agrária e Criação de Modelos de Desenvolvimento da Agricultura no Corredor Nacala



Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de vida no Corredor de Nacala



www.prosavana.gov.mz
 Fotos gentilmente cedidas por:
 Chika Onishi | Hikaru Nagatake | Kikuo Oishi
 Pandey Santosh | Takahiro Kato

Principais Modelos de Desenvolvimento Agrícola propostos pelo ProSAVANA-PEM

Modelo 1
Abordagem 1
Alargar a cobertura dos serviços de Extensão Agrária às comunidades



Equipa de técnicos do Distrito de Rapale a mostrar aos produtores as vantagens do uso do secador melhorado de amendoim

Abordagem 2
Diversificar os serviços de Extensão Agrária prestados às comunidades abrangidas pelo Programa



Técnicos do SDAE de Rapale num encontro com um grupo de mulheres abordando questões relacionadas com as vantagens de ter assistência técnica na área da agricultura

Modelo 2
Apoio às Associações:
Reforçar o papel das Associações como o núcleo de produção e de ligação com os mercados locais; Reforçar a coordenação entre associações.



Formação em contabilidade para os membros das associações em Ribaué

Modelo 3
Apoio à organização de Cooperativas:
Assistência aos agricultores organizados na comercialização dos seus produtos e na formação de cooperativas.



Discussão em grupo com a Associação União Faz a Força (UFF)

Modelo 4
Fomento:
Aumento da renda dos agricultores e crescimento da produção e produtividade agrícola através do modelo de agricultura sob contrato.



Época de colheita dos Agricultores de pequena escala que participam no esquema de produção sob contrato

Modelo 5
Desenvolvimento de Cadeias de Valor:
Apoiar as áreas de actuação do ProSAVANA-PEM a tornarem-se locais activos de negócios, especialmente a parte final da cadeia de valor.



Secção de planeamento activo nos negócios com a União Distrital dos Camponeses de Monapo (UCDM)

Fonte: site oficial do ProSAVANA (Disponível em: <<https://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/FolhetoPEMPT1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020).

Da parte brasileira, uma profusão de instituições está ou já esteve envolvida com a elaboração de projetos de extensão e modelos, das quais destaco a atuação da ABC. Em meu entendimento, é esta agência que coordena os múltiplos atores envolvidos na produção de modelos de extensão – quando do período de campo em Brasília, em novembro de 2018, percebi um circuito no qual, mais que as instituições, determinados sujeitos se entrelaçavam e encaminhavam minhas demandas uns aos outros. Se em Moçambique a cada novo dia surgia um novo contato, no Brasil a rede que pude mapear foi bem mais restrita. E todos os interlocutores me encaminhavam à ABC e, notadamente, a uma pessoa específica, que após uma ampla negociação por e-mail eu consegui acessar. Resumi ele a situação:

[d]e 2013 para 2014, o Brasil percebeu que não teria dinheiro. Dinheiro para conduzir grandes experimentos em campo. Mas a gente tem expertise. A gente tem literatura. Na parte de extensão rural, Viçosa produz diversas teses por ano, a gente tem todo um referencial de documentos... Então, a gente chegou nisso: o Brasil tem participado com *capacitação*. A gente vai capacitar institucionalmente o pessoal da extensão rural de Moçambique. (Representante da ABC. Trecho de entrevista. Brasília: novembro de 2018).

Além da ABC, merece ênfase a participação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), seu braço “educativo”. De fato, foram celebrados projetos de assistência técnica no âmbito do ProSAVANA⁴⁶, envolvendo funcionários com experiência prévia em Moçambique e em outros países africanos. Ainda que sua atuação busque suprir as demandas de extensão rural – “o SENAR surge como um substituto da EMBRATER⁴⁷”, explicou meu interlocutor na instituição – quero notar que em 2011 a CNA compôs uma equipe com cerca de 40 agricultores brasileiros em viagem para o Corredor de Nacala. Assim, lembrando que o ProSAVANA é um programa que envolve parcerias público-privadas, instituições passaram a questionar os propósitos desta viagem, que em muito excederiam o escopo do PEM. Segundo informações jornalísticas da época, a delegação era composta por agricultores de grande porte da região do cerrado brasileiro, interessados em prospectar negócios. Acredito que esta atuação ambígua e multifacetada por parte do

⁴⁶ Em seu site institucional, a busca pelo termo “ProSAVANA” encontra duas notícias: “Programa ProSavana terá novas ações do SENAR Brasil nos próximos meses”, de 2016, e “Assistência Técnica do SENAR desperta interesse de moçambicanos”, de 2017. Consulta realizada em dezembro de 2019.

⁴⁷ Trata-se da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, extinta em 1990.

órgão dê conta de como é possível movimentar-se de modo múltiplo nas margens do Estado, as quais, por sua vez, são elas próprias constitutivas desse mesmo Estado⁴⁸. Esta multiplicidade de práticas, algumas delas contraditórias entre si, se repete em inúmeros momentos quando o tema é o *acontecimento ProSAVANA*.

Por fim, ainda no que diz respeito ao ProSAVANA-PEM desde o Brasil, cabe registrar uma situação que me parece exemplar não só deste componente, mas do programa em si – e em alguma medida, quiçá, sintomática da própria construção de grandes programas:

[n]ós fomos procurados pela ABC para saber se a gente poderia apoiar esse programa ProSAVANA como parte da aliança tríplice Brasil-Japão-Moçambique. Na época convidaram o Secretário de Agricultura para ir até Moçambique ver a assinatura do acordo. Tinha uma segunda parte técnica nesse evento que ele [o Secretário] não ficaria, ele voltaria. Então precisava ir alguém, foi um negócio muito interessante. Uma coisa totalmente inusitada. Eu estava na festa de aniversário de uma amiga, o presidente da EMATER estava lá. Eles já tinham tentado falar com umas duas pessoas na festa, aí alguém me indicou: fui pela primeira vez a Moçambique. (Representante da EMATER-DF. Trecho de entrevista. Brasília: novembro de 2018).

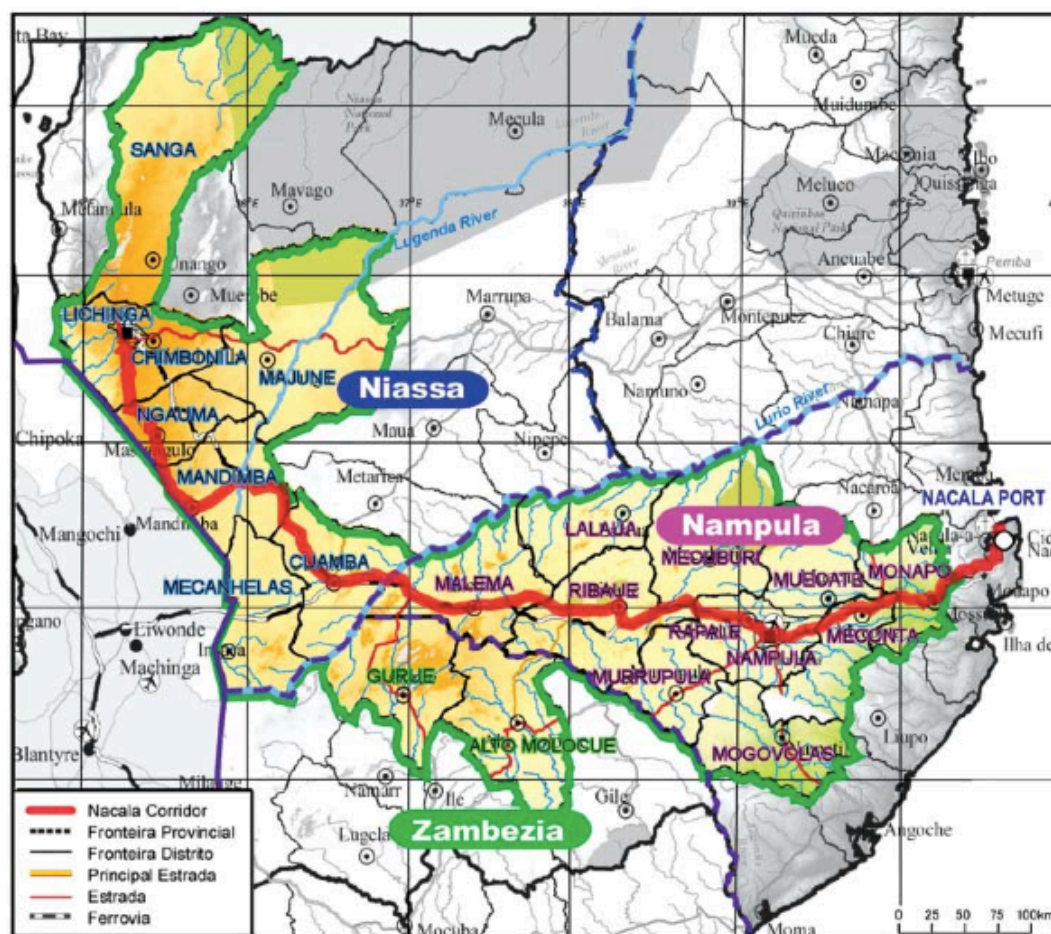
A forma como se arregimentam os sujeitos, quero argumentar, nem sempre é técnica ou burocrática como os produtos finais (um relatório ou site institucional) nos fazem crer, mas contingentes. E isso em nada esmorece a capacidade técnica do interlocutor supracitado, apenas evidencia que o *desenvolvimento* e seus *projetos*, quando *em ação*, passam por outros caminhos que não apenas os institucionais. Elementos como estar em uma festa, viver em Brasília, ter uma rede ampla de contatos, dentre outros, tornam possível a incorporação de atores ao programa, dando a ele novos contornos. E, como diz meu interlocutor, o inusitado da situação torna tudo *muito interessante*.

Se as dimensões do tempo e dos objetivos que justificam chamar o ProSAVANA de grande projeto de desenvolvimento, a partir do que se pode concebe-lo como um verdadeiro *acontecimento*, já foram explicitadas, chamo a atenção agora para a área a ser afetada pelas ações deste programa. A área de execução do projeto compreende cerca de 14 milhões de hectares, situados no chamado “Corredor de Nacala” (ver Figura 11), que abrange cerca de 20 distritos em três províncias, situadas na região norte do país. O Corredor de Nacala é um dos “Corredores do Desenvolvimento”, estratégia moçambicana iniciada na segunda metade da década de 1990 que visa parcerias com o setor privado a

⁴⁸ A este respeito, ver a obra editada por Das e Poole (2004).

fim de incrementar os transportes, em especial a malha ferroviária e sua ligação portuária⁴⁹. Ou seja, trata-se de um corredor logístico, que conecta o interior do país à costa. Em julho de 1997, foi lançado o Corredor de Nacala, que, situado no extremo norte do país, conecta o distrito de Lichinga, situado no noroeste do país, ao Porto de Nacala.

Figura 12 – Corredor de Nacala: localização e limites



Fonte: MOÇAMBIQUE (2015 [n.p.]).

Hoje, as províncias de Niassa, Zambézia e Nampula são, portanto, atravessadas por 912 quilômetros de ferrovias, que iniciam próximo à mina de Moatize⁵⁰, na província de Tete, sendo que 200 quilômetros cruzam o país vizinho, o Malawi. A presença da

⁴⁹ De acordo com Fonseca (2009), a noção de “corredor” já era importante no período da guerra civil moçambicana (1977-1992) e mesmo antes disso. Entretanto, é a partir da década de 1990 que estes corredores logísticos assumem preponderância em função do que possibilitam em termos econômicos (em especial, facilitam rotas de exportação).

⁵⁰ No distrito de Moatize situa-se a empresa brasileira Vale S.A., que desde 2004 explora carvão em Moçambique, em uma mina de 240 quilômetros quadrados. A multinacional financiou parte da construção da ferrovia citada, assim como construiu um terminal portuário próprio em Nacala. Para reflexões sobre as ações e os efeitos da Vale S.A. em Moatize, ver Chizenga (2016; 2020a), Matos (2016) e Rossi (2015).

ferrovia e do porto anima o setor público e privado, que vê nesta infraestrutura uma facilitadora para a exportação de *commodities*. Na região da costa, são duas grandes obras de propriedade do Estado moçambicano. De um lado da baía, em Nacala-a-velha, um terminal de carvão, também conhecido por “porto da Vale”; do outro lado, em Nacala, há um grande porto gerido pela Portos do Norte S.A. Os funcionários dizem que não há relação alguma entre ambos.

Figura 13 – Área de carga do Porto de Nacala



Fonte: registro feito em campo.

No Porto de Nacala (Figura 13), interlocutores comentaram a ampliação da infraestrutura, que atualmente opera com 40% da capacidade: “é o coração da cadeia”, argumentou o funcionário com quem dialoguei, ao que sua colega ressaltou a localização geográfica, muito próxima da área com *grande potencial de produção agrícola* que é o Corredor de Nacala. Como eu já havia tido acesso ao conteúdo de uma apresentação interna aos funcionários do porto, sabia que o ProSAVANA era uma das justificativas para as obras deste que é o maior porto natural de águas profundas de toda a costa oriental da África,

que inclusive já conta com armazéns para grãos e equipamentos para manusear graneis. Ao perguntar aos funcionários que me recebiam sobre a expectativa, o engenheiro respondeu: “[p]enso que estamos atentos e, quando [o ProSAVANA] chegar, estaremos preparados. Estamos até um pouco tristes que o programa parou um bocadinho”.

De fato, por tudo aquilo que diz e promete, o ProSAVANA mobiliza expectativas de variadas ordens, em geral marcadas por um desejo de progresso (que envolve determinados sujeitos, instituições e a própria região/nação). Esta ideia de “desejo de desenvolvimento” perpassa certos questionamentos e situações enfrentadas no campo, de forma que será discutida em capítulos posteriores, especialmente na Parte III.

Se nesta seção me dediquei a uma melhor apresentação do programa por si próprio, é possível argumentar que não há uma narrativa única e homogênea, mas sim um emaranhado de fios de histórias repletas de tensões internas, o que inclusive se reflete na variedade de componentes e projetos por eles acolhidos. No plano enunciativo, ao mirar na universalidade, isto é, na amplitude da abrangência do programa, o ProSAVANA encontra a fragmentação, a fricção – e as experiências que ele promove também parecem assim o ser.

3 Cenários: o *acontecimento* encontra a terra

- *Então, estás com uma bolsa do CNPq?*
- *Não, a minha bolsa é CAPES, que é como um [órgão] “irmão” do CNPq.*
- *Eu faço estas perguntas porque há muita gente que está estudando o ProSAVANA e inclusive o ProSAVANA está enviando pesquisadores para nos estudar, para estudar as organizações...*
- *Ah é?*
- *E pra estudar... para entender como...*
- *Se quiseres, está meio amassada em função do transporte, eu tenho uma carta da minha instituição e este é o grupo do qual eu faço parte no Brasil [entrego um folder do TEMAS]; é um grupo já antigo, que pesquisa questões ambientais há muitos anos.*
- *Mas, tranquilo. É apenas para...*
- *Não, imagina. É o seu direito saber quem eu sou, afinal eu venho aqui para fazer perguntas.*
- *Eu confio no Arsenio⁵¹. Eu tenho total confiança no Arsenio, acho que tá tudo tranquilo.⁵²*

⁵¹ Trata-se do jornalista Arsenio Farranguane, com quem fiz mestrado entre 2013 e 2015, no Brasil. Tornamo-nos amigos e foi ele que, em 2017, me recebeu em Moçambique pela primeira vez. A ele também devo inúmeros contatos, bem como acessos a acervos jornalísticos.

⁵² Trecho de diálogo com um dos principais articuladores da campanha “Não ao ProSAVANA”. Entrevista realizada na sede de uma das associações vinculadas à campanha, em Maputo, em fevereiro de 2017.

Se o ProSAVANA, como descrevi na seção precedente, narra-se como um projeto de desenvolvimento, arregimentando aliados em setores diversos e produzindo uma ampla rede de apoiadores (mais ou menos efetivos), é igualmente ampla e complexa a rede de atores que o recusa (seja de forma mais ou menos branda). Aliás, ao propor compreender o ProSAVANA como um *acontecimento*, o faço ciente de que a rede é uma só, ainda que permeada de fricções e de encontros por vezes violentos. Se negar veementemente o ProSAVANA é também sustentar a rede que o permite existir⁵³, quero sugerir que o mesmo se passa com a ideia-força do *desenvolvimento*.

A principal força contrária ao programa (ou, no mínimo, a que mais se faz ouvir) é a campanha “Não ao ProSAVANA”, lançada ainda em 2013, quando do vazamento da primeira versão do Plano Diretor. A articulação iniciada pela sociedade civil moçambicana agregou inúmeros movimentos sociais também no Brasil e Japão, a fim de inicialmente obter mais informações sobre o programa e, logo depois, frear o modelo em curso. A premissa básica desta campanha, pelo menos até o encerramento deste trabalho, é a não negociação com o Estado: o ProSAVANA representa uma ameaça aos camponeses e suas formas de vida, de forma que deve ser interrompido e não alterado. Entre suas ações, são redigidos cartas e manifestos a fim de fazer ver e ouvir a campanha, a maior parte delas divulgada *online*, que por vezes repercutem na imprensa local (*Agricultores pedem detalhes de ProSavana*⁵⁴) e internacional (*Sociedade civil moçambicana pela suspensão do ProSavana*⁵⁵). A campanha “Não ao ProSAVANA”, ainda na esteira do ativismo que denuncia os riscos do programa, organiza também a Conferência Triangular dos Povos, que em 2018 realizou, no Japão, a sua quarta edição. Deste último encontro foi gerada a Declaração de Tóquio⁵⁶, na qual as entidades presentes se comprometem com a garantia da soberania alimentar dos povos – uma lógica bastante semelhante ao que ocorre em outras cúpulas internacionais, das quais emergem documentos públicos como protocolos e tratados.

É possível argumentar que a Campanha vem se mostrando competente ao produzir conteúdo em diferentes formatos – vídeos, textos, documentos, saídas de campo –, os quais pautam a imprensa e fazem ver outras perspectivas sobre o ProSAVANA que não as colocadas por aqueles que o divulgam. Além disso, até certo ponto, os fundadores

⁵³ Mesmo que um tanto distante das referências com as quais busco dialogar, este fato me faz pensar que a recusa ao imperativo, como já alertava Baudrillard (1982) sobre as formas pelas quais opera a publicidade, reforça a lógica indicativa.

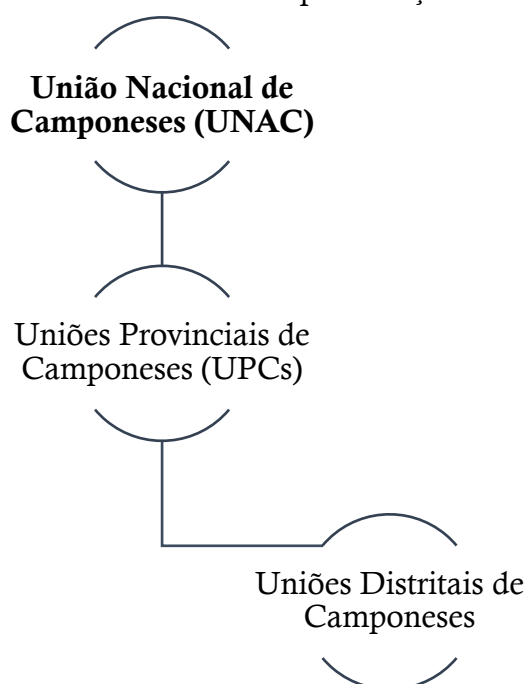
⁵⁴ Notícia publicada no Jornal Notícias, em 26 de agosto de 2016.

⁵⁵ Publicado no *Deutsche Welle* em 7 de abril de 2017.

⁵⁶ Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FINAL-Declarac%C3%A7%C3%A3o-de-Toquio-ProSAVANA-1.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

dessa articulação foram hábeis em mobilizar diferentes esferas da autoproclamada sociedade civil⁵⁷ moçambicana, a partir do questionamento deste programa, envolvendo (dentre outros) ONGs ambientais, organizações de intelectuais e setores da Igreja Católica, bem como representações de camponeses. Neste ponto, é importante mencionar que as entidades camponesas se organizam em distintos níveis, iniciando localmente nas localidades e distritos e resultando na congregação de todos junto à União Nacional de Camponeses (UNAC), com sede em Maputo (Figura 14).

Figura 14 – Estrutura das representações de camponeses



Fonte: elaboração própria.

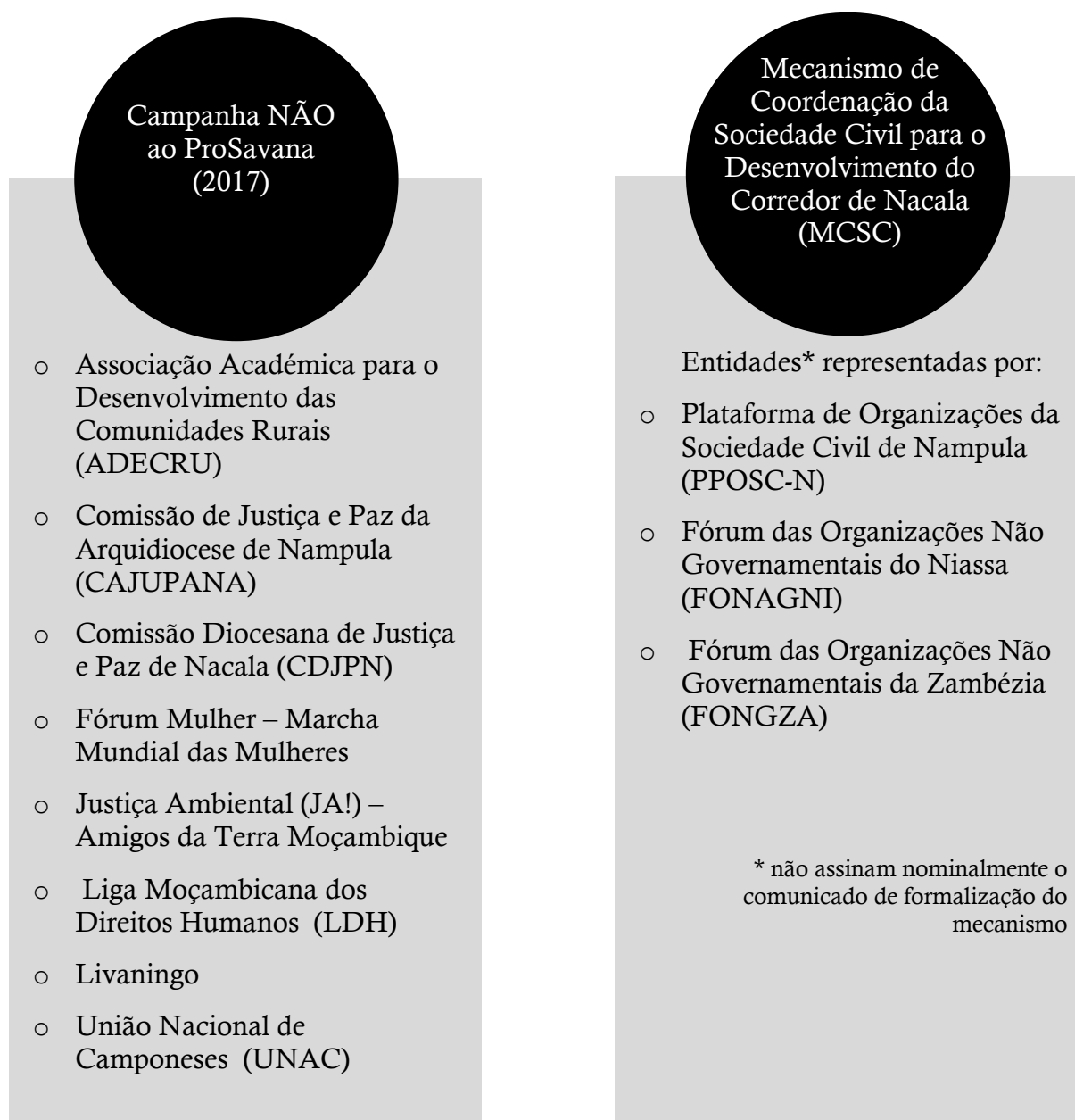
⁵⁷ Compreendo a ampla e importante discussão que a categoria “sociedade civil” coloca às ciências humanas. A partir do que discute Michèle Leclerc-Olive (2009), compreendo a dimensão problemática deste termo no sentido de que produz e perpetua uma divisão entre o Estado, entendido como fonte do poder, e uma sociedade homogênea, unicamente animada por grupos que compartilham determinadas causas. Isto é: ao Estado caberia a política e o político, enquanto à suposta sociedade civil estaria restrita à operacionalização de determinadas agendas, o que engessa (e quiçá esvazia) o debate público. A mesma autora alerta para o fato de que as agências de desenvolvimento e de cooperação internacional foram responsáveis pela popularização e naturalização desta terminologia, histórico que contribui para questionar quão situado é o quadro analítico e prescritivo que dela decorre. Mesmo assim, cumpre dizer que no contexto moçambicano, independentemente da origem de tal léxico, esta é a autodenominação das instituições que fazem frente ao ProSAVANA: *sociedade civil*. Sem desconsiderar a importância da discussão que me instaria a categorizar estas e outras entidades como *movimento social* ou *organização não governamental*, ao longo de toda esta pesquisa me referirei a estes atores como sociedade civil, sem com isso referendar a divisão estanque entre Estado e sociedade, muito menos esvaziar a possibilidade de ação de tais entidades. É simplesmente porque, neste contexto, é assim que as instituições e os sujeitos se denominam. Para um debate acerca do caráter situado desta noção e dos tensionamentos colocados quando de sua apreensão por pensadores e pensadoras do *Sul global*, recomento a leitura de Losekann e Ballestrin (2013).

O trabalho de campo empreendido dá conta de que as entidades de camponeses e camponesas, cada qual a sua maneira (com lideranças e gramáticas próprias), engajam-se na reivindicação de seus direitos de habitem e produzirem na terra. Esta demanda por ser visto e reconhecido se expressa também no caso das vinculações em diferentes níveis à Campanha de recusa ao ProSAVANA, já que Uniões Distritais, a UPC-Nampula e a própria UNAC estão em articulação com instituições da sociedade civil moçambicana advindas de múltiplos engajamentos sociais. Ainda que a pauta da crítica ao modelo pretendido pelo programa seja abordada de maneira distinta, por óbvio existem elementos que unem tais entidades e arregimentem aliados tão diversos, mas quero chamar a atenção também para a capacidade de liderança de sujeitos específicos, que, pelo que pude observar, circulam entre as diferentes organizações. É o caso do interlocutor cujo diálogo abre esta seção. De certo modo, estar com ele é o que permite ou interdita determinados acessos, ainda que os encontros sejam sempre permeados de desconfiança.

Se no início da década a Campanha congregava entidades de sul a norte do país, divergências causaram uma ruptura entre os sujeitos envolvidos, que hoje competem pela narrativa do ProSAVANA: enquanto a já mencionada Campanha segue sem negociar, entidades anteriormente ligadas a ela formaram novas articulações, como é o caso do *mecanismo de diálogo* – Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC) – formado por entidades que outrora faziam parte da Campanha. A formação do mecanismo, cuja atuação envolve assessorar o programa com vistas a reformulá-lo, contou inclusive com o apoio da Solidariedade Moçambique, que então presidia a Plataforma de Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC-N)⁵⁸. Não está no horizonte de possibilidades deste trabalho ilustrar graficamente as associações e rupturas entre entidades, inclusive porque seus trânsitos conferem à rede uma fluidez de difícil apreensão. Ainda assim, elenco a seguir as instituições que compõem – nas últimas cartas assinadas – a Campanha e o mecanismo. Vale reforçar: a circulação de pessoas entre estas instituições faz com que muitas vezes as mesmas se engajem em diálogos e parcerias contingentes/estratégicas.

⁵⁸ Entidade que congrega diferentes organizações da sociedade civil da província de Nampula, muitas das quais também compõem/compunham a Campanha NÃO ao ProSavana (é o caso da própria UPC). Daí também as desconfianças que marcam a criação do mecanismo, bem como as críticas de que o mesmo não contaria com base social.

Figura 15 – Relação de entidades vinculadas à Campanha e ao mecanismo de diálogo



Fonte: elaboração própria.

Neste contexto, em entrevistas a mim concedidas e também por outros meios formais⁵⁹, interlocutores vinculados ao “NÃO ao ProSavana” acusam representantes das associações em questão de terem sido cooptados pelo programa. De sua parte,

⁵⁹ Em carta aberta publicada em 17 de fevereiro de 2017, membros da campanha Não ao ProSAVANA acusam o programa de beneficiar financeiramente representantes da plataforma de ONGs. O documento está disponível online em: <<https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

representantes da PPOSC-N partícipes do *mecanismo*⁶⁰ criticam a campanha, argumentando que sua estratégia de mobilização é falha e o melhor a fazer seria negociar com o programa a fim de elaborar ações que auxiliem os camponeses. Além disso, parte das organizações sediadas em Nampula questiona a participação majoritária de organizações com sede na capital Maputo, no sul do país, visto que eles não vivenciariam o cotidiano do Corredor de Nacala:

[n]ós queremos o desenvolvimento, nós queremos participar. Nós queremos inclusão na preparação deste documento. (Representante da PPOSC-N. Trecho de entrevista. Nampula-cidade, março de 2017).

O ProSAVANA já saiu das mãos do governo e está nas mãos da sociedade civil para revisão. (...) *Desmaputalizamos* as decisões. (Membro de entidade vinculada à PPOSC-N. Trecho de entrevista. Nampula-cidade, março de 2017).

Assim, as relações da sociedade civil organizada moçambicana com o ProSAVANA podem ser caracterizadas por movimentos de recusa e aproximação, bem como por alianças e rupturas entre si que repercutem no próprio programa. Quando do trabalho de campo, percebi que essas diferenças em geral são comentadas e reificadas por outros atores na rede, os quais aproveitam para argumentar (e mesmo fomentar) uma divisão territorial Sul *versus* Norte, remontando a determinadas disputas étnicas. Além disso, a campanha passa a ser desacreditada como representante legítima dos lugares onde o ProSAVANA pretende acontecer, dada a sua distância, seja geográfica ou cultural.

Essa linha de argumentação é empregada em espaços variados e, por ser um programa em disputa, acaba engrossando o caldo das tensões vividas. Retomo, então, a desconfiança que o diálogo que abre a presente seção transparece: ela é fruto, penso eu, de um sentimento de incerteza mais amplo, que dá conta da impossibilidade de conhecer *exatamente* as intenções e desejos em jogo na rede. Aliás, informações truncadas e suspeições são a tônica do ProSAVANA, seja para com os sujeitos ou mesmo instituições. Isso se revela também nos diálogos com camponeses e camponesas ao longo do Corredor de Nacala, que em geral não sabem afirmar quem são os responsáveis pelos empreendimentos agrícolas – ou, pelo menos, não o afirmaram para mim. Em certa localidade, também ela próxima do distrito de Malema, um senhor – camponês e *agente de*

⁶⁰ Fato interessante é que há entidades vinculadas à PPOSC-N e à Campanha, simultaneamente. Situações como esta engrossam o caldo de tensões, em muito alimentadas por atores vinculados aos Estados moçambicano e brasileiro, pelo que pude apreender em diálogos.

*advocacia*⁶¹ – nos contava as experiências com uma grande empresa agrícola recém-chegada, mobilizando dados que trazia anotados em seu caderno: número de funcionários, hectares cultivados, quantidade de desalojados. Trata-se de um empreendimento que ficou famoso mundialmente após denúncias de violações de direitos humanos repercutirem em numerosos veículos e que eu “conhecia” antes mesmo de chegar à região; em um primeiro momento era de conhecimento público que o agrônomo responsável era brasileiro (aliás, gaúcho). Em meio às revelações de meu interlocutor sobre as desapropriações, perguntei se ele sabia quem eram os responsáveis: “Parece que é um cubano”, ele respondeu. Por óbvio, não quero argumentar que o sujeito *deveria* saber a origem dos empresários, mas chamo a atenção para essa forma de atuação do programa que se dá no enfraquecimento dos vínculos – ou, noutros termos, dos *attachements* (LATOUR, 2000b), sejam eles simbólicos e/ou materiais. É neste afrouxamento (das relações entre sujeitos, informações, naturezas) que reside, penso eu, parte do que o *ProSAVANA* faz.

Na experiência vivida, as relações entre elementos da rede são pouco rastreáveis, ainda que, no diálogo de abertura desta seção, objetos (como uma carta de apresentação e folhetos do grupo que faço parte) me conectem – ou, no mínimo, emulem uma conexão – com o mundo acadêmico e instituições de pesquisa brasileiras (quais sejam, a UFRGS e a CAPES). Não posso dizer o mesmo dos grandes empreendimentos que surgem na última década no Corredor de Nacala, considerando a impossibilidade de conectar o modelo de agronegócio emergente com o *ProSAVANA* diretamente, salvo raras exceções. Entretanto, como já argumentei, para meus interlocutores, esta falta de atrelamento explícito *não importa*. Um senhor, vinculado à União Distrital dos Camponeses, com quem eu e Vanessa conversamos durante um fim de tarde, próximo do distrito de Malema, comentou conosco que “agora eles mudaram o nome, é Sustenta, é Terra Segura⁶²..., *mas é sempre a mesma coisa*”. E é contra essa *coisa* (este modo de existência específico que poderíamos chamar *desenvolvimento*) que eles tentam erguer a voz e se fazer ouvir, porque é nos seus corpos que se faz primeiramente sentir. Este mesmo senhor passou a elencar os últimos acontecimentos da região, remetendo sempre a uma trajetória pessoal e

⁶¹ *Agentes de advocacia* são pessoas que passaram por capacitações oferecidas por entidades da sociedade civil a fim de facilitarem as relações entre estas instituições e sua comunidade. Não se trata de uma formação específica, nem uma atividade/cargo formal.

⁶² Ambos programas em voga quando do trabalho de campo, pois recém lançados pelo poder público. O Sustenta é voltado à produção agrícola, enquanto o Terra Segura dá conta de regularizar a questão fundiária por meio da ampliação do registro dos DUATs. Também por programas como estes estarem pautados na ocasião, abordar o tema da terra e da agricultura nos variados espaços de diálogo nos quais estive se tornou algo menos inusitado.

institucional muito árdua, marcada por desafios e conquistas. Ao se afirmar inúmeras vezes como camponês, a terra assumia papel central em sua narrativa, pois é a fonte de vida que está sempre em disputa. O senhor passou a nos contar que as tensões da região se fazem sentir desde a época colonial, quando já se viviam situações de desalojamento de famílias, as quais se repetem ainda hoje. No entanto, demonstrando preocupação, este camponês confidenciou que o temor atualmente não passa *apenas* pela interdição do acesso à terra enquanto espaço de produção, mas pelo que acontece com ela: *machambas* de milho queimadas pela pulverização de produtos químicos advindos destas empresas, pessoas que adoecem em função da contaminação da água e do comboio de carvão que passa sem cobertura da carga, dentre outras histórias.

E foi aí que lembrei de uma situação que havia ocorrido mais cedo naquele mesmo dia de fevereiro de 2018, quando, acompanhados por um técnico do governo local, fomos conhecer um empreendimento de 200 hectares, sendo 80 já cultivados, tido como um caso de sucesso pelo distrito. Estávamos eu, João, Vanessa e o técnico na caminhonete que havíamos alugado, juntamente com o motorista que nos fora indicado por uma organização de Maputo e que nos acompanhou por todos estes dias. O motorista, que prefiro não nomear, conhecia muito bem a região, além de ser fluente em *emakhuwa*, o que nos foi imprescindível em vários momentos – acostumado a conduzir membros de entidades da sociedade civil e associações de camponeses, ele inclusive demonstrou interesse em nossos trabalhos e em certos momentos sugeriu interlocutores. Por sua atuação nas “margens” (pois dificilmente aparecerá em algum relatório), ele tinha informações privilegiadas, bem como relatos de experiências intensas – tais como ser expulso de empresas e acompanhar situações de confronto entre ativistas, camponeses e empresários. Mas, incluso e ultrapassando tudo isso, ele é um homem de opiniões bem definidas, as quais manifestava sem pudor⁶³. Neste dia, em especial, fomos acompanhados por um funcionário do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), popularmente chamado por todos meus interlocutores como “a Agricultura”, o qual, enquanto nos dirigíamos para a sede da empresa, ia tecendo comentários sobre o distrito, apontando as benfeitorias recentes: *machambas*, máquinas, estradas... todas as “*obritas*” do *desenvolvimento*, como discute Pieter DeVries (2013; 2007). Quando passamos por uma estrada recentemente ampliada, conforme dizia nosso interlocutor, o motorista retrucou:

⁶³ Aliás, João conta que quando eu e Vanessa nos ausentávamos ele tornava-se ainda mais falante, explicitando suas posições e mesmo manifestando alguns desconfortos com nossas experiências de campo, sobretudo quando nos reuníamos com representantes do Estado.

“é, mas tinha gente lá”, lembrando de que famílias foram desalojadas para que a obra pudesse ser feita e criando um clima de mal-estar junto ao técnico. Quando chegamos à sede da empresa, uma jovem nos recebeu de galochas e jaqueta esportiva azul-marinho e foi direto nos mostrar um campo experimental de plantio de soja, que ocupava cerca de um hectare. Antes de irmos ao escritório para conversarmos, ela ainda fez questão de que alguns funcionários nos mostrassem o maquinário empregado pela empresa (Figura 15), todos comprados em Maputo.

Sobre as máquinas, entrevistas realizadas em março de 2018 junto a comerciantes do setor de insumos agrícolas em Maputo indicavam à época ser mais vantajoso importar as marcas fabricadas na Índia. No entanto, as buscas realizadas permitem afirmar que todas as apresentadas acima possuem fábrica no Brasil, o que remete às discussões acerca das tecnologias que viajam junto aos tratores (CABRAL, 2018; CABRAL *et al.*, 2016). A primeira imagem à esquerda (Figura 16 abaixo) mostra uma colheitadeira de plataforma rígida de pequeno porte, fabricado pela Massey Ferguson⁶⁴; este modelo foi substituído por colheitadeiras híbridas (com as quais é possível colher soja e arroz com a mesma plataforma). Ao lado, na Figura 17, no topo da montagem está uma semeadora (ou plantadeira)⁶⁵ desenvolvida para ser puxada por um trator de pouca potência (em torno de 80 HP): ela sulca a terra, larga a semente (planta) e fertiliza simultaneamente. É possível observar que há barras laterais, as quais podem servir para aplicar algum tipo de produto químico, já que a descrição no site da fabricante fala em inseticida⁶⁶.

A Figura 18 (imagem à esquerda na segunda linha) mostra dois tratores da marca New Holland⁶⁷, ambos aparentemente de baixa potência (por volta de 70 HP). Já a imagem da direita (Figura 19) apresenta em destaque um trator da mesma marca, porém aparentemente de um modelo mais atual, puxando um pulverizador Jacto Advance 2000⁶⁸. Quero notar que estes tratores exibidos nas fotos são plataformados, pois não possuem cabine: isso significa que, quando usados para aplicar veneno, o operador fica totalmente exposto, como é possível observar na última imagem (ainda que o operador esteja apenas fazendo uma demonstração do uso, sem Equipamento de Proteção Individual – EPI).

⁶⁴ No Brasil, fabricado em Santa Rosa (RS).

⁶⁵ No Brasil esta multinacional tem fábrica em Passo Fundo (RS). No entanto, este modelo específico parece estar fora de linha.

⁶⁶ Disponível em: < https://www.kuhn.com/com_en/range/seeding/pneumatic-precision-seed-drills/maxima-2-tm-drawn-single-bar.html>. Acesso em: 28 set. 2020.

⁶⁷ No Brasil, fabricados na região metropolitana de Curitiba (PR).

⁶⁸ No Brasil, fabricado em Pompeia (SP).

Figuras 16, 17, 18 e 19 – Máquinas agrícolas



Fonte: montagem a partir de registros feitos em campo.

Exibidas as máquinas, a responsável pela gestão da empresa explicou que quis mostrar logo o plantio experimental para que pudéssemos ver algo antes da chuva que parecia estar por vir – situação que a deixava visivelmente consternada. Enquanto caminhávamos rumo ao seu escritório, ela nos contava que estava há poucos meses na posição, liderando 17 funcionários efetivos e cerca de 120 temporários, contratados duas

vezes por ano para a *sacha*.⁶⁹ Antes de nos encontrar ela estava nos campos de algodão, principal produto cultivado, onde naquela manhã fizeram a aplicação de herbicida, daí sua apreensão: se chovesse, todo o trabalho e o produto teriam sido em vão, implicando em altas perdas financeiras, principalmente agora que eles estavam usando um produto importado da marca *Bayer*. Quando ficamos sozinhas ela pôde nos contar um pouco mais sobre sua trajetória na empresa e sua formação universitária em agronomia, deixando transparecer um pouco da emoção (e da tensão) de, tão jovem, ter tamanha responsabilidade; mas logo retomando informações técnicas e dados da empresa – que ela nos explicava com muita gentileza e prazer, visto que carecíamos de conhecimentos agrônômicos. Como a chuva que se anunciava nas nuvens pretas carregadas ainda não caía, ela nos convidou a conhecer o plantio; aceitamos e passamos a seguir sua moto (Figura 20).

Figura 20 – Caminho para o plantio



Fonte: registro feito em campo.

⁶⁹ Trabalho manual no qual plantas indesejadas – que no Rio Grande do Sul são comumente denominadas de “inços” – são removidas, a fim de manter a homogeneidade da plantação. No norte moçambicano, esta é uma atividade exclusiva das mulheres, conforme relatos acessados em pesquisa de campo e na literatura etnológica (ARNFRED, 2001).

Nas margens do caminho de chão batido, alguns camponeses e moradores da região passavam de bicicleta ou a pé. Depois de alguns minutos, a jovem agrônoma parou sua moto e nos acenou para descermos da caminhonete, para que pudéssemos ver e tirar fotos da plantação recém-regada com herbicida – algo que, aliás, é uma reclamação constante de comunidades que fazem vizinhança com os grandes empreendimentos agrícolas do Corredor de Nacala. E foi ali que continuamos nossa conversa sobre a plantação, as relações com as comunidades e as dificuldades da produção no norte moçambicano. Pelo tamanho da propriedade, era difícil para meus olhos urbanos e pouco acostumados com a linha do horizonte enxergarem os seus limites, então a agrônoma me auxiliava: de um lado da estrada havia soja, do outro, algodão; ao longe, as montanhas; à esquerda, uma área de reassentamento. Ela apontou ao longe e o *zoom* da câmera me permitiu registrar (Figura 21) – há, muitos quilômetros dali, uma área de casas claras de alvenaria, muito diferente daquelas que são tão próprias à província de Nampula, especialmente quando estamos nos arredores de Malema, cujas habitações em geral acompanham os tons de terra vermelha tão próprios à região. Os telhados de zinco brilhavam ao sol e chamavam a atenção para a proximidade entre cada residência, relevando uma ausência de quintal – que minha experiência informa ser onde as coisas *acontecem* ao longo do dia.

Figura 21 – Área de reassentamento vista a partir de empreendimento agrícola



Fonte: registro feito em campo.

Simulei um moçambicanismo – “não percebi?!” – e tanto o técnico quanto a agrônoma repetiram a informação: são casas de reassentamento, encerrando o assunto. Não perguntei os motivos pelos quais os sujeitos foram deslocados, ainda que meu interlocutor da noite tenha explicado que muitos camponeses e camponesas foram realocados em função da ampliação da empresa, sendo que hoje prestam serviços temporários a ela⁷⁰. Lembrei que o nosso motorista havia mencionado que a ampliação de uma estrada recentemente havia encontrado com *a gente que estava lá*, situação que provavelmente também deu origem a algumas casas de alvenaria, senão as da fotografia.

⁷⁰ Um relatório da UNAC em parceria com a organização internacional GRAIN, publicado em 2015, informa que a empresa em questão já havia despejado cerca de 1.500 pessoas e outras 4.500 famílias estavam ameaçadas pelos planos de expansão (UNAC; GRAIN, 2015).

Aliás, estas construções, que por vezes são apresentadas como benesses (do Estado ou de entes privados), não são algo novo em processos de desenvolvimento pelo mundo, sendo o tema de inúmeros relatos antropológicos e figurando quase que inequivocamente em estudos acerca de grandes obras e conflitos ambientais (FLEURY, 2013; PINTO, 2019).

No caso de Moçambique esta também é a tônica, resguardando-se as diferenças e especificidades do país, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas fundiárias (CHIZENGA, 2016; MATOS, 2016). Em alguns casos relatados, a condição precária das construções, fomentada pelo uso de materiais de baixa qualidade e pela distância do centro dos distritos e/ou do lugar que a comunidade ocupava outrora, irrompe em processos de revolta e articulação política. Eu mesma, noutra ocasião e em parceria com um colega (CHIZENGA; CAMANA, 2017)⁷¹, pude discutir o assunto tomando como objeto o caso específico do distrito de Moatize, situado na província de Tete, onde a chegada de uma grande mineradora incorreu em deslocamentos de comunidades. Neste episódio chama atenção a forma como costumes estabelecidos foram ignorados quando do reassentamento: o contexto de poligamia dava conta de formar habitações nas quais um homem e suas esposas (e seus descendentes) dividiam um mesmo teto. Quando do deslocamento, a empresa mineradora forneceu casas distintas a cada esposa, solicitando aos homens que assinassem um documento no qual se comprometessem a não retornar à antiga área da comunidade. Algum tempo depois, quando as casas de alvenaria começaram a ruir, foram as mulheres quem primeiro se articularam para reocupar o lugar de outrora, alegando que jamais houve negociação com elas. No texto em questão, pudemos experimentar a ideia de que a desconsideração por sua existência e autoridade, fundada em uma racionalidade ocidental cujos efeitos são perversos, é justamente o que possibilita brechas e linhas de fuga.

A experiência dos reassentamentos oriundos da implementação de grandes obras e projetos apresenta-se como um temor permanente para grande parte dos interlocutores com os quais estive, sobretudo na região de Malema. Cabe lembrar que a região fica muito próxima dos limites das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, de forma que deslocamentos neste espaço implicam não apenas na perda de suas posses e conexões com o lugar, mas também o encontro com sujeitos e comunidades de diferentes pertencas étnico-linguísticas, muitas vezes reacendendo antigas disputas. Tendo isto em vista,

⁷¹ Reflexão apresentada e discutida no Grupo de Trabalho “Desenvolvimento, território e os direitos humanos das mulheres”, no 13º. Mundos de Mulheres e Simpósio Internacional Fazendo Gênero 11, realizados em Florianópolis, em 2017.

compreendo quando em uma conversa aquele camponês e agente de advocacia mencionado anteriormente nesta seção decretou: “*Nós já vimos que com essas empresas não há desenvolvimento, só desalojamento*”.

Passado o sobressalto com o comentário da área de reassentamento, nós voltamos a contemplar a área na qual paramos, fazendo perguntas pontuais sobre a perspectiva de produção e a tecnologia empregada. Após uma extensa área de produção de algodão, podiam-se ver montanhas – uma paisagem característica da região (Figura 22). A gestora nos contou que entre a *machamba* e as montanhas havia um pântano – mais tarde, naquela noite na União Distrital dos Camponeses, ficamos sabendo que é nessa área pantanosa que o reassentamento da empresa foi feito.

Figura 22 – Horizonte e limites da plantação



Fonte: registro feito em campo.

Chamou a minha atenção uma área destoante, quase que como uma ilha de árvores de um verde bastante escuro em meio ao plantio (à esquerda na Figura 22 acima). Perguntei do que se tratava e jovem agrônoma e o funcionário do SDAE prontamente responderam, sem, contudo, fornecerem mais informações: um cemitério. Assim, a paisagem era exatamente a mesma que, dias depois, figurou como palco da narrativa que me foi contada por um camponês:

[a] empresa veio, instalou-se e, como não bastasse, começou a retirar as comunidades. A empresa não aceita que a comunidade use seus cemitérios. [...]. Eu conheço uma senhora que no ano passado tinha 70 anos, que viu a sua vida nascer naquele lugar, mas foi afastada sem receber justa indenização. Ela recebeu quase 54 mil meticais⁷², mais 240 meticais para cada filho. A tal velha foi viver num pântano, onde viu a sua casa cair: eles [ela e o marido] tinham corpos cansados, não conseguiram com a umidade e o homem acabou perdendo a vida. (Camponês e agente de advocacia. Trecho de entrevista. Localidade próxima a Malema, fevereiro de 2018).

Ao longo das conversas que tive no Corredor de Nacala, a morte era um tema recorrente, bem como o medo – sobretudo o medo de perder a terra e todos os vínculos que ela permite. Aqui, cabe uma nota: conforme a Constituição moçambicana, a terra é um bem público e não pode ser vendida. A ocupação do território, assim, é regulamentada pelos DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), cabendo ao Estado conceder permissão para seu uso e, mesmo, sua desapropriação (MANDAMULE, 2015; SERRA, 2013; TANNER, 2013). Ainda que a formalização não seja um elemento obrigatório, estão previstas três principais modalidades de obtenção do DUAT, esquematizadas na Figura 23. A Lei de Terras de 1997 foi fruto de um amplo debate e renovou a propriedade do Estado sobre as terras⁷³, perspectiva consolidada pela Constituição de 2004; ressalta Mandamule (2015, p. 8) que “a Lei de Terra moçambicana reconhece a importância e validade das práticas costumeiras de acesso à terra, permitindo, inclusive, a existência de DUATs comunitários, ou seja, direitos de propriedade registrados em nome da comunidade e não em nome individual”.

⁷² Conforme o câmbio de setembro de 2020, 54 mil meticais correspondem a 748 dólares americanos. Já 240 meticais equivalem a pouco mais que três dólares.

⁷³ Há que se notar que, a despeito da legislação vigente, há um amplo mercado paralelo de terras no país. Sobre o assunto, ver Serra (2013).

Figura 23 – Modalidades de obtenção de DUAT, conforme a Lei de Terras de 1997

I	II	III
<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação por pessoas singulares e comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos 	<ul style="list-style-type: none"> • Autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida por Lei

Fonte: elaboração própria a partir do Artigo 12 da Lei de Terras de 1997.

Assim, o que se teme que aconteça no caso do ProSAVANA é a chegada de grupos estrangeiros, que receberiam direito de uso por meio de concessões do Estado (o que a legislação prevê), em detrimento das populações que alegam viver naquele espaço, visto que nem todas as comunidades e sujeitos têm posse do DUAT, que é uma formalização jurídica não obrigatória. De acordo com camponeses e camponesas, as consultas comunitárias previstas na Lei de Terras, nas quais se averigua se a terra está ocupada e, em caso positivo, negociam-se os termos da parceria (ou não) com investidores, não vêm sendo realizadas no âmbito do ProSAVANA, o que aumenta os conflitos entre os diversos atores envolvidos de alguma forma pelo programa. Aliás, enquanto estive em Moçambique em 2017, estavam previstas audiências públicas na província de Nampula, que foram canceladas sem que se avisassem os camponeses; já em 2018, uma camponesa afirmou que, ao confrontar os agentes locais do Estado sobre a realização de consultas sem a presença de membros da comunidade, este teria dito que o convite estava na internet.

Este conjunto de (des)informações contribui para aumentar as tensões do lugar, que se defronta não apenas com a usurpação de terras, inserida num debate mais amplo sobre o fenómeno do *land grabbing*⁷⁴:

⁷⁴ Com as crises alimentar e energética, países “ricos em capital, mas pobres em recursos” (ZOOMERS, 2013, p. 14) passaram a procurar grandes extensões de terra fértil, notadamente no continente africano, para o cultivo de alimentos e biocombustíveis. Na esteira deste processo, nações como o Brasil articulam-se a investidores para arrendar territórios além-mar: ressalte-se que foi justamente neste período, em setembro de 2009, que Brasil, Japão e Moçambique firmaram o Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique, que daria origem ao ProSAVANA. Este movimento mundial de corrida pela terra está associado à expansão dos monocultivos em larga escala (em especial de commodities), os quais trazem consigo pacotes tecnológicos

[a] Lei de Terras por escrito está muitíssimo bom. Mas aquela lei está sendo corrompida, está sendo violada. O nosso governo não está a olhar para seu povo, está a favor dos investidores (...). Há investidores que vêm de fora deixando os camponeses lacrimados e sem terra. Isto é muito preocupante. (...) A realidade é que com o programa ProSAVANA os camponeses vão perder terra. (Liderança camponesa da província de Nampula. Trecho de entrevista. Nampula-cidade, março de 2017).

A questão da posse da terra, com a emergência do *acontecimento ProSAVANA* e com o campo de possíveis inaugurado com a chegada de empreendedores estrangeiros à região, se mostrou a principal fonte de tensões em torno ao programa. Não posso ignorar o temor dos camponeses e camponesas, para quem a eclosão do ProSAVANA promove um obrigatório *desencaixe* da terra e dos sujeitos, aproximando do limite um cenário que, como narrado até aqui, já é marcado por violências e atritos variados. De forma específica, os camponeses e camponesas que habitam a região denunciam que o ProSAVANA *acontece* ao fazer com que sejam expulsos das terras nas e das quais vivem, argumentando que o processo de deslocamento compulsório, por meio de violências variadas, já foi iniciado⁷⁵.

[A empresa] veio dizendo que era uma boa empresa e que queria ajudar o povo, que queria só uma pequena área de 200 hectares para uma *machamba-escola*. (...) A empresa, no último dia que veio ter com a comunidade, trazia uma comida e bebida. Enquanto estava a cozinhar a comida, já davam à população a bebida: eles controlavam o nível de alegria da população. Quando viram que a população estava minimamente embriagada, tiraram um papel branco e disseram que a população devia assinar para controlar quem comeu. Depois, o papel serviu como se fosse uma consulta comunitária. Dias depois, a população viu as máquinas a entrar, para começar com o trabalho. De 200 hectares, eles trabalharam 3 mil hectares, desalojando mil famílias. (Camponês e agente de advocacia. Trecho de entrevista. Localidade próxima a Malema, fevereiro de 2018).

Finalizando, ainda que a discussão aqui iniciada transborde nos capítulos subsequentes, quero defender que a experiência vivida pelos camponeses e camponesas com quem estive torna óbvio que seus temores não são infundados, como alguns argumentam, mas fruto de um histórico de violências, como fica patente no trecho de diálogo apresentado acima. Sendo ou não algo que se dá no seio do ProSAVANA, não se

igualmente amplos: pode-se sugerir que as indústrias globais de máquinas, sementes e fertilizantes se entrelaçam neste processo. Neste debate, alguns autores, dentre os quais Tanner (2013) e Zoomers (2013), julgam equivocado o termo saque de terras, porque em grande parte dos casos a apropriação não é ilegal, mas tem incentivo e apoio formal dos Estados “afetados”, em detrimento de suas populações pauperizadas.

⁷⁵ Ainda assim, a maior parte dos pesquisadores que se dedica ao tema indica que não há nenhuma evidência de *land grabbing* na região. Nesse sentido, não interessa a este trabalho caracterizar este fenômeno global, assim como ele não se presta a “procurar” por suas evidências a fim de comprovar a hipótese.

pode ignorar que é neste cenário de coações recorrentes que o programa se forja – e que é em seu nome que muitos sujeitos encontraram a possibilidade de enunciar as coisas que o *desenvolvimento* faz. E, ao combaterem este programa, que encontram meios de fazer ouvir e compreender aquilo que experimentam, com todas as suas contradições.

4 “Um camponês é um camponês, não tem como ir conversar com os homens de empresa”

Narrei até aqui algumas das interpretações face ao *acontecimento ProSAVANA* desde perspectivas que, mesmo distintas, não se excluem: o que o programa diz de si, o que ele *faz-fazer*, o que dele é dito e a paisagem de tensões na qual ele irrompe. Disto decorrem modos igualmente diversos de experimentar este programa, em alguns momentos sem possibilidade de síntese ou de pontos comuns: para alguns atores vinculados ao Estado (seja ele moçambicano ou brasileiro) é o *desenvolvimento* desejado, enquanto para determinados camponeses e camponesas trata-se do fim da sua possibilidade de existir como outrora. Este caráter conflituoso se acentua ou dilui em momentos variados, a depender da pauta em debate e mesmo da memória que alguns temas e atores mobilizam, como é o caso da terra. Ainda assim, quando do trabalho de campo, passei a me questionar sobre o que é ou não permitido a cada ator enunciar desde o lugar que ocupa na rede do *acontecimento ProSAVANA*, em interface com outras condições de possibilidade que suas existências impõem.

Assim, a discussão que travo nesta parte dá conta de um incômodo proveniente do campo que não fui capaz de solucionar (ou, no mínimo, dirimir) quando mobilizei a literatura de corte pragmático que informa o percurso da pesquisa. Seguindo a pista da questão que Gayatri Spivak (2010) já bem explorou, nesta seção procuro pensar sobre a quem é permitido falar nesta rede: quem pode produzir o *desenvolvimento*? E a quem cabe *ser desenvolvido*? Quais são os lugares e corpos que experimentam o ProSAVANA, seja ao defendê-lo ou ao dele defender-se? De que modo certos marcadores de diferença se entrelaçam e operam com vistas a permitir ou interditar a legitimidade?

Acredito que as discussões que tais inquietudes trazem consigo envolvem reconhecer elementos de continuidade e de permanência, a despeito do *novo* ao qual em geral remeto quando da discussão sobre este acontecimento. Isto porque as disputas que permeiam o programa, ainda que passem a ser enunciadas desde outras gramáticas, são

tributárias de desigualdades e diferenças historicamente instituídas, cujos fios narrativos nos remetem a outros *tempos*, como o tempo da Colônia e o da formação nacional. Noutros termos, acredito que dar relevo às formas como os atores dizem (e são ou não ouvidos) nos lembra de que os conflitos, como este que circunda o *acontecimento* ProSAVANA, são também disputas por história e por existência⁷⁶.

A fim de ilustrar esta inquietação e especular respostas possíveis, quero compartilhar uma controvérsia à qual sempre retorno quando falo publicamente sobre o ProSAVANA e que pode ser expressa de forma simples na seguinte questão: afinal, este programa *existe*? Ao seguir esta linha de história e descrever as associações que produzem a possibilidade deste enunciado espero de alguma maneira ensaiar uma resposta para as questões colocadas. Explico: nos últimos meses de 2018, colegas lusófonos moradores de vários lugares me enviaram – via e-mail, via redes sociais – uma reportagem publicada no *Le Monde Diplomatique* Brasil cujo título é alvissareiro: “*Camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio*”. Trata-se de um texto jornalístico que descreve o processo de criação e (tentativa de) implementação do ProSAVANA. Há, ainda, a defesa de que este programa foi encerrado devido à resistência popular e camponesa.

Já no segundo período de trabalho de campo realizado em Moçambique, interlocutores vinculados às organizações da sociedade civil moçambicanas, à coordenação do programa e ao meio acadêmico foram unânimes ao declarar que “o ProSAVANA está parado”, não obstante esta talvez seja uma das únicas afirmações compartilhadas entre atores sociais tão distintos. Percebo, portanto, uma negação de que este programa – e, quiçá, o modelo de *desenvolvimento* que ele representa/desenha– esteja em curso no país. Mesmo desde o Brasil é permanente uma atmosfera de dúvida quando à própria possibilidade de investigar o ProSAVANA (em especial a partir de inspirações etnográficas): “como fazer esta pesquisa se o programa ainda não ‘decolou’?”, ouvi durante uma arguição ao meu projeto. Para além de dúvidas colocadas, em congressos e simpósios dos quais participei ao longo dos últimos quatro anos foi recorrente um comentário quase sempre enunciado com uma certeza acachapante: “mas *não tem como* fazer uma pesquisa sobre o ProSAVANA”, “*ele não existe mais*”, disseram pesquisadores identificados com análises de políticas públicas no mundo rural, assim como aqueles

⁷⁶ Observo que isto em nada implica conferir à história o *potencial explicativo* acerca das disputas do presente, nem argumentar que o conflito é uma rememoração de conhecidas desigualdades. O que está em jogo é, simplesmente, aceitar que a diferença existe e opera no mundo – algo que é lembrado permanentemente pelos próprios interlocutores desta pesquisa, sejam eles camponeses, documentos ou muros.

interessados por movimentos sociais e processos de resistência. A questão que passou a me ocupar, assim, é por que o ProSAVANA deixou de “existir”? Não se trata, é bom frisar, de um interesse sobre as falhas do programa, que em leituras críticas do *desenvolvimento* – como a proposta por Ferguson (2005), por exemplo – são centrais, visto que, para esta perspectiva, os *projetos de desenvolvimento* sobrevivem justamente por meio das suas sucessivas falhas. Assim, na esteira do que a ANT sugere, passei a seguir com mais afinco a trilha da “não existência” discursivizada pela rede de atores que sustenta o programa, a fim de compreender como esta negação do ProSAVANA é mobilizada pelos atores ouvidos, assumindo diferentes sentidos e propósitos.

Como já mencionado, o que percebi quando do trabalho de campo realizado em 2018 foi uma espécie de consenso sobre o fim do programa, que era reforçado em matérias jornalísticas ao redor do mundo. Ora, se o ProSAVANA “*não existe*”, há um encerramento da controvérsia, ainda que provisório, que fecha a caixa preta⁷⁷. Na sociologia mais amplamente praticada (ou na “sociologia do social”), a não existência do programa provavelmente seria assumida como um *fato* – algo que também se percebe em conteúdos de caráter jornalístico, como aquele com o qual abri esta seção. No entanto, este arrefecimento das disputas aqui é observado desde a suspeita. Cumpre lembrar que, na perspectiva teórico-metodológica adotada, seguir os atores (e os enunciados) implica seguir o seu envolvimento com as coisas, isto é, com o próprio programa, com a terra, com o território, com a água... É desde um caráter pragmático e relacional, e não em um quê substancial, que a rede é constituída/mapeada pelo pesquisador. São, portanto, as associações (sempre provisórias, pois situadas no tempo e no espaço) entre elementos heterogêneos – camponeses, DUATs, políticos, gestores, entidades, cientistas, Campanhas etc. – que forjam e que sustentam a ideia do ProSAVANA, ainda que repleta de conflitualidade e discordâncias. Neste sentido, note-se outro afastamento de estudos em um corte pós-estruturalista: não se trata essencialmente de pensar a partir dos *discursos do desenvolvimento*, mas sim observar a maneira como estes discursos circulam ao longo da rede, conformando-a (ainda de forma instável). Como então, por outra via, estas mesmas associações interrompem o fluxo que permite que este programa “exista”?

⁷⁷ Para Latour (2000a), no momento em que controvérsias se estabilizam tem-se uma *caixa preta*, termo inspirado na figura utilizada no momento em que sistemas ou máquinas se tornam demasiado complexos, de modo que não é preciso que saibamos nada a respeito de seu funcionamento – a não ser o que deles entra e o que sai. Note-se que, quando se encerra a caixa preta, torna-se muito mais difícil rastrear os agenciamentos que levaram a ela.

No percurso empreendido ao longo da linha férrea, ao fazer visitas aos Serviços Distritais de Atividades Económicas (SDAEs), buscava saber mais sobre a situação da agricultura na região, perguntando sempre se o ProSAVANA de alguma maneira havia “chegado” (ou pelo menos se “anunciado”) no distrito. Na maior parte dos casos, a resposta era positiva e muito empolgada com o que se havia realizado a partir do programa, bem como aquilo que ainda se previa fazer. Mais tarde, ao comentar esta situação com um interlocutor vinculado ao meio acadêmico em Maputo, este argumentou que os entrevistados desejavam apenas “mostrar as bolachas às visitas”. Ainda que os projetos possam ter sido descritos de forma mais vultuosa do que se dão, penso que isto é por si um dado interessante: no interior do país, o ProSAVANA *acontece*.

Há, por exemplo, a concessão de crédito para aquisição de moageiras e de uma torre de distribuição de energia, além do fomento do cooperativismo em uma localidade do distrito de Monapo. Na comunidade em questão, ocorrem também cursos que pretendem orientar os camponeses e camponesas quanto à organização desejável e à gestão financeira, bem como são fornecidos conhecimentos mais técnicos, como o processo de precificação do produto da cooperativa – inclusive no dia que a visitei ocorria uma formação deste tipo. Noutro ponto do caminho, perto de Malema, pude observar a construção de silos para armazenamento de grãos – neste mesmo distrito registrou-se o desejo de instituírem-se linhas de comercialização dos produtos, tudo no âmbito do ProSAVANA.

Nestes distritos, alguns dos gestores públicos reconhecem (em alguma medida) o caráter conflituoso que permeia o programa, mas em geral defendem que o ProSAVANA se amplie e siga implementando mudanças nas suas regiões:

[h]ouve uma má explicação do ProSAVANA... As pessoas não perceberam bem. (Gestor vinculado ao SDAE. Trecho de entrevista. Malema, fevereiro de 2018).

O ProSAVANA não é aquilo que se pensava... houve muito barulho. [Neste distrito] o ProSAVANA está a trabalhar nas comunidades, levando novas tecnologias com extensionistas do SDAE. (Gestor vinculado ao SDAE. Trecho de entrevista. Gurué, fevereiro de 2018).

Assim, ainda que em escala reduzida do que inicialmente se previu/se pretendeu, a pesquisa de campo realizada indica que diversas ações têm acontecido – e, com isso, modificado as relações travadas entre os sujeitos e o programa. Camponeses e camponesas por mim ouvidos, ainda que possam ser considerados “beneficiários” das ações (incluindo aqui os cooperativados já mencionados), são unânimes em afirmar que convivem com o

medo do que este programa pode produzir, algo já discutido anteriormente: estas percepções compartilhadas não são necessariamente o que o ProSAVANA é ou a finalidade do programa, mas são assumidas por interlocutores como aquilo que ele *faz* ou *pode fazer*.

Em relação às ações acompanhadas (silos, cooperativismo, etc.), ao indagar gestores vinculados ao ProSAVANA em Nampula-cidade e em Maputo, eles argumentam que isto tudo que vem acontecendo deve ser desconsiderado, pois seriam apenas projetos “experimentais” no âmbito do programa. Defendo, no entanto, que tais projetos, ainda que “experimentais”, produzem efeitos na forma como os sujeitos compõem suas formas de estar no mundo – não apenas efeitos “materiais”, ao instaurar novas formas de cultivo, por exemplo, mas também “simbólicos”, como o fato de que a própria ideia do ProSAVANA faz com que se viva com medo. “Não existir”, então, é um discurso que percorre distintos pontos da rede, mas não é uma questão para os camponeses e camponesas que se ocupam permanentemente deste programa e do que ele representa – pelo menos no que informa minha experiência de pesquisa.

Também em 2018, logo que retornei a Maputo após um período na região Norte, participei como ouvinte de uma conferência sobre as possibilidades e disjunções do agronegócio no país, nas quais se colocavam os principais desafios e também os conflitos que cercam esta atividade. “*Não vou animar o morto, mas lembremos do finado ProSAVANA*”, enunciou-se já na abertura das atividades. Alguns dias mais tarde, também um porta-voz do próprio programa foi taxativo ao argumentar comigo:

[o] ProSAVANA é um teorema, ele não aconteceu. Se déssemos um passo adiante, teríamos o que estudar – nesse caso, não há nada real. (...) Estás a estudar *uma coisa que não existe*. (Coordenador do ProSAVANA. Trecho de entrevista. Maputo, abril de 2018).

Esta história ganha outros elementos quando lembro dos contatos que tive com uma pesquisadora japonesa ainda em minha primeira semana em Moçambique em 2018, bem como alguns fatos curiosos que sucederam nosso encontro. Ainda naquele primeiro momento que tive com a OMR quando da minha chegada, saí do escritório da entidade com diversas sugestões de indivíduos com os quais eu poderia conversar em Maputo e ao longo do Corredor de Nacala, sobretudo em Nampula-cidade. Elaborei ao longo do diálogo uma lista extensa de telefones de sujeitos vinculados a organizações da sociedade civil, ao Estado e alguns investigadores – em minha experiência em Moçambique, pude concluir que é mais profícuo fazer contatos por ligação: é relativamente comum, aliás, que

as pessoas tenham chips das três principais companhias telefônicas, a fim de garantir os benefícios de cada uma delas (como ligações gratuitas para celulares da mesma operadora), além de ampliar as possibilidades de cobertura. Alguns e-mails que enviei receberam resposta apenas meses depois, quando eu já estava no Brasil⁷⁸. Em diferentes momentos do campo, entrei em contato com todas as pessoas em instituições da lista generosamente fornecida pela OMR, assim como não hesitei em pedir novos contatos e outras sugestões conforme as necessidades surgiam. Há que se registrar que ao mencionar a instituição que me recebia, assim como os nomes dos pesquisadores que de certo modo me “supervisionavam” em Moçambique, abriam-se inúmeras portas e espaços nas agendas dos interlocutores.

Assim, não foi inusitado quando estes investigadores me sugeriram entrar em contato com uma pesquisadora visitante que, assim como eu, era recém-chegada à instituição e tinha o mesmo objeto de pesquisa: o ProSAVANA. Eles me alertaram para as dificuldades linguísticas e se mostraram apreensivos com a ida de Su⁷⁹ para o norte do país sem dominar o português (que sequer é a língua mais falada na região, mas permite certa movimentação). Liguei para ela na mesma tarde e combinamos um encontro no dia seguinte, por sugestão dela, no café do Polana Shopping⁸⁰. Eu e João chegamos primeiro e ocupamos uma mesa mais reservada, havia apenas outra mesa ocupada por um homem que lia um jornal. Foi impossível não a reconhecer em sua chegada: uma japonesa baixinha com cabelos pretos curtos e que aparentava ser bastante jovem, trajava um vestido rodado de *capulana*⁸¹. Chegou sozinha e, muito gentil, foi direto até nossa mesa: “*Angela?*”. Daí se iniciou uma conversa muito truncada e pude entender o tom jocoso com o qual os pesquisadores do OMR a descreveram: em português era impossível conversar, mas

⁷⁸ Evidentemente, isto não é uma norma, mas sim um relato da minha experiência. Por óbvio que algumas mensagens de e-mail foram respondidas prontamente, especialmente quando interlocutores eram vinculados a instituições como a universidade ou algum ministério. Além disso, ainda que a internet móvel seja consideravelmente melhor que a brasileira, também não eram comuns os contatos por aplicativos de mensagens (como o WhatsApp): os SMS, no entanto, eram amplamente utilizados.

⁷⁹ Nome fictício.

⁸⁰ O Polana é um shopping pequeno que conta com três andares, sendo o último deles dedicado a um café: no térreo há uma casa de câmbio sempre bastante frequentada e uma *delicatessen*, além de lojas de roupas, perfumes e acessórios que se espalham também pelo segundo andar. Na frente do shopping, sempre são muitos os vendedores informais de carregadores de baterias e outros itens pessoais, bem como talvez seja o lugar mais fácil para se encontrar vendedores de jornais e revistas moçambicanas. Sua localização na Avenida Julius Nyerere é privilegiada, visto que esta rua é conhecida por reunir embaixadas e restaurantes de padrão elevado – é também ali que se estabelecem inúmeras empresas e organizações internacionais, de forma que a circulação permanente de turistas estrangeiros e homens de terno alinhado amplia o contraste entre o *dentro* e o *fora* do shopping.

⁸¹ *Capulana* é o nome dado ao tradicional tecido estampado que geralmente cobre a cabeça e o corpo das moçambicanas, além de seus outros múltiplos usos e significados.

tampouco em inglês as coisas fluíram. Ciente de minhas limitações com a língua, em dado momento João – que havia se apresentado como meu assistente de campo – passou a fazer as vezes de tradutor, já que seu domínio do inglês é muito maior que o meu.

Su havia finalizado seu mestrado em Oxford, na Inglaterra, e agora pesquisava o ProSAVANA, especialmente os movimentos de resistência. Falei sobre minha trajetória e meus interesses, destacando questões ambientais – em comum, à época ambas colocávamos relevo em certa dimensão conflituosa do programa. Foi Su quem primeiro falou do Programa de Cooperação Nipobrasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), narrando-o como uma experiência de sucesso da parceria Brasil-Japão. Não pude deixar de expressar meu desconforto com esta ideia, argumentando que – ainda que eu não soubesse qual a leitura que se faz no Japão – no Brasil são inúmeras as críticas a este programa e ao modelo de desenvolvimento no qual ele se inseriu ou ele próprio forjou, passando por devastação ambiental, concentração de terras e desrespeito aos povos tradicionais (SALAZAR-PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014).

Conforme sugestão da própria OMR, comentei com Su que na próxima semana eu pretendia ir a Nampula-cidade e de lá seguir por algumas cidades do Corredor de Nacala a fim de fazer trabalho de campo. Disse que, se ela desejasse, poderia viajar comigo e com João, pois eu imaginava que seria útil ter alguém que dominasse o português nas entrevistas: eu não me importaria em ajudar. Ela disse que pretendia ir a Nampula-cidade, mas ainda não sabia quando, de forma que uma viagem conjunta não seria possível, mas seguiríamos em contato. Além disso, como de praxe (pelo menos pela forma pela qual eu compreendo o fazer pesquisa), trocamos algumas referências: ela combinou de me colocar em contato com um funcionário da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) em Moçambique, dizendo que ela já o havia entrevistado sobre o ProSAVANA. De fato, ela prontamente enviou mensagem a um senhor japonês responsável pela cooperação triangular. Eu queria fazer o mesmo por ela e não pude deixar de perceber seu anseio por contatos vinculados às organizações da sociedade civil contrárias ao programa: quando eu comentei que já havia acessado alguns interlocutores no ano anterior, ela disse que a maior parte das entidades sequer responde suas mensagens. Foi o nome de uma pessoa em específico, bastante proeminente no que diz respeito às campanhas contra megaprojetos em Moçambique, que fez brilhar os olhos de Su: ela ficou chocada que eu já tivesse o entrevistado, embora eu mesma tenha argumentado das dificuldades deste

acesso⁸². Talvez pela forma pela qual a japonesa se referiu aos movimentos sociais brasileiros à época do PRODECER, não me senti segura com aquela conversa e, portanto, não ofereci este contato desejado, disse apenas que se ela precisasse de algum acesso específico poderia me pedir sem problemas. Embora estas linhas sejam escritas muito tempo depois dos fatos, lembro que uma sensação esquisita, quase angustiante, marcou aquele encontro:

Hoje de manhã fomos conhecer a Su, uma japonesa que está na OMR e Mosca nos indicou falar (com uma advertência: ele não sabia bem qual era a dela). Pois, mesmo depois de encontra-la e conversar por uma manhã inteira, eu também não sei. (Trecho de diário de campo, 02 de fevereiro de 2018).

Enquanto João foi pagar a conta – três *espressos* – tentei eu mesma dirimir uma inquietação com minha interlocutora, talvez informada por um modo de pensar bastante institucionalista: eu ainda não havia entendido o que ela fazia lá. A conversa que seguiu foi um desastre, por razões que julguei à época fruto de minha inépcia com a língua inglesa, sobretudo quando enunciada por uma japonesa e com acento britânico (totalmente diferente, portanto, das pronúncias que estava acostumada a ouvir no Brasil, em muito tributárias do inglês norte-americano):

[Eu] - *Ok, you finished your master's degree in Oxford. So, where do you research ProSAVANA?*

[Su] - *At OMR.*

[Eu] - *Yes, I am also a visiting researcher at OMR. But I do this research because of my doctorate in Sociology in Brazil...*

[Su] - *Oh, no, I'm not in doctorate!!!*

Isto tudo produziu uma sensação estranha, agravada pelo fato de que, quando o encontro acabou, Su se dirigiu a uma mesa próxima, onde – de costas para nossa mesa – havia um homem japonês utilizando um notebook. Nós não o vimos chegar ao café. Mais tarde, naquele mesmo dia, ela me enviou e-mail com um documento de uma página, redigido em inglês, no qual apresentava seus interesses de pesquisa: *this research focuses on the dynamics of social movement in Mozambique, using a case of movement to ProSAVANA*. Como ela perguntou por algum arquivo semelhante ou publicação, reuni alguns *abstracts* de trabalhos já publicados na íntegra em português (CAMANA, 2017; CAMANA; ALMEIDA, 2018a).

Além disso, na mensagem ela enviou o contato telefônico de uma senhora que alugava quartos no bairro da Coop – eu havia comentado que estávamos buscando outro

⁸² De fato, trata-se do interlocutor cuja fala marcada por desconfiança abre a seção anterior.

lugar para morar em Maputo, já que nossa estadia no Polana-cimento era provisória. Fomos naquela mesma semana conhecer o apartamento indicado, cuja proprietária nos contou que costumava alugar os espaços para estudantes internacionais, especialmente jovens vinculados ao Corpo de Paz estadunidense: como era de se esperar pela localização do imóvel e pelo estilo de vida que senhora que nos recebia exibia, o valor era proibitivo para nós, cobrado em dólares norte-americanos e ultrapassando em muito o máximo estipulado em nosso orçamento de campo. No entanto, a ida não foi perdida: a senhora nos perguntou de onde conhecíamos Su e nos contou que ela havia morado naquele quarto durante todo o ano anterior. Ou havia alguma confusão por parte da proprietária, ou algum problema de comunicação entre Su-eu-OMR, ou então ela não era a *recém-chegada* a Moçambique que nos fora apresentada. Nesta última possibilidade, começou a me parecer pouco crível que ela não falasse nenhuma palavra de português. Na semana seguinte, eu, João e Vanessa chegamos em Nampula-cidade.

Ao desembarcarmos no aeroporto, pegamos um táxi e fomos direto para um albergue próximo ao Museu Etnográfico que nos fora indicado por amigos e pela própria OMR. Logo largamos nossas mochilas no quarto coletivo que nos abrigou por pouco mais de um mês e no qual conhecemos muitas pessoas que figurarão também nestas páginas: a maior parte delas apenas fazendo uma parada antes de seguir em direção à Ilha de Moçambique, patrimônio mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); algumas outras também pesquisadoras ou vinculadas a organizações não governamentais, com as quais trocamos alguns contatos e referências na varanda. Naquela manhã da chegada fomos à cozinha do hostel em busca de um café, já que nosso voo saiu de Maputo antes das 6h, e nos encontramos justamente com Su, visivelmente surpresa em seu vestido rodado de *capulana*. Trocamos algumas palavras e João perguntou se era a primeira vez dela no Norte do país, questão que ela não compreendeu: “North?!”. No mesmo dia, enquanto eu e Vanessa conversávamos na varanda e fazíamos ligações a fim de agendar entrevistas, João estava na cozinha do albergue fazendo almoço quando Su o interpelou, despedindo-se e dizendo que estava voltando para Maputo. Eu não a vi.

Algum tempo depois – ainda em Nampula-cidade – estávamos com muita dificuldade para agendar uma entrevista em uma instituição não governamental dedicada à assistência rural que havia me recebido no ano anterior. Foram várias as ligações feitas, mas os horários disponíveis do diretor eram escassos. Conseguimos uma reunião para uma

manhã de fevereiro, de um dia extraordinariamente quente. Chegamos cedo, mas a secretária nos avisou que ele estava envolvido noutra atividade e deveríamos voltar às 14h do mesmo dia; assim o fizemos, mas o diretor estava recebendo outra pessoa e, portanto, atrasado. Esperamos por cerca de uma hora e meia até que ele saiu de sua sala: um homem negro jovem acompanhado... da Su. Ele nos pediu desculpas por seu atraso, mas disse que precisaria sair rapidamente e garantiu estaria de volta e disponível em 30 minutos: vimos quando ele e Su entraram na mesma caminhonete da instituição. Enquanto tomamos um café em uma pastelaria da redondeza, eu e Vanessa ficamos especulando se ele havia apenas dado uma carona para onde quer que ela estivesse hospedada ou se estava a levando para conhecer algum projeto experimental do ProSAVANA, algo que também gostaríamos de conhecer. Pudemos apenas especular: quando voltamos, aguardamos o jovem diretor por mais uma hora sem que ele chegasse. A secretária da instituição ligou para ele, que solicitou, acompanhado de pedidos de desculpas, que voltássemos na manhã seguinte. No dia seguinte quando voltamos, as portas estavam fechadas, ao que tentamos entrar e perguntar as razões, uma senhora foi até o portão nos informar que um antigo colaborador havia falecido e haveria apenas expediente interno naquele dia. Nunca conseguimos reagendar.

A presença de Su se tornou uma brincadeira constante: “[d]evem estar com a Su”, dizíamos quando alguém desmarcava ou não podia nos atender. Em um fim de semana que passamos na Ilha de Moçambique, quando chegamos ao *hostel* após quatro longas horas de viagem de *chapa*, havia uma motocicleta em frente ao lugar com um selo que era constante nas infraestruturas do ProSAVANA: “[u]ma doação do Povo Japonês”, acompanhado do logotipo da JICA. Mais uma vez começamos a rir: “os amigos da Su devem estar por aí”. O clima de brincadeira assumiu um tom mais paranoico quando, de fato, Su estava naquele *hostel*. E, sempre que nos via, fazia ares de uma grande surpresa e depois não se fazia mais ver no alojamento e na própria cidade. Bem, não é tão incomum que nos encontrássemos nas cidades de cimento, locais onde costuma se circunscrever a circulação de estrangeiros, ou em associações com algum vínculo com a terra e a agricultura, afinal compartilhamos de um mesmo objeto de pesquisa. No entanto, esta situação se repetiu quando voltamos para Maputo, uma cidade com mais de um milhão de habitantes de acordo com o último censo (INE, 2017). Mais que estes encontros inusitados, o que passou a me deixar desconfortável eram os seus sumiços repentinos.

Decidida a não alimentar uma sensação persecutória, segui ignorando as (des)aparições da colega japonesa. Foi só em meu último encontro na OMR, quando conversei com o mesmo pesquisador que havia me recebido alguns meses antes que me senti instada a falar sobre o assunto. Primeiro contei dos lugares em que estive e das primeiras impressões da pesquisa, ainda muito efervescentes, ao que ele perguntou se conheci no percurso outros investigadores e se acessei os contatos por eles me cedidos. Falei especialmente de Vanessa, afinal foi com ela que compartilhei grande parte do tempo e do campo⁸³, assim como apresentei um panorama dos interlocutores com quem estive, dando destaque aqueles que a própria OMR me havia sugerido. Neste momento, falei também que me encontrei com Su já nos primeiros dias, mas que não tivemos uma relação mais próxima – o pesquisador então me perguntou as razões. Argumentei que nossa diferença linguística se mostrou impeditiva e que eu tinha dificuldade de compreendê-la; ao que meu interlocutor passou a tensionar a fim de saber se havia algo mais: acabei por dizer, de forma genérica, que eu não havia compreendido muito bem o que ela fazia lá. Com ar constrangido, o pesquisador me confidenciou que eles próprios “tiveram problemas” com a japonesa e que ela já não fazia parte dos quadros da entidade, sem alongar muito a discussão. No entanto, a questão parecia passar pelo pertencimento institucional e pelos objetivos da atuação da pesquisadora em Moçambique, algo que igualmente me inquietou. Acolhi a informação sem demonstrar minha surpresa e passamos a falar sobre outros assuntos.

No entanto, esta história de (des)encontros com Su reforçou a impressão de que a *não existência* do ProSAVANA (ou, no mínimo, um ProSAVANA bastante situado) é um efeito de um discurso produzido e cuidadosamente implantado por parte de alguns atores aos quais é interessante que o programa não se faça ver. Explico: em 2016, 46 documentos relativos ao ProSAVANA (relatórios, atas de encontros etc.) foram vazados *online*⁸⁴ e publicados por uma ONG internacional que se ocupa de questões da terra, a qual mantém o site [farmlandgrab.org](http://www.farmlandgrab.org)⁸⁵. Ainda que não sejam documentos oficiais, a JICA nunca negou sua autenticidade. Numerosos estudos e análises destes textos foram realizados por entidades da sociedade civil e instituições acadêmicas, os quais alertaram para os riscos e

⁸³ E, ainda que ela tenha ficado em Moçambique por seis meses, só conseguiu acessar a OMR para realizar entrevista uma vez.

⁸⁴ É de se notar que não se tratou do primeiro vazamento de informações no âmbito do ProSAVANA: ainda em 2013 o Relatório sobre o Plano Diretor do programa, elaborado pela FGV, foi divulgado extraoficialmente.

⁸⁵ Os documentos podem ser acessados no endereço: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/26158-ProSAVANA-files>>. Acesso em: 15 out. 2018.

eclipsamentos do programa (ver, por exemplo, as reflexões reunidas em relatório elaborado pela entidade *No! to landgrab, Japan*, 2016). Aqui, quero chamar atenção para um documento específico, denominado *Communication Strategy in the framework of ProSAVANA*⁸⁶. Nele estão delineadas ações e estratégias a fim de forjar uma nova identidade para o ProSAVANA, desvinculada das acusações de outrora (*land grabbing* e falta de transparência) e reforçando o carácter eminentemente *moçambicano* do programa (distante, portanto, de experiências similares existentes no Brasil). Este processo incluía, dentre outras atividades, adentrar organizações da sociedade civil moçambicana.

Em fins de Setembro, a JICA estabeleceu um novo projecto no ProSAVANA chamado "Projecto de Engajamento das Partes Interessadas" (*Stakeholder Engagement Project*), sem notificar as sociedades civis. A JICA contratou uma empresa de consultoria moçambicana (MAJOL), em 2 de novembro de 2014, e instruiu a empresa para realizar um levantamento detalhado sobre a sociedade civil moçambicana, fazendo contactos directos e consultas individuais com algumas organizações a fim de "recriar a imagem do ProSAVANA" e estabelecer um "Comité Consultivo para o ProSAVANA (*ProSAVANA Advisory Committee*)" em nome da JICA e dos três governos. Apesar dos pedidos oficiais e repetidos da sociedade civil japonesa para a partilha de informação e divulgação do contrato e de documentos relacionados, a JICA continuou a recusar. Através da pressão de um parlamentar japonês, os detalhes do contrato foram finalmente divulgados em meados de Fevereiro de 2016, um mês antes do final deste contrato. Até então, a sociedade civil moçambicana estava a enfrentar todo o tipo de suspeitas e divisões. Somente através da exposição dos documentos, é que foi revelado que as divisões entre a sociedade civil foram deliberadamente criadas. A JICA admitiu que "Estratégia de Comunicação" do ProSAVANA estava a ser implementada ainda hoje. (NO! TO LANDGRAB, JAPAN, 2016, p. 7).

Se o cronograma da Estratégia de Comunicação foi ainda mais ampliado, não é possível afirmar. De todo modo, lembro de uma reunião realizada com um funcionário da administração pública fortemente vinculado ao PEM em Nampula, em fevereiro de 2018, na qual ele – como a maior parte daqueles que ocupam posição semelhante – afirmava que o *ProSAVANA não estava acontecendo*. No entanto, não pude deixar de reparar que sobre sua mesa havia inúmeros documentos sobre o programa: dentre eles, a ata de uma reunião que datava da semana anterior na qual se discutiu a escolha do *jingle* do ProSAVANA. Este é mais um elemento que reforça a impressão de que a estratégia de comunicação vazada alguns anos antes ainda pode estar em curso, ainda que reformulada.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/103.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

Assim, lembro que este documento elenca possíveis estratégias e ações a serem tomadas com vistas reposicionar a imagem do programa para cada tipo de público, sendo um destes justamente o acadêmico e investigadores, situados pelo documento junto à categoria mais ampla “Sociedade Civil”. No mesmo documento há ainda um mapeamento dos principais problemas enfrentados e suas causas, aos quais retornarei nos próximos capítulos. Sobre pesquisadores há o seguinte diagnóstico:

[o] Público Acadêmico quer, acima de tudo, visibilidade, não se notando uma clara tomada de opinião contra ou a favor do ProSAVANA, mas sim considerações vagas e tentativas de vender seus serviços de consultoria. No entanto, é importante uma aproximação ao mundo acadêmico, pois a respeitabilidade que lhe é devida e sua relativa influência poderão ser importantes para ajudar a comunicar e explicar o ProSAVANA à restante sociedade. Do ponto de vista dos estudantes, a comunicação junto a estes é essencial, pois muitos deles, essencialmente da área de Agronomia, poderão vir a colaborar com projetos relacionados com o ProSAVANA. (PROSAVANA, 2013, p. 14).

A partir deste trecho, o documento segue com a listagem de institutos de pesquisa e unidades universitárias a serem mantidas em vista pelos futuros assessores. O excerto supracitado é de um funcionalismo primoroso, visto que reduz atores a finalidades específicas – o que não é de todo estranho a uma estratégia comunicacional. Há também uma categorização entre diferentes tipos de conhecimento (agronomia *versus* outros), no qual os saberes agronômicos são privilegiados diante de uma gama de outras possibilidades de apreensão do mundo. Levando em consideração que o ProSAVANA tem vistas à agricultura, pode se esperar sua proeminência, mas ignorar outras ciências da terra (como a biologia, a ecologia ou a engenharia florestal) dá pistas do tipo de agricultura pretendida, ainda que o Plano Diretor⁸⁷ do programa tenha como um de seus princípios orientadores “Considerar a conservação do meio ambiente no desenvolvimento das actividades agrárias” (1-4) e tenha um capítulo – bastante breve, é verdade – dedicado ao tema dos “Recursos Naturais” (capítulo 6). Isso sem falar da ausência das humanidades, o que mais uma vez leva a crer que o desenvolvimento pretendido não passa pela compreensão dos sujeitos que já ocupam o Corredor de Nacala, muito menos pelo respeito às formas específicas pelas quais elas e eles se relacionam com a terra.

⁸⁷ O Plano Diretor possui 204 páginas, divididas em oito capítulos de extensão variável. As páginas não são numeradas de forma contínua: a cada capítulo inicia uma nova contagem. Por exemplo, o capítulo 1 encerra em 1-7 e o capítulo 2 começa em 2-2 se estendendo até a página numerada como 2-42. Em citações reproduzirei a forma de paginação empregada no documento.

Mas o que é ainda mais curioso, quero notar, é a definição de que o público acadêmico seria movido à visibilidade e ganhos financeiros, o que desconsidera a função primeira de tais atores (inclusive esta que escreve): a produção de conhecimento. E, bem, ainda que possamos assumir tal concepção, não me parece que a busca por visibilidade e dinheiro seja uma exclusividade do público acadêmico. Ainda assim, o que é bastante problemático nesta narrativa é o uso estratégico que o programa parece querer fazer das pesquisadoras e pesquisadores, a fim de valer-se da respeitabilidade que lhes é imputada. Se o estudo prévio não notou “uma clara tomada de opinião contra ou a favor do ProSAVANA”, mas considera que “a respeitabilidade que lhe é devida e sua relativa influência poderão ser importantes para ajudar a comunicar e explicar o ProSAVANA à restante sociedade”, o que se deseja comunicar? O que é possível fazer para que tal mensagem seja enunciada pelo público acadêmico? Desde então, diversos colegas se indagam quais as ações que poderiam ser tomadas neste sentido, especulações estas que vão desde as práticas mais explícitas, como o financiamento de pesquisas que levem a resultados previamente definidos, àquelas mais perspicazes (e, portanto, perigosas), como a inserção de sujeitos interessados em instituições consolidadas e mesmo a produção de dados fraudulentos.

Descrevo aqui esta linha de história, que envolve pesquisadores, instituições e documentos, sem necessariamente afirmar que Su era uma pesquisadora infiltrada: não há elementos suficientes para tanto, embora a autocritica me permita reconhecer que é possível que sua presença – ou os *efeitos de sua presença* – possam ter mudado inclusive o curso desta narrativa. Ainda assim, há elementos que possibilitam uma inferência desta ordem: se o ProSAVANA não existe, por que investir esforços desde o Japão, o principal país cooperante em termos financeiros, em investigá-lo?

Com esta inquietação, retorno ao fim de minha estadia em Moçambique, quando, não obstante grande parte dos interlocutores afirmassem o encerramento das atividades do programa, fiquei sabendo do agendamento de uma reunião entre coordenadores do ProSAVANA e algumas entidades da sociedade civil moçambicana, a realizar-se no dia 04 de abril de 2018. Foram interlocutores vinculados à sociedade civil e à campanha “NÃO ao ProSAVANA” que me falaram a respeito do encontro e não pude deixar de me surpreender quando me confidenciaram que um pesquisador renomado, membro da instituição que então me recebia como pesquisadora visitante, havia feito a ponte entre os atores do Estado e eles. O mesmo pesquisador que na conferência anteriormente mencionada havia decretado a *morte* do ProSAVANA. O próprio coordenador nacional

do programa, em entrevista realizada em abril de 2018 em Maputo, confirmou a reunião e o convite feito aos “insatisfeitos”. Neste período, os interlocutores com quem estive manifestavam dúvidas sobre a participação ou não neste encontro, dado que a postura oficial da campanha é de não diálogo. De fato, eles não se fizeram presentes e, cerca de dois meses depois de realizada a reunião, emitiram um comunicado de imprensa a este respeito⁸⁸, onde reafirmam sua posição diante do programa. Consta no documento:

[a] Campanha “Não ao Prosavana” tomou conhecimento, através do relatório da última reunião sobre o Prosavana, presidida pelo Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar no dia 4 de Abril, que os governos de Moçambique, Brasil e Japão, estão a tomar acções com vista à implementação efectiva do programa Prosavana na região norte do país, ignorando assim todas as contestações dos camponeses e camponesas, dos moçambicanos e moçambicanas e das organizações da sociedade civil, afiliadas ou não à Campanha Não ao Prosavana. O relatório é claro ao afirmar que é preciso avançar, não vamos ter todo o pensamento igual. Alguns não querem mas é preciso avançar”.

De acordo com o calendário das acções de implementação do programa, as actividades do Prosavana já iniciaram, sendo que a “Campanha Não ao Prosavana” não foi ouvida e tudo que já foi dito sobre o programa foi ignorado.

Ora, se o programa “não existe”, qual a razão de promover um debate (a portas fechadas) a seu respeito? Que ações são estas mencionadas, se tudo o que existia eram projetos “experimentais” e, portanto, não eram o ProSAVANA? Por que, então, tratá-lo por “o finado ProSAVANA”? Foi diante destas inquietações que indaguei um pesquisador da área vinculado ao OMR a respeito deste suposto “encerramento”, visto que havia chegado ao meu conhecimento que em alguns dias haveria uma reunião para discuti-lo:

[q]uando a gente diz que o ProSAVANA não existe é a respeito do projeto inicial. Acredito que “morreu” no sentido do que havia sido o projeto. Mas o grande capital adapta-se, transforma-se. (Pesquisador vinculado ao OMR. Trecho de diálogo. Maputo, abril de 2018).

Esta definição é, entretanto, diferente daquela que diz que o ProSAVANA “morreu”. É distinta porque contém em si uma noção de continuidade, ainda que pressuponha um deslizamento (“o grande capital adapta-se, transforma-se”) – e sobre este deslocamento, pelo menos discursivo, das proposições originais do programa já existem variadas análises. Ao declarar publicamente seu fim, no entanto, a própria comunidade acadêmica faz circular outros sentidos na rede (que não aquele da transformação); além disso, esta enunciação pode ser mobilizada por mediadores distintos (e com interesses

⁸⁸ Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Comunicado-da-campanha.-NAO-ao-ProSAVANA-FINAL.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

eventualmente conflitantes), de forma a fortalecer certas apreensões. Em última instância, pode-se compreender que mesmo pesquisadores e pesquisadoras tornam-se aliados provisórios daqueles que buscam estabilizar a rede e encerrar a controvérsia ProSAVANA.

Tendo a acreditar que, quanto mais próximos de centros urbanizados e, portanto, distante dos próprios distritos onde o ProSAVANA anuncia interesse, mais forte é o “consenso” de que o programa está encerrado ou, pelo menos, “parado”. Isto é perceptível nos enunciados que produzem a imprensa internacional e os interlocutores do Brasil, assim como está presente (em linhas gerais) no que se fala em Maputo e, em alguma medida, em Nampula-cidade. Em termos da ANT, pode-se sustentar que estes grandes centros – pela profusão de atores que neles vivem ou por eles passam – permitem um maior número de associações entre atores, a despeito, por exemplo, dos camponeses e camponesas que têm menos possibilidade de arregimentar aliados. Este aumento das associações de certo modo “isolam” aqueles que não participam da relação, o que corrobora para tornar *fato* (ou “verdade”) determinados enunciados (LATOUR, 2016; 2012b; 2000a), neste caso – o *fim* do ProSAVANA.

Ainda assim, a “não existência” do ProSAVANA é discursivizada de modos distintos pelos atores que produzem e sustentam a rede do programa: um mesmo enunciado se desdobra em conclusões diferentes e mesmo concorrentes. Para parte da sociedade civil organizada, argumentar o fim do ProSAVANA é assumir o triunfo de uma estratégia de resistência a ele, demarcando uma possível vitória popular. Enquanto isso, para aqueles que o propõem (gestores, cooperantes, políticos), produzir este apagamento do programa é uma condição necessária para que as ações sigam acontecendo, ainda quem em carácter “experimental”, a serem posteriormente conectadas e encontrarem ecos em diferentes escalas.

Esta linha de história que busquei seguir (ou desenrolar...) desde a controversa não existência do programa corresponde a uma descrição de alguns dos atores mais permitidos a produzir o desenvolvimento na experiência do ProSAVANA (ou, pelo menos, uma narrativa mais autorizada). Isto é, o que quero discutir é que, em determinadas esferas, é a voz e o texto de uma pesquisadora japonesa (que coincide com a narrativa do Estado e do próprio programa) que traz a fala autorizada sobre o ProSAVANA, pois encontra ecos inclusive no Brasil, quando pesquisadores da área de estudos rurais argumentam comigo que o programa já não existe, como narrei no início desta seção.

É possível argumentar, em consonância com a literatura, que a rede que esta pesquisadora mobiliza é mais extensa – e mesmo se encontra com a *minha* rede em algum momento. A ideia que eu gostaria de experimentar é que esta questão *excede* tal interpretação: existem certos marcadores sociais de diferença (que por certo não são universais: devem ser observados desde seu contexto) os quais se interseccionam e produzem outras topologias conceituais. Estes são, simultaneamente, simbólicos e materiais, pois informam de linguagens e de práticas que produzem afastamentos: por meio destes se fazem-ver e fazem-falar as diferenças e desigualdades.

Para melhor explorar esta questão, retomo o momento no qual ouvi a frase que intitula esta seção: há mais de um mês circulando pelo Corredor de Nacala, por vezes ouvir relatos de experiências limite, como deslocamentos forçados e intimidações, colocava à prova também minha própria sensibilidade, pois alguns camponeses e camponesas narravam impassíveis situações que envolviam um violento jogo de forças e revelavam assimetrias de poder. Num desses dias de fevereiro de 2018, em uma localidade próxima ao distrito de Malema, um camponês e *agente de advocacia* nos recebeu com grande entusiasmo, portando uma agenda com capa de couro na qual tinha registrado dados, datas e informações da comunidade; sua preparação, notei, incluía uma camiseta de uma entidade da sociedade civil bastante atuante na Campanha NÃO ao ProSAVANA, a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU) (Figura 24).

Figura 24 – *Agente de advocacia*



Fonte: registro feito em campo.

Com o semblante tranquilo, na varanda em frente a sua casa, ele nos contava das relações que tiveram com uma empresa agrícola recém-chegada, que ignorara a presença daquelas pessoas na terra, instaurando novas práticas de cultivo:

[e]les aplicam produtos químicos e, quando chega o dia de aplicar, não avisam a comunidade. A população a cada ano perde os seus cultivos por causa da pulverização aérea. Vejam só o ambiente como é que fica: agora nascem lá crianças com problemas de saúde. Os problemas de saúde já não são os mesmos de antes. (Camponês e agente de advocacia. Trecho de entrevista. Arredores do distrito de Malema, fevereiro de 2018).

De forma bastante ingênua, mas fruto de um momento de exasperação, indaguei: “mas alguém foi falar com eles?”⁸⁹ Com a mesma expressão serena e voz calma, ele me respondeu: “*Um camponês é um camponês, não tem como ir conversar com os homens de empresa*”. Esta enunciada interdição revela a distância entre as pessoas e suas formas de existir

⁸⁹ Só um ano mais tarde, ao ler Grada Kilomba (2019), me dou conta da diferença de perguntar “o que você fez?” e “o que o racismo fez com você?” (ou, neste caso, “o que este acontecimento fez com você?”). Ao optar pela direção da primeira pergunta, posso ter reproduzido uma lógica violenta, que coloca a existência do sujeito marcado pela diferença em relação permanente com o outro (branco). Espero, ao longo da descrição deste *acontecimento ProSAVANA*, ocupar-me também deste outro movimento: do sujeito para consigo (e com os seus).

naquele contexto conflitivo, que se expressa na impossibilidade do diálogo. Levando a sério o que diz meu interlocutor, devo observar que este desencontro por ele descrito é inclusive material: *é muito difícil adentrar a empresa, mais ainda falar com aqueles que por ela respondem*. Já não há placas que indiquem o caminho, foram todas retiradas da estrada principal há alguns anos, de acordo com o motorista que nos conduzia. Ainda assim, pessoas de motos e bicicletas circulam atentas ao movimento da região, notando carros estranhos e forasteiros que possam se avizinhar.

Para quem sabe o percurso a ser trilhado, as altas cercas e o portão, guardadas por vigilantes que portam armas de fogo, não deixam dúvida de que é um espaço restrito. Em determinados horários, soam altas campainhas e com passos sincronizados chegam pela estrada de chão batido homens e mulheres trajando camisetas idênticas, nas quais está estampada a identidade visual da empresa. O portão se abre rapidamente e eles entram. O sinal de celular ali é precário: nem sempre há como telefonar para a sede, pois a rede instável não permite que a ligação se complete. Junto ao portão, os dois guardas do turno não parecem afeitos a conversas com desconhecidas. A comunicação no empreendimento se dá por radiocomunicadores, os quais é possível ver junto ao corpo dos vigilantes quando nos aproximamos. Sem autorização ou acerto prévio, não é possível contatar o *homem da empresa*, isto é, o gestor português que atualmente coordena as atividades.

Quando os visitantes são liberados para entrar, os vigilantes preenchem uma tabela com os dados do veículo e seus ocupantes, incluindo a quilometragem quando da chegada. Já na saída, antes que o amplo portão se abra, uma vistoria é realizada pelo segurança armado, enquanto seu colega registra, olhando o painel, a quilometragem percorrida dentro do empreendimento, bem como o tempo que lá se permanece. “Uau, três quilômetros!”, comentou com ironia o motorista da caminhonete na qual viajamos em parte do trabalho de campo. Dentro da empresa, ele e João não desceram do veículo, ainda que o sol do meio-dia sugerisse buscar refúgio em alguma sombra. Funcionários com a mesma camiseta que eu observara anteriormente ao soar da campainha ficaram por perto todo o tempo. Este breve relato dá conta de minha experiência junto à empresa: aguardamos cerca de uma hora em frente ao portão até que a rede de telefonia permitisse a ligação ao gestor, que, devido a quem me havia concedido seu telefone, autorizou nossa entrada por um curto período, para uma conversa igualmente breve.

Quero notar que em pouco ou nada minha história, trajetória, língua e existência partilham de elementos com a de meu interlocutor que menciona a impossibilidade de

dialogar com o “homem da empresa”. Ainda assim, é possível perceber que uma série de pessoas e de objetos nos afastam: os seguranças, as cercas, a planilha, o radiocomunicador, os documentos,... Quando o camponês com quem dialoguei me sugere a impossibilidade de dialogar com a empresa, ele remete a esta extensa rede, nas quais as diferenças são demarcadas materialmente, e se fazem sentir na dificuldade (ou impossibilidade) de falar e ser ouvido.

A distância entre este camponês e os “homens da empresa” era de poucos quilômetros, mas o que estava em jogo era *também* uma distância de outra ordem, de superação tão ou mais difícil que as cercas já mencionadas: o que significa ser um camponês que vive a cerca de 2.000 km da capital o país? Sem desejo algum de cristalizar identidades, pode-se dizer que, neste caso em especial, implica ser um homem de meia idade negro, de pele marcada pelo sol e mãos calejadas pelo cultivo da terra com uma enxada de cabo curto; de etnia *emakhuwa*, mas convivendo de perto com outros grupos étnicos (sobretudo os *maconde* a alguns quilômetros ao sul), situação que promove encontros mais ou menos frequentes entre formas distintas de se relacionar e mesmo de falar. Ser um “homem da empresa” dá conta primordialmente de ser um homem inserido em um sistema capitalista, detentor de posses, estrangeiro e branco – o que aciona outros sentidos em um país marcado pelo colonialismo português. Estas maneiras de existir no mundo tão diversas de fato afastam estes interlocutores mutuamente, pois também aqueles que ocupam cargos diretivos em empresas agrícolas promovem e ratificam certas distâncias entre *eles/a empresa* e *os outros/os camponeses*.

“Há um levante de ONGs que querem que Moçambique permaneça na Idade das Trevas”, começou ela [junto com seu marido, coordenadora da empresa]. “É um levante contra fomento agrícola, que é o que vai tirar os moçambicanos da miséria, da fome. Se você olhar Moçambique na evolução da humanidade, eles ainda estão no Paleolítico. Conheço vários aqui que jamais calçaram um sapato na vida. Aqui é muito pior que o Nordeste brasileiro”, disse. (ZANINI, 2017, p. 185)⁹⁰.

Falar das diferenças que os sujeitos carregam no corpo e das conexões que tais marcadores ensejam, sem com isto fixar suas existências, contribui para perceber os modos pelos quais as relações se atualizam reciprocamente e, sobretudo, assimetricamente. Quando a pessoa responsável por uma empresa enuncia uma distância entre ela e as camponesas e os camponeses e, de certo modo, todo o país (“Se você olhar Moçambique

⁹⁰ Este trecho é parte de uma entrevista realizada pelo autor junto à mesma empresa que o camponês aqui mencionado refere. Cabe notar que os gestores já não são mais os mesmos, ainda que os dizeres sejam sintomáticos de uma relação estabelecida com as comunidades do entorno.

na evolução da humanidade, eles ainda estão no Paleolítico”), tal dizer não apenas produz diferenciação como ele próprio é fruto de práticas de estratificação com raízes que excedem o atual tempo histórico.

E como dificilmente há elementos unicamente da ordem material ou da ordem simbólica, há objetos que amalgamam ambas em si. Veja-se a referência aos sapatos (“Conheço vários aqui que jamais calçaram um sapato na vida”): o calçar-se atua como marcas de diferenciação, pois expressa o acesso a determinados saberes e experiências, que seriam próprios a outro *tipo* de sujeito. Assim, de algum modo, o que está em jogo aqui é narrar e radicalizar as distinções que os próprios interlocutores estabelecem em seus enunciados:

[v]ocê só deve entrar em pânico se seus atores não tiverem feito tudo isso da mesma forma, constantemente, ativamente, reflexivamente, obsessivamente: eles também comparam, eles também produzem tipologias, eles também elaboram padrões, eles também disseminam suas máquinas, bem como suas organizações, ideologias e estados mentais. Por que você seria aquele que faz o trabalho inteligente enquanto eles agiriam como um bando de retardados? O que eles fazem para expandir, para relacionar, para comparar e para organizar é também o que você tem a descrever. (LATOURET, 2006, p. 346).

A questão que desejo colocar é que, por óbvio, camponesas e camponeses também produzem suas próprias categorizações. Ao assumir as distinções que por elas e eles me são ofertadas em suas narrativas e em suas práticas, penso que podem contribuir ao debate as discussões colocadas por Spivak (2010) e Kilomba (2019): não se trata apenas de ouvir a voz (e, por conseguinte, as reflexões) dos sujeitos subalternizados por estruturas de opressão, mas da dificuldade de se fazer valer igualmente suas próprias categorias. Quando escuto que “um camponês é um camponês, não pode falar com os homens da empresa”, em parte o que é enunciada é uma distância demarcada pelo outro (a empresa) e reificada em múltiplos espaços (inclusive naqueles em que este dizer é fonte de exploração). Isto é, quem produz o *desenvolvimento* é também quem produz e se beneficia do discurso da diferença e da assimetria – o que não significa de forma alguma conceder poder absoluto ao *discurso branco*, visto que sempre existem linhas de fuga e usos táticos do colocado, como espero explorar noutros capítulos. Assim, quero experimentar a ideia de que não se trata apenas daquilo/daqueles com que cada ator se conecta, mas também das *múltiplas formas* de tais atrelamentos.

No caso específico, os “homens da empresa” se conectam com os “homens do Estado”, algo que pode ser observado em documentos, textos jornalísticos e em suas

narrativas. Lembro que em 2018, em um distrito abarcado pelo Corredor de Nacala, tivemos uma entrevista bastante profícua com o diretor do Serviço Distrital de Atividades Económicas (SDAE). Ao fim da conversa, perguntei se ele poderia me dar algum contato das empresas agrícolas de médio e grande porte do distrito e seu entorno, ao que me surpreendi: no gabinete havia um mural no qual, em posição de destaque, estava afixada uma lista contendo os nomes dos responsáveis pelos empreendimentos e seus respectivos telefones celulares. Ainda assim, o diretor chamou um engenheiro a ele subordinado e pediu que ele confirmasse os números, acessando a própria agenda de contatos do seu aparelho – ele prontamente o fez. Ainda que eu possa apenas especular o quanto estes contatos são acionados (e, especialmente, em quais ocasiões), desta experiência penso que é possível, no mínimo, depreender que *Estado e empresas se relacionam* – e não apenas de forma “abstrata” ou burocrática (como poderíamos pensar que é, por exemplo, uma licitação), mas são *pessoas* que se relacionam: *os homens da empresa e os homens do Estado*.

Se isto está posto na experiência relatada em um painel de um gabinete distrital, da mesma forma o observei em espaços públicos: no simpósio sobre agronegócio que já mencionei, os palestrantes (em sua totalidade do sexo masculino⁹¹) eram vinculados a empreendimentos agrícolas de médio e grande porte, entidades de crédito rural, agrônomos e representantes do Estado moçambicano, como é possível observar na programação do evento (Figura 25). Ainda que não compusessem um bloco homogêneo, demonstravam interesse em dialogar entre si, mesmo que por vezes trocassem acusações: “O Estado está sempre contra os privados”, sentenciou um produtor rural, que mais tarde sugeriu que o correto seria que os empresários participassem ativamente da redação das leis agrícolas do país, não apenas fossem convidados a emitirem pareceres.

Ainda que integrantes da sociedade civil compusessem a plateia, havia apenas um momento destinado à problematização das práticas do agronegócio face às comunidades locais, que contou com a fala do presidente da UNAC, representante, portanto, das e dos camponeses. Em sua palestra, ele pintou o atual cenário como de disputa por território entre a agricultura camponesa e o agronegócio, que em sua análise é ligado a agendas internacionais (e, de fato, grande parte dos representantes de empresas lá presentes eram moçambicanos de origem portuguesa, portanto brancos, ou mesmo eram estrangeiros). Para ele, é a agricultura camponesa que possui a capacidade de mobilizar pessoas e

⁹¹ Importante dizer que pesquisadoras vinculadas ao OMR, organizador da atividade, participaram como mediadoras. Havia na programação, ainda, uma mulher convidada a falar por uma companhia de seguros agrícolas, no entanto ela foi substituída por um colega.

diversificar o plantio, de forma que é a defesa de sua manutenção que ele tinha em vista: “Se não temos soberania alimentar colocamos em risco todas as outras soberanias: econômica, política... a soberania de andarmos com nossas próprias pernas”, alegou.

Figura 25 – Programação de simpósio sobre agronegócio realizado em Maputo

Dia 8 de Março				
Lições do agro-negócio				
Hora	Tema	Orador	Instituição	Moderador
08:30	Abertura	João Carrilho		João Carrilho
09:00	Abertura: tendências do agro-negócio internacional	João Mosca		
	Empresas/investimentos no agro-negócio em Moçambique			
09:30	Alguns desafios para o desenvolvimento do agro-negócio em Moçambique	Paulo Linha		
10:00	Debate			Yasser Dadá
10:30	Casos de sucesso			
	Banana	António Gomes	Frutisul	
	Algodão	Francisco F. dos Santos	Grupo JFS	
	Debate			
11:15	Intervalo. Café			
11:45	Casos de não-sucesso			Yasser Dadá
	MOZFood/MIA, Chokwé	Carlos Henriques	-	
12:15	Debate			
12:45	Almoço			
Estado e agro-negócio				
14:30	Avicultura	Mário Couto	Higest	João Feijó
	Gado bovino	Victor Filipe	Alfa C. Internacional	
15:30	Debate			
16:30	Intervalo. Café – Fim do dia			
Dia 9 de Março				
Questões fundamentais do agro-negócio				
08:30	Crédito e seguros	Aurora Psico	Gapi	Aleia Agy
09:00	Debate			
09:30	Intervalo. Café			
10:00	Invasões biológicas e seu impacto na produção e comercialização de produtos agrícolas em Moçambique	Domingos Cugala	UEM-FAEF	Aleia Agy
10:30	Debate			
11:00	Terra	João Carrilho	OMR	Uacitissa Mandamule
11:30	Relações agro-negócio/ camponeses/comunidades	Luis Muchanga	UNAC	
12:00	Debate			
12:30	Intervenção de encerramento.	Tatiana Mata		

Fonte: reprodução de folder de divulgação.

Quando do espaço aberto às perguntas do público, foi interessante notar que se forjou uma espécie de arena na qual as falas de todos os outros palestrantes se articulavam, o que corrobora para a impressão de que, no caso do que aqui é chamado agronegócio, *homens do Estado e homens de empresa* se imiscuem com alguma facilidade. Juntos, eles também questionavam os dados e argumentos trazidos pela entidade camponesa – com

exceção de uma pesquisadora vinculada à própria OMR que fez uma contribuição mais conectada com o contexto apresentado, destacando as ações recentes da UNAC.

Disso é possível depreender que aqueles que falam pelo *desenvolvimento* e têm seus dizeres validados (pois os fazem ecoar mais longe), são sujeitos – tais quais os “homens da empresa” – que estabelecem relações com seus pares, apartando a diferença. Mas, talvez mais interessante do que tais conexões, são as relações que constituem com elementos como, por exemplo, o dinheiro (“a agricultura é uma atividade capitalista: não pode ser feita sem capital”, enunciou um empresário no encontro que já descrevi), com documentos (como a legislação) e com a própria terra em geral mediados por formas de conhecimento produzidas pela tecnociência (moderno-ocidental). De certo modo, é possível pensarmos que as relações se tornam mais legítimas a partir não só da quantidade de aliados arregimentados, mas da matriz de pensamento na qual estão fundadas as conexões.

O *desenvolvimento*, e a materialização desta ideia-força em programas como o ProSAVANA, operam, por um lado, produzindo este tipo de relação desejável, e, por outro, interditando as formas de se relacionar até então vigentes, em um jogo de poder desigual e por vezes violento. O *desenvolvimento*, quero sugerir ao longo deste trabalho, é ele próprio um modo de existência, que instaura formas de estar, narrar e agir específicas, (embebidas de *uma* historicidade, igualmente situada). Os “camponeses” – e no acontecimento aqui descrito em especial destacam-se as camponesas – também estabelecem relações entre si, com o Estado, com a terra, com a água... Porém são conexões subjetivadas de modo distinto daquele que o fazem os “homens da empresa”. Igualmente, camponesas e camponeses se engajam constantemente em conexões pouco rastreáveis, pois subjetivas, como é o caso da ideia de ancestralidade, frequentemente acionada por interlocutoras e interlocutores.

A literatura etnológica sobre grupos *emakhuwa* – predominantes na região que este trabalho visa dar conta – nos informa certa maneira de estar no mundo que é, em parte, relacional. Esta é minha interpretação do que apresenta, por exemplo, Geffray (1990) em seu clássico estudo sobre parentesco, quando o autor discute a questão da linhagem e da adelfia⁹², distinguindo as possibilidades de pertença dos sujeitos a um território. Mais que pertença e diferentemente de território, neste trabalho o que está em discussão são as

⁹² Geffray (1990) defende uma distinção terminológica entre linhagem e adelfia no contexto *emakhuwa*: enquanto a primeira remete aos laços de pertença de um grupo social a um lugar e um ancestral comum, a adelfia informa das relações de determinado grupo de sujeitos face um mais velho (ainda vivo) compartilhado. Em ambos os casos, há uma ideia de pertença recíproca (ou, no mínimo, co-constituição) que é importante a esta pesquisa.

relações travadas com a terra: é a terra que conecta atores tão diversos, mobilizando desejos e temporalidades. Questões que circulam em torno às ideias de ancestralidade e de descendência surgiram reiteradas vezes quando de meu trabalho de campo, sobretudo quando o tema da conversa era a *terra*. De fato, não me recordo de nenhum diálogo no qual este assunto deixou de ser mencionado. Especialmente nos contextos de disputa, não pude deixar de notar que o lugar dificilmente era me apresentado (apenas) precedido de um pronome possessivo, seja ele no singular (*elapu aka*, em português: minha terra) ou no plural (*elapu ihu*, em português: nossa terra). Os interlocutores e interlocutoras falavam do lugar a partir de sua ocupação por antepassados ou do desejo de que as próximas gerações lá se mantivessem (levando-se em conta, por óbvio, as questões em torno à matrilocidade/uxorilocidade). O que quero sugerir é que a maneira pela qual os sujeitos estabelecem conexões com o a terra não passa apenas pelas formas de cultivo (e quiçá as maneiras de produzir na terra sequer sejam determinantes da relação), mas incluem uma dimensão de ancestralidade e de descendência que excede o tempo presente. Com isto não quero engessar camponeses e camponesas numa identidade exótica, mas chamar a atenção para o fato de que outras temporalidades – e, com isto, outras perspectivas de história – estão em jogo quando da disputa em curso e, portanto, merecem serem levadas em consideração. Voltarei a este debate na última parte deste trabalho.

O caso específico do cemitério narrado na seção anterior parece-me exemplar. O *desenvolvimento*, ao fazer-se, instaura outra ordem de relacionamento com a terra, narrada em termos de produtividade e materializada noutras paisagens. Mas o que acredito ser mais potente é a compreensão de que a alguns atores é permitido não apenas produzir determinada conexão com o mundo, mas igualmente interditar as relações que já não são adequadas a este modelo. Retirar sujeitos do lugar que habitavam, *da terra que conhecem*, no caso específico, revela uma violência de múltiplos tentáculos: opera cortando (ou alterando o curso) das possibilidades de vínculo com elementos como o solo, a água e com a linhagem que, por sua vez, é mediada pela ancestralidade. Quando aos sujeitos é interditado o acesso ao local onde estão *seus* mortos⁹³ (*ekhapuri*, em português: cemitério) – ou quando veem aquela porção de terra (e memória, e sacralidade etc.) cercada por soja

⁹³ Foge ao escopo desta discussão a questão da morte e dos rituais funerários na região, mas necessariamente há que ser chamada a atenção para as diferenças dos ritos *emakhuwas* imiscuídos às tradições muçulmanas (sobretudo na costa) e cristãs (presentes na porção central do Corredor de Nacala). Sobre o assunto, sugiro o clássico estudo de Martínez (2008 [1989]), especialmente em seu capítulo VI (“A morte e os ritos fúnebres”) e Assunção (2018) – nesta última o texto é focado nas conexões entre sujeitos e *capulanas* em momentos rituais, sendo que há um capítulo dedicado às práticas funerárias.

e algodão, pulverizada com fertilizantes e agrotóxicos – mais uma vez evidencia-se a impossibilidade de falar (e ser ouvido) legitimamente, como bem prescrevem as estruturas do colonialismo e do racismo, confinando os atores às margens. Daí o que dizia aquele interlocutor sobre a ineficácia (ou mesmo impossibilidade) de um diálogo entre um camponês e um homem da empresa.

Mas, para além do componente de violência ontológica (pois retira as práticas e sentidos do campo do existente), o que quero chamar a atenção é para a possibilidade das coisas em relação não serem as mesmas: será a *mesma* terra que me é narrada como cemitério pelos sujeitos da empresa e pelos camponeses e camponesas que lá enterraram seus antepassados? Não quero argumentar uma distinção apenas em termos de significação ou representação (dado o exposto é óbvio que são diferentes as apreensões), mas algo que excede tal domínio: a terra é experimentada de outra forma, com outros vínculos, muitos dos quais interrompidos pelo *acontecimento ProSAVANA* aqui descrito, o que torna as possibilidades de diálogo entre diferentes ainda mais fugidias. Até porque a herança do colonialismo, esse acontecimento histórico que reverbera, sufoca o espaço da “diferença” e dos “diferentes” (não num sentido identitário, mas como esta produção coletiva própria a cada tempo). Mas nas margens também se fazem negociações, processos de tradução mútua, encontram-se brechas e linhas de fuga. Há sempre o que persiste. As relações teimam em subsistir.

Strathern (2017) sugere que as redes em ação são mais compridas, especialmente quando mobilizam atores poderosos como objetos técnicos, este parece ser o caso do acontecimento em curso. Esta mesma autora também argumenta que a ideia de propriedade é capaz de cortar a rede e interromper os fluxos (além da propriedade, ela própria, constituir-se como uma rede “encapsulada”). Bem, na esteira desta discussão, a ocupação da terra pelas empresas pode ser encarada como uma forma de posse, a qual arregimenta atores poderoso: é convalidada pelo Estado e por estruturas tão amplas como as que se apoiam os programas de desenvolvimento. Por certo os sujeitos que hoje detêm estas porções de terra, em detrimento dos camponeses e camponesas que lá estavam/estão, veem-se envolvidos, então, em redes extensas e heterogêneas, o que busquei afirmar ao mencionar as relações que pessoas e documentos de diferentes trajetórias travam a fim de possibilitar o desenvolvimento enquanto modo de existir.

O que eu sugeri nesta seção final é que os sujeitos marginalizados pelo *desenvolvimento* também se encontram envolvidos em amplas redes, mas ainda assim veem

suas existências, práticas e narrativas sobre o mundo – e, por conseguinte, sobre o ProSAVANA – encontrarem menos ecos. Se camponeses e “homens da empresa” tecem e são envoltos em amplas redes de atores, por que, então, no caso do *acontecimento* ProSAVANA, só um destes sujeitos encontra mais facilmente respaldo para ocupar o norte-moçambicano? A discussão aqui mobilizada permite considerar que há certos fluxos e possibilidades que excedem a rede, ou seja, o que está em jogo não é apenas a quantidade das conexões, mas um *tipo de vínculo* entre sujeito e ambiente que o desenvolvimento busca padronizar, ainda que fracasse. Falha porque seu aparato não se dá conta de que nem sujeitos e nem elementos de natureza são os *mesmos* – e justamente esse é o tema da Parte II a seguir.

PARTE II –
DESENHAR A TERRA

Mundos em “paralelo”

Considerando que 70% do território de Moçambique (aproximadamente 540 km²) é classificado como região de savanas tropicais, existindo uma extensa área de terras cultiváveis não utilizadas, a Missão que o Ministério da Agricultura de Moçambique enviou a região dos cerrados no Brasil, em Maio de 2009, constatou *que há muitos pontos de semelhança entre o Cerrado Brasileiro e a Savana Tropical de Moçambique e que existem muitos exemplos de técnicas agrícolas que podem lhes servir de referência.* (ProSAVANA, 2009, p. 2 - grifos acrescentados).

Em julho de 2009, durante a Cúpula de Áquila⁹⁴, o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro japonês Tao Aso anunciaram o interesse em atuar conjuntamente a fim de “promover o desenvolvimento da agricultura em Moçambique”, para que pudessem aproveitar o “conhecimento acumulado” na execução de programas similares (ProSAVANA, 2009, p. 1). Mais tarde naquele mesmo ano, reunidos em Maputo em setembro, membros da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério da Agricultura de Moçambique⁹⁵ assinaram o *Memorandum de Entendimento sobre a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique*, que daria origem ao ProSAVANA. Em um documento curto, as entidades manifestavam seu intuito colaborativo, priorizando a área agrícola e destacando novamente a experiência da parceria estabelecida entre Brasil e Japão, considerada exitosa. O excerto que abre esta Parte II é o segundo tópico do anexo que fundamenta o memorando e traz elementos que merecem destaque: o primeiro deles dá conta da existência de terras cultiváveis não utilizadas, argumento que já discuti longamente noutras oportunidades (CAMANA, 2020, 2017; CAMANA; ALMEIDA, 2019). O segundo tópico é o diagnóstico de que, entre os biomas do Brasil e de Moçambique, existem “muitos pontos de semelhança”, constatação da qual decorre a ideia de que as técnicas agrícolas podem ser compartilhadas.

O que me parece mais interessante nestas afirmações, extraídas do próprio acordo, é certo deslocamento da discussão: se num primeiro momento o interesse na parceria é

⁹⁴ Reunião do G8 realizada na Itália.

⁹⁵ O Ministério da Agricultura (até então MINAG) passou a ser denominado Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar de Moçambique (MASA) a partir de 2005, quando iniciou a gestão do presidente Felipe Nyusi. Em 2020, o Ministério passou a atender por Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), todavia, neste trabalho sigo o tratando por MASA, por ser assim denominado no momento no qual grande parte desta pesquisa se deu.

assentado em experiências políticas, aqui ele encontra subsídios por meio do conhecimento científico, já que o bioma compartilhado permitiria uma escalabilidade do projeto. Ao mobilizar em um único documento argumentos de ordens distintas, o *acontecimento ProSAVANA* embaralha as cartas que certos interlocutores teimam em separar, sobretudo as da Ciência e da Política. E isso se repete em outros gêneros narrativos e espaços:

[o] PROSAVANA visa melhorar a competitividade do sector rural da região, tanto em matéria de segurança alimentar, a partir da organização e do aumento da produtividade no âmbito da agricultura familiar, como na geração de excedentes exportáveis a partir do apoio técnico à agricultura orientada para o agro-negócio. A ideia subjacente é de que este estágio pode ser conseguido em 20 anos, metade do que foi necessário para o cerrado brasileiro (localizado entre o paralelo 13 e 17) explorar todo o seu potencial. (Trecho da notícia: *Nacala: o “corredor da promessa”*, Jornal Notícias/Maputo, publicado em 24 de abril de 2013);

[o] sonho deles [dos atores da cooperação] é ver Moçambique como o cerrado brasileiro. (Pesquisador e ativista. Trecho de entrevista. Maputo, fevereiro de 2017).

Como o próprio texto do memorando nos lembra, os atravessamentos e continuidades entre esses domínios talvez sejam maiores do que aquilo que os afasta, como tão bem nos convoca a pensar a literatura que fundamenta esta tese, em especial os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT). No entanto, é caro a esta pesquisa observar como atores insistem em produzir para si identidades que os circunscrevam em um domínio (“eu sou cientista”, “eu sou um homem da ciência”), ainda que suas práticas e os produtos da ciência que fazem sejam constantemente mobilizados para produzir e justificar ações no norte moçambicano que se encontram com vidas de sujeitos que pouco se atêm a tais divisões. As articulações entre tecnociência, cientistas, artefatos, política e políticos na construção do desenvolvimento por projetos será explorada no primeiro capítulo desta Parte II. Ainda que outros atores orbitem em torno a instituições-chave neste processo, já adianto que, face ao *acontecimento ProSAVANA*, os camponeses e camponesas parecem prescindir deste debate, ainda que estes sejam os *destinatários do desenvolvimento*. O que é, no mínimo, algo a se destacar.

Os dados de campo permitem dizer que, no caso da cooperação tripartida que possibilitou o ProSAVANA, a *transferência de tecnologia* que marca o programa foi impulsionada por uma ideia de que projetos anteriores são *escaláveis*. Esta escalabilidade, na esteira do que provoca Anna Tsing (2019), não é dada, mas depende de composições contingentes, em geral lastreadas por *designs* científicos. É sobre as relações produzidas pela “ciência” que me debruço na segunda seção, destacando os atores que a mobilizam no

Brasil e em Moçambique – e que ao mesmo tempo em que dão solidez também se mostram instáveis quando se observa o *desenvolvimento em ação*.

Consoante à ciência, noto que uma de suas mais bem-acabadas construções é central ao ProSAVANA: a *natureza*. Se Moçambique pode receber este programa e obter êxito tal qual o Brasil, é porque ambos os *lugares* compartilham um bioma – ou, nas palavras de meu interlocutor já citado, “[o] sonho deles é ver Moçambique como o cerrado brasileiro”. Esta é a discussão à qual dedico o terceiro capítulo.

E por dar-me conta, como espero que fique convincente ao longo desta Parte II, de que certas aproximações não são passadas apenas por sujeitos, o quarto capítulo visa dar destaque a outro gênero de atores: os *artefatos*, em especial, os mapas. Isto é, a circunscrição da natureza no singular, mediada por categorias técnicas (como são os biomas, os índices pluviométricos, entre outros), arregimenta aliados que lhes conferem efeitos de verdade. No entanto, há coisas que escapam à cartografia.

Se reúno esta discussão sob o título “Mundos em ‘paralelo’”, não o faço sem medo de porventura reificar certas (falsas) equivalências ou insistir em uma discussão, quiçá, já esgotada por outras autoras (PERIN, 2020; SANTARELLI, 2016). O trabalho de campo, no entanto, trouxe elementos que recolocam em marcha determinadas comparações e contrastes, acionando sentidos diversos daqueles já explorados. Sinto que vale a pena retomar o assunto.

1 O desenvolvimento e seus projetos

“Eu não sou contra o desenvolvimento”, ouvi em numerosas ocasiões quando do trabalho de campo. Os enunciadores eram variados, incluindo atores vinculados ao Estado e a empresas agrícolas (que celebravam a chegada de mais um projeto de cooperação), camponeses, camponesas e membros de instituições abertamente contrárias ao ProSAVANA. Em 2017, em Nampula, após ouvir um relato repleto de dor de um camponês que narrava o medo e as perdas já sofridas em função da emergência do *acontecimento ProSAVANA*, senti um incômodo quando ele concluiu sua história com esta frase. O mesmo se repetiu no ano seguinte, quando, em uma localidade e no interior da província, o homem com quem conversava sobre os desafios de sua comunidade (acesso à água, poluição por carvão, mortes nos trilhos do trem) disse esta mesma frase.

Figura 26 – Trilhos do trem que cortam localidade



Fonte: registro feito em campo.

Quando em nome dele se tira tudo aquilo que se pensa possuir, como é possível não ser contra o desenvolvimento, passei a me perguntar. As respostas são muitas e vêm de lugares distintos da bibliografia. Gosto de pensar desde o que propõe Rist (1996), que em sua genealogia do desenvolvimento aponta que esta ideia-força é gestada na modernidade-ocidental. A interessante discussão sobre *voz média*⁹⁶, justaposta a este contexto, permite acrescentar outro matiz: o *desenvolvimento* não apenas é gestado na

⁹⁶ Inexistente no português, a *voz média* é uma estrutura gramatical própria a línguas indo-europeias como o grego e o sânscrito. Explorada por, dentre outros, Stengers (2017a), a voz média escancara a dificuldade de se afirmar quem é o ator, o que a torna uma forma de dizer (e de pensar) especialmente interessante. Exemplifico: a voz média é próxima da flexão de verbos pronominais, os quais portam em si o sentido de que ao mesmo tempo o sujeito é ativo e passivo da ação. A síntese da voz média seria, talvez, o canto entoado pelas bruxas, apresentado pela escritora e ativista Starhawk e já explorado pela filósofa belga noutras ocasiões: “[e]la muda tudo o que toca, e tudo o que ela toca muda” (STENGERS, 2017b, p. 68, tradução livre). O desenvolvimento, da forma como o compreendo, opera (e é operado) do mesmo modo.

modernidade como também a trazendo em si, produzindo-a. Nessa concepção, o desenvolvimento assume um duplo estatuto, pois é ao mesmo tempo um produto da história e uma ideia capaz de produzir história, conforme analisa Satrústegui (2014): ao forjar um imaginário específico sobre o mundo e sobre os sujeitos, classificando-os, o desenvolvimento revela desde onde enuncia (a modernidade ocidental).

Isto posto, assumo que o *desenvolvimento* é, simultaneamente, um discurso e uma prática, o que Rist (1996) amalgama na metáfora da *religião da modernidade*. Esta alegoria ganha fôlego quando confrontada com a frase que abre esta seção, “eu não sou contra o desenvolvimento”: de fato, é quase impossível sê-lo. Por configurar-se um sistema de crenças em permanente (re)construção – e, portanto, altamente polissêmico –, o desenvolvimento tudo abarca, inclusive o contraditório.

A inquietação, em parte arrefecida pela literatura especializada, encontrou outras pistas juntamente aos interlocutores:

[a] questão é o modelo [de desenvolvimento] que está proposto. Nós só aceitamos discutir se aceitarem discutir o modelo. (...) Há um conflito de modelos, não necessariamente um conflito de terras. É um conflito de modelos de agricultura e de desenvolvimento que está em causa (Jornalista e ativista, membro da campanha “Não ao ProSAVANA”. Trecho de entrevista. Maputo, fevereiro de 2017).

Aqui, a crítica é ao singular, que circunscreve as possibilidades de se experimentarem múltiplas maneiras de se desenvolver: o que o programa faz é oferecer *O desenvolvimento*, quando meus interlocutores lembram que outros *modelos* devem existir, inclusive, o que eles próprios propõem. No entanto, esta multiplicidade não cabe no modo como *projetos de desenvolvimento* são desenhados, sempre com vistas à modernidade, ou seja, à autocelebração. A questão-chave aqui parecer ser a importância da escalabilidade para aqueles que assumem a tarefa de produzir desenvolvimento. Tomemos o caso do ProSAVANA: embora nas conversas recentes a maior parte dos interlocutores vinculados à implementação do programa recuse a perspectiva da similaridade, esta aproximação com um programa anterior, o PRODECER, está dada desde o *Memorandum*. Não é também por acaso que a pesquisadora japonesa que mencionei no capítulo anterior inicie nossa conversa justamente relembrando a

a implementação do programa em suas distintas fases com o avanço da produção experiência nipo-brasileira no cerrado, aludindo ao seu sucesso.

O PRODECER foi um programa da cooperação Brasil-Japão idealizado em 1974, com implementação iniciada em 1978. Ele misturava capital público e privado e foi

executado em três fases, incidindo sobre os estados de Minas Gerais (Fase I), Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia (Fase II), e, por fim, Maranhão e Tocantins (Fase III), de acordo com Coelho (2001). De certa forma, a finalidade do programa, que se encerrou em 2001, era a produção de *commodities*, com alta demanda internacional, impulsionando a agricultura capitalista no Brasil e reordenando o território.

Tive a oportunidade, para a feitura deste trabalho, de estar com atores-chave na promoção deste programa, na EMBRAPA e no escritório da JICA no Brasil; aliás, neste último, já no agendamento da entrevista fui avisada de que não poderiam responder questões acerca do ProSAVANA, por não ser da jurisdição do escritório brasileiro. No entanto, algumas comparações entre os programas, evidentemente, surgiram quando do diálogo:

[n]o começo houve essa tentativa de levar o modelo do PRODECER para a savana de Moçambique. Mas as condições eram completamente diferentes. Por exemplo, aqui no cerrado a gente quase não tinha gente, lá tem tribos morando. Então [o programa chega e] encontra donos da terra. [...] Aqui, tinha os gaúchos e os paranaenses, que sabiam produzir soja, tinham as técnicas; em Moçambique não há isso. Aqui, tem a EMBRAPA; lá eles não têm. Então, é bem complicado. Apesar de a região ser savana, serem iguais, as condições são bem diferentes. (Representante do escritório da JICA no Brasil. Trecho de entrevista. Brasília, novembro de 2018).

Também no escritório da JICA no Brasil fui agraciada com algumas publicações acerca do programa, as quais correspondem ao processo de análise do PRODECER feito pela própria agência e por entidades parceiras na ocasião do encerramento das atividades. Tal como na entrevista realizada junto à instituição, o material mobiliza esforços – já nos textos que o prefaciam – para a caracterização do PRODECER como um caso de *sucesso* e de *desenvolvimento sustentável*:

[o] desenvolvimento do Cerrado teve um impacto crucial na economia nacional do Brasil, possibilitando uma impressionante redução da pobreza através da geração de empregos, crescimento com inclusão social, melhoria nutricional e aumento no fornecimento dos alimentos. Para a conservação ambiental e ecológica, muitas tecnologias e instituições inovadoras foram desenvolvidas e introduzidas. A experiência do desenvolvimento do Cerrado poderia ser uma lição valiosa para outros países em desenvolvimento que trabalham visando a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento de cadeias de valor, a criação de empregos, o crescimento socialmente inclusivo e o desenvolvimento sustentável. (TANAKA, 2016, p. iv [prefácio assinado pelo presidente da JICA]).

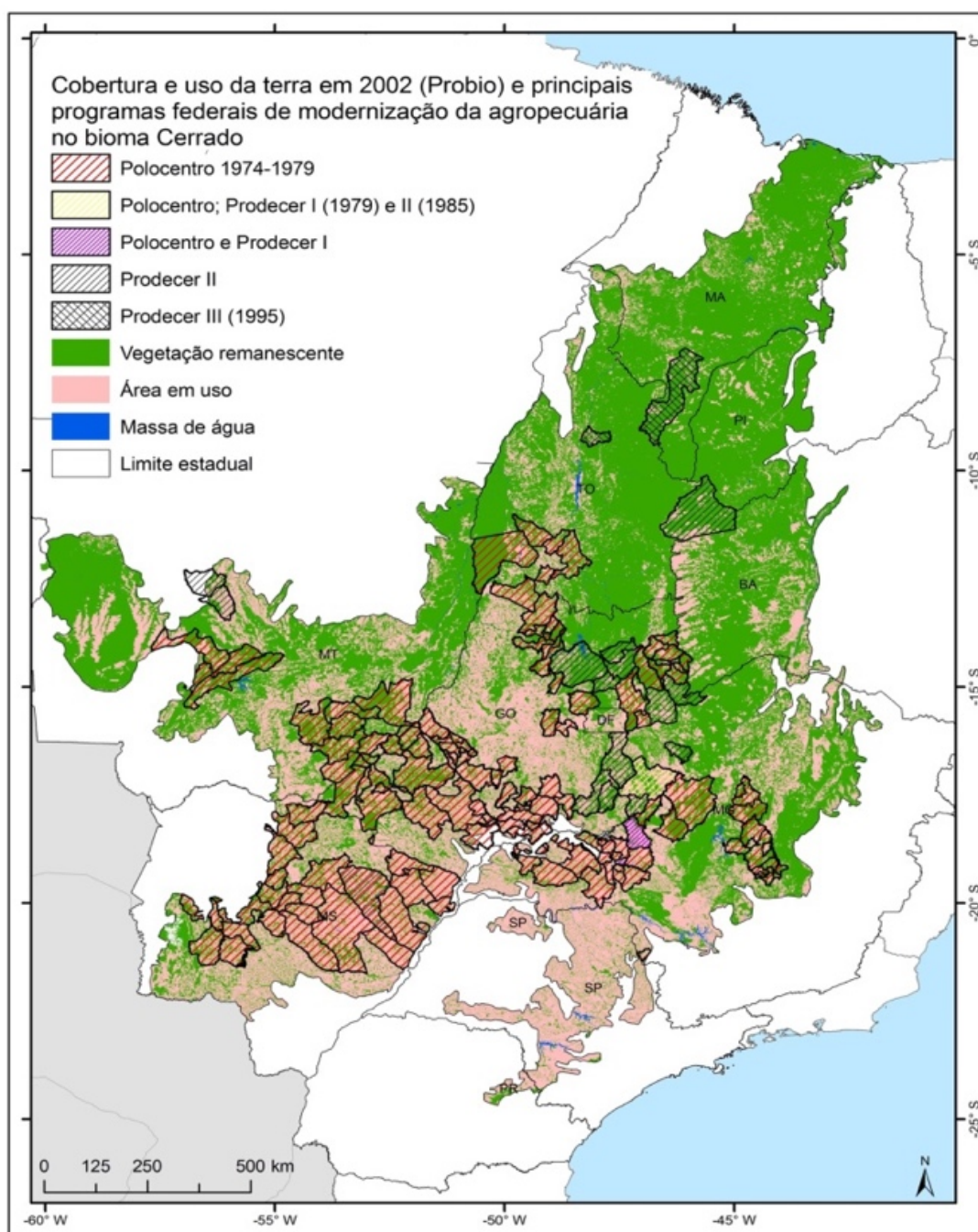
A combinação de modernas tecnologias de produção agrícola e boas práticas ambientais transformou a “savana árida” em sistemas de produção agrícola sustentável e produtivos que alimentam as pessoas

carentes no Brasil e em todo o mundo. (PAULINELLI, 2016, p. vi [prefácio assinado pelo ex-ministro da Agricultura]).

Ainda assim, desde outras perspectivas, as decorrências deste programa são controversas, pois ao mesmo tempo em que a modernização tecnológica pretendida foi bem-sucedida (a partir da adoção de maquinário, biotecnologia etc.), também se constituíram latifúndios monocultivadores, cuja produção é voltada para a exportação⁹⁷. Conforme Inocêncio e Calaça (2009, p. 10), “[o] caso do PRODECER no Cerrado significa esta reestruturação territorial, onde antigos e velhos produtos cultivados (arroz, mandioca etc.), como meios de subsistência, perderam espaços para outros mais rentáveis (soja, algodão, milho etc.), e de elevada competitividade”. Estas autoras, para além de suas reflexões acerca do programa, produziram também um mapa que informa as mudanças na ocupação do cerrado, o qual reproduzo a seguir (Figura 27). O próprio processo de avaliação do PRODECER compilado nas publicações da JICA também oferece um panorama deste processo (Figura 28), relacionando e da produtividade da sojicultura no cerrado brasileiro.

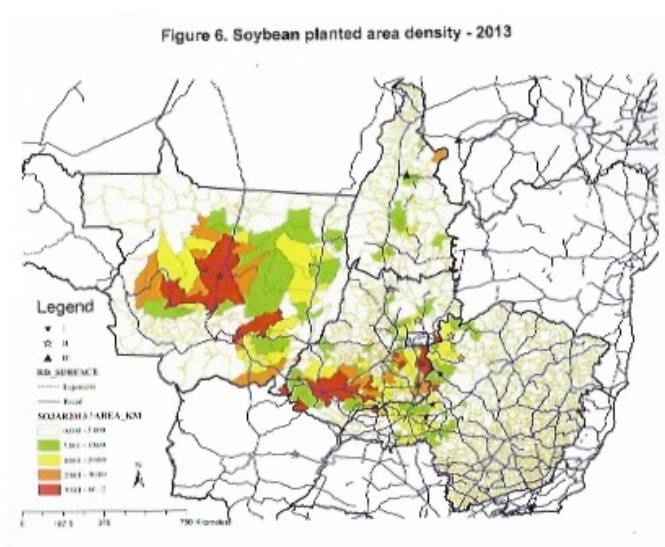
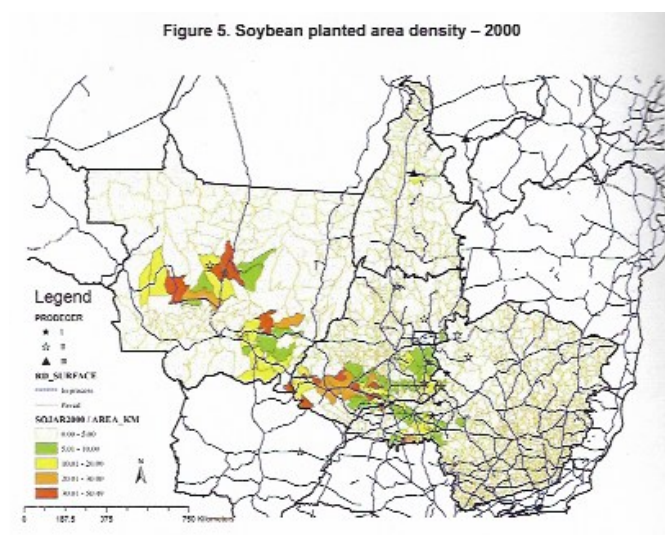
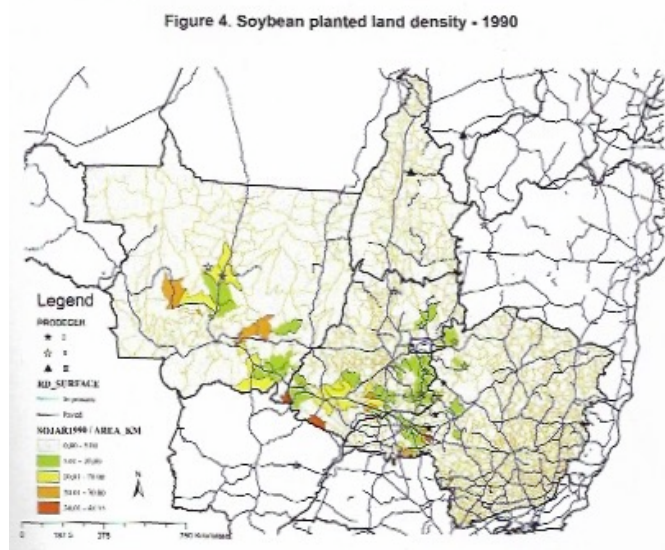
⁹⁷ Não se pode, entretanto, debitar estas ou outras consequências apenas ao PRODECER. Cabe observar que o período de 1965-85 engendrou inúmeras iniciativas de modernização da agricultura por meio da alteração das bases tecnológicas até então utilizadas, que articuladas construíram as configurações do agrícola e do rural hoje observadas no Brasil em toda a sua heterogeneidade.

Figura 27 – O PRODECER e suas fases



Fonte: Inocêncio e Calaça (2009).

Figura 28 – Áreas do PRODECER e expansão da área cultivada com soja (1990-2013)



Fonte: montagem a partir de Hamaguchi (2017).

A fim de não incorrer em uma relação de causa e efeito apressada (e equivocada), penso que é importante situar o PRODECER no seio da *modernização da agricultura* no país, processo de transformação das bases mecânica, química e biológica das práticas agrícolas (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1996, entre outros) a partir do tripé, regido e fomentado pelo estado, composto por crédito (via Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR), incentivo à pesquisa científica (viabilizada pelo surgimento da EMBRAPA) e extensão (por meio da extinta Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER). Ainda que os debates acerca desse processo sejam numerosos, é consenso na literatura especializada que a modernização da agricultura é tributária dos ideais da Revolução Verde⁹⁸. Este movimento, aliás, é retomado já na introdução do livro *Development of Sustainable Agriculture: the Brazilian Cerrado*, editado pelo Instituto de Pesquisa da JICA e dedicado a discutir o sucesso da parceria Brasil-Japão:

[h]oje o Brasil é um dos maiores países produtores de grãos do mundo, tendo exportado em 2011 o maior volume mundial de soja. O Dr. Norman E. Bourlag, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho relacionado à Revolução Verde, classificou o desenvolvimento agrícola no Cerrado como “uma das grandes conquistas da ciência agrícola no século 20”. (HOSONO; MAGNO; HONGO, 2016, p. 1)⁹⁹.

Parece-me interessante o modo como esses movimentos se entrelaçam e sugerem que programas como o PRODECER foram os promotores do *desenvolvimento* e modernização rápidos de algumas regiões do país, especialmente do cerrado. É de se notar que isto ocorre em publicações que o celebram, como a recém citada, mas também naqueles estudos que se dedicam a criticar esta ideia de *desenvolvimento por projetos*, a qual de certa forma é empregada no caso do ProSAVANA, já que o seu modelo é semelhante ao PRODECER na medida em que sua execução é dividida em fases com períodos, cada qual com áreas de atuação e objetivos específicos¹⁰⁰. Embora sejam previstos no projeto a transferência de tecnologia e de modelos de cultivo em larga escala para a exportação –

⁹⁸ A Revolução Verde corresponde ao processo de difusão de um pacote tecnológico de inovações mecânicas, biológicas e químicas na área da agricultura, por meio do qual também transformações políticas e econômicas se forjaram. Aliás, é por este caminho que vai a tese de Mariana Santarelli, a primeira defendida no Brasil sobre o ProSAVANA. Inspirada nas propostas de Raj Patel, a autora se debruça sobre o tema da Revolução Verde, acrescentando a ela uma continuidade: a Longa Revolução Verde, da qual o ProSAVANA seria representativo. A reflexão completa está em Santarelli (2016), especialmente no segundo capítulo.

⁹⁹ Utilizo aqui uma separata do livro, publicada em português, que me foi cedida pela JICA Brasil. O folheto traz informações sobre o cerrado, dois prefácios (um assinado pelo presidente da instituição, outro pelo ex-ministro da agricultura brasileiro) e a introdução da obra.

¹⁰⁰ Alguns dos projetos podem ser observados no próprio site institucional do programa, na aba dedicada às publicações. Disponível em: < <https://www.prosavana.gov.mz/>>. Acesso em: 3 out. 2020.

promovendo a agricultura capitalista naquela região –, também ocorrem trocas de experiências no âmbito da agroecologia e é fomentada a formação de lideranças regionais, por meio da construção de centros de convivência, por exemplo. Isto parece apontar para uma aparente dualidade do ProSAVANA, que ora atende a interesses substancialmente ligados ao agronegócio, ora visa promover o fortalecimento da agricultura tradicional praticada na região, objetivando a soberania alimentar. Nesta dupla investida, o ProSAVANA sugere uma convivência entre modos de vida e produção distintos, mesmo que a experiência brasileira de modernização da agricultura tenha revelado a quase impossibilidade de coexistência razoável entre racionalidades opostas: a modernização da agricultura foi conservadora ao aprofundar e alargar o “fosso de desigualdade” de todo o sistema econômico (DELGADO, 2012), aniquilando e/ou marginalizando diversos sujeitos no sistema produtivo.

Esta ideia de *repetir a experiência* – que quero problematizar ao longo deste capítulo – talvez seja a propulsora das críticas que o ProSAVANA recebe, já que o caso do Brasil não é considerado um sucesso pela unanimidade de meus interlocutores. Aliás, quando penso na ambiguidade do caso brasileiro, vem à minha memória algo que escutei ainda em 2016, quando a ideia de *ir a campo* ainda estava em elaboração e tudo o que eu acessava a respeito do que se passava no Corredor de Nacala advinha de publicações *online* de blogs, jornais e revistas. Na ocasião, eu participava de uma série de palestras realizadas no sul do Brasil acerca da cooperação brasileira com países africanos em agricultura e alimentação, organizada por um grupo ligado a estudos na área agrônômica; na plateia, estudantes de várias universidades da região, pesquisadores e uma comitiva moçambicana. Já na primeira conferência, os painelistas, ambos ex-ministros brasileiros, expuseram os avanços no setor e especularam as mudanças políticas que à época já causavam bastante incerteza quanto aos rumos das parcerias e dos programas no exterior. Como fiquei com a impressão de que essas transformações políticas internas eram a única questão que comprometia o *sucesso* da cooperação brasileira, no momento de diálogo com o público perguntei se eles poderiam falar sobre o caso do ProSAVANA, pois as notícias que me chegavam eram escassas e pouco consensuais. O primeiro painalista disse que deixaria a questão ao seu colega, diplomata de carreira, que deu uma longa resposta, concluindo com a frase: “[b]om, nós exportamos as nossas contradições. Não tem jeito.”

A afirmação, ainda que breve, é repleta de informações: o “não tem jeito”, que revela a defesa (resignada ou não) de certo *imperativo de desenvolvimento*, o qual aparece em

outros momentos da investigação, incluindo o “eu não sou contra o desenvolvimento” que abre esta seção; a noção de que são “nossas contradições”, isto é, que há desencontros na experiência brasileira recente; assim como a ideia de que “*exportamos*”, que dá a entender que é disso que se trata a cooperação: uma exportação de ideias, de tecnologias, de modelos... Pude desdobrar esta afirmação, em contraste com outros dados de campo noutra ocasião (CAMANA; ALMEIDA, 2019), observando as maneiras pelas quais o conhecimento *exportado*, sobretudo as ideias do “agronegócio” e da “agroecologia” no caso do ProSAVANA, se rearranja e produz outros sentidos e efeitos, distintos daqueles que o forjaram. Por outros caminhos, essa reflexão será retomada ao longo deste capítulo.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que PRODECER e ProSAVANA são forjados, ou pelo menos discursivizados, desde uma mesma “forma”, que os situa em um *continuum* marcado pela similaridade – e que pesquisadores, - eu inclusa - acabam por reificar. Esta “forma”, produtora de *mesmos*, é o que entendo como a *ideia-força do desenvolvimento*. Aqui, ao resgatar a discussão de Escobar (2017), proponho entender o *desenvolvimento* como um desenho (de mundo) ontologicamente orientado, pois inaugura modos específicos de ser, estar e conhecer. Para se expandir e possibilitar a mobilização de cada vez mais atores, a despeito das novas conexões que daí emergem, há uma tentativa de reprodução e escalabilidade do desenho (no singular) que implica o eclipsamento de outros desenhos pregressos e por vir – não obstante outros desenhos sigam existindo (PAREDES PEÑAFIEL, 2016).

Neste ponto, gostaria de fazer se encontrarem as reflexões de Arturo Escobar (2017) e Anna Tsing (2019), já que ambas permitem que se observe o modo como são acionados *projetos* a fim de fazer operar o grande desenho desenvolvimentista moderno-ocidental. Aqui, quero defender que o *desenvolvimento* não se define a priori, sendo mais profícuo compreendê-lo por meio dos diferentes efeitos – materiais *e* de sentido – que produz no mundo, justamente a partir de seus *projetos*.

A própria Tsing (2019) nos lembra de um dos mais escaláveis desenhos de mundo: a *plantation*, cujo sucesso se mede pela capacidade de expandir excluindo especificidades naturais e culturais. Esta máquina (colonial) de fazer paisagens é fruto do sonho moderno de vencer a natureza por meio da destreza técnica, ignorando as múltiplas composições nas quais ela se insere: “[a] *plantation* mostra como é preciso criar *terra nullius*, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos”, acrescenta a autora (TSING, 2019, p. 186).

Se a *plantation* opera por meio da produção de “lugares vazios”, há que se atentar para o fato de que esse processo de expansão de seu desenho ontológico é ancorado em certos compromissos, que não se encerram no *design*. Não por acaso, penso, Grada Kilomba (2019) intitula sua espetacular obra “*Plantation memories*” (“Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, no título da publicação brasileira): a experiência da *plantation*, com seus valores e violências, se faz sentir ainda hoje nos corpos e subjetividades marcados, sobretudo, por raça (sem ignorar intersecções com gênero, etnia, geração, nacionalidade).

Os grandes projetos desenvolvimentistas de hoje ainda se baseiam na experiência da *plantation* colonial para colocar em marcha determinados modos de existência desejáveis. Este argumento de Tsing (2019), que encontra ecos neste trabalho de tese, está em sintonia com o duplo vínculo do *desenvolvimento* (produto e produtor da modernidade-ocidental) apontado por Rist (1996). Ou seja, os *projetos do desenvolvimento* não são neutros, mas sim repletos de compromissos e conexões. Esta é a razão pela qual soa-me estranho quando determinados interlocutores advogam o caráter positivo e necessário do ProSAVANA:

[e]stou convicto de que seria o melhor programa já realizado em Moçambique. Sei que vai dar resultados excepcionais. (Representante moçambicano da coordenação geral do ProSAVANA. Trecho de entrevista. Maputo, março de 2018).

O programa é bonito. Ele é complexo e provocou muita reflexão, mas as dificuldades de implantação são para além do técnico, são dificuldades de implantação sociais. (Representante da Embaixada Brasileira em Moçambique. Trecho de entrevista. Maputo, fevereiro de 2018).

Há pouco nesta seção, comentei que, cada uma ao seu modo, as reflexões de Escobar (2017) e Tsing (2019) oferecem ferramentas para que se observe o alastramento do desenho desenvolvimentista. No entanto, sem diminuir a importância da vigilância quanto à expansão/escalabilidade deste projeto, estes autores também nos lembram de se estar atento àquilo que escapa: os desenhos autônomos e a fricção teimam em existir. Neste ponto, dois relatos me vêm à mente, ambos marcados pelo desencontro entre formas de se estar no(s) mundo(s). Na mesma conversa em que ouvi a frase que inaugura esta seção – “eu não sou contra o desenvolvimento” – o camponês com quem eu conversava me dizia das tensões que o lançamento do ProSAVANA fez emergir (ou, tomando-o como *acontecimento*, possibilitou enunciar) e supôs que a resistência camponesa e a crítica da *sociedade civil* não eram esperadas por aqueles que o propunham:

[n]ós somos camponeses que trabalhamos com a enxada de cabo curto. Não podemos já nos juntar com esses investidores que vêm com maquinaria. Não podemos, nós somos camponeses, trabalhamos com enxada de cabo curto. Apesar que vosso governo, o Brasil, entendeu mal... nos trouxe enxadas de cabo comprido [risos]. (Camponês e líder comunitário. Trecho de entrevista. Nampula-cidade, fevereiro de 2017).

A história por ele contada situa desde o princípio uma distância entre os camponeses que habitam o Corredor de Nacala e o tipo de agricultura proposta pelo ProSAVANA, diferença esta expressa pela forma de produzir (cabo curto e máquinas¹⁰¹). As tensões que emergiram da percepção deste descompasso entre a primeira proposta do programa e aquilo que desejavam os sujeitos deram origens a diferentes mecanismos de negociação por parte do próprio ProSAVANA, assim como das entidades nele envolvidas, como já mencionei no capítulo anterior. O que me parece curioso, e simultaneamente representativo, é o fato de que, de acordo com meu interlocutor, face às críticas enfrentadas, o governo brasileiro em um gesto de boa vontade tenha enviado aos camponeses da região um carregamento de enxadas (de cabo comprido, diga-se de passagem). Às gargalhadas, mas pedindo desculpa se era indelicado com meu país, o camponês explicou que não era o tamanho do cabo que estava em questão – como acho que está evidente a esta altura do relato que aqui ofereço.

Outra situação, que também dá conta do encontro entre desenhos distintos de mundo, muitas vezes denominados por interlocutores por *falhas de comunicação*, diz respeito a uma história que ouvi sobre um camponês da região que recebeu extensionistas que o instaram a plantar uma nova variedade de mandioca:

[t]inha uma escola camponesa onde deram essas sementes melhoradas de mandioca a um camponês: “essa é uma nova versão”. Mas aquele camponês foi esperto: não as plantou. Ele dividiu a *machamba* dele, uma parte ele semeou essa semente que estavam a fomentar, essa semente melhorada; noutra parte, ele sementou a semente local. E onde ele conseguiu alguma coisa? Na da semente local. O dia que [os extensionistas] foram visitar ele, eles viram e falaram “ah, você conseguiu metade, precisava dos adubos” e ele respondeu que não, “não quero botar isso na minha *machamba*, isso vai estragar o meu terreno”. E foi tirar só mandioca local. [...] Fora que quando tiraram, não conseguiram mastigar aquela mandioca. [...] Aquela associação abandonou as técnicas do extensionista do ProSAVANA. (Camponesa e líder comunitária. Trecho de entrevista. Nampula-cidade, fevereiro de 2018).

¹⁰¹ Essa diferenciação é muito parecida com aquela discutida no capítulo anterior, que aparta os camponeses e os “homens da empresa”. Neste caso, o interlocutor produz essa distância a partir da técnica, embora outros marcadores evidentemente também estejam em jogo.

Os relatos acima, penso, dão conta de que as composições são sempre instáveis, e na tentativa de expandir a escala, de *mundificar*, há sempre algo que escapa, tensiona¹⁰². Esses desenhos, ainda, não são abstratos, mas ancorados em materialidades: são enxadas ou sementes (no caso dos esquetes acima) que trazem em si redes de relações situadas, as quais se emaranham em novas relações no norte moçambicano (STRATHERN, 2017; 1991). Estou, então, de acordo com Paredes Peñafiel (2016), quando ela argumenta que estes artefatos são eles próprios ontológicos, porque informam modos específicos de ser e de fazer.

Nesse encontro de propostas, quicá de *ontologias*, as reações podem ser variadas, passando pelo riso e pela fúria: tanto a aliança quanto o confronto são contingentes. No entanto, quero chamar a atenção para algo em comum às situações narradas: se ambas são marcadas pelo encontro entre diferentes formas de estar no mundo, isso se revela na proposição de um modo mais adequado de *cultivar* a terra, isto é, de compor com elementos como a terra, a semente, a enxada e a máquina. Esta tentativa de padronização do vínculo pré-estabelecido, como já discutido ao longo da seção, é própria ao *desenvolvimento* e aos seus projetos, mas quero sublinhar a ideia de que ela passa necessariamente por um tipo de conhecimento que a respalda – e é sobre esta “*ciência das plantations*” que me debruço na seção a seguir.

2 Se o *desenvolvimento* é a religião da modernidade, os cientistas são seus profetas?

A gente se deparou com uma população que a tecnologia maior era isso aqui olha [mostra uma foto]. [...] É um sistema de produção na enxada, um enxadeco, de cabo curto. Tá vendo essa mulher aqui? Ela quando vai para o campo, pra *machamba* dela, ela traz lenha e a enxadeca aqui em cima, carrega o filho e vai trabalhar. Teve uns “iluminados” que disseram “isso é um absurdo, olhe como fica a coluna dessas mulheres”. Mandaram pra lá 15 mil enxadas de cabo longo num navio e distribuíram. Isso foi antes do ProSAVANA. Um ano depois e eles já tinham cortado o cabo da enxada. Elas não vão usar aquilo ali: o manejo, o transporte [não fazem sentido]... faltou aprender com a África, faltou um estudo antropológico, sociológico. (Cientista da EMBRAPA. Trecho de entrevista. Brasília, novembro de 2018).

A Ciência, no âmbito do ProSAVANA, parece estar em todos os lugares: é deste domínio que emergem a *identificação da similaridade* entre biomas, a posterior *análise da terra*

¹⁰² Os encontros e desencontros entre aquilo que propõe o desenho do programa e aquilo que desejam os sujeitos no campo voltarão a ser abordados na Parte III deste trabalho, especialmente em seu capítulo 3.

e, por conseguinte, as proposições de *como cultivá-la* (noutros termos: pesquisa e extensão rural) que encontram resultado na *transferência de tecnologia*. Enfim, a Ciência permite a formulação do programa e seus processos permitem sua implementação¹⁰³.

Há uma literatura, vasta e necessária, dedicada a questionar as práticas científicas e os regimes de poder/saber nos quais a Ciência se insere, destacando-se aqui os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) e as epistemologias feministas. Não por acaso, esta literatura sustenta grande parte das reflexões que produzo neste trabalho, visto que permite um reposicionamento das próprias ciências sociais frente ao seu fazer, questionando especialmente as dicotomias nas quais este conhecimento (dito moderno) é fundado, em especial aquela que separa (e hierarquiza) sociedade e natureza, sujeitos e objetos. Todas estas contribuições, aliás, nos alertam para a ineficiência de uma Ciência no singular, com letra maiúscula, representacional, atentando para a potência de que pensemos *as ciências*, isto é, as práticas de conhecimento (STENGERS, 2002a; 2002b; 1996; LATOUR, 2000a; LATOUR; WOOLGAR, 1997; KECK, 2020). Os ESCT, então, tornam visível (e dizível) a impossibilidade da neutralidade científica.

Assumir a parcialidade do conhecimento, na esteira do que Donna Haraway (1995) argumenta, não implica necessariamente em uma defesa de que toda a produção de saber é realizada com vistas a objetivos definidos a priori, sendo muitos deles escusos. Digo isto porque não são poucas as apropriações desta literatura que, que forma pouco condizente com o pragmatismo que a informa, colocam as ciências num outro extremo, igualmente monolítico e problemático, algo como uma “máquina de perversidades”. No entanto, conceber a prática científica como situada não traz a reboque a pressuposição de que cientistas fazem escolhas deliberadas – da mesma forma que alegar a possibilidade de agência de não humanos não torna pipetas e outros objetos entes volitivos. Este é um salto lógico insustentável: faria, penso eu, cairmos na mesma armadilha que produziu aquela Ciência outrora criticada.

Talvez essas apropriações teóricas tenham preparado eu mesma muito bem para discutir e desconstruir o papel da *Ciência* na modernidade-ocidental – o que, em prol da democratização deste saber/fazer, é sempre bem-vindo –, mas devo confessar que muito menos confortável estava quando me deparei com *os cientistas*. Se, por um lado, são estes sujeitos que operam as ciências (inclusive aquelas que permitem o ProSAVANA), a

¹⁰³ E, bem, também fica a cargo da Ciência a *avaliação* dos programas, fechando assim a “triade” das políticas públicas. Com certo tom de autocrítica, cabe lembrar que muitas vezes é aqui que são convocadas as Ciências Sociais. Ressalto que de forma alguma este é o papel a que se pretende este trabalho de pesquisa.

experiência de campo me fez notar o quanto eles não o fazem livres de ambiguidades e angústias.

O interlocutor da citação que abre esta seção é, para mim, uma das evidências de que os sujeitos experimentam também dilemas éticos e propõem leituras muito acuradas das situações que enfrentam em seus trabalhos, no trânsito entre o laboratório e os esforços políticos exigidos pela cooperação. Neste sentido, os cientistas vinculados ao ProSAVANA com quem estive, sobretudo os da EMBRAPA, foram muito generosos ao compartilharem comigo, para além de suas vivências, suas impressões sobre o programa, seus desafios e suas falhas. Aliás, eles sempre me instaram a também expor minhas leituras, ainda que preliminares, e se mostraram, ainda que circunstancialmente, *interlocutores* de fato, excedendo o papel do *informante*. Esta possibilidade já foi discutida por Leticia Cesarino (2014), ao que a autora argumenta que a escassez de acadêmicos dedicados ao estudo da cooperação Sul-Sul, especialmente, acrescento, às relações Brasil-Moçambique, torna por vezes mais profícuos os diálogos analíticos com interlocutores de campo do que com pares da universidade, situação que embaralha ainda mais os papéis esperados quando de uma pesquisa. Foi diante deste emaranhamento que este cientista, anunciou: “se você me perguntar o motivo do fracasso do ProSAVANA, não foram as ONGs.... foram nossos erros”. Com isso, ele passou a narrar a sucessão de equívocos que, desde sua perspectiva, fizeram com que o programa enfrentasse dificuldades de implementação, apontando as falhas dos diversos atores institucionais que compõem a rede que o faz existir, sem poupar críticas à própria Ciência.

Ao retomar a história das enxadas, a qual eu conheci primeiramente a partir do que me contou um camponês, este pesquisador informa o que está no cerne de sua interpretação sobre os problemas da cooperação no âmbito do ProSAVANA (ainda que ressalte que esta ocasião precedeu o programa): a falta de compreensão de que há outras formas de experimentar a vida naquele local, o que é solapado pela *transferência de tecnologia*. Quando ele argumenta que “faltou aprender com a África”, está latente uma ideia de que a savana moçambicana não é o cerrado brasileiro – ainda que esta distinção, para ele, se dê pela cultura e não pela natureza. Penso que a enxada, neste contexto, faz ver a diferença: não é fortuito que seja de cabo curto, pois é assim que podem se associar com as mulheres camponesas, que a equilibram junto ao corpo, assim como fazem com os

filhos e com outros artefatos, no caminho para a *machamba*. As fotos a seguir dão conta desta composição.¹⁰⁴

Figuras 29 e 30 – Camponesas a caminho da *machamba*



Fonte: registros feitos em campo.

Uma enxada de cabo longo, talvez, desestabilize mais as práticas das camponesas do que uma enxada de cabo curto potencialmente prejudique suas colunas¹⁰⁵. E isto não está dado unicamente naquilo que nos é dito, mas, sobretudo, naquilo que nos informam certas *paisagens*: ou seja, os objetos – mais uma vez – carregam consigo redes de relações cujo equilíbrio é tensionado quando estes são *transferidos*. Não só as enxadas e seus respectivos cabos nos informam destas composições: quando em escritórios, gostava de observar o cenário ali produzido, quais os elementos que o constituem – o que fica sobre a mesa, quais os livros ficam na estante, que tipo de material é pendurado nas paredes. Em mais de uma instituição da *sociedade civil* de Maputo havia o calendário anual da União Nacional dos Camponeses (UNAC) pendurado; na própria sala de reuniões da UNAC, os boletins da associação misturavam-se a materiais de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sobre a mesa. Já na Direção Provincial de Agricultura (DPA) de Nampula, no escritório do gestor havia um calendário da JICA, e

¹⁰⁴ Fotos realizadas ao longo do Corredor de Nacala, a partir de um veículo em movimento, a fim de não permitir a identificação das pessoas.

¹⁰⁵ Não só o Brasil incorre neste equívoco: em uma ocasião, quando tinha uma entrevista na Direção Provincial de Agricultura (DPA) de Nampula, cheguei mais cedo e pude ver que, dentre os cartazes de divulgação que ocupavam os murais do prédio, existiam campanhas nacionais para que os camponeses e camponesas ficassem cientes dos malefícios ao corpo ocasionados pelas enxadas de cabo curto e, assim, adotassem os modelos de cabo comprido.

sua caneta também era japonesa; ao longo do Corredor de Nacala, ao frequentar os Serviços Distritais de Atividades Econômicas (SDAEs), observei uma sala de gestor em que havia *folders* da Syngenta, enquanto noutra o mural pessoal do secretário apresentava uma lista com os números de telefone dos principais empresários da região. Apesar de parecerem um emaranhado de siglas, não são fortuitas as relações que estes artefatos informam, ainda que os sujeitos que habitam estas paisagens não as mencionem.

Na esteira desta discussão, poucos lugares trazem tantas linhas de histórias rastreáveis quanto o Laboratório de Análise de Solos de Nampula. Eu e Vanessa chegamos em uma manhã de fevereiro de 2018 às instalações do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), após percorrermos de carro os cerca de 20 minutos que as separam da região central de Nampula-cidade; um homem bastante solícito nos aguardava em frente ao prédio, era o diretor. Enquanto nos dirigíamos para sua sala, trocando frases de apresentação, o pesquisador anunciava sua satisfação em receber alguém da “área social”, na expectativa de que também nós pudéssemos fazer um diagnóstico dos erros que conduziram o ProSAVANA ao ponto que então se encontrava.

Logo que chegamos à sua sala e nos acomodamos junto a uma mesa de reunião, o diretor falou, apontando ao redor: “[a] única coisa que deixaram é isto aqui”. Seu semblante estava tão desanimado quanto a frase que escolheu para abrir o diálogo. O escritório que ele mostrava era muito iluminado, ainda que pequenas janelas ocupassem apenas a parte superior das paredes e que nem a metade de todos os soquetes para lâmpadas estivesse de fato ocupada. O ambiente era austero, sem grandes decorações, à exceção de uma escultura de madeira preta no formato da província de Nampula na qual estavam coladas sementes naturais dos cultivos tradicionais de cada região, bem como amostras de solo (Figuras 31 e 32). Ainda que a manhã estivesse quente, o ar-condicionado estava desligado, pois os frequentes picos e quedas de energia elétrica na região já o haviam comprometido. O mesmo acontecera com outros equipamentos *de ponta* trazidos pelos japoneses e, agora, postos de lado, pois a tecnologia empregada não encontrava na África austral nem peças de reposição, nem *expertise* que permitisse o reparo – quando muito, era necessário buscar mão de obra especializada na África do Sul, o que inviabilizava qualquer conserto. Segundo o diretor do laboratório, esta “tecnologia que o país não suporta” está no cerne dos problemas enfrentados pelo ProSAVANA, pois foi imposta pela cooperação japonesa, afinal, de acordo com o mesmo pesquisador, “quem manda é quem tem mais dinheiro”.

Figuras 31 e 32 – Sementes e solos de Nampula

Fonte: registros feitos em campo.

De acordo com interlocutores, a construção do laboratório de Nampula, com vistas a atender a agricultura de pequena escala, de fato cabia à cooperação japonesa; ao Brasil constava a estruturação de um laboratório semelhante, na província de Niassa, focado na produção de grande escala. Ainda assim, pesquisadores moçambicanos reclamam do diálogo assimétrico estabelecido neste processo, já que os japoneses tomavam decisões sem consultar aqueles que efetivamente usufruiriam da estrutura. E essa assimetria se relevava também nas relações que se estabeleciam entre os próprios pesquisadores. O ProSAVANA, desde o componente de pesquisa, foi forjado como um *locus* de troca de conhecimentos e intercâmbio de estudantes e investigadores: as universidades brasileiras, sobretudo a de Viçosa, receberam inúmeros moçambicanos, inclusive o próprio diretor do laboratório de Nampula doutorou-se em agricultura tropical no Brasil. Assim como o Brasil recebeu pesquisadores, enviou representantes da EMBRAPA para executar pesquisas em Moçambique: investigadores sêniores, num primeiro momento, enquanto mais recentemente eram graduandos com pouca experiência que chegavam ao Corredor de Nacala, queixou-se certa vez um interlocutor. Por fatos como este, o diretor do laboratório argumenta que o “tripartido” da cooperação não encontrou ecos na realidade. Ainda de acordo com ele, quando os projetos eram coordenados pela ABC, todos os pesquisadores recebiam os mesmos valores (seja como auxílio ou como bolsa), assim como possuíam os mesmos direitos dentro do laboratório, enquanto com os japoneses a disparidade já começava nas diárias: os nipônicos recebiam em dólares, enquanto os moçambicanos em meticais.

Essas demarcações estabelecidas, nem sempre sutis, também se faziam ver em objetos e no próprio laboratório, cujas paredes traziam pôsteres que indicavam projetos ali desenvolvidos, supostos frutos da interlocução entre pesquisadores moçambicanos, brasileiros e japoneses. Além disso, havia uma sala destinada a cada nacionalidade. Estavam todas fechadas, com exceção de uma sala coletiva onde trabalhavam cerca de três pesquisadores moçambicanos, que mais tarde naquele mesmo dia pudemos conhecer. Como o próprio diretor argumentou, era aquilo que restava, um prédio subutilizado com equipamentos em franca deterioração: “depois de ter um ‘pai rico’, agora não temos nada”. Quando conhecemos as instalações, entendemos que a memória desse “pai” se fazia lembrar permanentemente, já que praticamente tudo estava marcado com o selo “uma doação do povo japonês”, como ilustram as Figuras 33 e 34 a seguir.

Figuras 33 e 34 – Memória do Japão no Laboratório



Fonte: registros feitos em campo.

Todos os equipamentos – da caneta às máquinas de última geração, passando pelo ar-condicionado – continham o selo “uma doação do povo japonês”, que, aliás, encontrei em outros tantos lugares ao longo do Corredor de Nacala, seja em máquinas de cooperativas de camponeses ou no Porto de Nacala. Inclusive em locais onde o ProSAVANA oficialmente não está acontecendo (ou, pelo menos, não é rastreável por vias documentais), lá estava o slogan da JICA anunciando algum tipo de relação.

O laboratório de Nampula, aliás, se encontra com a experiência da EMBRAPA, a exemplo do que ocorre com o ProSAVANA e o PRODECER. Esta ordem de comparação – um laboratório e uma empresa de pesquisa – evidencia mais os contrastes do que as similaridades, mas de certa maneira é condizente com os paralelismos que o

próprio programa, seus críticos e a literatura especializada produzem. As relações, com suas tensões e afeições, entre investigadores de distintas nacionalidades e trajetórias também me foi narrada por cientistas brasileiros, ao recordarem o início da EMBRAPA, evento que narram umbilicalmente conectado à implementação do PRODECER, quando a cooperação japonesa enviou numerosos engenheiros agrônomos para o Brasil.

Em tom anedótico, um pesquisador me contou que, no início, os japoneses criticavam inclusive as formas de organização dos laboratórios brasileiros, que contavam com auxiliares para lavarem os equipamentos utilizados em testes. “Que garantia você tem de que está bem lavado e de que os experimentos estão corretos?”, eles perguntavam. Além das diferentes maneiras de conduzir as pesquisas, mais de um cientista me contou que as máquinas utilizadas nas análises de solos, sementes e variedades de plantas também passaram por uma grande mudança no período do PRODECER, algo semelhante ao que conta o diretor do laboratório de Nampula. “Houve uma época em que 80% dos equipamentos da EMBRAPA Cerrado eram equipamentos japoneses doados pela cooperação. Chegavam caminhões e mais caminhões de equipamentos japoneses”, narrou um representante da JICA no Brasil.

Essas máquinas propiciaram o incremento da *expertise* de entidades como a EMBRAPA que, junto da “vontade política” da cooperação, resultam nas práticas de cultivo do cerrado hoje, especialmente o monocultivo de larga escala, que encantou parte dos moçambicanos: “eles vão para o Brasil, veem aquele plantio... e acham que foi feito em um dia. *Mas a velocidade do político não é a do científico*”. Feita pelo diretor do laboratório de Nampula, esta constatação do descompasso entre os tempos de execução dos dois domínios, penso, revela também um desejo de provocar uma distância entre ambas, demarcando que *o político* e *o científico* são modos distintos de agir no mundo, guiados por racionalidades tão diferentes que lhes conferem temporalidades de ação desencontradas. Não deixa de ser interessante que, ao mesmo tempo em que provoca (ou demarca) distância, este argumento unifica determinados atores face a interesses supostamente comuns, por exemplo, a ciência.

Mas há outro elemento que aproxima os cientistas que ouvi, seja no Brasil ou em Moçambique, que trabalharam diretamente no ProSAVANA: a compreensão de que há uma tensão entre os limites institucionais de sua atuação e seus próprios compromissos e desejos. Se no caso do diretor do laboratório ele segue em um projeto já sem recursos, em solo brasileiro pude conversar com o cientista que, com o fim dos investimentos

(financeiros e políticos), se viu desligado do programa de cooperação sem completar a tarefa a que se propôs¹⁰⁶. Aliás, seu retorno ao Brasil foi um movimento que representou o fim da participação da EMBRAPA no ProSAVANA-PI e, de certo modo, uma diminuição da participação brasileira como um todo no programa¹⁰⁷.

Ao ouvi-lo, para além do seu amplo conhecimento tecnocientífico, pude notar um interesse genuíno pela cooperação científica, expresso nas histórias que contou ter vivido ao longo do período em que residiu em Moçambique, coordenando o programa. Suas memórias envolvem muitos dos pesquisadores que, de fato, conheci ao longo do Corredor de Nacala, ainda que este cientista brasileiro não tenha se furtado de exceder os limites geográficos estabelecidos no programa para auxiliar técnicos moçambicanos que precisassem de orientações. No entanto, ele também vê com restrições o espírito tripartido do ProSAVANA, argumentando que as perspectivas absolutamente distintas dos atores envolvidos na cooperação tornam inviável qualquer síntese, restringindo as possibilidades de atuações coletivas.

Além disso, este cientista também narrou os desencontros entre aqueles que criticam o programa, aqueles que institucionalmente o pensam e aqueles que o empreendem, isto é, se engajam para executá-lo. Quanto ao primeiro grupo, ele argumenta que nunca passou por problemas com associações locais de camponeses: as críticas advêm de ONGs que dialogam com o exterior, mas que nem sempre atingem a parte *técnica* do programa, que, em sua análise, só quer ajudar a melhorar as condições de cultivo na região. Já em relação àqueles que pensam o programa – isto é, o *desenham* – o interlocutor relata algumas situações quase anedóticas¹⁰⁸ que dão conta de um descompasso entre o que se

¹⁰⁶ Acho importante dizer que esta foi uma das entrevistas mais difíceis de obter. Meses antes de ir à Brasília, onde atualmente este pesquisador trabalha, eu me apresentei por e-mail e ele respondeu não ter interesse em participar da pesquisa, ao que assenti. No entanto, ao longo de minha estada na capital federal, diversos interlocutores mencionaram a importância de que eu o ouvisse, afinal ele foi o técnico que mais tempo residiu no Corredor de Nacala em função do ProSAVANA. Numa tarde, perguntei mais uma vez se existia possibilidade de nos encontrarmos, ao que ele respondeu que eu o encontrasse no dia seguinte. Não sei se a mudança de ideia foi intermediada por algum outro interlocutor ou se partiu de seu apurado senso moral (em nossa conversa ele argumentou que, como servidor público, sentia-se impelido a contribuir). Qualquer que seja a razão, agradeço pelas horas a que se dedicou a dialogar comigo.

¹⁰⁷ Ainda que, como já mencionado na Parte I, hoje a execução do ProSAVANA-PI tenha passado para a UFV.

¹⁰⁸ Uma delas, bastante curiosa, diz respeito ao terreno onde o laboratório em que trabalhava se situava. Como já explorado, a terra não é propriedade privada em Moçambique, mas o mesmo não se dá com aquilo que *está na terra*. Explico: junto ao laboratório havia alguns cajueiros, cujo proprietário, um camponês da região, não permitia o consumo dos frutos. No entanto, era impossível evitar que os técnicos do laboratório eventualmente comessem. A solução encontrada pelo cientista brasileiro foi negociar as árvores com o senhor: “[e]u comprei com dinheiro próprio, até porque o projeto não tinha dinheiro para isso. Hoje sou proprietário de cinco pés de caju em Moçambique”, disse. É uma história engraçada, mas que dá conta do

planeja e o que se pode fazer. A falta de resolução de determinados fatos o fez produzir a seguinte síntese: “[e]u consegui entender o que é ser diplomata. É enrolar, enrolar, enrolar e manter a chama acesa. Mas é um fogo que não aquece”.

Esse “fogo que não aquece”, por fim, também produz constrangimentos às práticas daqueles que transitam no laboratório. Quando comunicado que a cooperação estava em vias de se encerrar e que, portanto, ele deveria abandonar os projetos iniciados e retornar ao Brasil, o interlocutor se deu conta das atividades que deixaria pendentes em Moçambique e tomou uma decisão inusitada: “[e]u fiquei um ano trabalhando com recursos próprios. Recursos meus, que eu apliquei para honrar o meu compromisso”. Situações como esta informam aquilo que também dizia o diretor do laboratório de Nampula, que o “tempo da ciência” e o “tempo da política” têm algo de incomensurável. Essa diferença é expressa, também, na resposta que ouvi quando perguntei se, após todo o esforço empreendido, ele ainda procurava se manter informado sobre os rumos do ProSAVANA:

[n]ão, eu não acompanho. Porque, olha, o desgaste institucional... eu não vou falar detalhes... não foi tão grande, mas não parece haver nenhum interesse da EMBRAPA a se associar ao projeto. Tanto que quando regressamos, além dos meus relatórios pessoais e de um outro relatório técnico da equipe não houve nenhuma publicação de resultados, nenhum alarde. Tanto que se você olhar no site da EMBRAPA não vai encontrar nada que mostre a grandeza de ter participado.¹⁰⁹ Institucionalmente, a EMBRAPA não demonstrou e nem demonstra interesse em levar a coisa adiante. Eu, como servidor, recebi uma incumbência e não tenho nenhum mandato que me permita insistir em uma coisa que a empresa já encerrou. Pessoalmente, *como técnico*, me enriqueceu muito, fiz muitas amizades, e acho deixei algum legado... (...). São coisas pequenas, mas como *legado técnico*, acho importante que ficou lá. (...) Como *técnico*, o ProSAVANA foi para mim um motivo de muito orgulho. (Pesquisador da EMBRAPA. Entrevista, Brasília, novembro de 2018).

A ideia de que as atuações no programa são exclusivamente tecnocientíficas é algo que se repete em praticamente todos os diálogos com pesquisadores, ainda que estes mesmos sujeitos ocupem cargos e mobilizem hierarquias que dizem respeito, também, ao domínio da política. As práticas científicas, também em torno ao ProSAVANA, não estão isentas de outros vínculos, sempre contingentes e muitas vezes ambíguos: as linhas de história percorridas dão conta da multiplicidade de associações que o *fazer ciência* implica.

descompasso entre aqueles que projetam e aqueles que experimentam o programa – algo similar ao caso das enxadas anteriormente mencionado.

¹⁰⁹ De fato, a despeito de ser considerado pela EMBRAPA um projeto estruturante, não há sequer uma página dedicada a ele. Existem, sim, algumas publicações de notícias e artigos científicos pontuais – de acordo com pesquisa realizada no site da instituição em maio de 2020.

É também neste ponto que é coerente abordar o ProSAVANA enquanto *acontecimento*, já que dele se produzem novas e diversas associações, como expressa a ida de um engenheiro agrônomo brasileiro ao Corredor de Nacala, movimento que envolve pipetas e cajueiros.

Portanto, nem *a Ciência*, nem *o cientista*, no singular, são categorias profícuas quando nos deparamos com o emaranhado que forma este programa de desenvolvimento, que entrelaça continentes e temporalidades. Ainda assim, *a Ciência* segue sendo mobilizada, não só discursivamente, mas também informando práticas que permitem a expansão do *desenvolvimento*. Se isto ainda está dado a partir das descrições do programa já realizadas até aqui, quero mobilizar um fato que pode reforçar esta compreensão, sobretudo quando em diálogo com proposições de Tsing (2019) acerca da *ciência das plantations* como aquela capaz de exponenciar o *desenvolvimento*, por meio do controle total de plantas, colheitas e – por que não – sujeitos. Há uma controvérsia em torno ao *tipo* de tecnologia que vem sendo e que será mobilizado no âmbito do ProSAVANA, especialmente no que diz respeito às sementes. Este é um tema que sempre surge em diálogos, seja com atores vinculados ao Estado, com cientistas ou com membros da *sociedade civil*. Contrários aos rumos do programa, estes últimos argumentam que, no âmbito do componente ProSAVANA-PI, há que se estar atento ao tipo de técnica e tecnologias a serem exploradas no país, visto que são vedados o plantio e comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), os transgênicos.

Em Moçambique é proibido o uso de sementes geneticamente modificadas, mas abre-se espaço para a testagem. (...) Tendo em conta que o Brasil tem uma experiência “curricular” neste processo [de plantio de transgênicos] (...), eu não teria dúvida alguma que os campos da EMBRAPA podem receber OGMs. (Pesquisador e ativista. Trecho de entrevista. Maputo, fevereiro de 2017).

Em Maputo, no âmbito da conferência sobre agronegócio já citada no capítulo precedente, uma das palestras tinha como tema as invasões biológicas, as quais impelem o aumento do uso de inseticidas nas *machambas*; de acordo com o palestrante, “ou não produzimos milho, ou produzimos com químicos”. Neste ponto, o conferencista lembrou uma recente quebra da safra em Moçambique e a consequente importação de milho brasileiro. No entanto, a quase totalidade do milho produzido no Brasil atualmente é transgênica¹¹⁰, como mais tarde no mesmo congresso lembrou o presidente da UNAC, em

¹¹⁰ Em 2017, no Brasil a adoção de sementes transgênicas no plantio de milho chegou a 88%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/08/transgenicos-sao-93-da-area-plantada-com-soja-milho-e-algodao.html>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

cujos *slides* constava uma foto da rodovia BR408: a luta dos camponeses e camponesas deve ser por soberania, argumentava.

Esta ordem de preocupação é amplificada por inúmeras associações, que receiam que a busca por uma “agricultura resiliente ao clima” e “segurança alimentar” – termos usados por aqueles que promovem mudanças na agricultura praticada no Corredor de Nacala – tragam a reboque pacotes tecnológicos que violem a legislação moçambicana sobre biossegurança. O cientista da EMBRAPA já mencionado fez questão de explicar que isto não ocorreu enquanto ele esteve à frente dos projetos desenvolvidos, frisando que todas as sementes testadas e distribuídas para comunidades eram livres, inclusive, de patentes, a fim de não gerar dependência para os camponeses moçambicanos. No entanto, ele também lembrou a importância de se fornecerem sementes de qualidade para os camponeses e camponesas, já que sua experiência dá conta de que eles plantam grãos e não sementes.

Que sementes circulam pelo Corredor de Nacala? Existem as fornecidas por projetos, por associações e também pelos empresários que nos últimos anos se estabeleceram na região. Nas empresas de monocultivo que visitei, os responsáveis em geral diziam importar as sementes do Brasil (bem como o pacote tecnológico que as acompanha) e multiplicá-las em solo moçambicano, inclusive distribuindo para as comunidades vizinhas às propriedades. Ficou bastante evidente o quanto estes negócios produtores de *commodities* estabelecem também relações entre si, já que, como ouvi de um gestor, “não é fácil fazer agricultura em Moçambique: sozinho não se faz nada”.

Foi numa dessas grandes empresas – a mesma que em capítulos precedentes mencionei¹¹¹, dando conta de que os camponeses do entorno dizem ter sido enganados com uma festa para cederem a terra que ocupavam e hoje sofrerem com a pulverização aérea de agroquímicos – que o gestor, um português branco e de semblante sério, convidou eu e Vanessa para conhecermos o armazém onde as sementes são por eles multiplicadas. No caminho, ele nos apresentou a um engenheiro brasileiro que trabalha no local, enquanto nos explicava os procedimentos utilizados para a multiplicação de sementes. Esta é uma empresa amplamente envolvida em outras controvérsias – usurpação de terras, proprietários extranacionais, desvios de curso d’água –, ainda que o gestor tenha nos dito que não entende as razões de receberem tantas visitas de pesquisadores¹¹².

¹¹¹ É também a empresa em questão quando registrei, na Parte I, amplo aparato que a protege (muros e seguranças), dificultando o acesso dos camponeses ao “homem da empresa”.

¹¹² Registre-se a imensa dificuldade em acessar esta empresa, maior que em todas as outras nas quais estive. Ficamos por mais de uma hora em frente ao portão principal e os funcionários da entrada não pediam autorização para o gestor, o que deveria ser feito por rádio, já que o sinal de celular era instável. Como eu

Já a caminho de nosso veículo para irmos embora, conversávamos sobre as tecnologias brasileiras. Como neste momento ele se mostrava mais simpático, apontando partes da propriedade que antes pareciam não estarem disponíveis ao nosso conhecimento – “ali atrás fica nosso avião”, por exemplo – ensaiei uma pergunta: “e essas sementes... alguma transgênica?”. Ele rapidamente respondeu algo que me deixou bastante surpresa: “Não!!! Veja bem... eu sou um *homem da Ciência*¹¹³”. Retomando sua formação como engenheiro agrônomo, ele argumentou que a incerteza quanto aos efeitos dos OGMs para a terra e para os corpos dos sujeitos não o permitia cogitar o plantio nas propriedades que ele administrava. Para mim, não deixa de ser curioso como *a Ciência* é mobilizada como algo que interdita determinadas práticas (o plantio destas sementes modificadas), ainda que outras cujos efeitos sejam profundamente severos (deixar uma comunidade sem terras e sem água, por exemplo) não sejam problemáticas para meu interlocutor. Neste ponto, vale a pena retomar a discussão sobre qual é *a Ciência* que está em jogo:

[n]a ciência das *plantations*, a *expertise* e a administração trabalham juntas. Os cultivadores nunca são solicitados a comentar sobre suas colheitas. Na ciência das *plantations*, o bem-estar é uma fórmula calculada a partir de cima; o dano colateral é esperado e ninguém para para perguntar: “bem-estar pra quem?” (TSING, 2019, p. 59).

O “homem da Ciência” nem parece se guiar pelos mesmos fazeres que os primeiros interlocutores mencionados nesta seção mobilizam, cujas práticas são guiadas por afeições de outras ordens. O desejo de expandir o conhecimento técnico soma-se a uma busca de “bem-estar” que excede a si próprio, ainda que nem sempre os resultados corram de acordo com o esperado por aqueles que desenham os projetos e, em última instância, o próprio desenvolvimento. Mas, ironicamente, ambos – *os projetos e o desenvolvimento* – seguem se reinventando e capturando a Ciência e os cientistas, o que fica patente naquilo que me contou o interlocutor com cuja fala abri esta seção, ele próprio um cientista da EMBRAPA que trabalhou no PRODECER e também no ProSAVANA: “estou trabalhando agora num outro projeto, mais para o lado de Tete. E o que eu fiz?

havia conseguido o telefone pessoal deste gestor junto ao engenheiro responsável por outro empreendimento da região, insisti nas ligações até ser atendida. Em um primeiro momento, ele recusou nos receber, mas quando soube que estávamos em frente aceitou dialogar por alguns minutos. Na entrada e na saída, nosso veículo passou por uma inspeção e foi necessário registrar a quilometragem.

¹¹³ Sobre esta ideia de “homem da Ciência”, vale a pena dizer que não é inédita. Lilia Schwarcz (2017), n’O Espetáculo das Raças, já explora como no Brasil dos séculos XIX e XX foram “os homens da Ciência” que sustentaram modelos excludentes e práticas de dominação racistas. Com isso, quero atentar para o fato de que em nome da *Ciência*, os homens sempre praticaram atrocidades com a terra e com os sujeitos.

Tudo que eu errei lá [no ProSAVANA] estou corrigindo. (...) Desde o início, envolver as comunidades. Ouvir. Depois de levar porrada lá, aprendi”.

Atentando para a busca permanente de separação entre técnica e política por parte de meus interlocutores, nesta seção expus parte das histórias de cientistas e de entidades da cooperação, sublinhando o quanto estas esferas se encontram embaralhadas. A Ciência fundamenta decisões políticas, ao passo que as ciências e os cientistas também se movimentam politicamente. Os ESCT me permitem afirmar que isto não ocorre *apenas* por, no contexto em questão, tratar-se de uma Ciência inserida em práticas de *desenvolvimento*: a Ciência, tal qual a modernidade, é forjada em cisões a priori que não encontram empiricamente lastros realmente sustentáveis.

Vanessa Perin (2020) conduz uma potente reflexão sobre como a *transferência de tecnologias*, no caso do ProSAVANA, é sustentada a partir de uma lógica eminentemente técnica, mas que faz também emergirem questões de ordem política. Em diálogo com a sociologia ambiental, perspectiva que informa minha problemática de pesquisa, no capítulo seguinte desejo percorrer o caminho inverso ao de minha colega, buscando evidenciar como um programa cuja rede de sustentação é ancorada, sobretudo pela política, coloca em relevo temas e controvérsias que são do domínio da tecnociência. Afinal, até onde se sustentam os *paralelos* entre cerrado e savana?

3 Moçambique é um Mato Grosso no meio da África?

Ainda que esta tese não se pretenda a uma análise de política externa (brasileira, moçambicana ou japonesa), é inevitável trazer alguns elementos a este respeito, visto que o *objeto* sob o qual me debruço – o ProSAVANA, seja enquanto programa ou *acontecimento* – está embebido de relações que o excedem e o precedem, as quais são eminentemente políticas. Isto porque o mesmo é produzido no âmbito da cooperação internacional, notadamente caracterizada pela perspectiva *Sul-Sul*, a despeito da presença da JICA.

O ProSAVANA é, então, um programa que nasce de uma vontade política (e de políticos específicos), ainda que seja sustentado apenas ao mobilizar atores provenientes de outros campos de conhecimento que, por sua vez, escapem e excedam a política formal. Mais do que isto, os dados de campo e o acompanhamento das ações ao longo dos últimos anos me convenceram de que, de certo modo, o programa não está de todo imerso em uma perspectiva ou planejamento de Estado, mas sim de Governo, visto que – sobretudo no efervescente contexto brasileiro – o ProSAVANA recebeu *status* muito distinto de 2009 até

aqui. Se assim o compreendo, o faço baseada na intuição de que, ainda que o programa tenha por *finalidade* o desenvolvimento agrícola do norte moçambicano, o qual se daria por meio da *transferência de expertise e de tecnologia*, não é dos laboratórios da EMBRAPA que a pedra fundante do ProSAVANA parece ter sido originada.

Pesquisadores que se dedicam a estudar as relações entre Brasil e África (VISENTINI, 2013; 2010) e especialmente o caso do ProSAVANA (SANTARELLI, 2016) já apontaram a crescente pujança da *cooperação Sul-Sul*, cujo auge ocorreu durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010). Entre 2003 e 2013, o comércio entre Brasil e África subiu de 6,1 para 28,5 bilhões de dólares; além disso, cerca de 500 empresas brasileiras se instalaram na África – em 1995, eram apenas 13 (ROSSI, 2015). Também desde 2003, bancos brasileiros (em especial o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) ofereceram mais de 4 bilhões de dólares para empresas nacionais exportarem e ampliarem seus negócios em solo africano, impulsionando notadamente os interesses de grandes construtoras como a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS (ROSSI, 2015). O ex-presidente Lula, quando de seu governo, esteve em 12 países africanos, ampliando as relações comerciais e diplomáticas, dando origem a uma controvérsia no que tange à atuação brasileira, ora assumida a partir da “solidariedade”, ora como “imperialismo *soft*” (VISENTINI, 2013; ZANINI, 2017). Neste contexto, diversas missões empresariais foram incentivadas pelo governo brasileiro com vistas à ampliação das exportações das empresas nacionais, assim como prospecção de novos parceiros comerciais. Pude dialogar com alguns representantes de entidades que fizeram parte das comitivas de empresários e investidores brasileiros a Moçambique no âmbito do ProSAVANA e, ainda que nenhuma das instituições tenha confirmado ou refutado a presença de seus associados atualmente no Corredor de Nacala, o clima era de expectativa:

[é] um ótimo negócio essa expansão? É, não é um mau negócio. Eu dei uma lida no seu projeto¹¹⁴, achei bem interessante. Moçambique parece estar como era o Brasil há uns 20 ou 30 anos atrás. (...) De maneira geral, [a ida de produtores e tecnologia brasileiros] seria perfeito para eles. (Representante da AproSoja/MT. Trecho de entrevista. Cuiabá, outubro de 2018).

Na savana africana, por exemplo, nós temos condições climáticas muito parecidas com as do cerrado. Então, a gente tem essa sinergia... Nós temos pequenos e grandes produtores. Com base nas experiências, a gente adapta nosso *portfólio*. (...) Às vezes a gente chega com um pacote

¹¹⁴ Para ser recebida para uma entrevista, a instituição exigiu o envio de um documento que informasse da minha pesquisa, daí a referência feita.

desenvolvido com base em negociações e *briefings* técnicos de organismos multilaterais, mas quando a gente chega lá de fato, nós temos que voltar alguns passos. (Representante da CNA/SENAR. Trecho de entrevista. Brasília, novembro de 2018).

Ainda assim, vale ressaltar que a política diplomática dominante no governo Lula se narrava a partir da ideia de um “compromisso moral e ético” com a África (ainda que esta solidariedade se dê apenas no plano discursivo), a qual não encontrou par nos governos que o sucederam (CESARINO, 2019)¹¹⁵. Especialmente no que tange à relação com Moçambique, pode-se observar uma mobilização de *similaridades* entre os países, como bem identifica Perin (2020), isto é, os atores da cooperação, em maior ou menor grau, ressaltam a) os convergentes passados coloniais, cujos efeitos compartilhados são a língua e a constituição de uma sociedade multicultural; b) o acontecimento da escravidão, cujo tráfico interoceânico conecta de forma perversa Brasil e Moçambique; e c) as similaridades ecológicas, visto que as regiões compartilhariam um bioma. É sobre este último elemento de aproximação que se debruça este capítulo.

Nós já temos a convicção de que parte da savana africana tem as mesmas características produtivas do cerrado brasileiro. O cerrado brasileiro, há 40 anos, era tido como terra imprecipitável. (...) Bastou um pouco de carinho com a terra, ela virou a área de maior produção de grãos do nosso país. E isso pode acontecer com a savana africana e com muitos países. (DA SILVA, 2010a)¹¹⁶.

Olhando o mapa do mundo, onde a gente percebe que tem terra? É no continente africano e no continente latino-americano onde tem terra, onde tem sol e onde tem água e, portanto, nós temos que fazer disso uma vantagem comparativa na nova forma de investimento e de produção no século XXI. Queria dizer aos companheiros da Zâmbia que eu estou convencido, e vou repetir aqui uma coisa que eu tenho dito no Brasil: *que a savana africana tem as mesmas características do cerrado brasileiro*. [...] E a tecnologia e o manejo do solo transformaram o cerrado brasileiro no maior produtor de grãos do mundo por hectare, em um grande produtor

¹¹⁵ Se nos governos de Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) o orçamento e o incentivo para a cooperação com África minguaram, nas gestões subsequentes ao golpe e ruptura institucional de 2016 a mudança de direcionamento foi ainda mais explícita. No governo de Michel Temer (2016-2018), as relações institucionais seguiram resfriadas, ainda que as conexões comerciais não mais fossem justificativas em termos de “dívida histórica”, como fica patente em declarações como: “[o] ministro da Agricultura, Blairo Maggi, fez nesta terça-feira (11/7), durante evento do lançamento do Plano Safra 2017/2018 do Banco do Brasil, uma defesa da conquista de mercados no exterior. Segundo ele, ‘mercado não se conquista dando beijinho, mas na cotovelada e na botina’”. Maggi elogiou também os diplomatas brasileiros que atuam no exterior e que, segundo ele, são ‘importantes para o nosso negócio’. De acordo com o ministro, com a diplomacia ciente de que o principal negócio do País é fazer negócio lá fora, o Brasil vai crescer”. (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017 - grifos acrescidos). Já no governo atual de Jair Bolsonaro (2019-presente), as diretrizes informam um privilégio das relações bilaterais com países do Norte Global.

¹¹⁶ Discurso do presidente Lula na abertura do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

de cana-de- açúcar, em um grande produtor de milho, em um grande produtor de soja, em um grande produtor de qualquer coisa que a gente queira produzir no cerrado brasileiro. *E isso, inexoravelmente, acontecerá com a savana africana, inexoravelmente.* (DA SILVA, 2010b - grifos acrescentados).¹¹⁷

Anteriormente mencionei que o ProSAVANA é, em minha leitura, um programa eminentemente político, do qual emergem questões de cunho tecnocientífico – trechos de pronunciamentos do então presidente Lula, como os citados, dão origem a tal proposição. No primeiro deles, realizado em 10 de maio de 2010, o contexto de enunciação era o tema da segurança alimentar, que aliás tem no Brasil uma referência¹¹⁸. A razão para isso, neste discurso, é expressa no *carinho com a terra*¹¹⁹ obtido por meio da tecnologia, a qual pode ser facilmente *transferida* para a savana africana em função da similaridade entre os biomas.

Esta aproximação fica ainda mais explícita no segundo discurso apresentado, realizado em solo africano (em Lusaka) alguns meses após o primeiro. Nele, mais uma vez a semelhança ecológica é apresentada, reificando certa *mesmificação da natureza* entre Brasil e África por meio da savana, bem como é ressaltado o domínio tecnocientífico sobre este bioma. No entanto, duas outras questões deste discurso merecem ser discutidas, as quais estão entremeadas. A primeira delas é o vaticínio de que *a savana vai virar cerrado*, destino expresso no “inexoravelmente”, usado duplamente. De certo modo, trata-se do “caminho do desenvolvimento”, que coloca nações e sujeitos em uma história unívoca e linear de progresso (RIST, 1996; ALMEIDA, 1997). Além disso, esta perspectiva teleológica tem por característica conceber o espaço pelos termos do tempo, algo já apontado pela geógrafa Doreen Massey (2004). A segunda questão a ser observada diz respeito justamente ao espaço e ao discurso de disponibilidade inaugurado no pronunciamento, quando é dito que nos continentes africano e latino-americano há terra, como se a mesma estivesse “vazia” (CASTRILLON-FERNANDEZ, 2017).

Foi também numa ocasião política que o ProSAVANA passou a ser sugerido, reforçando o discurso de similaridade ecológica em devir que o caracteriza ainda agora: trata-se do Seminário Internacional Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-

¹¹⁷ Discurso do presidente Lula durante encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Zâmbia.

¹¹⁸ O que encontra ecos nos fatos que o atual presidente da FAO seja brasileiro, assim como na melhora dos índices de redução da fome nas últimas décadas. Um ativista moçambicano, aliás, me disse certa vez que o ProSAVANA deveria recusar a tecnologia brasileira, pois a mesma era empregada desde os anos de 1960 no cerrado, “mas só em 2005 o país saiu do mapa da fome e as razões disso são políticas”.

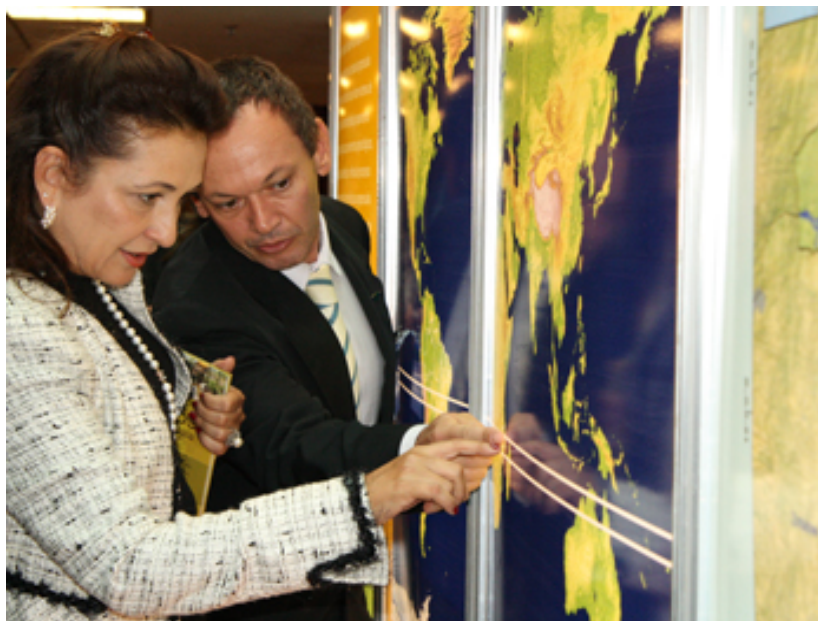
¹¹⁹ Esta aproximação entre tecnociência e afeto (o carinho) não deixa de ser interessante, sobretudo quando enunciada por um ator situado tão fortemente no âmbito da política institucional. De certo modo, se aproxima da discussão empreendida na seção anterior sobre os cientistas e seus vínculos com aquilo que pesquisam, algo que Tsing (2019) discute a partir da ideia do *amor* e que não cabe no escopo desta tese.

Japão e Oportunidades de Investimento, realizado em 2011 em São Paulo (Figuras 35 e 36). Na ocasião estiveram presentes representantes dos governos dos três países: de Moçambique, além do embaixador no Brasil, o ministro da agricultura; do Japão, o vice-presidente da JICA. Do Brasil, que sediava o evento, a comitiva era maior, contando com o diretor da ABC, o diretor da EMBRAPA, o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues e Kátia Abreu, que na ocasião era senadora e presidente da CNA e alguns anos depois assumiria o posto de ministra da Agricultura. Além dos representantes políticos, o encontro também reuniu produtores interessados, membros de fundos de investimento e de bancos de desenvolvimento, dentre outros *players* do mercado das *commodities*. De certo modo, observando as entidades presentes, seja como promotoras do evento ou participantes convidados, já é possível esboçar a rede de atores que se articula para sustentar o programa –, assim como é necessário manter em vista aqueles que não foram chamados a participar.

Por um lado, esta constatação inspira-se nas *redes de desenvolvimento* propostas por Mosse (2005): neste seminário, é possível observar não só os discursos (seja eles proveniente de sujeitos, livros ou relatórios), mas as maneiras pelas quais estes discursos (e silêncios) circulam ao longo da rede, produzindo vínculos. Por outro lado, a própria existência deste evento permite que retomemos a ideia do caráter religioso do *desenvolvimento*, que, tal como outras crenças, se renova a partir de dois elementos principais: os *rituais* e os *signos*¹²⁰. No caso da “religião da modernidade”, são *rituais* as reuniões de cúpula e os encontros trilaterais, como o próprio Seminário Internacional Agronegócio em Moçambique. Estes eventos exigem a produção de *signos* a serem “adorados”, como dados e indicadores; no programa em questão, esta dimensão pode ser observada a partir da confecção e divulgação de *folders*, relatórios técnicos e minutas das reuniões, muitos dos quais se encontram no próprio *site* do programa.

¹²⁰ Compreendo que rituais e signos são temas caros às ciências sociais, de forma que considero que proposta de Rist (1996) toma estas categorias como metáfora. É desde esta perspectiva (metafórica) que mobilizo estes termos ao abordar o *desenvolvimento* ante ao *acontecimento ProSAVANA*.

Figuras 35 e 36 – Kátia Abreu observa *Paralelos* e Mesa do Seminário Internacional Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento



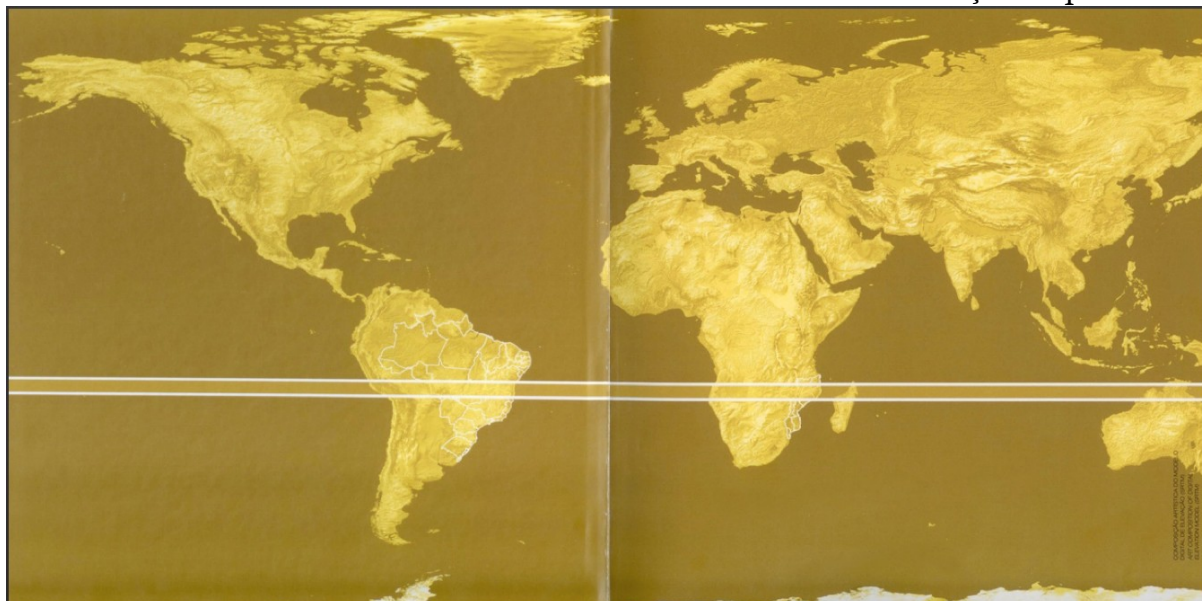
Fonte: Site da EMBRAPA. Disponível em:

<https://www.cnpm.embrapa.br/vs/vs1903/seminario_internacional_oportunidades_mocambique.html>. Acesso em: 3 out. 2020.

Com isto em mente, não é fortuito que neste mesmo seminário tenha sido lançado pela EMBRAPA Monitoramento por Satélite o livro *Paralelos*, organizado por Mateus Batistela e Édson Luis Bolfe. Esta obra, desenvolvida no bojo do Projeto Embrapa-Moçambique, apresenta as potencialidades de desenvolvimento para o Corredor de Nacala, sempre mantendo em vista os *elos* com o Brasil. As semelhanças das características

ecológicas entre o cerrado brasileiro e a savana moçambicana são exploradas no livro, sobretudo a partir de dados geográficos. A aproximação entre os biomas é dada já na contracapa (Figura 37): ambos compartilham posição análoga no globo terrestre. Voltarei a esta característica mais adiante neste mesmo capítulo.

Figura 37 – Ilustração inicial do livro *Paralelos*, indicando/produzindo a semelhança entre o centro-oeste do Brasil e o Corredor de Nacala em Moçambique



Fonte: Batistella; Bolfe (2010, p. 2-3).

Nessa perspectiva de similaridade, há, ainda, um vir-a-ser, um emaranhamento de temporalidades que se revela nesta potência da savana *virar* cerrado, expressa em jornais, em discursos e no próprio acordo de entendimento do ProSAVANA: o que está em causa é a potência, a promessa. Acredito que isto se revela sobremaneira, ainda em 2011, na declaração de Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (AMPA)¹²¹, sobre o programa em entrevista para a Folha de S. Paulo:

Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terras de graça, sem tantos impedimentos ambientais, com o [custo do] frete à China muito mais barato. Hoje, além de terra estar caríssima em Mato Grosso, é

¹²¹ Cabe registrar que procurei a AMPA inúmeras vezes, por e-mail, telefone, ofício e, por fim, pessoalmente. Quando estive em Cuiabá, tive uma reunião na AproSoja, que, não por coincidência, se localiza no mesmo prédio: fui até a recepção e a moça que me atendeu gentilmente ligou para a assessora de comunicação da entidade, que disse que eu deveria ter enviado um e-mail. “Já o fiz”, respondi. Naquele mesmo dia, novamente enviei uma mensagem, diretamente para ela. Como mais uma vez não obtive resposta, em meu último dia em Cuiabá voltei a contatar a instituição, desta vez explicitando que uma fala de seu antigo diretor intitularia minha tese. Deixei um cartão com meus contatos, caso desejassem o diálogo. Nunca fui contatada.

impossível obter licença de desmatamento e limpeza de área (MELLO, 2011 - grifos acrescentados).

Não é por acaso que a frase grifada nesta citação é tomada de empréstimo e deslocada de forma a intitular este trabalho de tese. A primeira razão é porque reflete uma perspectiva acionada por diversos atores: Moçambique, em especial o Corredor de Nacala, pode vir a se tornar um grande exportador de *commodities*, sobretudo para a maior parceria comercial brasileira, a China. O título da notícia na qual esta entrevista foi veiculada complementa esta impressão: “Moçambique oferece terra à soja brasileira”, é à *soja* brasileira que a *terra* moçambicana é oferecida, não aos cidadãos brasileiros *per se*. Como me disse certa feita um engenheiro agrônomo brasileiro que atuou no ProSAVANA: “[o] que se estava levando era conhecimento em forma de semente”. Em segundo lugar, foi por esta frase, nesta mesma notícia veiculada pela Folha de S. Paulo, que diversos sujeitos se inteiraram da existência do ProSAVANA, inclusive eu. Em mais de uma ocasião, especialmente com membros da campanha “Não ao ProSAVANA”, ouvi que eles tomaram conhecimento, estarecidos, pela imprensa brasileira daquilo que hoje tanto combatem:

a primeira vez que ficamos sabendo foi por uma reportagem, entrevista. (...) Já tinham passado quase três anos dos primeiros acordos de 2009. De 2011 até 2013 o que as organizações puderam fazer foi buscar mais informações junto dos governos de Moçambique, do Japão e do Brasil pra compreender se a reportagem da Folha de São Paulo correspondia ao projeto. (Ativista vinculado à campanha “Não ao ProSavana”. Trecho de entrevista. Maputo, fevereiro de 2017).

Estou convencida que, de certa maneira, a publicação desta notícia inaugura o *acontecimento ProSAVANA*, pois daí eclodem os fatos que permitem que vínculos se teçam e se rompam, excedendo inclusive o próprio escopo do programa. Apresentar o ProSAVANA como um Mato Grosso é embebe-lo em uma água batismal marcada e com memória: ora como desejo, ora como temor, esta associação da savana africana com o cerrado brasileiro está sempre lá. Quero retomar, ainda, a ideia de vir-a-ser e de promessa, expressa em reportagens publicadas em Moçambique (ver Figura 38).

Figura 38 – Exemplos de reportagens veiculadas no Jornal Notícias (Moçambique)



Fonte: elaboração própria a partir de edições obtidas junto ao acervo do Jornal Notícias (Moçambique).

Estes títulos, bem como os textos que os acompanham, trazem consigo este porvir enquanto expectativa. Sobretudo a reportagem “O Corredor da Promessa”, publicada no moçambicano Jornal Notícias em duas edições, mobiliza esta noção que é possível localizar também na narrativa sobre a reocupação do cerrado pela agricultura. Ainda que

esta história seja contada em várias investigações acadêmicas (FLEURY, 2008; SILVA, 2013), gosto da maneira como este acontecimento se faz ver na Figura 39 a seguir. Para além do avião, há um busto em homenagem a Norberto Schwantes, fundador do projeto que colonizou a região e deu origem a três municípios da região. Completa esta composição repleta de sentidos uma frase que merece destaque: “*Idealizador do encontro da terra prometida*”. A respeito do processo: porque a natureza é similar, também o é a forma de conquistá-la? Ou porque se produzem vínculos de um mesmo modo (pela “conquista”), a natureza torna-se semelhante?

Figura 39 – Avião utilizado na colonização do cerrado e busto do idealizador



Fonte: registro feito em campo. Canarana (MT), outubro de 2018.

Fiz esta foto em outubro de 2018 quando passava pelo município mato-grossense de Canarana, situado a quase 700 quilômetros da capital, Cuiabá. Trata-se do Monumento ao Avião. De acordo com o interlocutor com quem eu estava, um agricultor gaúcho que vive na região há mais de 30 anos, foi de fato naquele avião que os primeiros colonizadores chegaram: é simbólico também que o brasão do município tenha o formato de uma cuia, remetendo ao chimarrão, bebida tradicional do Rio Grande do Sul. Aliás, chamou minha

atenção quando em um diálogo com um pesquisador moçambicano da área de agronomia que completou sua trajetória acadêmica no Brasil, de forma bastante informal, lamentou a falta de “gaúchos” em seu país. Não deixa de ser interessante que este elemento também surja na fala de investigadores brasileiros sobre o cerrado, porque nos permite explorar ainda mais a ideia de que esses *projetos de desenvolvimento* (como o ProSAVANA e o PRODECER) são guiados por uma ontologia naturalista (DESCOLA, 2017; 2016a; 2016b; 2015; 2011), que assume o multiculturalismo (afinal, há gaúchos), mas nega que estas múltiplas culturas possam compor arranjos igualmente diversos com as naturezas. Voltarei a esta ideia adiante.

As terras aqui [no cerrado] eram assim: “você quer? Pegue pra você”. Não tinha valor nenhum, achavam que isso aqui nunca ia dar nada (Cientista da EMBRAPA. Trecho de entrevista. Brasília, novembro de 2018).

Terras baratas, mas ácidas. Por isso eram usadas só pra gado. Aí veio a EMBRAPA, que passou a recuperar as terras daqui. A glória da EMBRAPA é essa: transformar a terra do cerrado em agricultável, fazendo correção do solo e testando variedades. A EMBRAPA recebeu bastante recurso do governo japonês e de empresários. E teve o gaúcho, com a técnica. O gaúcho e o paranaense sabiam produzir soja, trigo, milho... Água em abundância, estradas, luz elétrica e o governo investindo pesado. Não tinha como dar errado. Juntou a tecnologia com a vontade política. (Cientista da EMBRAPA. Trecho de entrevista. Brasília, novembro de 2018).

A chegada do “gaúcho” já foi explorada por inúmeros pesquisadores¹²² e por produtos midiáticos, remetendo sempre a um processo de expansão e *conquista*, como se estivesse em causa também uma *luta* contra a natureza. A frase que encerra a declaração do então presidente da AMPA, que atualmente está “impossível obter licença de *desmatamento e limpeza* de área”, também abre margem para esta possibilidade interpretativa: o gesto de leitura aqui empreendido dá conta, então, que *o cerrado é uma savana limpa*. E a “limpeza” é justamente a conquista e a eliminação da natureza e dos vínculos estabelecidos, que se faz por meio dos artefatos da tecnociência. Aqui, cabe retomar o argumento do *paralelismo*, cuja discussão ensaiei ainda em 2017, em um evento cujo nome é sugestivo: *Perspectivas de Natureza*¹²³.

¹²² Sobre as representações que o “gaúcho” mobiliza no cerrado ver, por exemplo, Fleury (2008).

¹²³ Evento realizado na Universidade de São Paulo, em junho de 2017, que deu origem a um livro com dois volumes: *Perspectivas de natureza: epistemologias, negócios de natureza e América Latina e perspectivas de natureza: geografia, formas de natureza e política* (MARQUES *et al.*, 2018). Neste segundo, assino, em coautoria, o capítulo *Desenvolvimento e mononatureza: o caso do ProSAVANA em Moçambique*, no qual já problematizo a ideia da similaridade entre o Corredor de Nacala e o cerrado brasileiro (CAMANA; ALMEIDA, 2018a).

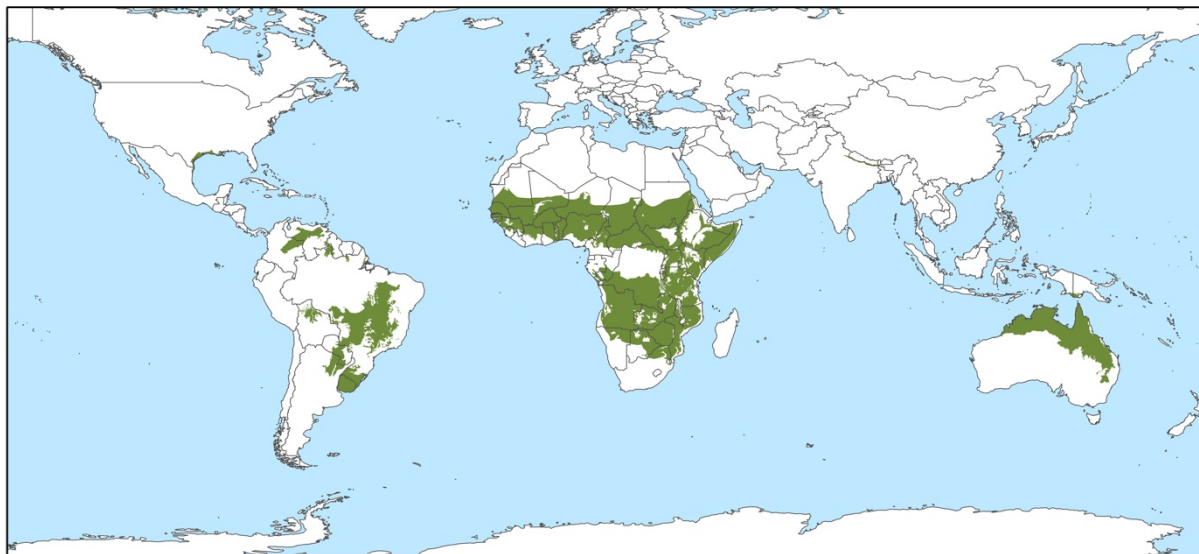
Não só o “sucesso” do PRODECER é mobilizado por aqueles que empreendem o ProSAVANA, mas o fato de que estes programas são executados em áreas semelhantes, já que se situam em posição análoga no globo terrestre, entre os paralelos 13°S e 17°S. Esta informação é mobilizada em mapas, relatórios e discursos de forma a ressaltar a similaridade necessária entre as regiões, pois as mesmas têm em comum biomas, regime de chuvas e, potencialmente, índices de produtividade. Cerrado brasileiro e savana moçambicana *compartilhariam*, portanto, *uma mesma “natureza”*¹²⁴.

O que me parece no mínimo interessante é o fato de que a natureza, no singular, seja mobilizada como um *fato*, como se a existência dos indicadores que a “conformam” (e os próprios paralelos!) não fossem eles próprios produzidos no bojo das ciências. Por óbvio, entendê-los como produzidos não os torna vãos, mas ressalta o caráter também humano desses elementos: isto é, paralelos e meridianos são linhas imaginadas e imaginárias, mas que produzem efeitos materiais no mundo¹²⁵ – tais como a criação do ProSAVANA. Quando do trabalho de campo em Moçambique, perguntei a um cientista as razões da escolha do Corredor de Nacala para a execução do programa – questão, aliás, que busquei levantar em todas as entrevistas realizadas, por mais que tenham sido diálogos abertos. Este pesquisador de forma bastante simples me respondeu: “[p]recisavam de uma área de cerrado, que só tem aqui”. No entanto, a presença do bioma savana – do qual o cerrado é um subtipo – não é identificado *apenas* no norte moçambicano, como ilustra a Figura 40.

¹²⁴ Este *compartilhamento* da natureza observado torna-se ainda mais interessante em contraste com os escritos de Sergio Tavolaro (2014; 2011) sobre o pensamento social brasileiro, no qual a natureza opera justamente como um fator de *singularidade* do país. Ainda que eu concorde com a insustentabilidade de argumentos que circunscrevam contextos face a um mundo de deslocamentos e transições, não deixa de ser interessante notar como opera este deslocamento (discursivo), informando de um pretenso novo lugar do Brasil no sistema mundial: de natureza única à natureza compartilhável.

¹²⁵ Neste ponto, mais uma vez se faz ver que nem todo sujeito ou instituição é capaz de gerar conhecimentos com efeitos de verdade: também os camponeses da região têm narrativas próprias acerca daquela terra, mas neste caso o *imaginado* tem outro estatuto face à capacidade de produzir fatos da Ciência e dos cientistas.

Figura 40 – Identificação de áreas de bioma savana no mundo



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis em: <https://ecoregions2017.appspot.com>. Acesso em: 06 set. 2020.

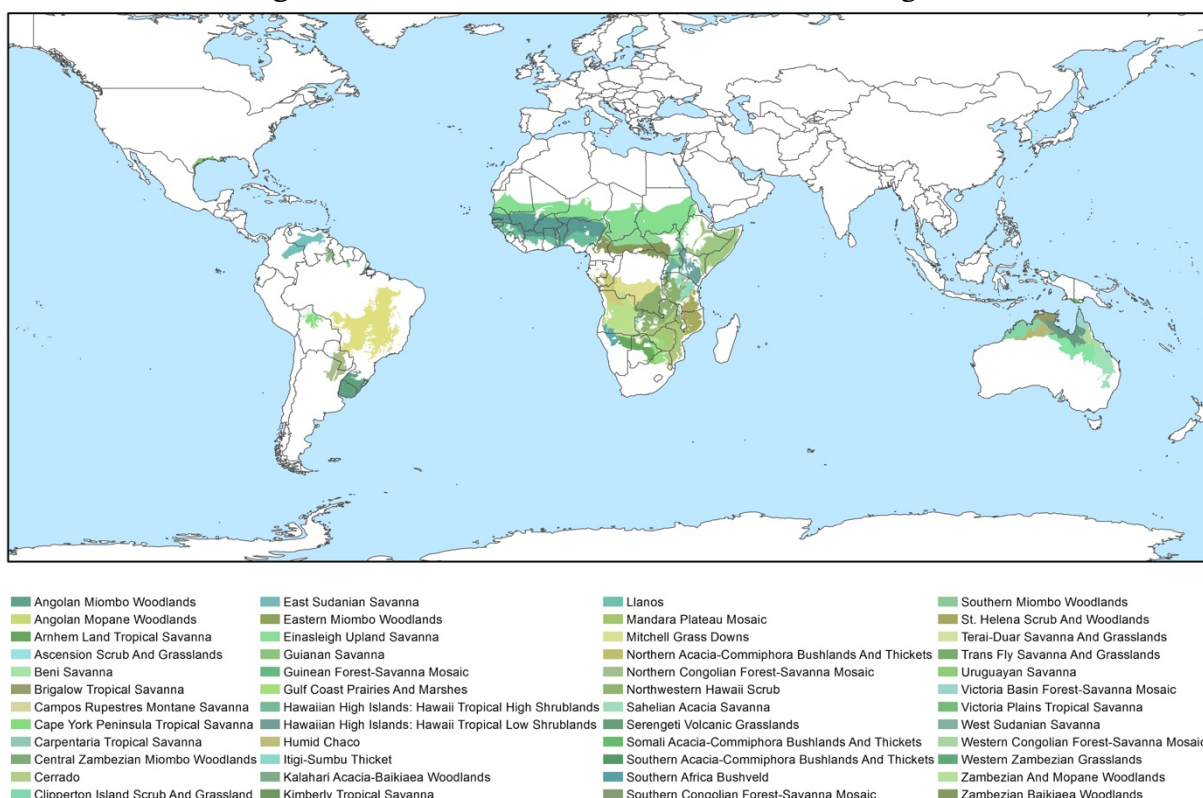
Considerando que há outras tantas regiões identificadas como savana, talvez o que esteja em jogo em programas como o ProSAVANA não seja a priori o bioma, como já sugeri anteriormente: é uma questão propriamente política, mas que, ao se apoiar em justificativas tecnocientíficas, faz eclodir algumas controvérsias. A própria pertinência de dar aos biomas o potencial explicativo é uma delas, já que, em campo, alguns pesquisadores refutaram esta hipótese da similaridade.

A similaridade ecológica foi uma das primeiras forças direcionadoras do ProSAVANA: como no Brasil foi feito um programa muito bem sucedido de ocupação dos cerrados, imaginava-se que se podia levar esse programa para Moçambique e que pela similaridade ecológica se poderia fazer em dez anos o que no Brasil levou trinta anos. Na prática, à medida que fomos trabalhando, a gente entendeu que não era tão similar assim. Não! Da região intermediária de Nampula até na fronteira com o Niassa, não é. Em Niassa é um pouquinho mais similar. Em Nampula não: Nampula está mais próximo até do semi-árido, algo como o norte da Bahia, o Sul do Piauí. Um cerrado muito seco! (...) Diferente do cerrado, Moçambique não tem rios perenes. Tem o Rio Lúrio, mas no auge da seca, ele se torna um fio de água. A limitação de água é muito grande na região [do Corredor de Nacala] e isso faz ser bastante diferente do cerrado. (Cientista da EMBRAPA. Trecho de entrevista, Brasília, novembro de 2018).

Também o representante da CNA, em entrevista, argumentou que os dados técnicos enviados pelas entidades da cooperação (ainda que não especificamente os que diziam respeito ao ProSAVANA) não correspondiam ao que era encontrado na região. Ao desenrolar esta linha de história – que pode ser sintetizada nas questões *a savana vai virar*

cerrado? (título da tese de Santarelli, 2016) ou *Moçambique é um Mato Grosso no meio da África?* (título da presente seção) – percebo que as informações, documentos e discursos mobilizados pela rede em torno ao ProSAVANA não encontram lastros sólidos, ou pelo menos não são suficientemente *explicativos*. A própria ideia de *bioma compartilhado*, conforme os dizeres recém-citados do engenheiro agrônomo vinculado à EMBRAPA, parece ser uma hipótese (inclusive política) que não se confirma. Aliás, buscando entender os balizadores que enclausuram regiões do mundo geograficamente distantes em uma mesma categoria, compreendi que a própria ideia de *savana* não dá conta, como alguns materiais fazem crer, de um conjunto de territórios marcados por similaridades homogêneas. A solução encontrada pelas ciências tem sido uma subdivisão em *ecorregiões*. No caso das savanas, a Figura 41 traz um mapa no qual estão indicadas as distintas *ecorregiões* que as compõem: são 46 ao todo, sendo o cerrado *uma* delas.

Figura 41 – Bioma savana e suas distintas ecorregiões



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis em:
<<https://ecoregions2017.appspot.com>>. Acesso em: 06 set. 2020.

Em parte, isto explica quando o diretor do laboratório em Nampula argumentou em tom brincalhão: “[e]u sou pró-savanas, não do ProSAVANA”. Mas esta é uma controvérsia inacabada. Ainda que seja possível discutir a semelhança ou não do bioma,

como fica patente na breve discussão que conduzi até aqui (que questiona efetivamente a similaridade), não está em jogo o fato de que para a condução de projetos de desenvolvimento, tais como os empreendidos pela modernidade-ocidental, é preciso *inventar a natureza* (DESCOLA, 2016b).

No caso dos “modernos”, ainda que possamos questionar esta definição (LATOUR, 2013; 2012a), a natureza (no singular) é circunscrita, sobretudo pela Ciência. Esta compreensão coloca em marcha aquilo que Descola (2016; 2011) identifica como a *ontologia naturalista*, sob a qual vivemos na “modernidade-ocidental”: a natureza é tomada como um domínio ontológico determinado e apartado dos sujeitos, aos quais a diversidade (as culturas) é permitida¹²⁶. Isto é, no modo de identificação naturalista, a *natureza* é quase como um cenário, uma externalidade enclausurável e manejável, tal qual parecem ser o cerrado e a savana no contexto descrito até aqui. O naturalismo, portanto, ignora e interdita a possibilidade de – mais que o *bioma* – a *terra* fazer parte das relações, isto é, da composição dos mundos. E isto produz atritos quando no norte moçambicano, onde as relações parecem se tecer *desde e com* outros elementos, os quais são convocados não só a fazer diferença, como também produzem intersecções – algo que explorarei na Parte III deste trabalho. Em última análise, pensar *uma questão ambiental* desde a forma como compreendo, conta justamente em refletir acerca dessas composições possíveis e aquilo que delas emerge – o que pouco ou nada tem a ver com a *gestão* dos elementos de natureza¹²⁷, como as ciências calcadas em uma ontologia naturalista fazem crer.

Daí também a evitação – ao longo de toda esta pesquisa – do termo *o mundo*, no singular, já que ao aceitar os modos de identificação descritos por Descola (2015) e, sobretudo, ao assumir o que me informa o trabalho de campo empreendido, torna-se imperativo acreditar no *processo ativo de mundificação*. Aqui está posto um contraste, por exemplo, ao que seriam as *visões de mundo* (que o naturalismo comporta): assumir *apenas* este tipo de diversidade e de mecanismos de diferenciação é próprio do modo mais antropocêntrico de se habitar os mundos.

O mononaturalismo nada tem de evidência primeira, ele é simplesmente uma das soluções possíveis para a experiência abortada da construção de um mundo comum: *uma natureza, várias culturas*; a unidade nas mãos das

¹²⁶ O pluralismo ontológico de Descola (2015) parte da observação dos mecanismos de continuidade e de diferenciação, dando conta de quatro modelos: *animismo*, *totemismo*, *analogismo* e *naturalismo*. Este esquema interpretativo traz consigo pistas importantes para se pensar, por exemplo, os movimentos de individualização.

¹²⁷ Por isso, também, os desencontros que cientistas sociais que voltam seus interesses às *questões ambientais* enfrentam com seus pares: *inclusive* a sociologia e a antropologia estão calcadas em um modo de identificação naturalista, que aparta *a priori*.

ciências exatas, a multiplicidade nas mãos das ciências humanas. (...) A solução do mononaturalismo estabiliza a natureza, sob o risco de esvaziar de toda substância a noção de cultura, reduzida a fantasmas; a solução do multiculturalismo estabiliza a noção de cultura, sob o risco de pôr em perigo a universalidade da natureza, reduzida a uma ilusão. (LATOUR, 2004, p. 89 - grifos no original).

A questão do multiculturalismo, tão cara às ciências sociais contemporâneas, é colocada em xeque, assim, não porque não sejam possíveis múltiplas culturas, mas porque, em geral, implica em um *mononaturalismo*. Isto é, assim como são muitas as maneiras de se estar no mundo (*as culturas/as sociedades*), talvez este próprio mundo não seja singular, mas diverso: daí a defesa de um *pluriverso* (LATOUR, 2004; 2007). O acúmulo de investigações realizado pelas Humanidades nos lembra, aliás, que outras maneiras de se estar no mundo, para as quais as naturezas-culturas híbridas nada têm de garantias, são possíveis – haja vista o próprio empreendimento intelectual de Descola (2017; 2015), que não cansa de atentar para a possibilidade de multiplicidade.

Este espaço de hesitação nos permite, como sugere Stengers (2017), notar que *não estamos sozinhos*. Assim, atendendo à proposição ética e epistemológica cosmopolítica colocada por esta filósofa, não quero perder de vista que as múltiplas ontologias, além de estarem/componem os mundos, são chamadas a fazer política. E é neste ponto que reside a necessária crítica ao naturalismo que informa os *projetos de desenvolvimento*, como o aqui descrito: solapar a hesitação (as maneiras de habitar os mundos, isto é, o pluriverso) é *uma* maneira de fazer política, não a única, nem a mais democrática. E, como espero ter demonstrado, implica a mobilização da Ciência que, por sua vez, circunscreve e classifica *inclusive a natureza singular*.

Até aqui explorei como aquilo e aqueles que orbitam o ProSAVANA trazem à tona questões que são a priori do domínio da ciência e da técnica. No entanto, quero chamar a atenção para o fato de que o ProSAVANA, no entendimento aqui defendido, não é meramente um programa, mas um *acontecimento*. Como tal, ele irrompe produzindo diferenças que reorganizam o estado de coisas, permitindo novos arranjos e interditando os de outrora; ele inaugura, portanto, outras formas possíveis de dizer, fazer e pensar. Com isso em mente, na seção a seguir exploro como estes processos ocorrem desde um artefato específico: os mapas.

4 Mapas como máquinas de fazer (não) ver

No mesmo dia em que chegamos à Nampula-cidade, em 2018, conhecemos uma religiosa vinculada ao catolicismo que acompanhou grande parte dos passos do trabalho de pesquisa conduzido por mim e por Vanessa. Liderança na região norte do país, a senhora fora indicada por uma pesquisadora brasileira e nos recebeu com cuidado e afeto. De fato, tornou-se uma interlocutora no e do campo, pois não apenas narrava suas experiências junto às comunidades camponesas, como também repercutia com interesse as publicações acadêmicas a respeito do ProSAVANA¹²⁸. Ela empreendia esforços para localizar interlocutores e facilitar acessos junto às instituições, muitas vezes nos alertando de rixas internas sobre as quais nem imaginávamos ou, quando contávamos de alguma dificuldade, explicava as prováveis razões. Muitos dos diálogos que travamos repercutem nestas páginas, assim como algumas vezes foram outros sujeitos que falaram sobre a mulher de cabelos brancos que *impedia* o ProSAVANA.

Foi ainda nesse primeiro encontro que a irmã, ao discutir os principais desafios que encontrava em seu trabalho na região, falou sobre como os programas chegam, embebidos de interesses externos, e circunscrevem sujeitos que muitas vezes já estão vulneráveis a uma série de constrangimentos. E o ProSAVANA, para ela, era mais um deles, cuja escala impressionava. Com um tom de voz entre a estafa e resignação, concluiu: “às vezes parece que este país está todo parcelado”.

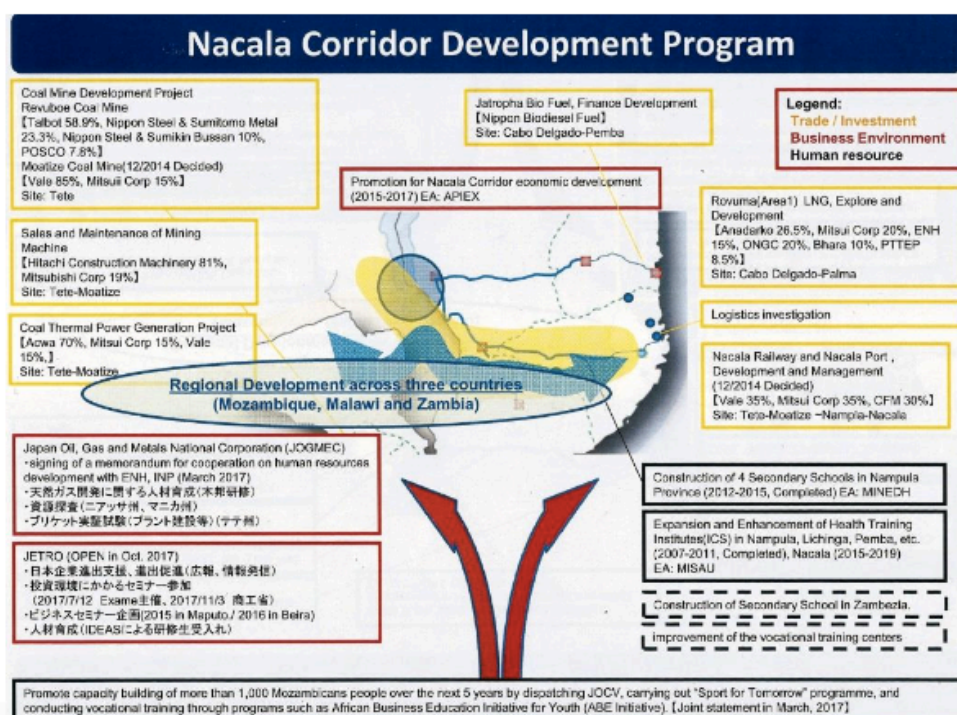
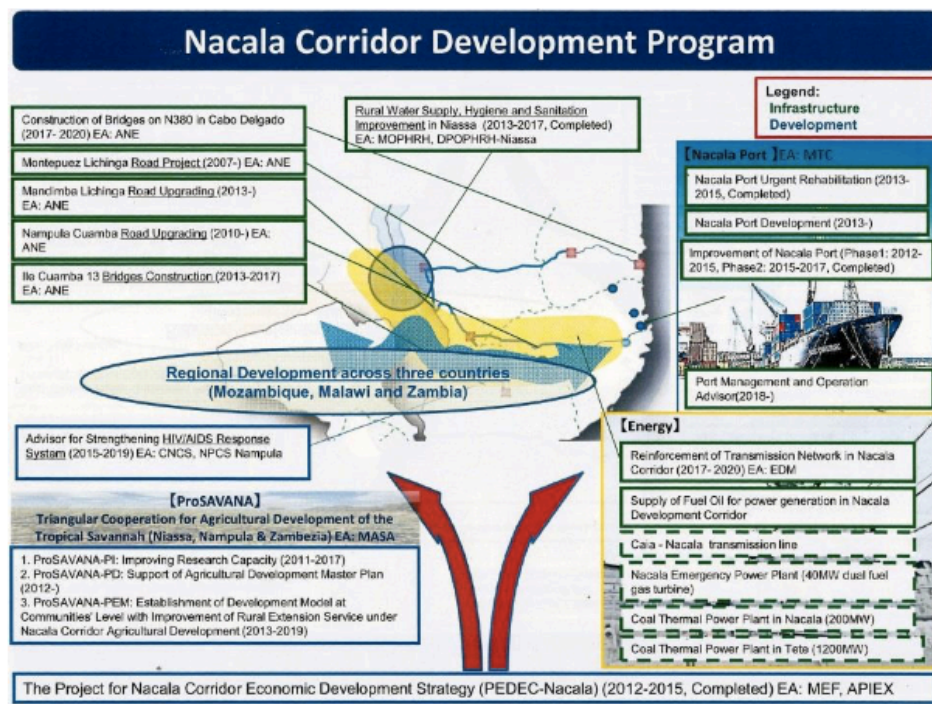
Esta perspectiva parcelar um pouco me lembra das possibilidades de composição que a literatura aponta e o campo informa, onde os sujeitos, as temporalidades e a terra se atravessam e se sobrepõem. Resta a impressão de que nesta busca de cada um por seu quinhão, tão bem sintetizada pela religiosa, nem todas as existências *cabem*. Isto é, não se trata de habitar, cuidar ou compor, mas sim de *esquadrinhar a terra*. Toda esta reflexão pode ser abstrata, ainda mais quando se conecta com a discussão já ensaiada sobre *desenhos* do desenvolvimento: contudo, ousou retomá-la a partir de situações experimentadas que

¹²⁸ Trata-se de uma liderança religiosa católica da província de Nampula envolvida em atividades assistenciais. A organização da qual faz parte junto à Igreja Católica é uma das signatárias da Campanha “NÃO ao ProSAVANA”. Atenta, ela inclusive ponderava sobre nossas próprias pesquisas, conforme a atualizávamos, e foi uma das pessoas que, de forma muito gentil em nosso primeiro encontro, questionou a pertinência de discutir o que chamo de “ambiente”, já que sua trajetória trazia outras urgências: de acordo com a irmã poucas eram as entidades que colocavam o tema como pauta, “como falar disto quando as pessoas só querem sobreviver?”.

alertam para o caráter demasiado *real* que esta forma de estar na terra, fragmentando, traz em si.

Na reunião que tive no escritório da JICA em Maputo, o principal responsável no local pelo ProSAVANA, um japonês, concederia uma entrevista apenas em inglês; como eu não me sentia confortável o suficiente para tanto, foi designado outro funcionário, moçambicano, que poderia conversar em português. Esta mudança de interlocutor produziu efeitos interessantes, já que o senhor que me recebia estava há pouco tempo no cargo e carregava consigo um *briefing* com informações mais importantes sobre o ProSAVANA, bem como as posições da agência acerca das acusações sofridas. De fato, é bastante comum em instituições cuja fala é oficial, que as entrevistas sejam no princípio um tanto “pro forma”, isto é, que os porta-vozes abram pouco espaço para a hesitação, o que se revela nas anotações cuidadosas que trazem consigo a fim de fornecerem respostas que não escapem do roteiro pré-estabelecido pela própria entidade. No entanto, sempre existem possibilidades de transbordar aquilo que é dito. Neste caso, isto se deu já ao fim da entrevista, quando questionei quais outras ações a JICA possuía na região norte de Moçambique. Meu interlocutor pediu um minuto, saiu da sala e voltou com uma cópia do documento a seguir (Figura 42).

Figura 42 – Projeto de Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala



Fonte: obtido em campo pela autora.

O documento, impresso em uma folha A4, apresenta o Projeto de Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala), o mais amplo

programa da cooperação japonesa em Moçambique. Trata-se de uma série de estudos empreendidos pela agência a fim de delinear *estratégias de desenvolvimento* para a região, indicando a construção de infraestruturas (como rodovias e ferrovias) e os potenciais alvos de exploração (como a agricultura de *commodities* e a extração de gás natural). Conforme consta no relatório do PEDEC, a investigação empreendida surge de uma demanda moçambicana, já que seria de interesse do país a criação de um *corredor de desenvolvimento*, integrando diferentes setores econômicos. Aparentemente, o PEDEC segue apenas como um estudo, ainda que a proliferação de empresas e atividades na região seja incontestável.

Se do ponto de vista oficial nada aponta para o envolvimento do Brasil no PEDEC, é possível mapear a atuação de muitas empresas brasileiras na região. Com a chegada da Vale vieram também uma série de empreiteiras para construir as estruturas para a exploração da mina de Moatize. Posteriormente, estas corporações continuaram no país, atuando em obras públicas (infraestrutura, saneamento e energia) e privadas. (PERIN, 2020, p. 311).

Não parece profícuo ao argumento desenvolvido nesta seção desdobrar as ações do PEDEC no norte moçambicano, algo que outras investigações já fazem¹²⁹. Contudo, é interessante observar que há, sim, empresas brasileiras que exercem atividades na região delineadas no próprio PEDEC – caso da Camargo Corrêa, cujo escritório em Maputo está situado no mesmo prédio em que a JICA ocupa dois andares. Estas aproximações corroboram para a suposição de que algum tipo de negociação segue em curso, ainda que dúvidas quanto ao caráter das relações invariavelmente surjam – isto é, quanto de interesses privados são embaralhados junto à cooperação *técnica*?

O que desejo destacar é o fato de que meu interlocutor na JICA apresenta o PEDEC desde as *conexões* que ele visa produzir, mas a imagem dos projetos (disposta na Figura 42), soma-se à fala da irmã já referenciada, qual seja: “este país está todo *parcelado*”. E para cada *parcela*, um *projeto*. Esta é uma reflexão amplamente explorada por autores como James Ferguson (1990), que alertam para a profusão de “projetos de desenvolvimento”, que sucedem uns aos outros sem que jamais se produza, efetivamente, o que quer que seja “o desenvolvimento”. Em parte, é este o caso do PEDEC e do próprio ProSAVANA, cujos atores-chave argumentam que já *não existem*. Catarina Morawska-Vianna (2014) propõe pensar sobre tal configuração como uma questão de temporalidade: o desenho do projeto é rígido e não prevê um espaço para contingências, daí o grande número de projetos “fracassados”:

¹²⁹ Ver, por exemplo, a tese de Vanessa Perin (2020).

[q]uanto mais contingências emergem e mudam o rumo das atividades, mais o projeto rumo ao fracasso apenas e tão somente por se afastar do planejamento inicial. O fracasso ou sucesso não é, evidentemente, estabelecido por alguma medida absoluta, mas pelo próprio desenho do projeto e, portanto, sucesso significa o desenho do projeto evitar imprevistos ou prever riscos com acuidade, ou seja, que ele se dê na prática da forma mais similar possível a si mesmo. (MORAWSKA-VIANNA, 2014, p. 111).

Esta reflexão, que entrelaça *desenho, projetos e mapas*, remete a uma situação etnográfica específica, sobre a qual quero me debruçar nesta seção: trata-se de uma reunião ocorrida junto ao Serviço Distrital de Atividades Econômicas (SDAE), em um distrito abarcado pelo ProSAVANA. Na semana que antecedeu este evento, eu e Vanessa havíamos encontrado, a partir do contato de um amigo em comum, o diretor do SDAE, com o qual conversamos longamente sobre os desafios agrícolas da região e as expectativas para com o ProSAVANA, no qual ele próprio havia trabalhado. Quando nos despedíamos, ele nos convidou a acompanhar uma reunião com camponeses que ocorreria na próxima semana para falar desses assuntos¹³⁰. Isto alteraria um pouco nossos planos de viagem, pois teríamos que retornar ao distrito, mas nos pareceu uma boa oportunidade de ver o *desenvolvimento em ação*. No dia, viajamos os cerca de 150 quilômetros que nos separavam do distrito e no horário marcado estávamos lá para seguir as atividades. O diretor não estava e seu celular não acusava sinal: a secretária garantia não haver nenhuma reunião agendada para o dia.

No entanto, cerca de meia hora depois, o diretor chegou apressado, dando *boleia*¹³¹ a dois camponeses em sua caminhonete. Quando descia e nos cumprimentava com seu jeito enérgico, bradou aos camponeses que desciam do carro: “*não esqueçam dos mapas!*”. Os mapas, de fato, eram os atores que articulavam os sujeitos e instituições tão diversos que logo se sentaram junto a uma mesa de reuniões solene, situada em um prédio da administração central a alguns metros do SDAE:

¹³⁰ Confesso que não entendi muito bem qual o escopo da reunião quando do convite pelo Diretor. Aliás, foi só durante o encontro que, aos poucos, passei a costurar o que era dito com a presença de certos sujeitos – e assim produzir uma compreensão mínima que me permitisse escolher melhor as palavras e a postura a tomar. Ao escrever estas linhas, anos depois do fato, lembro de que um antigo professor na antropologia uma vez disse: “Quando você se vê em uma situação que não sabe descrever o que é, nem como foi parar lá, talvez seja porque está fazendo direito o trabalho de campo”. Todos os eventos daquela manhã no distrito, muitos dos quais relatados nesta seção, realmente me fazem pensar sobre como há pouco ou nenhum controle sobre inserir-se *em campo* e como determinadas situações apenas depois de *decantadas* adquirem um caráter crucial para compreensão do que acontece antes e depois.

¹³¹ Carona.

Sentamos [eu e Vanessa] no canto da mesa de reuniões, era necessário aguardar alguns minutos pela presença de todos. Logo chegou a “presença mais esperada do dia”, sentando-se ao meu lado. Era [nome suprimido]. Fiquei tão estarelecida que nem estendi a mão para cumprimentá-lo. Ele ficou ainda mais chocado ao nos ver, tanto é que reagiu com um estridente: “como vocês chegaram aqui?”. Falamos que fomos convidadas pelo SDAE, sem dar mais informações. (Trecho de diário de campo, 20 de fevereiro de 2018).

A pessoa cujo nome suprimo é o diretor de uma organização não governamental sediada em Nampula-cidade, bastante envolvida com o ProSAVANA – primeiro o combatendo, depois aceitando o diálogo. Trata-se de uma entidade que atua na “questão da terra” em Moçambique, tendo sedes em todas as regiões do país. Nas semanas que antecederam esta reunião, eu e Vanessa empreendemos esforços para conversar com este senhor, enfrentando muita dificuldade: mesmo a religiosa já citada falou que seria difícil, pois nem membros de outras entidades da sociedade civil, como ela, tinham um trânsito fácil nesta entidade. Após alguma insistência, apenas quando mencionei que era recebida no país pelo Observatório do Meio Rural (OMR), o diretor aceitou conversar conosco rapidamente, desde que levássemos nossas credenciais. De fato, antes mesmo de iniciarmos a conversa, ele copiou todas as informações das nossas instituições de origem no Brasil e também daquelas que nos acolhiam em Moçambique, sugerindo que não havia encontrado nossos nomes no *site*. A desconfiança marcou nosso diálogo, que não foi gravado. Este senhor nos contou sobre a história da organização e as formas de atuação, cujo objetivo principal é “fazer valer a Lei de Terras”, *empoderando* as comunidades e exigindo *transparência*. O estremecimento que ambos sentimos ao nos vermos naquela reunião no distrito, então, justifica-se por este primeiro contato tão truncado. A desconfiança mútua, no entanto, foi esmorecendo ao longo das horas daquela manhã no SDAE.

Logo que o diretor desta entidade chegou, fomos convidados a sair da sala para cumprimentar o secretário permanente¹³² do distrito. No caminho, percebi que os camponeses não iriam conosco. Ao chegarmos ao gabinete, um senhor gentil acolheu a todos, perguntando das condições da estrada e desejando as boas-vindas a seu distrito: eu e Vanessa fomos apresentadas como as “amigas brasileiras” do diretor do SDAE, algo que não causou estranhamento algum. Neste cumprimento protocolar, o enredo da reunião que se seguiria passou a se apresentar: o objetivo era “buscar consenso” em relação à

¹³² O secretário permanente é uma figura política que, junto com o administrador e o diretor do Serviço Distrital, compõe o Governo do distrito.

demarcação de terras comunitárias empreendida pela entidade de Nampula-cidade a partir de doações internacionais. Isto é, tratava-se de um *projeto* que visava mapear as terras ocupadas pelos camponeses e seus usos, para garantir a eles seus direitos via emissão de documentos de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs). O projeto já deveria ter sido encerrado, mas estava em fase de prorrogação, pois algumas localidades já haviam participado do projeto, enquanto outras se recusavam a receber os técnicos do projeto. Daí a importância dos mapas. Todos eles atribuíam este conflito a um *mal-entendido*: as comunidades acreditavam que se tratava de uma ação do ProSAVANA e, por esta razão, expulsavam os membros da entidade de suas terras.

Passou a ficar evidente que o diretor da entidade de Nampula-cidade era quem recebia o dinheiro da cooperação internacional e o aplicava nesses *projetos*, portanto a recusa das comunidades em *receber o projeto* era um atrevimento, pois que o dinheiro já havia sido investido. Aquela reunião, então, era para convencer os camponeses de que o mapeamento era necessário, bem como estava em jogo persuadir o diretor da entidade a seguir destinando *dinheiro e projetos* àquele distrito. Isto é, não era uma reunião qualquer.

No entanto, os camponeses que deveriam ser *convencidos* não compareceram ao encontro, algo que causou um enorme desconforto. “Os *problemáticos não vieram!*”, bradou o diretor do SDAE sob olhares de todos; o secretário do distrito ficou visivelmente constrangido e saiu da sala para fazer ligações. Com sua ausência momentânea, iniciou-se um debate intenso entre os presentes, já que o diretor da entidade passou a perguntar se fazia sentido prosseguir com a reunião com os camponeses presentes, já que seria desperdício de tempo ver os seus mapas. Eu e Vanessa nos mantivemos em silêncio todo o tempo¹³³.

Com o retorno do secretário, fomos todos à sala de reuniões, onde os dois camponeses e os mapas já nos aguardavam há 30 minutos. A atividade iniciou com os devidos ritos: era necessário colocar-se em pé para falar e o secretário do distrito era tratado por Excelência. Aliás, foi dele a primeira fala: “nós estamos aqui para *consertar* alguns aspectos”, disse, retomando a pauta da reunião e apontando aos camponeses – “eles já

¹³³ Sobre este e outros silêncios ao longo desta reunião narrada, penso que vale a pena transcrever parte de meu diário de campo (em 20 de fevereiro de 2018): “[e]u estava com muito medo de ser mobilizada politicamente. De que acontecesse algo como: ‘vocês vão se recusar a cooperar? Na frente das visitas?’”. Eram muitos poderes que circundavam aquela mesa e tive medo de, mais que ser chamada a me situar, ser ‘apropriada’ por alguém. Especialmente, tive medo de ser colocada contra os camponeses, engrossando as fileiras de todos que os pressionam. Embora não me orgulhe, preciso admitir que senti um pouco de alívio com a ausência dos ‘problemáticos’”.

*percebem*¹³⁴ a situação, pois eles já têm os mapas”. Todos que seguiram falavam em tom de deferência para com o diretor da entidade, pedindo desculpas pela situação. O secretário, o chefe de posto¹³⁵ presente e o diretor do SDAE pediam que a entidade não os *abandonasse* e que fizesse um “relatório suave” aos doadores.

Ainda assim, quando chegou sua vez de falar, o diretor da entidade foi explícito ao dizer, já na sua primeira sentença, que aquela era “uma reunião de encerramento”. Isto é, não havia como estender prazos até que as comunidades aceitassem o mapeamento: os doadores haviam empregado dinheiro e queriam saber o que fora feito até então. E a ele caberia fazer o relatório. No entanto, ele dizia saber que a “culpa” daquele equívoco não era do diretor do SDAE, de forma que aceitara a lista fornecida por ele de localidades nas quais seria possível executar novas ações. A solução encontrada seria criar novas ações sob outro nome, assim, aquele *projeto* seria encerrado, mas outros o substituiriam: “a gente *encomenda* um novo *serviço*”¹³⁶, disse o secretário do distrito e todos assentiram.

Toda essa *assemblage* de instituições, com propósitos que se atravessam e grande poderio econômico, adquire contornos interessantes em Moçambique, especialmente em torno à *questão da terra*: são numerosas as entidades não governamentais¹³⁷ que atuam na promoção do *desenvolvimento* e direitos das comunidades, com dinheiro proveniente da cooperação internacional. O próprio gestor da instituição que participava da reunião do distrito havia dito em nossa conversa anterior que os escândalos de corrupção que assolavam o país fizeram com que os países doadores passassem a financiar as entidades da sociedade civil e não mais as iniciativas do Estado moçambicano em si¹³⁸. Ou seja, as entidades não governamentais nos últimos anos assumem um interessante papel: de mecanismos provenientes da sociedade civil organizada e, em alguma medida, de movimentos sociais passam a atores políticos autônomos, com amplo poder de mediação

¹³⁴ Por se tratar de uma diferença para com o Brasil, registro que no português falado em Moçambique *perceber* encontra seu sinônimo em *compreender* ou *entender*.

¹³⁵ *Chefe de posto* é uma posição instituída quando da colonização portuguesa em Moçambique. Trata-se de uma liderança do posto administrativo ocupada pelos colonos; a ele respondiam os *régulos*, isto é, as lideranças tradicionais (muitas vezes eles próprios indicados pelos colonizadores).

¹³⁶ Esta perspectiva de projetos que se sucedem, adquirindo um caráter de *serviço*, está presente na literatura, sobretudo na obra de Ferguson (1990) e colaboradores.

¹³⁷ Nesta seção utilizo sem muito rigor os termos entidades, organizações e ONGs, ainda que eu saiba não serem sinônimos. Com eles quero mencionar associações que emergem da *sociedade civil*, demarcando a diferença daquelas que são vinculadas diretamente ao Estado – embora se saiba que há um trânsito entre ambas, inclusive no caso moçambicano.

¹³⁸ Todo este processo, bastante comentado quando do trabalho de campo empreendido, ficou conhecido como “escândalo das dívidas ocultas”.

e negociação. Em parte, é como se existisse um *mercado de ONGs*¹³⁹, o que se revela também no fato de que muitos sujeitos circulam entre estas entidades, atuando ora em uma, ora noutra organização, de forma que mesmo os *projetos* por vezes se conectam. Retomando aquilo que dizia a religiosa já mencionada, talvez Moçambique esteja *parcelado* também nesta seara.

Para esta ideia corrobora o fato de que os outros dois participantes desta reunião no distrito eram membros de entidades locais, as quais prestavam serviço à organização de Nampula-cidade gerida pelo diretor. Ou seja, ao seguir o fluxo do dinheiro proveniente dos doadores internacionais, é como se a instituição central *terceirizasse o serviço*, subcontratando outras, as quais efetivamente executavam o *projeto*, neste caso, o mapeamento¹⁴⁰. Também estes dois representantes falaram, apresentando suas dificuldades. Retomando a reunião aqui narrada, penso ser significativo o modo como as pessoas se dispuseram junto à mesa, que desenhei em minhas anotações (e posteriormente no diário de campo) e na Figura 43 que a seguir reproduzo.

Ainda que não fossem pré-determinados os assentos, penso que a forma como cada sujeito se dispôs em torno à mesa é representativa do que estava em jogo naquele dia e, em parte, de como o *acontecimento ProSAVANA* propõe relações. De um lado, estava “o Estado”, isto é, o secretário do distrito e o Diretor do SDAE, seguidos pelos chefes de posto. Do outro, defronte ao Estado na mesa de negociação, membros da “sociedade civil”: as entidades que geriam e executavam o *projeto*; além de mim e de Vanessa, participantes-observadoras vinculadas a organismos de pesquisa e à Universidade (além de sermos, nessa ocasião, “amigas brasileiras”). Interessante notar que, assim como as investigações acadêmicas das quais somos representantes, o silêncio nos foi conveniente; de forma similar, não posso deixar de perceber que estamos diante do Estado, em diálogo, enquanto os camponeses (com os quais *fazemos pesquisa*) ocupam um lugar afastado.

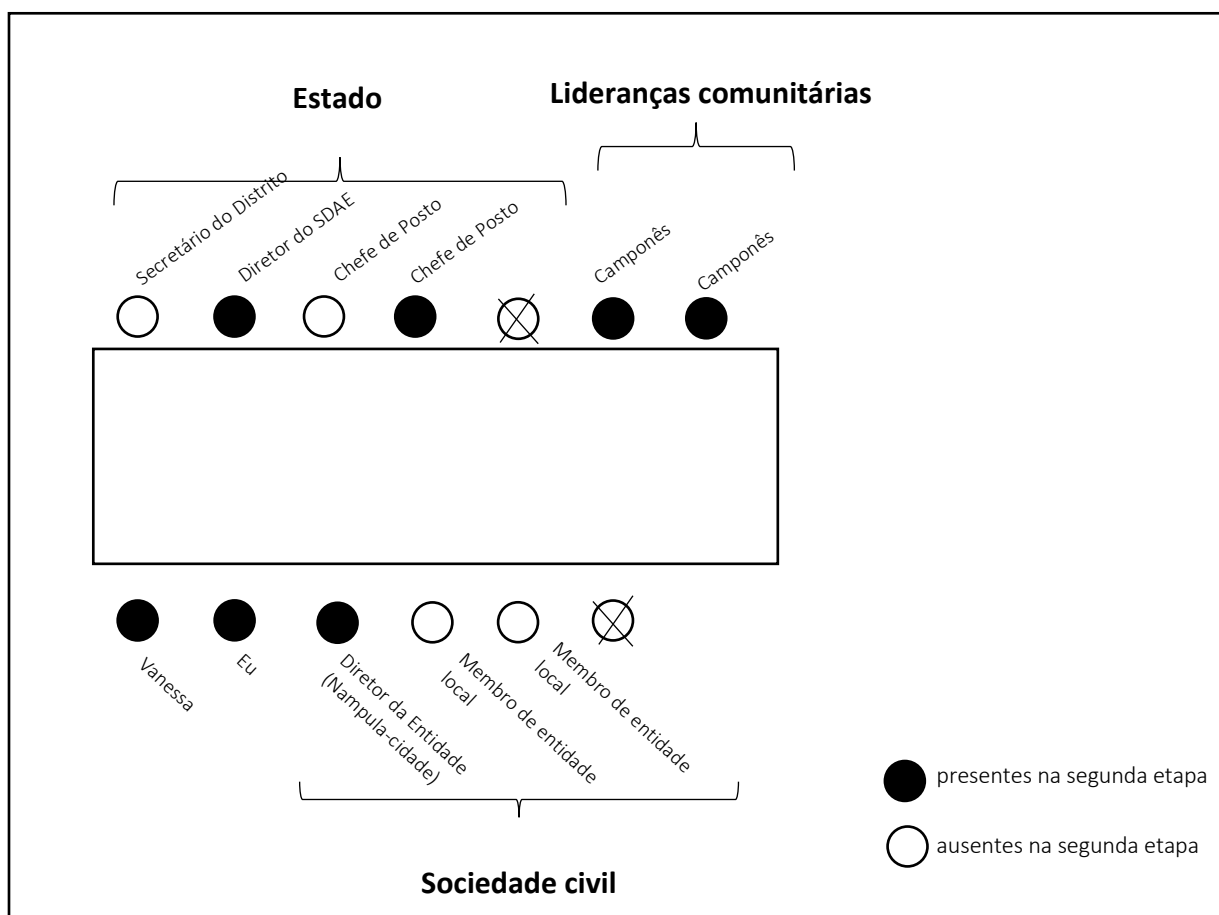
Em um canto da mesa, estavam os dois camponeses convidados a mostrarem o resultado do trabalho finalizado, isto é, os mapas. Note-se que havia uma cadeira vazia entre o último chefe de posto e o primeiro camponês, demarcando uma distância entre eles. Curioso notar que aqueles que são os *beneficiários dos projetos* estão apartados da discussão: em algumas ocasiões ao longo desta reunião, falavam sobre eles e sobre as

¹³⁹ Forjo esta expressão na esteira da discussão proposta por Patrícia Kunrath Silva (2017) sobre o tema da filantropia, a qual forma a sua maneira um *mercado* próprio, que excede os termos do lucro.

¹⁴⁰ Escapa aos interesses desta tese explorar estas articulações mercadológicas que envolvem as instituições não governamentais, bem como suas relações com o Estado e a sociedade. No entanto, há que se registrar que os dados de campo sugerem ser uma temática interessante de estudo.

localidades que representavam como se eles não estivessem ali para falarem por si; cabe lembrar que, quando do cumprimento inicial ao secretário do distrito, alvitrou-se a possibilidade de sequer realizar a atividade, a despeito daqueles dois homens de camisa social que nos aguardavam junto à sala de reuniões.

Figura 43 – Participantes da reunião do SDAE



Fonte: elaboração própria.

Findada a rodada de negociações em torno ao “novo serviço”, o secretário do distrito se retirou, junto com outros participantes. Foi neste momento que o Diretor do SDAE anunciou com seu entusiasmo costumeiro: “*acabou a reunião política, vamos começar a reunião dos técnicos!*”. Isto remete aos pesquisadores já mencionados - como o próprio diretor do Laboratório de Análise de Solos – que, ainda que possuam uma atuação absolutamente política (como denotam os cargos que ocupam), remontam sempre que podem às suas formações técnico-científicas. Neste caso, a frase escolhida foi significativa deste desejo de partição, ainda que evidentemente ninguém ali pudesse se despir de suas atribuições, muito menos que cada participante pudesse solapar o que é da ordem política.

O que quero dizer é que toda a reunião que presenciei foi absolutamente técnica e política. Mas, com a ausência de alguns (ver na Figura 36 a referência aos que permaneceram), deu-se início a um segundo momento do encontro, dedicado aos mapas e *seus* camponeses, que teriam a oportunidade de falar para o diretor da entidade que geriu o *projeto* e para “as amigas brasileiras”, ainda que os outros camponeses aguardados não estivessem lá. Enquanto se iniciava uma movimentação para localizar fitas adesivas, o gestor do projeto passou a repercutir o que ocorrera na reunião até ali comigo e com Vanessa, emitindo suas opiniões e descrevendo detalhadamente todos os passos daquele projeto cujo encerramento testemunhamos.

Tratava-se, como já mencionado, de um *projeto* amplo cujos objetivos davam conta de *mapear* as terras comunitárias de determinada região para que as próprias comunidades que as habitam pudessem melhor *geri-la*. Com este *projeto* realizado, seria possível que os camponeses visualizassem as potencialidades do território, o que os colocaria em boa situação quando chegassem investidores interessados no local. Ao longo da conversa, ele argumentou que em algumas comunidades, sobretudo as mais afastadas da linha férrea e da rodovia, a informação era escassa, de forma que os camponeses *não compreenderam* do que se tratava o *projeto* – tanto é que expulsaram os técnicos enviados para fazer o mapeamento. Mas já não era mais viável insistir na *sensibilização* desses sujeitos, já que no último ano fora investido mais tempo nisto do que no próprio *projeto*. Além disso, este gestor sugeriu que alguns chefes de posto não possuíam interlocução efetiva com as comunidades que assistiam, o que tornava ainda mais complicado executar ações na região.

Tanto o gestor da agência quanto o Diretor do SDAE voltaram algumas vezes ao assunto da *má percepção* das comunidades para com o projeto de delimitação, argumentando que em alguns casos o trabalho foi confundido com o ProSAVANA – sendo que também este último não foi completamente entendido pela população, de acordo com o Diretor. Isto é, o mapeamento de terras comunitárias nada tinha de relação com *programas de desenvolvimento*, como o ProSAVANA, ainda que seja possível considerar que suas ações “pavimentem” a região para a sua chegada, no sentido de que forjam quadros jurídicos (obtenção de DUATs) e políticos (via “organização” das comunidades) que são propícios a esta ordem de transformação social e produtiva.

É interessante notar que a instituição em questão, bem como outras entidades e o próprio Estado, promovem certa despolitização do *projeto* a partir da confecção de mapas.

Por serem criados coletivamente no bojo das comunidades, estes se constituiriam como um artefato de *empoderamento*, já que em tese tornam os sujeitos responsáveis pelos rumos do território que ocupam (como se antes de o mapearem não o fossem). De fato, há uma literatura que se dedica à cartografia social (ou participativa) que demonstra como essas práticas podem se configurar como um importante mecanismo de resistência e denúncia, pois oferecem contrapontos às demarcações de outrem – é o caso de comunidades em situação de vulnerabilidade e disputa territorial no Brasil, a exemplo de indígenas e quilombolas, como discutem as obras de, dentre outros, Almeida (2014) e Acselrad (2008). No entanto, ainda que reconheça o potencial caráter combativo dos mapas e do mapeamento, não é o que parece acontecer no caso aqui narrado.

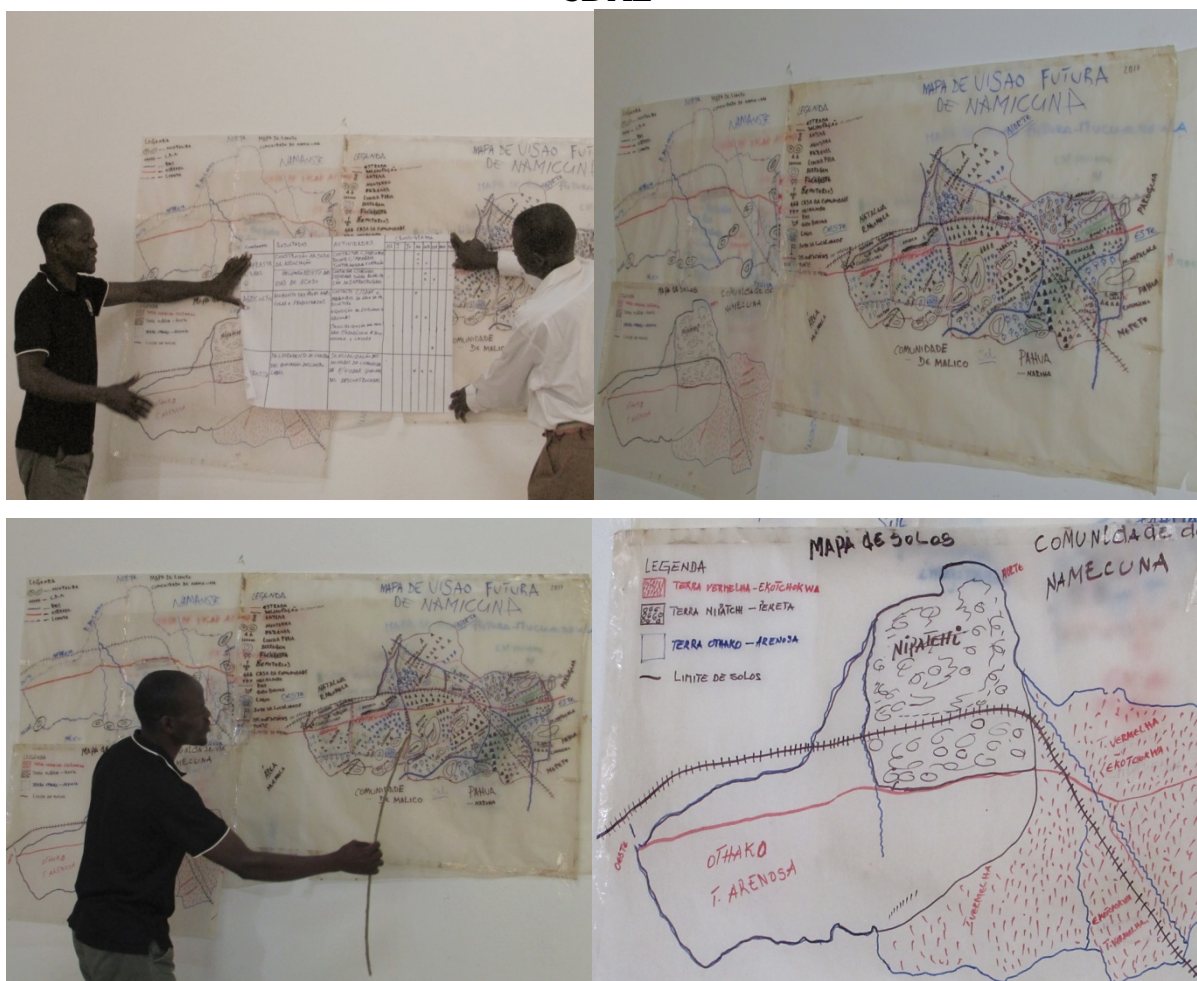
Ao pensar nas comunidades que se recusaram a executar o mapeamento, muitas delas colocando os técnicos das entidades em situações temerárias ao expulsá-los do lugar, acredito que haja uma profunda repolitização dos próprios mapas e do processo cartográfico. Explico: são comunidades e pessoas que querem se fazer ver, sobretudo frente à ameaça que sentem desde a chegada de programas mais amplos de reestruturação fundiária e dos temores do *acontecimento ProSAVANA*, que narra o Corredor de Nacala como um lugar onde há terras *disponíveis*¹⁴¹ (não esqueçamos que esta foi uma das razões mencionadas em algumas das localidades que não aceitaram o *projeto*; isto não é fortuito). Contudo, este fazer-se visível se dá nos próprios termos. É como se, ao recusarem-se à representação, informassem algo como “sim, nós ainda estamos aqui na nossa terra, mas não queremos estar nos *seus* mapas”. Os mapas são formas de representar que tomamos como universais, mas cabe questionar se, ao *traduzir a terra nesta linguagem* situada (a cartográfica), não há também um encarceramento do lugar e dos vínculos que lá se realizam.

Como lembra Massey (2008, p. 50): “narrativas, histórias e trajetórias são todas elas suprimidas na emergência da ciência como escritura do mundo”. Mas os sujeitos que baniram os “mapeadores” quiçá querem ter suas existências reconhecidas desde suas métricas e seus instrumentos, os quais não encontram ecos naquele artefato final unidimensional, fazendo ver determinados *attachements* e obscurecendo outros tantos. Aliás, este duplo caráter dos mapas – fazem ver semelhanças, eclipsam a diferença – é a tônica do *acontecimento ProSAVANA*, inclusive nas cartografias globais já apresentadas que

¹⁴¹ Afinal, “[e]spaço é o que temos demais”, dizia a manchete do jornal *Notícias*, em 3 de outubro de 2013.

mobilizam os *paralelos* comuns entre Brasil e Moçambique¹⁴². Em última análise, que ressoe a questão: será que a terra dos mapas é a mesma terra experimentada nos corpos? Assumindo o mapa como uma linguagem, voltarei a este tema mais adiante na Parte III.

Figuras 44, 45, 46 e 47 – Apresentação dos mapas de terras comunitárias na reunião do SDAE



Fonte: registros feitos em campo.

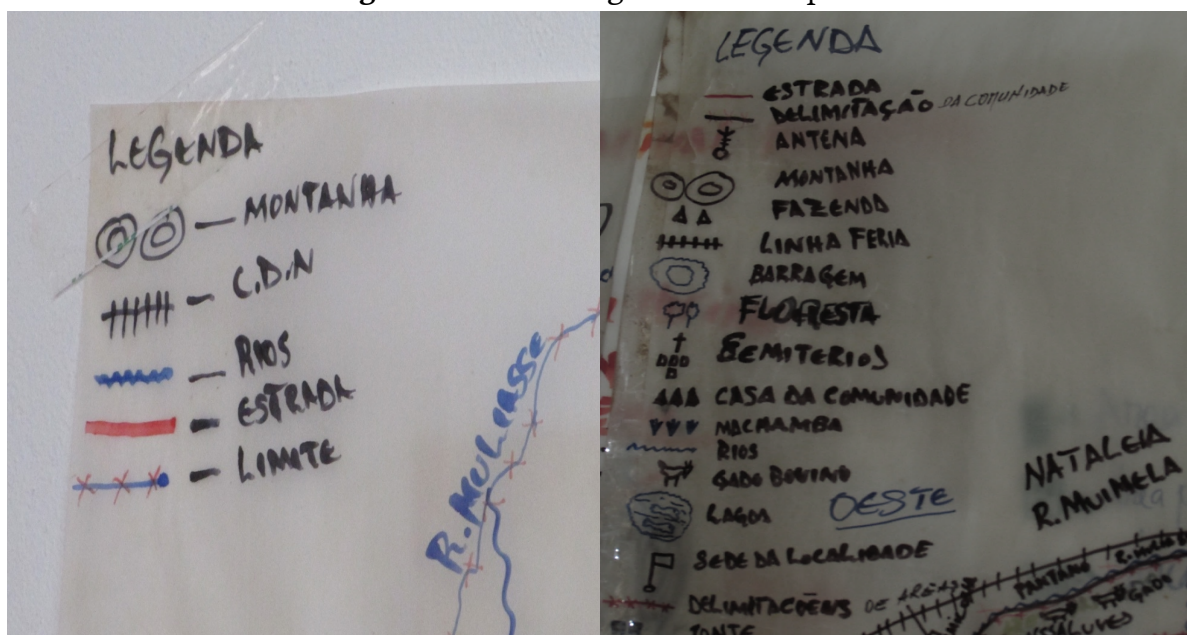
Ainda na reunião: quando localizaram a fita adesiva para pendurar os mapas na parede, os camponeses “convencidos” foram convidados a apresentá-los e o diretor do SDAE foi procurar um graveto para facilitar a exibição dos artefatos produzidos em papel de seda transparente. Os mapas, feitos de forma colaborativa com as comunidades, eram de dois tipos: o primeiro deles exibia a “visão atual”, ou seja, como a organização

¹⁴² O próprio conceito de paralelo pode ser tomado como uma caixa-preta em termos latourianos. Talvez por isso mesmo, isto é, pela dificuldade de desvendar as controvérsias que a ideia encerra em si, produzam tamanha diferença no rumo das situações.

territorial se dava naquele momento, enquanto o segundo representava a “visão futura”, aquilo que eles planejavam e desejavam para o local onde vivem. Os mapas da “visão atual” apresentavam os limites do lugar ocupado pelos sujeitos que se entendiam como numa comunidade, indicando as maneiras como atualmente a terra é ocupada e organizada, isto é, o espaço das famílias, do plantio etc. Além disso, indicavam infraestruturas presentes como a estrada, a igreja e as casas, bem como elementos de “natureza”, como os rios que passam, a montanha e a floresta. Além disso, uma das comunidades possuía também um mapa dos solos encontrados no local: *ekotchokwa* (vermelha), *nipatchi* (preta) e *othako* (arenosa), o que revela um conhecimento profundo não só das infraestruturas do local no qual vivem, mas da própria diferenciação entre tipos de solos, que respondem a uma classificação particular produzida no interior da comunidade.

Já os mapas da “visão futura” traziam esta *mesma* área, especulando novas maneiras de ocupá-la, que eram reveladas na sua legenda: “área habitacional”, “área para investimentos”, “área para expansão”, “área para infraestruturas”, “área para florestamento”. Ainda que estivesse presente a “área para produção agrícola”, não constavam áreas de pousio, tradicionalmente utilizado no modelo de agricultura praticado no local, o que permite inferir que novas formas produtivas estão no horizonte – sobretudo aquelas *ensinadas nos projetos*, como é o caso do próprio ProSAVANA. É no mínimo instigante como no mapa futuro já não pareça sequer a *mesma comunidade* ou a *mesma terra*, já que outra linguagem é empregada: as “casas” viram “área habitacional”, “*machamba*” converte-se em “área de produção agrícola” etc. Isto é, parece-me haver algo que excede a inclusão de infraestruturas ou práticas, pois há, de fato, uma transmutação do já-lá. Além disso, os mapas apresentados demonstram um esquadrinhamento tal qual aquele sugerido pela religiosa já mencionada, que quiçá seja próprio a esta maneira de representar e estabilizar, expressa nos mapas.

Figuras 48 e 49 – Legendas dos mapas



Fonte: registros feitos em campo.

Os mapas, portanto, traziam consigo planos, os quais foram devidamente apresentados em um papel de cartolina, junto a um cronograma e os passos necessários para obter os objetos de desejo comunitários. Estes eram divididos em *componentes* (infraestruturas, agricultura, ente outros), dentro dos quais estavam previstos *resultados* e *atividades*, o que permite apontar a incorporação de um novo léxico, algo que é próprio aos *projetos de desenvolvimento*. No caso da *componente agricultura*, o objetivo era duplo: aumentar a área agrícola e incrementar a produtividade, ambas questões que corroboram para a narrativa de que as terras da região, ainda que não estejam necessariamente vazias, são mal *aproveitadas*. Interessante observar que para atingir estes intentos, eram elencadas três *atividades*: a) contatar o SDAE e procurar *parceiros*; b) aquisição de *insumos* agrícolas; e c) *sensibilização* da comunidade para *aderência à tecnologia*. Ao que parece, a nova linguagem (expressa nos mapas) instaura também desejos próprios às narrativas do *desenvolvimento*.

Os presentes na reunião exaltavam a qualidade do trabalho feito e o potencial para a melhoria da qualidade de vida que aqueles artefatos traziam consigo. Os próprios camponeses argumentavam que agora se sentiam “mais seguros”, afinal, estavam planejando a vida de seus netos e que ninguém poderia chegar na terra de forma desavisada. O diretor do SDAE elogiou o engajamento das comunidades cujos representantes estavam apresentando aqueles mapas “cheios de sonhos”, dizendo que eles deveriam ser ensinados nas escolas, para “sensibilizar até as crianças sobre a grandeza

daquele trabalho”. Por fim, em determinado momento, ele chegou a afirmar: “esses mapas são vossas cédulas [de identidade]”. Em um contexto no qual os camponeses sentem terem sua humanidade negada – como quando dizem que não havia ninguém no local que o monocultivo agora ocupa – é no mínimo interessante que a possibilidade de *se fazer pessoa* se dê por meio de um objeto.

Ainda assim, a deferência com a qual desde o início da reunião se falou dos mapas não se revelou nas práticas de cuidado dispensado a eles. Eles eram de um papel de seda delicado e foram afixados apressadamente na parede da sala com uma fita larga, a qual dificilmente poderia ser removida sem causar danos. Além disso, lembro que, após a apresentação do primeiro líder comunitário, o outro foi à frente e colaram seus mapas por cima dos do primeiro (como é possível observar nas Figuras 44 a 47 já apresentadas), o que causou inclusive dificuldades para que víssemos de forma nítida o que ele apontava com o galho indicador. De certo modo, isto indica o próprio cuidado com as pessoas, já que os mapas eram suas cédulas de identidade: face ao Estado, foram empilhados e dificilmente saíam ilesos findo o encontro. Mais do que com os sujeitos *representados* nos mapas, em parte, acredito que esta disposição dos objetos sugere o cuidado que há com os próprios *projetos*: findo um, o resultado (neste caso, o mapa) importa menos do que o projeto porvir. Isto é, instaurado um novo campo de possíveis, o *desenvolvimento* se autocelebra como uma promessa que não se cumpre, lembrada e atualizada continuamente por meio dos *projetos* – que, neste caso, já foram *encomendados*.

Por fim, ainda no quadro deste evento no distrito, outro elemento deve ser destacado. O diretor da entidade que geria o *projeto*, como já mencionei, sentou-se ao meu lado e repercutiu a reunião no intervalo entre a reunião *política* e a reunião *técnica*. Mas, além disso, na segunda parte do encontro, ele também assumiu outra postura: conforme os camponeses apresentavam o trabalho de cartografia, o diretor comentava paralelamente comigo o que acontecia: “essa parte é aquilo que já conversamos [na entrevista em Nampula-cidade]”, “isso que ele está mostrando é aquilo que eu falei sobre [tal coisa]”, comentava ele. Isto é, de certo modo, o diretor buscava *traduzir* o que os camponeses diziam, bem como os próprios mapas, como se fosse necessário, portanto, adicionar outra camada de conteúdo a algo que estava dado – ou mesmo produzir uma nova versão, desde outro lugar. De certo modo, era como se devêssemos compreender algo específico, que corroborasse para uma versão mais ampla, que excedesse ou mesmo deslocasse o sentido da narrativa em si. Esta noção de *tradução* me é muito cara, por uma dupla razão: a

primeira delas, teórica, pois a sociologia na qual acredito se entende como uma prática de traduções (CALLON, 1986; LATOUR, 2012b); a segunda, empírica, pois lembro que o trabalho de campo empreendido se deu em uma região na qual diferentes línguas coexistem, de forma que a diversidade é constante e as traduções, necessárias.

Assim, se a tradução importa, é porque há diversidade que a exija. Esta discussão joga luzes sobre o fato de que há uma correlação entre diversidade cultural e biológica: os países com maior número de línguas vivas seriam também aqueles que mantêm uma multiplicidade de sementes e cultivos (PORTO-GONÇALVES, 2012). É a premissa, por exemplo, daqueles que se dedicam à ecolinguística (COUTO, 2007) que insistem na relação (sistematicamente ignorada por linguistas e por ecólogos) entre *língua* e *natureza*, as quais se informam mutuamente. Em um contexto como o aqui narrado – onde soja, milho e algodão substituem a mapira, mandioca, amendoim e feijões, e o português se choca com oito variantes de *emakhuwa* – esta relação merece ser lembrada: mais uma vez, a separação entre o domínio da natureza e da cultura é uma operação improdutiva, sobretudo àqueles que pensam a partir da ideia de rede.

Esta convicção justifica e inaugura a Parte III a seguir.

PARTE III –
NARRAR A TERRA

“Nós não fomos considerados pessoas”: das possibilidades de narrar a existência

*Línguas selvagens não podem ser domadas,
elas podem apenas ser decepadas.*

Gloria Anzaldua (2009, p. 306).

Quando contei aos amigos próximos que faria um trabalho de campo sobre e em Moçambique, depois da pergunta “onde fica”, a segunda questão colocada era, invariavelmente: “e lá se fala qual língua?”. “Português”, eu respondia. Ledo e justificável engano: é o que informava a minha convivência com colegas moçambicanos, corroborada pela Wikipédia: língua oficial, portuguesa. A vida, devia eu já saber, não acontece (só) de forma oficial, ela corre pelas margens e as excede. Ao chegar em Maputo pela primeira vez esta compreensão irrompeu: minha mala havia sido perdida pela companhia aérea e, ao buscar ajuda com os funcionários do aeroporto, percebi que não compreendia o que eles falavam entre si. Logo o homem e a mulher passaram a falar comigo, em português: noutro ritmo, mais cadenciado.

Nos dias que se seguiram, ainda em 2017, dei-me conta de que o português é a língua dos escritórios, da universidade, dos ministérios. É a língua das entrevistas. É, também, a minha língua¹⁴³. Ainda que as identidades sejam fluidas e não caiba à pesquisadora reivindicar ser quem é ou quem quer ser, ao abrir a boca já revelava mais uma vez de onde vinha e, um tanto, até onde poderia ir. Isto é, a língua é mais um destes elementos que, tal como uma credencial, nos permite certos acessos, interditando tantos outros. Esta, evidentemente, não é uma reflexão original ou isolada. Em já mencionado trabalho de tese, Pâmela Marconatto Marques (2017) narra a sua experiência no Haiti, onde *créole* e francês se encontram e se chocam constantemente, informando possibilidades de dizer e de existir. Tributária da obra de Fanon, esta autora recupera em sua reflexão a ideia de que a violência colonial passa pela imposição da língua, questão que quero manter no horizonte ao longo deste capítulo. A língua, da maneira como gosto de pensar, enclausura, mas, sobretudo, é potência, é possibilidade – ensaio esta ideia, dos *attachements* que a língua faz-fazer, nas páginas que seguem. Talvez por esta mesma razão Gloria

¹⁴³ Não que eu a possua, pelo contrário. É a língua na qual e pela qual eu me inscrevo como sujeito.

Anzaldúa (2009; 2005; 2000; 1987) tenha sempre lembrado do poder da língua e de seus deslizamentos em sua obra, bem como dos esforços para cercar as línguas menos *desejáveis*, junto com os sujeitos que as enunciam – como elucida a frase que faz as vezes de epígrafe a esta Parte III.

Nas ruas, nos mercados, nos *chapas* o que se diz e se ouve não passava por nada que eu conhecesse. Aliás, mesmo nas antessalas dos escritórios, da universidade e dos ministérios, antes que me anunciassem, os sujeitos falavam entre si noutros termos, que me escapavam. Quiçá inclusive falassem sobre mim, este corpo branco, estranho, que fala a língua *oficial* – e que, portanto, só pode conhecer o *oficialesco*. Quando do segundo momento do trabalho de campo, ao chegar em Maputo por terra, após uma longa viagem de ônibus iniciada em Johannesburg (na África do Sul), estranhei um pouco menos. Até arrisquei aprender algumas palavras cordiais em *changana*, a língua materna de meus amigos moçambicanos e a mais falada pelas ruas da capital: *auxene*¹⁴⁴, *kanimambo*¹⁴⁵.

Mas nada disso adiantou quando cheguei à Nampula.

Quando se tornou independente, em 1975, Moçambique adotou o português como língua oficial. Ou talvez seja mais adequado dizer que elegeu *um* português, bastante específico e situado: de acordo com Saguete (2017), a referência foi a variante falada nas regiões de Lisboa e Coimbra, a qual gozava de prestígio na própria metrópole¹⁴⁶. Sendo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) um movimento nacionalista, não seria apropriado escolher uma língua dentre as nativas como oficial a fim de não sobrepujar todas as outras. Em busca de uma língua “neutra”¹⁴⁷ para garantir (ou forjar) a unidade nacional, a eleita foi o português. Autores como Saguete (2017) argumentam que a eleição do português também se deu por ser a única língua mais ou menos difundida no período, em função de seus usos na administração colonial. Ou seja, a alternativa também foi pragmática.

É difícil mensurar a quantidade de falantes desta língua quando da independência, visto que nem todos os habitantes tinham acesso à educação formal; nos primeiros anos

¹⁴⁴ Bom dia.

¹⁴⁵ Obrigada.

¹⁴⁶ Algo semelhante ocorre no Brasil, onde as variedades de português acompanham as dimensões continentais do país, mas as que gozam de maior prestígio são as faladas no sudeste brasileiro. Aliás, o dialeto carioca foi eleito, ainda nos anos de 1930, o *padrão ideal* a ser seguido no país, quando do Congresso da Língua Nacional Cantada (FRANÇA, 2004). Nos anos de 1950, tal tese foi ratificada pelo filólogo e linguista Houaiss, que toma a pronúncia carioca como padrão em sua comunicação “*Normas da Língua Falada Culta no Brasil*”.

¹⁴⁷ Por óbvio, escolhas não são neutras, nem línguas. Talvez menos ainda quando se trata da língua do colonizador. Esta discussão é aprofundada ao longo deste capítulo.

após a revolução, campanhas de alfabetização foram lançadas, de modo que, de acordo com o censo realizado em 1980, 26,5% da população já dominava o português. Hoje, o índice se mantém em 26% nas zonas urbanas e 1,4% nas zonas rurais – e cerca de 15% da população declara falar principalmente o português em casa, conforme dados do último censo, realizado em 2017 (INE, 2017). A Tabela 1 a seguir dá pistas da diversidade etnolinguística do país.

Tabela 1 – Distribuição da população por língua materna em Moçambique (2017)¹⁴⁸

Língua materna declarada	Número de falantes
<i>Emakhuwa</i>	5.813.083
Português	3.686.890
<i>Xichangana</i>	1.919.217
<i>Elomwue</i>	1.574.237
<i>Cinyanja</i>	1.790.831
<i>Cisena</i>	1.578.164
<i>Echuwabo</i>	1.050.696
<i>Cindau</i>	836.038
<i>Xitswa</i>	836.644
Outras línguas moçambicanas	2.633.088
Outras línguas estrangeiras	112.385
Desconhecidas	407.927
Total	22.243.373

Fonte: adaptado de INE (2017).

É interessante observar que mais de 18 milhões de sujeitos que hoje vivem em Moçambique não encontram no português a sua língua mãe¹⁴⁹; aliás, excluindo outras línguas estrangeiras, mais de 80% da população tem como língua primeira aquelas que o Censo chama de “línguas moçambicanas” – que na literatura são descritas como

¹⁴⁸ No Censo de 2017 (INE, 2017), um bloco composto por quatro questões compreendia a esfera linguística: *sabe ler e escrever (em qualquer língua)?* (S/N); *sabe falar português?* (S/N); *em que língua aprendeu a falar?*; *que língua fala com mais frequência em casa?*

¹⁴⁹ Além disso, é relevante quando o que está em jogo são programas de desenvolvimento cuja comunicação passa por folderes e cartazes quando, segundo dados de 2017, cerca de 45% da população moçambicana não sabe ler nem escrever. Este número é ainda maior em zonas rurais e quando se trata de mulheres (INE, 2017), o que não deixa de ser notável, já que este é justamente o público prioritário de ações como o ProSAVANA.

“nacionais”, “locais”, “nativas”, “tradicionais”. Estas, de forma geral, podem ser consideradas *línguas bantu*, ou seja, fazem parte deste tronco linguístico predominante no centro-sul do continente africano, o qual compreende mais de 600 línguas conhecidas (as quais compartilham determinados elementos lexicais e morfológicos). Em Moçambique, estão presentes quatro zonas linguísticas *bantu*, das quais derivam oito grupos linguísticos, como mostra a Figura 50. Destes agrupamentos derivam numerosas línguas e dialetos.

Em Moçambique são formalmente reconhecidas 22 línguas. O catálogo do *Ethnologue*¹⁵⁰, entretanto, informa a existência de 43 línguas vivas no país, isto é, ainda em uso. Acredito que tamanha disparidade decorra da compreensão de que cada variante constitua uma língua única. Veja-se o *emakhuwa*: língua mais falada no país, comporta, pelo menos, oito variantes – *Central, Enahara, Esaaka, Esankaci, Emarevoni, Elomwe, Emeetto* e *Echirima* (SIL Moçambique, 2010). Cada uma destas é associada a uma área geográfica específica¹⁵¹, o que traz consigo um vocabulário marcado pelos modos de existência da localidade: o *Emakhuwa-Enahara*, por exemplo, é falado na região costeira (especialmente nos distritos de Mossuril, Ilha de Moçambique, Nacala-Porto, Nacala-a-Velha e Memba), de forma que nesta variante linguística constam mais formas de dizer sobre a água e as atividades pesqueiras, bem como apresenta influência de línguas como o árabe e o suaíli, em função dos navegadores que aportavam na região desde o século X.

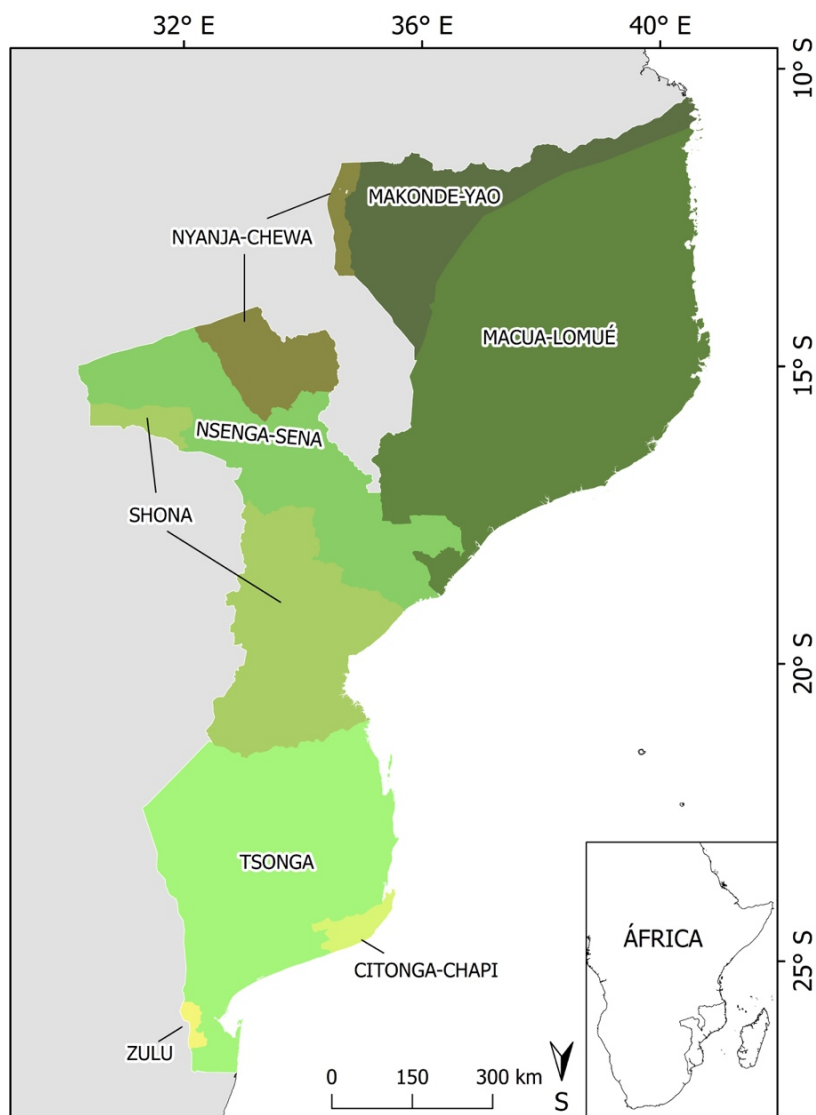
O plurilinguismo em Moçambique vem sendo objeto de análise de diversas pesquisas, desde as vinculadas a etnografia da fala e sociolinguística (PONSO, 2014) àquelas que se dedicam a observar a emergência da educação bilíngue e de adultos (SAGUATE, 2017; JULIASSE, 2017). Não está no escopo deste trabalho tal reflexão, que inclusive escapa às capacidades da autora e do próprio campo. É, portanto, desde outro lugar que estruturo este capítulo, motivada por uma curiosidade incessante sobre aquilo que as palavras dizem ou podem dizer, os mundos que elas compõem e revelam¹⁵².

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/country/MZ/languages>>. Acesso em: 04 out. 2020.

¹⁵¹ Mesmo diante destas especificidades, é importante dizer que as variantes são inteligíveis entre si, eventualmente com algum estranhamento.

¹⁵² Estudos clássicos sobre a formação étnica moçambicana já informam a necessidade de olhar, conjuntamente, para a relação entre língua e o “meio ecológico” (RITA-FERREIRA, 1986).

Figura 50 – Distribuição das línguas *bantu* de Moçambique



Fonte: elaboração própria a partir de dados de De Paula e Quiraque (2016) e Saguete (2017).

Não penso ser produtivo encarar uma discussão sobre as variadas formas pelas quais a noção de língua pode ser apreendida¹⁵³. Para a compreensão experimentada neste texto, absorvo e entrelaço contribuições de variadas ordens, a fim de reatar (ou mesmo produzir) alguns vínculos entre o estruturalismo, pensamento para o qual a língua sempre foi uma grande questão, e escolas de pensamento que a priori o renunciavam. Ou seja,

¹⁵³ Aliás, sobre o desejo de “conter” a língua e produzir uma definição, recomendo fortemente o livro “O amor da língua” (MILNER, 2012).

advogo abertamente que *a língua ainda é uma questão aberta para as ciências sociais* – e sobre a qual vale a pena se debruçar. O que discuto aqui não trata da língua saussuriana, concebida como sistema de signos, mas da possibilidade de tomar a língua como prática, por meio da qual se apreende (provisoriamente) o sujeito e as relações nas quais ele se insere. Ainda que se aproxime de algum modo, não se trata de um estudo que se vincule à socio/etno/ecolinguística, nem à análise do discurso. De algum modo, penso que a forma como apreendo a questão da língua – em seus agenciamentos com os *sujeitos e com a terra* – decorre das discussões realizadas no bojo da teoria do conhecimento de ordem pragmática. Assim, aqui a língua é pensada como aquilo que permite conjugar o material e o simbólico, na esteira da crítica tecida por Maia (2015) aos primeiros escritos latourianos.

A sua maneira, esta reflexão parte do debate colocado por Latour (2012a), inspirado no empirismo de William James: ao assumir que a língua revela modos de existência específicos, no entanto, também quero defender que ela o faz embebida de política. Isto porque tem a capacidade de definir pertencimentos e identidades, produzindo e perpetuando, assim, relações de poder¹⁵⁴ - como fazem ver as obras de autoras feministas e de corte pós-colonial, como Gloria Anzaldúa (2009; 2005; 2000; 1987) e Grada Kilomba (2019)¹⁵⁵. É desta *assemblage* de perspectivas que emerge a discussão que se segue.

Além das contribuições acadêmicas que por certo figurarão neste texto, este capítulo é motivado e justificado também por aquilo que a literatura faz sentir. Explico: ler Mia Couto e Paulina Chiziane, talvez os dois escritores moçambicanos mais conhecidos no Brasil, sempre produziu certo estranhamento com termos e expressões que nos são distantes (ou completamente desconhecidos). Mas foi quando li pela primeira vez o *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo, livro ora aclamado ora duramente criticado no qual a autora narra a experiência de crescer, sendo filha de colono, em um Moçambique colonizado, que a coexistência das línguas mais me tocou. Transcrevo:

o meu primo nasceu em Lourenço Marques e nunca pronunciou as três sílabas muito difíceis da palavra Maputo. Ma-pu-to. As cinco de Lourenço Marques fluíam líquidas. Muito brancas. Maputo era nome de preto. Um preto, uma zona selvagem, um rio poderiam chamar-se Maputo,

¹⁵⁴ Não posso ignorar que toda esta literatura dialoga com os escritos de Franz Fanon (2011, p. 71)¹⁵⁴, para o qual *falar é existir*. Ele, por sua vez, também informa parte da discussão produzida nesta Parte III.

¹⁵⁵ Por conectar-se com a discussão realizada neste capítulo, vale indicar a leitura do prefácio à edição brasileira de “Memórias da Plantação”, livro originalmente escrito em inglês, a despeito da autora ter no português sua língua materna. Destaco: “[e]screvo esta Introdução, inexistente na versão original inglesa, precisamente por causa da língua. (...) Não posso deixar de escrever um último parágrafo, para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14).

Incomati, Limpopo, Zambeze. Uma cidade de brancos, não. Tinha de ser Lourenço Marques, Beira, Vila Luísa, Mocímboa da Praia. (FIGUEIREDO, 2018, p. 87).

Talvez este trecho seja a síntese do que move este capítulo. Maputo e Lourenço Marques são, de fato, o mesmo lugar? Contam com uma mesma paisagem e trajetória? São *representações*/formas de nomear um mesmo espaço ou são *histórias* diferentes que se encontram? Para tanto, esta Parte III está organizada em três seções: a primeira delas dá conta de se pensar as possibilidades do dizer e do existir em *emakhuwa*; na segunda, o que está em questão é o uso do português em Moçambique, quando do ProSAVANA e do próprio desenvolvimento; enquanto a terceira parte visa entrelaçar e tensionar as narrativas apresentadas, questionando o que emerge da fricção de mundos distintos nesta paisagem singularmente forjada como o *Sul global*.

1 Das (r)existências: conectando histórias, compondo mundos

Em 2018, em uma conversa informal com um colega pesquisador moçambicano, ele perguntou se eu já possuía contatos de tradutores para *aplicar* questionários quando chegasse ao Corredor de Nacala. Para além do estranhamento quando da minha resposta refutando o uso de questionários naquela ocasião, ele me alertou para a necessidade de encontrar *bons tradutores*, isto é, pessoas hábeis na língua, mas também conectadas ao tema da pesquisa, para garantir uma pesquisa idônea e sem as traições próprias ao encontro das diferenças (linguísticas, mas não só). Assim, obtive o contato de um rapaz, estudante de Humanidades, mas fui avisada de que as férias escolares poderiam dificultar as coisas (visto que muitos jovens retornam à casa da família ou se engajam em outras atividades). Já na instituição que me acolhia consegui os contatos de dois servidores do Serviço Provincial de Geografia e Cadastro, órgão diretamente ligado à cartografia e ao registro do uso da *terra*, que poderiam me conduzir até algumas localidades e, eventualmente, gerir também a “aplicação do questionário”. Nenhuma dessas possibilidades me parecia ideal, pois ao imaginar a cena – uma equipe chegando sem aviso nas comunidades em, pelo menos, dois carros e demandando respostas fechadas – nada me parecia mais diferente do que eu propunha fazer. Em conversa com João e Vanessa, eles sim meus companheiros de campo, decidimos buscar outras alternativas.

Já em Nampula-cidade, após reencontrarmos alguns membros da União Provincial dos Camponeses (UPC), mapeamos os lugares onde gostaríamos de ir, obtendo

contatos telefônicos de membros das comunidades junto à UPC. Faltava apenas uma maneira de chegar até estes locais: aproveitar *boleia* da própria UPC era uma possibilidade, mas eles não tinham viagens programadas para aqueles dias; ir de *chapa* pareceu demasiado incerto, pois os veículos que circulam entre distritos dificilmente entram nas cidades, de modo que nós não saberíamos os pontos corretos para descer (muito menos como sair de lá); alugar um carro me deixou insegura, pois eu era a única motorista habilitada entre nós, sem nenhuma experiência em mão inglesa, e todos nos avisavam que as chuvas exigiam uma *four by four* para vencer alguns trechos. Foi neste momento de impasse que Vanessa lembrou de um contato fornecido por uma organização da *sociedade civil* em Maputo, um motorista que geralmente eles contratam quando estão no norte e que conhecia bem as estradas da região. Mais tarde, descobrimos que ele conhecia igualmente bem alguns sujeitos-chave de nossa pesquisa, pois dirigia também para várias organizações camponesas, tendo, portanto, ótimas histórias para contar, algumas delas reproduzidas (com sua autorização) neste trabalho de tese. Quando ligamos, ele estava fora da cidade, mas se mostrou disponível para nos conduzir nos dias que sugerimos, o que implicava para ele mais um período longe de Nampula-cidade. O valor que ele nos pediu, que incluía seus serviços, o aluguel de uma caminhonete e o combustível necessário foi negociado quando explicamos que não éramos de entidade alguma, portanto nosso orçamento de estudantes era consideravelmente menor. De todo modo, a contratação deste serviço, que encaro como um privilégio, tornava impossível cogitar qualquer gasto extra com diárias para um tradutor.

Em função de nosso contato com a organização que o indicou, já sabíamos que ele era um falante nativo de *emakhuwa* e em nossas conversas ele se mostrou disponível para nos auxiliar não só dirigindo. De fato, devo reconhecer que em geral era ele quem sabia indicar locais para comermos e mesmo dormirmos, além de – ao se inteirar de nossas pesquisas – indicar alguns interlocutores, bem como a melhor hora de chegar ou sair de determinado local (“esta hora ele deve estar na *machamba*, vamos depois”). Em algumas ocasiões, quando conhecia previamente os interlocutores, ele atuava como tradutor de nossas conversas, embora, no geral, ele adotasse uma postura de “supervisão” da tradução feita por outrem: ele se afastava da roda de conversa, mas ficava atento ao que falávamos e repercutia quando voltávamos à caminhonete, inclusive acrescentando informações omitidas por aqueles que faziam as versões em português. Noutras tantas ocasiões,

sobretudo quando visitávamos empresas ou órgãos do Estado, ele nos deixava no local e depois ligávamos para que ele nos buscasse.

O que quero argumentar é que, da forma como o trabalho de campo se deu, nos encontros entre o português e o *emakhuwa*, as traduções sempre foram contingentes e não planejadas, um processo que envolvia algum participante da conversa com conhecimento nas duas línguas, seja algum parente do interlocutor, algum camponês da redondeza ou mesmo nosso motorista¹⁵⁶. Como as conversas em geral envolviam mais de uma pessoa, isso não foi uma grande dificuldade. No entanto, conforme eu me envolvia em diálogos *multilíngues*, passei a entender este encontro de possibilidades de narrar como uma grande questão, como fica patente nos escritos que recupero de meus diários de campo:

[o] papá pediu para falar em macua, seus amigos fariam a tradução. Foi muito curioso: eu não entendia as suas palavras, mas eu sentia que “sabia” o que ele dizia, tamanha a emoção na sua voz e a expressividade dos seus olhos. Tenho pensado muito nesta questão da língua e tentado anotar algumas coisas em macua, do meu jeito, mas também as palavras em português em meio às frases: “povo”, “avião”. (Trecho de diário de campo, 16 de fevereiro de 2018).

Sinto que o nosso “tradutor” não traduziu fielmente as palavras de papá. Mas não penso que por “má vontade” ou “traição”: também as limitações daquele senhor com a língua portuguesa eram perceptíveis. Como gravamos tudo, vou ver se consigo alguém que possa fazer uma versão mais completa, embora a emoção daqueles homens seja da ordem do indizível. (Trecho de diário de campo, 20 de fevereiro de 2018).

Assim, ainda que eu tivesse abdicado tanto de uma prática de pesquisa *a la Malinowski* (que exigiria, dentre outras coisas que minhas limitações materiais e subjetivas não permitiram, a fluência na língua), quanto da contratação de um tradutor profissional (que me sugere certa burocratização da pesquisa, pois “despessoaliza” demasiadamente as relações), este segundo excerto já revela a compreensão, talvez tardia, que certo domínio da língua era interessante – para além dos cumprimentos e frases que eu já aprendera. Foi assim, diante desta inquietude com o que eu “perdera” do trabalho de campo, que surgiu

¹⁵⁶ Aliás, é curioso o fato de que o motorista trazia apenas dois CDs, para que pudéssemos ouvir música ao longo das horas viajadas: um deles, que ouvimos apenas duas vezes, era do Roberto Carlos; o segundo, que ficou tocando em modo de repetição todos os dias, era uma coletânea dos principais hits do momento na região. Uma mistura de ritmos e artistas, com destaque para *marrabenta* de artistas moçambicanos como Mr. Bow e Neima, e a *kizomba* angolana de Tchobolito e Ary, cujas letras misturam português, inglês e outras línguas locais. Por esta razão, aquela sequência de músicas deu origem a várias conversas, quando perguntávamos ao motorista o que significava uma outra palavra, assim como certas gírias cujos sentidos nos escapavam. Ele não só traduzia como também produzia explicações sobre as histórias e levantava hipóteses sobre as razões das canções, conjecturando como aquilo poderia ser dito em Nampula diferentemente do que se cantava em Luanda ou Maputo. Esta situação um tanto anedótica, penso eu, já diz do quanto as possibilidades de dizer informam de uma determinada maneira de se estar no mundo, com suas especificidades e fricções.

a figura de Mohomede Saide para esta pesquisa. Já no Brasil, ao organizar o material quando do retorno, passei a conversar com este colega, que é natural de Pemba e estava cursando o mestrado em Desenvolvimento Rural em Porto Alegre, sobre o trabalho de campo ainda muito vivo para mim e, eventualmente, tirando dúvidas pontuais sobre algumas palavras e estruturas verbais. Numa dessas conversas, já não sei se eu pedi ou se ele me perguntou se eu gostaria de fazer aulas de *macua* – que, aprendi em nosso primeiro encontro, é uma maneira branca e lusófona de falar *emakhuwa*. Embora, segundo o próprio, ele não fosse professor e pela primeira vez ele estudasse de fato a língua que falava, Mohomede se esforçou para buscar material didático, construindo uma pasta compartilhada com gramáticas, dicionários e teses sobre a língua, que eu imprimi e nós usávamos em nossos encontros de estudo, os quais aconteceram duas vezes por semana, durante duas horas, ao longo de quase um ano. Ao fim desse período, traduzimos juntos as entrevistas que eu tinha gravado com trechos em *emakhuwa*, com ele me atentando para o uso de uma ou outra estrutura linguística, bem como para as variantes regionais.

Este movimento de aprendizado, devo dizer, se fez como um momento feliz do processo de confecção deste trabalho de tese e, de certo modo, diminuiu um incômodo ético que me assola face à suposta necessidade de aprender previamente a língua do Outro¹⁵⁷. Se, por um lado, pode ser interpretado como um gesto de boa vontade, no sentido que denota um esforço de compreender e se integrar aos *pesquisados*, por vezes sinto como mais uma violência, pois envolve apreender para si algo que a priori é privilégio do interlocutor, capturando-o. Isto porque, se aceitarmos a máxima fanoniana de que falar é existir, as línguas trazem consigo potência e poder: meu argumento na seção subsequente dá conta de que o português é mobilizado como forma de diferenciar e estabelecer hierarquia, logo, posso pensar que o contrário, em alguma medida, também é verdadeiro. Explico: a língua *emakhuwa* é algo tão pertencente aos interlocutores que os permitia falar de seu mundo ao seu modo – e isso incluía restringir meu acesso a certos temas e, até mesmo, falar de mim sem que eu pudesse entender. Este segundo caso, aliás, era bastante comum. Nas *machambas*, ainda que acionássemos os contatos fornecidos pela UPC de um ou outro sujeito, dificilmente conversávamos apenas com uma pessoa: quando chegávamos, em geral havia vizinhos que também queriam participar da conversa. Nesses casos, eu e Vanessa nos reapresentávamos, explicávamos quem éramos e o que fazíamos

¹⁵⁷ Vale registrar que, para Lacan, o Outro é o código, lugar do significante, do tesouro das significações (LACAN, [1957-1958] 1999). Nestes termos, a língua é sempre do Outro, pois é a condição humana do acesso ao simbólico. Ao longo deste capítulo, então, o Outro serve tanto ao português quanto ao *emakhuwa*.

lá. O que sucedia, geralmente, era uma conversa – em *emakhuwa* – entre todos os presentes na roda, uma espécie de negociação nas quais não raro compreendíamos a palavra *mucunha*¹⁵⁸. Às vezes, também era possível distinguir o nome da pessoa ou organização que nos dera seu telefone ou endereço, ou seja, a *credencial* possível para aquele momento.

Não saber entender ou falar a língua naquele momento, para mim, significou uma tentativa de não extrair do Outro aquilo que era e é seu – e é por isso que, quando comecei a estudar *emakhuwa*, esse sentimento de roubo retornou. Por vezes me perguntei se eu estava me apropriando de algo que não me cabia, incômodo que compartilhei com Mohomede em determinadas ocasiões¹⁵⁹. Não é uma questão plenamente resolvida, embora a distância entre o vivido e o aprendizado gere certo conforto.

Certo dia, quando estávamos traduzindo uma conversa que eu havia gravado em áudio, lembro que Mohomede perguntou quem era aquele que fazia as versões em português. Quando respondi ser um camponês vizinho, ele me disse que o senhor estava apresentando versões muito diversas daquelas que o interlocutor primeiro dizia: ele acrescentava informações e trazia inclusive números e datas não mencionados. Isto teria ocorrido em vários momentos, sendo um deles ao contarem das tensões e problemas que enfrentavam em seu dia a dia, quando um camponês mencionou que o receio que a comunidade então vivia. Disse o *papá*:

[a]gora, outra coisa: avião. Aquele avião trabalhava sobre a *maçaroca* (milho plantado), tanto na provincia de Nampula quanto na Zambézia, como são próximas. Porque aquilo estraga tudo e não sabemos. (Camponês. Trecho de entrevista. Localidade de Malema, fevereiro de 2018 – tradução livre).

Já a tradução realizada por seu companheiro, um vizinho de *machamba*, para este mesmo trecho trouxe outros elementos e inferências:

[n]a parte do avião, também houve problemas. O problema que está sendo criado ali são os produtos químicos: eles têm pulverizado as *machambas* da empresa e têm usado esses produtos na comunidade. Então as pessoas sempre passam mal. Com o andar do tempo, há de criar problemas sérios, há de criar doenças para a comunidade. (Camponês. Trecho de entrevista. Localidade de Malema, fevereiro de 2018).

¹⁵⁸ *Mucunha* deriva de *nkunya*, que, de forma geral, corresponde a “pessoa branca”. Esta discussão será retomada nesta Parte III.

¹⁵⁹ Guardadas as inúmeras diferenças (que passam pelo lugar, pela língua e pelas condições de existência das pesquisadoras), pude ver esta reflexão ser realizada na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) por Santa Julia da Silva. Em um grupo de trabalho sobre o fazer antropológico desde o Sul global, a investigadora apresentou seus dilemas sobre os sentimentos ambíguos envolvidos no aprendizado da língua *umbundu*, bem como a sensação de estar explorando aqueles que se dispõem a ensiná-la. Penso que as angústias que aqui narro são mais bem exploradas por Silva (2019), que se dedica à pergunta: em nome de uma “boa pesquisa”, eu tenho direito de me apropriar desta língua?

Antes disso, o tradutor acrescentou problemas não citados pelo primeiro camponês, sobretudo no que diz respeito ao uso da água por parte da comunidade, que estaria escassa e contaminada. A despeito do possível “equivoco”, gosto de pensar naquilo que dizem estas vozes não solicitadas, que generosamente oferecem seus gestos interpretativos; isto é, levar em consideração como esta figura (o tradutor) não permite circunscrição, escancarando a impossibilidade de homogeneidade e abrindo margens para possibilidades outras. Estou convencida de que pode ser rico apreender estas informações – o que é dito por cada um, desde o lugar que ocupa no diálogo – como dados entrelaçados, como as histórias e perspectivas sobre um mesmo evento se costuram e se traem, como em qualquer tradução (inclusive um texto em ciências humanas...).

No excerto acima, optei por manter em destaque – sublinhadas – as palavras enunciadas em português, algo que seguirei fazendo quando outros trechos de diálogos repetirem este fato. Como todas as línguas, o *emakhuwa* é também múltiplo e dinâmico, e no contato com outras línguas tomou para si algumas palavras¹⁶⁰, as “amacuando”, sobretudo com aquelas originárias da língua portuguesa e do *suáli*, povos que se estabeleceram com mais intensidade no Corredor de Nacala. É o caso, por exemplo, de palavras como “*rapasi*”, derivadas do português “rapaz”, substantivo que corresponde a um homem jovem, adolescente, que também pode ser enunciada como “*nanttompe*” (conforme Brown *et al.*, 2013). No entanto, há termos que não encontram correspondência alguma na língua *bantu*, pois a ideia que elas visam expressar não é da ordem do enunciável para aquela forma de habitar e narrar o mundo. No excerto acima, por exemplo, destacam-se “avião” e “província”, ideias que dão conta de uma maneira de viver, cultivar e organizar a comunidade que não encontra sinônimos naquele mundo que faz emergir o *emakhuwa* – aliás, ambos (avião e província) são parte de um lugar de existência bastante situado, calcado em uma experiência da modernidade que se traduz em tecnologias e governabilidade.

Mais do que estes termos que irrompem provocando estranhamento por se referirem a objetos ou conceitos “fora de lugar”, o que me parece interessante é outra ordem de palavras frequentemente utilizada em português por meus interlocutores: as conjunções, por exemplo, o “porque” no excerto acima. Willian James (2007) já nos alertava para a importância de, em um exercício pragmático, dedicarmos atenção ao modo

¹⁶⁰ Como lembra Barthes (1977, p. 73), “[a] linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem contra a outra. É como se eu tivesse palavras em vez de dedos, ou dedos nas pontas de minhas palavras”.

como as relações são estabelecidas; ou seja, buscarmos assumir uma atitude filosófica que preze pela *composição* da experiência do mundo, sem com isso tomar os fatos como fixos ou absolutos. É algo próximo ao que o quadro teórico que informa esta tese propõe, ou seja, descrever a rede de atores, enfatizando o caráter contingente da *assemblage*. Estou de acordo com Tomas Weber (2016) quando argumenta que a ANT por vezes peca em indicar conexões possíveis sem explorar suas nuances, algo que me parece ser suplantado pela discussão acerca dos modos de existência¹⁶¹.

Ainda que não mobilize neste trabalho as categorias desenhadas desde o AIME Project, inclusive porque o contexto em questão coloca a possibilidade de ontologias que escapam à modernidade, quero manter no horizonte a ideia de que existem formas variadas de tecer relações. Noutros termos, o que quero reforçar é a convicção de que existir no mundo (e compor com o *seu* mundo) é algo múltiplo e que nem sempre encontra denominadores comuns, como certa literatura já vem explorando – por exemplo, as quatro ontologias de Descola (2017; 2015), a cosmopolítica de Stengers (2018; 2007) e o pluriverso de De La Cadena e Blaser (2018).

Assumindo esta perspectiva e retomando aquilo que dizem alguns interlocutores, considero que as conjunções não apenas indicam que há relação, mas informam *qual a maneira de se relacionar* que está em jogo. Ainda que em *emakhuwa* esta classe de palavras exista¹⁶², quando o assunto era o *acontecimento ProSAVANA* e o aparato de desenvolvimento que ele traz consigo, os sujeitos empregavam as palavras em português. Isto sugere que o teor da narrativa – aviões com químicos e os estragos que eles vêm causando, bem como a incerteza quanto à própria capacidade do corpo de suportar a situação – exige formas de relação que se fazem por meio da mesma racionalidade que a cria: o português (que aqui é representativo de certa forma de existir moderno-ocidental).

Ainda acerca das relações e das maneiras de relacionar, sempre é tempo de mencionar a inexistência de termos, em *emakhuwa*, que indiquem separações tais como as operadas pela língua portuguesa¹⁶³. É o caso, por exemplo, da ideia de “natureza”, que não

¹⁶¹ O AIME Project (*An Inquiry into Modes of Existence*) é uma iniciativa ampla coordenada por Bruno Latour, que conta com um site (<<http://modesofexistence.org/>>) e cujos resultados já foram também publicados em livro (2012). De certo modo, se as ciências sociais se dedicam à comparação, o que o AIME propõe é um “inventário dos modernos” a partir das suas formas de existir e compor o mundo comum.

¹⁶² Conforme a gramática *Emakhuwa-Enahara*, há conjunções simples – *ni* (e), *mana* (porque), *wahari* (se não fosse), *masi* (mas), *onunkalaru* (embora) e *ehinatti/ehina* (antes de) – e compostas – *nlattu we* (por causa de) e *okhala wira* (porque) –, sendo que a segunda sofre modificações de acordo com o sujeito da oração (BROWN; BROWN, 2011).

¹⁶³ Outro corte que encontra distinção na língua *emakhuwa* é o de gênero: enquanto o português opera de forma binária separando masculino e feminino, nas línguas *bantu* a concordância gramatical responde a

encontra sinônimo nesta língua – e em praticamente nenhuma língua moçambicana, como já explorou o escritor Mia Couto (2011). Existem, é verdade, termos que correspondem aquilo que poderíamos chamar por elementos naturais, como “floresta” (*etakhwa*), “montanha” (*mwaako*) e “água” (*maazi*), além de uma extensa lista de termos que identificam animais e vegetação. No entanto, a ideia ampla de uma ordem de “coisas” que é externa aos sujeitos não encontra par na língua *emakhuwa*, o que permite inferir que não há lugar para esta separação quase sólida entre sociedade e natureza nesta forma de habitar o mundo. Daí, mais um sinal de afastamento do modo de identificação naturalista (DESCOLA, 2015), a partir do qual são *desenhados* os *projetos* que tomam forma naquele lugar.

Por esta mesma razão, é interessante observarmos os princípios orientadores que constam no Plano Diretor do ProSAVANA, sendo o último deles “Considerar a conservação do meio ambiente no desenvolvimento das atividades agrárias” (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 1-4). Assumindo a discussão posta, há espaço para que se questione que ambiente é esse, pois parece ininteligível às comunidades que experimentam o programa. Como explicam os camponeses já citados nesta seção, sua preocupação é com a água, com a terra, com a *maçaroca* - e não com uma ideia abstrata de ambiente que não pode sequer ser expressa em suas línguas. Nesse sentido, reforça-se a ideia já explorada de que o *desenvolvimento*, por meio de seu aparato, produz universais que solapam ou sufocam a especificidade. Isto é, nesta forma de composição do mundo expressa por muitos de meus interlocutores, elementos como a terra são convocados a fazer parte da relação, confundindo-se, em certos momentos, com os próprios sujeitos. O “ambiente”, então, não pode ser concebido como algo externo e administrável, como colocam os programas e o próprio aparato burocrático do Estado por meio da Lei de Terras, por exemplo: há uma espécie de *pertença recíproca* entre terra e sujeitos que não encontra ecos em regimes de propriedade (e seus desdobramentos por meio do *desenvolvimento*), questão que é discutida por Sarah Vanuxem (2018)¹⁶⁴. Em última instância, a luta por preservar a terra é uma mobilização pela própria existência, já que para os *emakhuwa* a terra e a vida estão intimamente ligadas, atuando uma sobre a outra em um agenciamento recíproco

outros gêneros (BROWN; BROWN, 2011). No mínimo, este fato já nos informa das diferentes maneiras de produzir diferença e da pluralidade possível nos sistemas africanos.

¹⁶⁴ Em sua obra, esta autora defende que as mudanças no entendimento da propriedade da terra implicam e informam também transformações na compreensão das relações entre sociedade e natureza.

(ARNFRED, 2001). Estes atravessamentos e intersecções entre terra e (determinados) sujeitos, notadamente as mulheres, devem ser mantidos em vista ao longo desta Parte III.

Nos capítulos precedentes algumas das cenas etnográficas apresentadas dão conta do cenário de violência, simbólica e material, instaurado em torno ao *acontecimento ProSAVANA*, isto é, a este amalgama de situações que camponeses e camponesas com os quais estive leem e narram como o programa de *desenvolvimento*. Estas situações passam por deslocamentos compulsórios, desvios de cursos de água e pulverização de agrotóxicos sem aviso – uma precarização da vida, em seu sentido amplo. Esta não é uma crítica que faço desde o lugar da pesquisadora que se vê no lugar privilegiado da análise (e do poder de analisar), mas é colocada pelos próprios interlocutores, que se veem atacados em sua possibilidade de existir: “[a] empresa não respeita a dignidade humana”, ouvi certa vez de um camponês, em um diálogo travado em 2018 nos arredores do distrito de Malema.

Mas certamente o diagnóstico mais duro foi empreendido por um camponês, que ao me contar as situações que sua comunidade enfrentara, disse, com um misto de revolta e resignação, a frase que intitula este capítulo: “*nós não fomos considerados pessoas*”. Sobre isto, ainda com as situações vividas no trabalho de campo em efervescência, eu pude experimentar algumas ideias em uma parceria com João (CAMANA; MORALES, 2018), as quais quero resgatar e ampliar neste momento.

Acredito que a análise feita por este camponês excede qualquer discussão que a literatura acerca dos direitos humanos proporciona, pois de certo modo o que este sujeito reclama é a possibilidade de existir. De fato, o *acontecimento ProSAVANA* permite que as comunidades elaborem e narrem experiências de violação que perduram no tempo, não se circunscrevendo a este programa de *desenvolvimento*. Acredito que o trecho a seguir traz pistas a serem mais bem observadas: trata-se da resposta que obtivemos quando, em uma conversa com determinada comunidade, pedimos que nos contassem como foi a chegada da empresa naquele lugar.

Aquele branco fez a plantação no tempo do colono, mas ele aqui encontrou pessoas nascidas e nossos pais que nos nasceram. Então, a hora que aquele branco começou a plantação, falou com o governo português – os administradores e os régulos foram os intermediários. O dono disse que queria trabalhadores, mas as pessoas tinham seus cajueiros: com quem eles ficariam? E dentro das propriedades existiam sete currais e 1.500 animais. E antes de começar a cultivar, tinha que falar com a Agricultura [o SDAE] e nós não sabíamos qual o assunto que foi falado com a Agricultura. Não se sabia qual a delimitação, onde começava uma e a outra coisa, em qual quilômetro. Mas como estamos a fugir disto... fugimos desta forma e fomos para longe (...). Então, depois, este governo, a FRELIMO, disse “êpa, os brancos que se vão” [remetendo ao processo

de independência]. E os brancos foram. E aquelas pessoas levaram suas coisas. E nós ficamos. Mas, mais tarde, aqueles brancos começaram a retornar um por um. A voltarem para aqui mesmo. E nisto apareceu aquela criança, o filho [do antigo colono]. E eles disseram que vieram na conta do colono e começaram ali mesmo a fazer as coisas sem que nós soubéssemos como seria ou de que forma seria feito. Prontos. Até que aquilo chegou nas nossas mãos [ao nosso conhecimento] e dizem que temos que fazer documentos. Então, aquele branco nos arrancou da nossa terra, porque ele ocupou 2.800 hectares. Nós pedimos¹⁶⁵ que ele dividisse a terra: que uma parte ficasse com a população, para fazer seus trabalhos, e ele também teria a sua parte para sua *machamba* e para fazer os seus trabalhos. Mas nós não tivemos resposta até agora. Os que ficaram ali são os filhos, porque o próprio dono já faleceu: era o patrão branco e a mulher, só os filhos grandes é que ficaram. (Camponês. Trecho de entrevista. Localidade do distrito de Ribaué, fevereiro de 2018 – tradução livre).

Esta comunidade vivencia a supressão das terras onde costumava viver e talvez seja a única das visitadas por mim na qual este processo pode ser conectado diretamente à implementação do ProSAVANA, já que existem documentos públicos que indicam o financiamento, por parte do programa, da empresa que atualmente ocupa a área. De fato, o proprietário do empreendimento é neto do colono português que vivia naquela região e que, por ocasião da independência (“êpa, os brancos que se vão”), regressou à Europa. Cumpre lembrar mais uma vez que a terra em Moçambique independente não é propriedade privada, então, em tese, não existem mecanismos que permitam ou garantam a retomada daquele espaço por parte dos descendentes, pois estes não possuem direito algum sobre o lugar – inclusive porque, como traz o excerto acima, “E os brancos foram. E aquelas pessoas *levaram suas coisas*”. De certa maneira, este caso específico me faz ler com outra disposição aquilo que numerosos integrantes da *sociedade civil* moçambicana argumentam: o ProSAVANA é uma nova face do colonialismo.

Esta dimensão de continuidade se apresenta na ideia de um tempo que se repete e se renova por meio da experiência desenvolvimentista, mas não só. Chama a atenção, já na primeira frase enunciada por este interlocutor: “aquele branco fez a plantação no tempo do colono, mas ele aqui encontrou pessoas nascidas e nossos pais que nos nasceram”. Aqui retomo o caráter relacional da existência, já explorado no segundo capítulo desta tese, de que a ancestralidade importa, o que se revela quando ele faz questão de mencionar aqueles que “o nasceram”, reforçando o fato de que a linhagem produz sentido naquele contexto,

¹⁶⁵ Mohomede me alertou para o fato de a escolha do verbo empregado ter um sentido de subalternidade, não correspondendo a uma negociação simétrica. Isto é, trata-se de um “pedir” cuja tradução está perto de termos tais como “implorar” ou “suplicar”. Penso que detalhes como estes informam a maneira de existir e se relacionar em questão.

pois a partir dela que se sabe quem se é ou pode ser¹⁶⁶. Esta ideia encontra ecos no fato de que dificilmente, em *emakhuwa*, a palavra “terra” vem acompanhada do possessivo no singular (“minha terra”), pois a terra pertence conecta-se àqueles que vieram antes, não sendo entendida como um *objeto* a ser possuído: a terra, naquele lugar, traz entranhada em si redes de relações que atravessam o tempo presente. Aliás, é comum escutar em conversas e especialmente em cânticos a expressão *axinene arivava*, que pode ser traduzida como “os donos da terra estão aqui” ou então “os verdadeiros donos da terra”, demarcando diferença entre aqueles que lá estão e sempre estiveram, os *emakhuwas*, daqueles cuja presença é contingente – algo também expresso quando o camponês explica: “[e] os brancos foram. (...) E nós ficamos”. É digno de nota também que o próprio termo *emakhuwa* é o plural de *nikhwa*, do qual provavelmente deriva: este significa algo como “grande extensão de terra”/“sertão”/“selva”/“deserto”, de acordo com Mattos (2018). Nomear hoje um grupo étnico¹⁶⁷ de tal modo não me parece um simples deslizamento do termo e quero manter isto no horizonte de discussão.

À sua maneira, quando aquele primeiro camponês indica que não foi considerado uma pessoa, ele nos lembra de que o *desenvolvimento* opera justamente apagando os sujeitos e os lugares menos desejáveis¹⁶⁸. As perspectivas clássicas nas humanidades (MAUSS, 2003) sugerem que a compreensão de “pessoa” implica dois movimentos: um que circunscreve o sujeito, enquanto o outro ressalta os vínculos para além de si. Ou seja, é pessoa aquele que se sabe ator inserido em uma trama; definição que coloca em marcha a separação entre indivíduo e sociedade. No entanto, ao preconizar *relações sociais*, esta dualidade não necessariamente dá conta do contexto empírico aqui descrito – a exemplo do que é explorado em experiências etnográficas com seres compostos melanésios

¹⁶⁶ Interessante notar que a própria noção de *comunidade* é expressa por meio do termo *mutthetthe* (no plural, *mitthetthe*). Greffray (1990) atenta que o termo remete, na verdade, à casa, à convivência de três gerações, portanto, à linhagem e à ancestralidade.

¹⁶⁷ Talvez já um pouco tarde neste trabalho, acho importante registrar a compreensão de que não se trata de um grupo étnico-linguístico unívoco, nem desprovido de fluxos e historicidade. A própria constituição dos macuas enquanto grupo é um tópico recente e que merece ser observado à luz da historiografia, que dá conta das relações travadas no norte-moçambicano ao longo dos séculos entre reinos marave, suaílis, etc. Sobre a formação de grupos étnicos em Moçambique pré-colonial, há estudos clássicos de Rita-Ferreira (1986); especificamente sobre os grupos macuas no século XIX, ver Mattos (2018). Assumo, então, que a identidade étnica é permeada de entrelaçamentos e atritos, sendo, portanto, uma categoria socialmente construída (e em disputa). Espero que o presente trabalho contribua para a compreensão de alguns dos encontros entre certos grupos marcados por etnicidade *emakhuwa* e as formas de existência instauradas pelo *desenvolvimento* expresso pelo ProSAVANA.

¹⁶⁸ Aliás, assumindo que o nosso nome é um dos elementos que nos tornam pessoas, é por isso que a decisão de não mencionar os nomes de meus interlocutores, já argumentada no capítulo 1, foi tão dura.

(STRATHERN, 2017), corpos-pessoas no chaco argentino (TOLA, 2012) ou da fabricação de corpos ameríndios (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). A literatura contemporânea, então, traz pistas para que compreendamos que o processo de produção de uma pessoa pode exceder as relações sociais. De fato, as relações que os sujeitos travam com atores como espíritos ancestrais, montanhas ou florestas, informam pessoas em movimento no espaço e no tempo. No contexto em questão, o caso dos espíritos é emblemático, já que depois da morte os antepassados adquirem formas não materiais e, portanto, ubíquas (ARNFRED, 2001; GEFFRAY, 1990). Tal presença, estou convencida, é absolutamente constitutiva das pessoas *emakhuwa* – e pode ser apreendida por meio da presença da ancestralidade nas narrativas dos sujeitos. Mantenhamos isto em mente.

Ainda muito instigada pela assertiva daquele camponês – não ser considerado uma pessoa – em minhas incursões pelas línguas *bantu* dei-me conta de que a própria língua traz em si algumas pistas: *bantu* significa “pessoas” ou “somos pessoas”. Conforme Saguata (2017, p. 30): “[v]ariações dessa palavra aparecem em todas (ou quase todas) as línguas *bantu*, como: *maconde* (*wantu*), *ndau* (*wathu*), *cicewa* (*anthu*), *elomwe* (*athu*), *shangana* (*vanhu*)”. Se em *emakhuwa*, “*atthu*” corresponde a pessoas (no plural) ou mesmo povo, quando busco pelo singular há uma dupla possibilidade: “pessoa *s. ntthu* / pessoa branca *s. nkunya*” (BROWN *et al.*, 2013, p. 147).

Esta clivagem produzida pela própria língua me faz crer que o reivindicar existência, processo complexo por si só, adquire outras nuances diante do Outro, neste caso, do *nkunya*, palavra que tanto ouvi enquanto caminhava pelas ruas de Nampulacidade e mesmo nas comunidades do interior da província. O que cumpre registrar é que, face ao acontecimento *ProSAVANA*, que mobiliza tantos elementos (materiais e subjetivos), os *nkunya* não têm dúvidas de sua existência legítima, tanto é que é a eles (e, portanto, também a mim) que aqueles que não têm o mesmo privilégio o reclamam. Acho que aqui vale explorar um pouco mais o termo, o qual, em minha interpretação, é mobilizado desde um ponto de vista relacional.

Nkunya é, por definição primeira, *branco*, aliás, *pessoa branca*. Buscas dão conta de que deriva do termo *mukunha*, um tipo de abóbora branca, o que me faz inferir o deslizamento de sentido desde algo que é inicialmente da ordem da materialidade, a cor branca, um *adjetivo*. Porém, ainda que *nkunya* dê conta de um marcador de diferença que se expressa no corpo, em minha experiência não é à cor branca que se refere, mas ao sujeito

branco, convertendo-se assim em um *substantivo*. No entanto, há outra ocasião na qual o termo é utilizado, como bem me alertou Mohomede em nossos estudos da língua: é uma maneira de identificar alguém que ocupa outro lugar na estrutura social, sobretudo ocupantes de lugares de poder. Neste caso, não importa se o sujeito tem o corpo marcado pela branquitude (material), pois ele já está embebido de outros elementos de diferença. Tem a ver, portanto, com autoridade, a qual é inteiramente relacional. Mais uma vez, o *nkunya* aqui é apenas indicativo da condição do sujeito e não uma maneira de qualificar (pejorativamente ou não), o que corrobora para o argumento de que *nkunya* é uma palavra de ordem substantiva. No entanto, o que cabe discutir é a maneira pela qual branquitude e poder se atravessam e interpelam no contexto moçambicano, a ponto de um mesmo termo em *emakhuwa* dar conta de ambos¹⁶⁹ – e isto será desdobrado na próxima seção.

2 Português: da colonização à mundialização

Ao longo da viagem em direção ao oeste de Moçambique, não só as paisagens se modificavam, mas também os mercados locais. Cruzamos diversas localidades, nas quais camponesas insistiam para que provássemos e comprássemos os mais variados produtos: o motorista de nossa caminhonete, fazia diversas incursões por estes lugares, sempre negociando valores e quantidades; ao fim, colocava as mercadorias adquiridas na caçamba e, feliz com os bons negócios, nos revelava que não conhecia quem fizesse por preço menor na região de Nampula-cidade, de forma que era necessário aproveitar. Com o passar dos dias, o bagageiro foi acumulando sacos de 20 quilos de feijões e outros grãos, além de batatas e outros itens, que em nosso último dia de viagem deixamos na casa de sua mulher e filhas, a alguns quilômetros de Nampula. Certa feita, ele comprou também algumas galinhas vivas, colocando-as em um gradil previamente preparado na caçamba – para meu desespero, já que temia pelo sofrimento dos animais em um trajeto tão longo, abafado e íngreme; mesmo nós, utilizando cintos de segurança, muitas vezes trepidávamos nas

¹⁶⁹ As formas de denominação do “branco” (enquanto Outro da relação) pelos “nativos” é, aliás, tema corrente na literatura etnológica, pelo menos naquela dedicada aos povos ameríndios. Lembro aqui do *yanomami*, para os quais os brancos são “*nape*” – mesmo termo utilizado para designar os inimigos (KOPENAWA; ALBERT, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Nomeia-se, portanto, desde uma relação que se estabeleça, o que gera deslizamentos nos sentidos dos termos até que estes, quiçá, se estabilizem. Tanto entre os *yanomami* (*nape*: branco/inimigo) quanto entre os *emakhuwas* (*mucunha*: branco/chefe), cabe a ressalva de que não se trata de uma partição dual, mas há uma permanente tensão diante da possibilidade de devir-Outro.

estradas de chão, batendo os corpos. Assim, na primeira vez em que estivemos em determinada comunidade entre Malema e o Gurulé, o motorista deixou os animais por alguns dias junto à família, a fim de garantir sua sobrevivência e saúde no período.

Dias depois, voltando da Zambézia, passamos mais uma vez na casa e conversamos novamente com o *papá*, apresentado na seção anterior, desta vez acompanhado pelo agente de advocacia local, que, ao saber de nossa nova visita, quis se fazer presente e contar ele próprio acerca da situação da comunidade. Na ocasião, além de fazer as vezes de tradutor, ele nos entregou uma carta em nome da comunidade, pedindo que entregássemos a uma entidade sediada em Maputo – a mesma instituição, aliás, na qual obtivemos o contato do motorista que agora nos conduzia. Ele, que também é camponês, nos permitiu ler a carta, toda escrita em português em uma folha de ofício, onde dava notícias da comunidade. Em poucos parágrafos estavam descritas tensões com um produtor de médio porte da redondeza, que proibira a entrada de pessoas em suas terras, bem como lamentavam a destruição de três *machambas* de milho em função da barragem de água que uma grande empresa agrícola de monocultivo de soja e algodão, diretamente ligada por meus interlocutores ao *acontecimento ProSAVANA*, empreendera na região. Por não conseguirem apoio efetivo junto às autoridades locais, eles apelavam àquela instituição sediada em Maputo. Em nossa conversa, ele e os outros camponeses retomaram as situações problemáticas que expunham na carta, ainda que tivéssemos explicado que não pertencíamos à instituição que receberia suas demandas.

Ainda na sombra do cajueiro, nos organizávamos para seguir viagem: o motorista aguardava pelas galinhas que as crianças menores haviam ido resgatar; João jogava futebol com os meninos, trocando passes com uma bola de meia improvisada; eu e Vanessa agradecíamos mais uma vez pela recepção generosa e garantíamos ao agente de advocacia local que faríamos de tudo para que sua carta fosse entregue em Maputo assim que retornássemos à capital. Olhando a carta que então segurávamos, ou seja, a *palavra escrita*, *papá* nos olhou e falou em *emakhuwa*: “eu nunca mais assino nenhum papel”. O agente comunitário traduziu e complementou: “ele já perdeu muitas coisas”.

No caminho para Malema, onde dormiríamos naquela noite, o quase sempre quieto motorista puxou a conversa: “se vocês soubessem a história desse *papá*?!”. Como ficamos curiosos, ele passou a nos confidenciar que frequenta sua casa há muitos anos, sobretudo junto à entidade de Maputo que eventualmente o contrata como motorista na região; esta proximidade era realmente perceptível na forma como conversavam e mesmo

na questão do alojamento das galinhas, um ato de confiança mútua. Por ser um líder daquela comunidade, ele informou, é ao *papá* que organizações sociais, empresas privadas e mesmo certos setores do Estado se dirigem quando chegam à região, a fim de que ele ofereça a mediação necessária entre os vizinhos e, mesmo, atue na tomada de decisões coletivas. No entanto, este *papá* não fala português, o que implica a presença de alguém que atue como tradutor. Muitas vezes, as entidades vão com funcionários fluentes em *emakhuwa* de modo que negociações são todas realizadas nesta língua. O mesmo, porém, não acontece com documentos.

Os papéis onde acordos são feitos e desfeitos empregam a língua oficial, qual seja, o português. Sem que haja uma versão traduzida, confia-se no que foi previamente estipulado; no entanto, na experiência de *papá*, os documentos que ele assinou não traziam o combinado, mas decisões que o lesavam de alguma maneira. O que ele e seus amigos me contaram, ratificados pelas histórias do motorista, é que, nas situações conflitivas nas quais a comunidade se vê implicada, mais de uma vez eles perderam terras nas quais viviam – ou, nos termos dos documentos, *cederam*. O último caso havia ocorrido há pouco tempo, quando uma empresa próxima lhes prometeu tratores comunitários, a fim de auxiliar na produção: os tratores nunca chegaram, o despejo, sim.

Quando, já em Maputo, compartilhei esta história com uma pessoa ligada a uma instituição da *sociedade civil*, justamente aquela para a qual o agente de advocacia da comunidade enviara uma carta, obtive impressões distintas das minhas próprias:

[q]uando eles dizem que chegaram as máquinas e foram expulsos, não é bem assim. Eles aceitaram o dinheiro, depois viram que não era suficiente. Eles realmente aceitaram, eles não foram expulsos a força. Ainda assim, chamamos aquilo de usurpação de terras, porque davam menos de 50 dólares e diziam “vá com sua família toda fazer uma nova vida”. Ninguém faz uma nova vida com esse dinheiro. (Membro de organização da sociedade civil parceira dos camponeses. Trecho de entrevista. Maputo, março de 2018).

Ou seja, enquanto camponeses argumentavam terem sido prejudicados em acordos que não se realizaram conforme o combinado, esta pessoa vinculada a uma organização da sociedade civil, com sede em Maputo, apresentava outra perspectiva. De acordo com ela, há que se ter em mente que camponeses pauperizados aceitam acordos que lhes são completamente danosos, pois assimétricos – e só quando se veem sem terras se dão conta da má escolha. É aí que recorrem às entidades parceiras, tal qual esta que me recebia para uma entrevista em março de 2018. Como ocorreu em diversos momentos em campo, me vi em dúvida. No entanto, ainda que tenha demorado mais do que o desejado,

a angústia se dissipou quando lembrei que a trajetória do *acontecimento* que aqui narro não é unívoca, mas permeada de disputas, expectativas e experiências. Nesse sentido, não se trata de buscar qual das narrativas é “*verdadeira*”, mas de refletir sobre o que cada uma destas linhas de história em fricção permite explorar.

Quando penso naquilo que *papá* diz, é possível argumentar que, na experiência deste sujeito e, por conseguinte, de sua comunidade, *a palavra escrita trai*. Aqui quero expandir esta compreensão e sugerir que não se trata de uma divisão entre o dito e o escrito, a qual é explorada por literaturas várias, destacando-se a célebre obra de Jacques Derrida (1973), cuja crítica ao grafocentrismo é comumente desdobrada e deslocada por investigadores que se dedicam a tradições orais – de maneira especial as africanas e afro-americanas. O que, quiçá, esta cena etnográfica nos informa (para além de um projeto de violência, o qual não pode ser esquecido) é que as línguas permitem modos de existência múltiplos, que se revelam *inclusive* nas possibilidades de dizer e escrever.

A organização da sociedade civil argumenta que a comunidade em questão – que experimentou e vem vivenciando de forma sistemática a usurpação de terras – não é apenas espectadora de sua vida, mas eventualmente se engaja em acordos e negociações. Mas estes sujeitos sabem o que está em jogo? Se assumirmos, conforme a entidade sugere, que há uma compreensão mínima de que é a possibilidade de estar na terra que se negocia, resta a dúvida de, se de algum modo, podemos pensar em um uso tático da diferença linguística, isto é, um simulacro de incompreensão que permite expressar suas demandas que noutras ocasiões não seriam ouvidas. Ainda que aceite que em algum grau esses camponeses sejam protagonistas das transações, fazendo escolhas que deem conta de suprir suas urgências (ou seja, optar por somas em dinheiro no lugar de permanecer na terra), há que se considerar a assimetria dos acordos. Como também alerta a interlocutora citada, cinquenta dólares não são nada diante daquilo que está sendo cedido. E tal distância entre os atores não apenas passa pela língua empregada, como também nela se ancora para ampliar o afastamento entre os que negociam, ainda que ambos os lados, cada qual a seu modo, se façam valer da possibilidade de incompreensão que está sempre posta.

Se o português é a língua “dos negócios” e “do desenvolvimento”, minha experiência informa que é também o idioma que remete a outro acontecimento da modernidade: a guerra. Em dado momento do trabalho de campo, passei a anotar palavras e expressões utilizadas em português, como mencionei na seção precedente; de forma semelhante, comecei uma espécie de inventário de expressões e figuras de linguagem que

se repetiam nas falas de meus interlocutores. Chama a atenção, pela repetição e pelo efeito que a enunciação produz, o uso constante de termos que remetem ao combate, seja em sentido amplo ou ao campo de batalha em si.

Na já citada reunião entre líderes comunitários, representantes de instituições da sociedade civil e membros do Estado moçambicano, estes últimos discutiam a ausência de determinadas localidades naquele encontro e no próprio projeto de mapeamento de terras. Conforme mencionei na Parte II deste trabalho, apesar do convite ter sido feito reiteradas vezes, os camponeses não compareceram e igualmente não aceitaram que suas terras fossem adentradas pela equipe enviada. Isto tudo gerou uma situação de tensão entre os “técnicos” e os “políticos” do SDAE, que contavam de alguma maneira com a parceria junto às instituições, estas financiadas pela cooperação internacional com países europeus. Disse o diretor do SDAE, em distintos momentos do encontro: “[n]ós vamos cercar eles (...). Eles [as comunidades] vão acordar mais tarde, nós vamos vencer (...). Nós vamos semear guerra se vocês abandonarem o distrito”.

O modo como algumas vezes este político se referia às comunidades sob sua competência dava a entender que a recusa em participar do mapeamento das terras comunitárias soava para ele como uma desfeita pessoal, ainda que causada pela ignorância dos sujeitos (afinal, camponeses aludiam ao medo de perder terras). As frases acima dão indicativo desta compreensão, pois trazem em si uma ideia de sítio e estratégia própria ao combate, mas foi quando ele falou na primeira pessoa do singular que a ideia de guerra saltou com mais força: “eu me sinto um sapador¹⁷⁰!”.

Narrar-se como um sapador – isto é, um desarmador de bombas – parece ser adequado em um local que, de acordo com outro interlocutor, é “um barril de pólvora”. É também condizente com o fato de que a região na qual estávamos (o oeste do Corredor de Nacala) há poucos anos havia se livrado de minas terrestres¹⁷¹. Há algo então de continuidade, de um acontecimento – a guerra – que nunca se encerra por completo, pois ainda existem bombas por desarmar (nos sentidos literal e alegórico). Além disso, traz algo de heroico e de estratégico para um sujeito que se vê fazendo as vezes de um sapador, trabalho que exige perícia e coragem, características que I. aqui atribui à atuação política:

¹⁷⁰ Na estrutura militar, sapador é o nome dado ao soldado responsável por executar atividades de minagem e desminagem de um terreno. Mesmo quando do fim oficial das guerras, sapadores ainda atuam por um longo período, identificando campos minados e desarmando bombas.

¹⁷¹ Moçambique declarou, em 2017, ter encerrado o trabalho de desminagem, tendo desarmado mais de 300 mil minas. À época, o feito foi destaque na imprensa. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/09/apos-mais-de-duas-decadas-mocambique-se-declara-livre-de-minas-terrestres.html>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

há que “desarmar” a população, acercando-a com cuidado para que ela aceite (e deseje) o *desenvolvimento* prometido.

Mas, cabe dizer, não só este político falava desde estas figuras de linguagem e palavras provenientes do campo de batalha. Camponeses, em variadas ocasiões, ao comentarem o acontecimento ProSAVANA em suas vidas, recorriam a um léxico do conflito. “Aí começou a guerra”, falou certa vez um deles quando narrava a disputa em torno às terras onde vivia para uma empresa de monocultivo de soja. Termos como “lutar”, “perder” e “vencer” são repetidos em entrevistas e conversas informais e de certa maneira me dou conta de que permeiam também esta monografia, a qual explora o caráter conflitivo do acontecimento aqui descrito. Convencida sobre o valor da guerra para compreender aquilo que me diziam, mas ainda incerta se seu sentido era metafórico ou metonímico, escrevi em meu diário de campo, em 12 de março de 2018: “não sei se é uma lembrança ou um prenúncio”. Ainda que as tensões existentes justificassem certo temor, penso que a guerra é uma presença espectral para a maior parte dos sujeitos com quem estive. Seja a violenta guerra da libertação (1964-1975), ou a guerra civil protagonizada por RENAMO e FRELIMO (1977-1991)¹⁷², é difícil encontrar alguém que não tenha alguma história para contar. Aliás, não só os sujeitos dizem das guerras, mas também lugares e objetos: basta um olhar interessado para localizar prédios em estado de abandono ou depredação e perceber que se tratam de construções do período colonial. Assim como situações que parecem insólitas, como, a quase 300 km de distância da Nampula, encontrar um tanque de guerra abandonado, fazem com que o real irrompa: o país vive em paz não faz nem três décadas.

Mas falar da guerra exige lembrar de algo ainda mais entranhado e que luta armada alguma consegue extirpar por inteiro – o colonialismo. Da forma como proponho entender, informada pelos escritos de, dentre outras autoras e autores, Fanon (2011) e Kilomba (2019), o colonialismo excede o fenômeno datado da colonização: trata-se de um processo que se estende no tempo, implicando uma forma de administração específica de alteridades. Nesse sentido, está em jogo não apenas a disciplinarização – ou a aniquilação – dos corpos, mas das relações que sujeitos travam com o ambiente. Isto é, o colonialismo não é jamais uma forma de dominação que se dá *apenas* sobre territórios. E na captura de subjetividades pela qual ele opera, a língua tem um caráter inescapável, pois é também por

¹⁷² Sobre a guerra da libertação e a construção da identidade nacional moçambicana, sugiro a leitura de Cabaço (2009). Já acerca das tensões que a sucederam, isto é, a estratégia de desestabilização que logo deságua em uma violenta guerra civil, indico a obra de Geffray (1991).

meio dela que os sujeitos se constituem. Mais uma vez, a reflexão de Gloria Anzaldúa (2009, p. 312) é preciosa ao afirmar: “[a] identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne – eu sou minha língua”. E as possibilidades de identidade foram duramente atacadas, em um processo que ainda encontra ecos.

Durante o período colonial, Portugal registrou algumas normativas, dispondo como deveria se dar a vida nas colônias. Para além da organização do trabalho e regulamentação dos contatos, dentre outras questões, os documentos (e as práticas) do período colonial promoviam uma separação dos sujeitos por meio da etnicidade: indígenas e não indígenas¹⁷³. Enquanto os primeiros gozavam do “privilégio da cidadania”, os segundos viviam em uma espécie de *não lugar* (MENESES, 2009), experimentando a nacionalidade moçambicana de forma ambígua, pois privada de direitos. Essa condição se assentava em um regime próprio aos indígenas, isto é, os nativos das colônias, cuja expressão mais bem-acabada é o Estatuto do Indigenato (e as regulamentações a ele relacionadas), vigente até meados dos anos 1960 nas colônias portuguesas¹⁷⁴. Nele constavam violentas interdições e concessões aos “indígenas”, bem exploradas pela literatura citada, mas quero chamar a atenção para um item específico: a possibilidade de “perder a condição de indígena e adquirir a cidadania” – tornando-se, assim, um “assimilado”. Dentre outros critérios (idade, situação regularizada com a justiça etc.), exigia-se o domínio da língua portuguesa¹⁷⁵.

Outros autores (CABAÇO, 2009; MENESES; PERIN, 2018) nos convidam a pensar como, no contexto do colonialismo, Portugal centrava no trabalho uma “missão civilizadora”: pela necessidade de mão de obra de ocupação do território, o governo central “concedia” a cidadania a certos sujeitos, ainda que se trate de uma cidadania diversa

¹⁷³ Como esta discussão foge ao escopo deste trabalho, ainda que produza desdobramentos em minha argumentação, não explorarei a evolução da categoria “indígena” no contexto moçambicano. Sobre este assunto, sugiro: Cabaço (2009), Macagno (2009) e Meneses (2009; 2010). Além disso, de modo ainda mais conectado à reflexão aqui proposta, indico o trabalho de Vanessa Perin (2018) sobre a constituição da identidade camponesa em Moçambique e suas relações com classificações do período colonial.

¹⁷⁴ No entanto, esta diferenciação já era registrada desde os primórdios da ocupação portuguesa. Antes da promulgação do Estatuto do Indigenato (em 1928), o advento do Código de Trabalho (1899) já ensaiava as possibilidades e interdições de cada “categoria”.

¹⁷⁵ Este processo de tornar-se assimilado, aliás, sempre me remete ao romance “O alegre canto da perdiz”, de Paulina Chiziane ([2008] 2017). Nele, a autora narra os dilemas e desencontros de Delfina, mulher negra que de certo modo busca “eliminar sua raça”. Não menos importante é ao arco de José dos Montes, negro cativo que, por amor, aceita assimilar-se – não sem sofrimento e angústia: “[c]olonizar é mesmo isto. Desviar o curso do rio. Matar de sede os peixes, as algas e os corais. José mergulha na nova corrente e afoga-se entre as folhagens das algas. Por amor, julga ele. Mesmo sem amor as comportas se fecham, quem resiste, morre. Colonizar é fechar todas as portas e deixar apenas uma. A assimilação era o único caminho para a sobrevivência.” (CHIZIANE, 2017, p. 123). O livro também foi especialmente interessante neste processo de pesquisa por ser ambientado no mesmo lugar onde hoje acontece o *ProSAVANA*, notadamente a Zambézia.

daquela que seria inerente aos brancos. O que quero sugerir é que não só as desejadas formas de produzir (isto é, de tornar mão de obra), trazem em si valores, sejam eles cívicos, religiosos ou éticos, mas este apagamento étnico passa também pelas formas de dizer aceitáveis, qual sejam o português. Ao abrir mão de narrar a si e ao seu lugar da forma como sua própria língua permitiria – seja ela o *emakhuwa*, o *maconde* ou o *changana*, dentre outras –, o indivíduo *assujeitava-se*. Ou seja, ao se submeter ao Outro, tornava-se, enfim, um sujeito; nos termos na legislação até então em vigor, *assimilava-se*.

Por óbvio, o violento processo de assimilação não permite considerações tão levianas. Ainda que fujam ao escopo deste trabalho, a primeira ressalva necessária é de que evidentemente não se tratava de uma escolha simples ou dada, mas, muitas vezes, da única maneira de tornar a vida menos insuportável. A segunda advertência que se impõe é de que, apesar de um desejo da metrópole neste sentido, assimilar-se não implicava um renegar étnico. Não é como se as relações previamente estabelecidas e o sentimento de pertença identitária evaporassem quando desta dura escolha – embora o cerceamento vivido contribuísse para sufocar tais questões. Ainda nesta esfera, cumpre dizer que, por mais que o desejo colonizador desse conta de que o sujeito abrisse mão de si, nunca foram oferecidas ao assimilado as condições objetivas e subjetivas para tanto. Em parte, isto se justifica na compreensão de que esta categoria não era tomada a partir do sujeito, mas da comunidade (CABAÇO, 2009).

Na sociedade colonial, portanto, as diferenças étnicas eram observadas de forma homogênea e dual: os não brancos eram considerados todos indígenas *a priori*, ignorando-se as distinções outras, bem como alianças e tensões pré-existentes. Se antes da guerra este projeto de apagamento do Outro pressupunha uma homogeneidade, na sociedade recém-liberta foi justamente a ciência da diversidade que impôs a língua portuguesa.

“Matar a tribo para formar a nação¹⁷⁶”, frase que ouvi incontáveis vezes quando do trabalho de campo e que deu origem a diversas reflexões acadêmicas, afinal, implica justamente em eclipsar possibilidades de identificar-se e narrar-se – em última análise, de existir. A máxima é atribuída ao presidente Samora Machel, presidente da FRELIMO e primeiro presidente de Moçambique independente, cujas reflexões convergem na construção retórica do “homem novo” que formaria a nação. Esta nação que emergia, no entanto, no processo de forjamento de uma identidade coesa, obliterou identidades já-lá,

¹⁷⁶ De acordo com Macagno (2009, p. 21), a máxima tem origem no discurso de Samora Machel, nos anos de 1970, quando o então presidente enunciou: “[u]nir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação”.

revelando um descompasso entre os desejos dos sujeitos e as aspirações do novo Estado nacional. A língua, mais uma vez, é um objeto a ser disciplinado, uniformizado – agora não mais pela máquina colonial, mas pela aspiração “civilizadora”. Nesta construção do novo sujeito, para além das narrativas e formas de se narrar estimuladas, é interessante ao argumento aqui ensaiado notar também as interdições. A fim de constituírem-se como povo, os sujeitos deveriam abandonar todas as formas de “obscurantismo”, isto é, ritos, símbolos e relações tradicionais, que já haviam sido previamente desestruturados pela experiência colonial e pela organização do movimento nacionalista (CABAÇO, 2009). O que não quero perder de vista é que as práticas condenadas dizem de uma estreita relação dos sujeitos entre si e, sobretudo, com elementos de natureza. Ou seja, eram as possibilidades de experimentar os ambientes, compondo mundos diversos, que passaram a ser eclipsadas e perseguidas. Algo que “projetos de desenvolvimento”, por meio de outros mecanismos, seguem fazendo.

Se um documento vigente até 1961 diferenciava indígenas e cidadãos, há que se pensar que tal divisão possivelmente ainda opera efeitos no mundo. Como Vanessa Perin (2018) bem alertou, para além de outros aspectos é relevante para a reflexão aqui empreendida o fato de que “indígenas”, em grande medida, eram camponeses. Assim, em que se pese o fim do Estatuto do Indigenato e, posteriormente, do regime colonial, há algo de continuidade entre a condição de não lugar experimentada pelos sujeitos ao qual o direito de existir foi violentamente negado. Ao assumir esta premissa – o colonialismo como processo de supressão do Outro cujos efeitos materiais e simbólicos não se encerram com o fim do regime de dominação –, estou convencida de que a súplica pelo seu direito de ser pessoa de meu interlocutor apresentada na seção anterior talvez seja em muito tributária desta condição de exclusão que foi imposta a ele e aos seus até a década de 1960, que, quando da independência, repercutiu na “construção da nação”.

Assim, ao “puxar” a linha da língua portuguesa neste emaranhado de histórias, tornou-se possível identificar uma espécie de *continuum*: no contexto moçambicano, o português foi a língua da colonização e, conseqüentemente, foi a “língua de civilização”. No pós-independência, com a emergência de programas desenvolvimentistas que o empregam, penso que o português pode ser assumido como “língua da mundialização”, isto é, como elemento que perpassa e impulsiona estas composições sempre instáveis e contingentes que outros poderiam chamar de *desenvolvimento* (TSING, 2005). Na seção a seguir, portanto, quero manter isto em mente para discutir as expectativas e recomposições

criadas em torno do *acontecimento ProSAVANA* quando este é narrado como um programa de *cooperação Sul-Sul*, desdobrando algumas implicações de se singularizar “o Sul”, seja na língua, nas relações internacionais ou na teoria sociológica.

3 A língua do *desenvolvimento*: efeitos do léxico do *acontecimento ProSAVANA* no norte moçambicano

Em Moçambique, tive a oportunidade de conhecer jovens profissionais de todos os continentes, a maior parte deles envolvida com a “cooperação”. Para além de mochileiros rumo à Ilha de Moçambique, o albergue onde eu, João e Vanessa vivemos em Nampula-cidade era frequentado, sobretudo, por pessoas vinculadas a entidades estrangeiras, provisoriamente em solo moçambicano para levar a cabo *projetos de desenvolvimento*. Foi em encontros fortuitos na varanda que obtive contatos de sujeitos e instituições que posteriormente entrevistei na confecção deste trabalho de tese, além de obter referências de textos e pesquisadores que foram incorporados ao longo do texto. Além disso, foi observando a rotatividade do albergue – as pessoas ficavam uma ou duas noites, no máximo – que passei a captar as primeiras pistas de como a *cooperação internacional* é parte central da já apresentada ideia do *mercado de ONGs*¹⁷⁷, onde circulam sujeitos com as mais variadas motivações, além de vultuosas somas em euros e dólares.

Duas ocasiões me despertaram para esta ideia. A primeira delas diz respeito a uma jovem italiana com quem convivi, que estava em Moçambique por um período de três meses. Ela estava nos anos finais de um bacharelado em Relações Internacionais e seu curso exigia um estágio no exterior; a moça me contou que preencheria um formulário com três opções: uma agência vinculada à ONU, sediada na Europa; um escritório de embaixada no Vietnã; e, por fim, uma entidade localizada em Moçambique, a qual desenvolve *projetos* a partir de financiadores internacionais. “E eu vim parar aqui”, disse ela, complementando com uma lista de instituições com as quais ela efetivamente *desejava* trabalhar após o encerramento de suas obrigações em solo africano. O segundo caso envolve um moçambicano na casa dos 30 anos, que trabalhava para uma organização dedicada a promover os direitos das comunidades rurais, com atuação em todo o país, inclusive vinculada à campanha NÃO ao ProSAVANA. Em nosso primeiro encontro, ele

¹⁷⁷ Desde o entendimento colocado por Çaliskan e Callon (2010), um mercado pode ser compreendido como um arranjo sociotécnico ou *assemblage*. Já mencionei esta ideia na Parte II deste trabalho, fazendo referência à pesquisa de Kunrath da Silva (2017).

relatou sua trajetória profissional e com certa surpresa percebi que ele não só havia circulado por entidades *da sociedade civil*, fato, aliás, comum a diversos interlocutores, como também já havia sido contratado pela empresa Vale S.A., conhecida por suas relações conflituosas com as comunidades do seu entorno e de todo o Corredor de Nacala (MATOS, 2016; CHIZENGA, 2016; 2020a).

Estas e outras pessoas – norte-americanos, alemães, japoneses etc. – se encontravam, então, na varanda do albergue, onde compartilhavam suas trajetórias e suas responsabilidades atuais na implementação e avaliação *de projetos de desenvolvimento* nas áreas de educação, agricultura, pesca, reservas florestais, saúde, combate ao HIV, conservação ambiental, dentre outras. O albergue, então, era um quase escritório que permitia ver como, de certo modo, o dinheiro da cooperação internacional e esses *profissionais do desenvolvimento* agenciam-se mutuamente, conformando um campo de possibilidades bastante heterogêneo. Os dois casos que apresentei rapidamente informam de uma ingenuidade de minha parte: talvez pela minha própria rede de relações, acreditava que os sujeitos se engajam em determinadas temáticas porque nelas se veem implicados; no entanto, o jovem moçambicano e a italiana universitária fazem lembrar que, ao fim e ao cabo, a atuação em cooperação se trata de um *trabalho*. E, por esta mesma razão, pouco importa a quem o executa se a paisagem no qual este se dá é a savana africana ou os campos de arroz do Vietnã, contanto que *o projeto* siga em frente. Diferentemente, portanto, de toda a *narrativa da cooperação*, sobretudo a feita com o/pelo Brasil, calcada em um ideário do *Sul* que se expressa na produção de *similaridades* e na noção de *dívida histórica*.

Ainda que eu saiba que também o país de onde eu venho *recebe* projetos e financiamento estrangeiros (MORAWKA-VIANNA, 2014), pela primeira vez eu podia observar o Brasil como ele próprio uma *entidade cooperante*. O ProSAVANA, mas também a fábrica de medicamentos antirretrovirais¹⁷⁸, permitiam especular as especificidades de uma cooperação à brasileira em/com Moçambique, sobretudo porque narrada (por si própria e pelos que a cercam) como realizada no âmbito *Sul-Sul*. Esta ideia de Sul é mobilizada, ou pelo menos está implícita, quando se celebram as semelhanças (históricas e ecológicas) entre os países, algo que não encontra lugar quando cooperantes tradicionais estão em cena. Esta, aliás, foi uma questão que procurei trazer aos diálogos que tive com

¹⁷⁸ Fábrica de medicamentos instalada em Moçambique em parceria com o Brasil. Ainda que em menor grau que o ProSAVANA, sua instalação também é envolta em controvérsias. Ver, Almeida (2016).

interlocutores de pesquisa no Brasil e em Moçambique, a fim de localizar pistas de uma possível singularidade:

Eu: A gente ouve falar muito sobre essa ideia de cooperação Sul-Sul. Mas no caso do ProSAVANA especificamente, em quê esse tipo de acordo difere de outras relações com outras nações?

Entrevistado: Nenhuma coisa. Na minha opinião, não difere em nenhuma [coisa]. O ProSAVANA foi formulado e tem nos mostrado que tem as mesmas práticas de outros tipos de cooperação. Não tem nenhuma diferença de outro tipo de cooperação, talvez até tenha sido pior. Há muito pouco de cooperação Sul-Sul em termos de prática. Por exemplo, o ProSAVANA não difere muito do programa Nova Aliança para Segurança Alimentar da Sociedade G8. Aliás, não difere com o tipo de cooperação que os EUA tão fazendo aqui. Não difere com o tipo de cooperação que Moçambique tem com a União Europeia. Não difere; aliás, opera nos mesmos moldes, [que são] até imperiais – eu qualificaria assim. Eu até então não consigo ver algum elemento que pudesse ajudar a qualificar o ProSAVANA como resultado de uma cooperação Sul-Sul (Jornalista e membro da campanha Não ao ProSAVANA. Trecho de entrevista, Maputo, fevereiro de 2017).

Julgamentos como este se repetiram noutros diálogos com membros de entidades da *sociedade civil* moçambicana, sobretudo daquelas que oferecem resistência ao programa. O que chama a atenção pode ser sintetizado no enunciado: “[n]ão tem nenhuma diferença de outro tipo de cooperação, talvez até tenha sido pior”. Acerca deste entendimento que o ProSAVANA seja pior que outros programas experienciados, acredito que isto se dê em função das *expectativas* que são forjadas e sustentadas quando o que está em jogo é a narrativa forjada de um Sul global em que natureza e língua são as *mesmas*, a despeito de toda a discussão realizada até aqui indicar justamente o contrário (muitas naturezas e muitas línguas). Note-se que não delinearei aqui uma genealogia da cooperação Sul-Sul¹⁷⁹, mas cabe questionar: por que esperar que o *Sul* aporte algo de específico? Aliás, de que *Sul* estamos falando?

Neste ponto, vale pensar que, se há uma ideia de Sul, é porque há Norte que lhe ofereça frente (seja como contraponto ou espelho) – e, ambos, podem ser entendidos como composições instáveis¹⁸⁰, conforme já alerta Cesarino (2014). Por óbvio que seja, vale ressaltar que este caráter provisório e mesmo ficcional em nada diminui os *efeitos* da ideia de Sul (global), que é capaz de arregimentar aliados e produzir afeições. Em certa medida,

¹⁷⁹ Para tanto, ver Perin (2020).

¹⁸⁰ Importante reconhecer que o Sul global também é um projeto político/acadêmico, do qual este trabalho de pesquisa também lança mão. A questão, ao reconhecer seu caráter produzido, não é abdicar da ideia do Sul, mas evidenciar sua situacionalidade e provisoriidade, como forma, inclusive, de avançar na construção de conhecimento de/sobre/com o *Sul global*.

esta discussão pode remeter ao que postula Strathern (2013) acerca das *ficções persuasivas*: esta autora informa sobre do caráter do fazer antropológico, mas narrativas outras também podem ser beneficiadas deste estatuto, como é o caso deste projeto que forja e sustenta o Sul global. Se a ficção denota um lugar situado e construído de uma perspectiva, a *persuasão* remonta à capacidade da mesma trazer em si coerência tal que garanta *efeitos*. No caso da ideia de Sul global, esta noção é útil porque não apenas tem eficácia, como também gera expectativas¹⁸¹.

Se a eficácia desta noção já me parece evidente, afinal o ProSAVANA *acontece* (pois *existe* e produz *efeitos*), quero dedicar algum espaço à discussão das expectativas que o circundam, bem como às formas de narrá-las, tema, afinal, central a este capítulo. Quando, anteriormente, descrevi a reunião no distrito na qual um *projeto* foi encerrado, as justificativas para o fato de que comunidades haviam se recusado a *receber* os técnicos que fariam os mapeamentos davam conta de que havia uma *má comunicação*. Isto é, os camponeses e camponesas acreditavam que aquele era o primeiro passo para que fossem expulsos das terras que ocupam. Em parte, os gestores atribuíam isto ao ProSAVANA, visto que o programa gerou expectativas que não se realizaram: e isto se dá quanto aos fins do programa em si (o *desenvolvimento*), mas mesmo quanto à forma de executá-lo, que seria diferente, já que envolvia brasileiros – com os quais se *esperava* similaridade. No entanto, as demarcações de diferença se impuseram já nas primeiras atividades, as quais o diretor do SDAE pôde acompanhar.

Já no primeiro contato, a expectativa de semelhança se esvaía. Após um diálogo truncado, pois além da especificidade dos termos técnicos há muitas diferenças linguísticas, tudo se complicou quando chegou a hora do almoço. “Aí mandaram uma equipe de brasileiros ao campo. Estava tudo bem, até que às 12h meteram-se no carro e comeram pão, enquanto a comunidade comia mandioca”, contou o gestor, para o qual estas singularidades demonstram a diferença abissal entre os cooperantes e as comunidades. Em um tom entre o sarcasmo e a fúria, ele seguiu sua história dizendo que os técnicos do ProSAVANA portavam consigo sempre papel higiênico e água mineral, o que impedia qualquer identificação por parte daqueles que o programa elege como público-alvo, já que estes (o papel higiênico e a água mineral) são artefatos incomuns ao contexto em que vivem os camponeses. De forma bastante irônica, ele chegou a dizer que teria sido

¹⁸¹ No entanto, para encerrar o diálogo com a obra de Strathern (2013), há que se registrar que muitas delas (eficácia e expectativas) estão *fora de contexto*.

melhor que os técnicos estrangeiros tivessem colocado a água, então, em cantis, já que as comunidades já conhecem o artefato “da época do colono”:

[e]u disse a eles [aos coordenadores do programa]: “um dia você vai pagar caro pelo ProSAVANA”. Mandaram para o campo um japonês que não falava português, acompanhado por um moçambicano que não falava *macua*! O estrago foi feito em trinta dias. (Agrônomo e diretor do SDAE. Trecho de entrevista. Malema, fevereiro de 2018).¹⁸²

Ainda que este interlocutor identifique os problemas de comunicação “no terreno”, isto é, na forma equivocada pela qual o programa chegou às comunidades, também vale a pena uma breve observação acerca de como a comunicação *oficial* do ProSAVANA, a qual também traz em si uma série de expectativas. Tive a oportunidade de analisar mais profundamente o conjunto de *folders* e cartazes veiculados pelo programa noutra ocasião (CAMANA, 2017), de forma que aqui quero resgatar uma única peça¹⁸³, a qual em 2018 registrei afixada nos corredores do Departamento Provincial de Agricultura (DPA) de Nampula (ver Figura 51).

O cartaz em questão possui versões nas línguas portuguesa, *emakhuwa*, *lomwee* e *yawoo* – é possível conferir duas delas na imagem acima. Trata-se de um cartaz bastante elucidativo dos objetivos maiores do programa, alguns dos quais pouco sutis. Para além das línguas nas quais é *traduzido*, quero discutir a presença de ilustrações na peça, que podem ser mais bem observadas no cartaz apresentado na Figura 52.

¹⁸² Mais uma vez, a narrativa aqui empreendida encontra-se com o relato de Mia Couto (2011), quando o escritor conta de uma ocasião na qual encontraram-se, na Ilha de Inhaca, cientistas vinculados a um programa da ONU, que falavam em inglês, ele próprio, que vertia ao português, e um pescador contratado pela equipe que, por sua vez, encontrava meios possíveis de passar a mensagem em *chidindinhe*, a língua local, aos habitantes da ilha. Esta cadeia tão extensa de traduções – linguísticas, mas *não apenas* – também traz seus “estragos”, para remeter ao que conta meu interlocutor.

¹⁸³ Para conferir esta e outras peças de comunicação do programa, acessar <https://www.prosavana.gov.mz/portfolio-items/communication-strategy-of-prosavana/?portfolioCats=22>. Acesso em: 13 set. 2020.

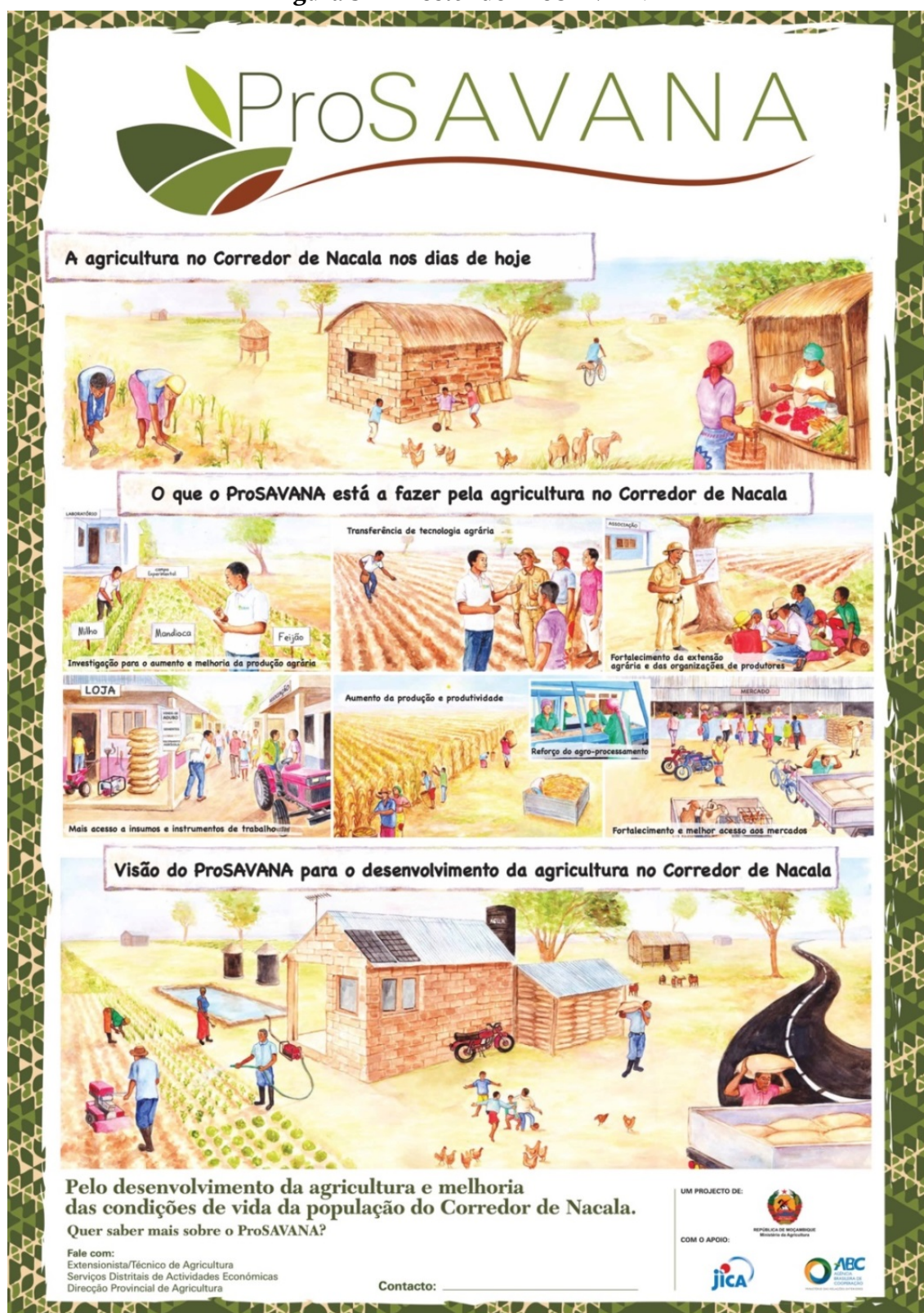
Figura 51 – Cartazes do ProSAVANA no Departamento Provincial de Agricultura de Nampula



Fonte: registro feito em campo.

O cartaz apresenta, no topo, um cenário da “agricultura no Corredor de Nacala nos dias de hoje”, em que se vê dois camponeses (um homem e uma mulher) descalços trabalhando na *machamba* com enxadas de cabo curto e, mais à direita, duas mulheres trajando *capulanas* na comercialização de produtos *in natura*. Crianças jogam bola em meio aos animais soltos, junto a uma habitação simples. Na estrada de terra batida, é possível ver a figura de um homem em uma bicicleta carregando um saco. Ainda que possa ser criticada pela simplicidade e pelo enclausuramento dos sujeitos, é possível dizer que esta imagem inicial encontra certas referências no mundo empírico, já que nas comunidades matrilineares do norte moçambicano as mulheres costumam deter os direitos sobre a terra e sobre a produção, como indica a minha experiência em campo e também a literatura etnológica acerca dos grupos *emakhuwa* (GEFFRAY, 1990; ARNFRED, 2001).

Figura 52 – Pôster do ProSAVANA



Fonte: site institucional do ProSAVANA. Disponível em:
<https://www.prosavana.gov.mz/portfolio-items/communication-strategy-of-prosavana/?portfolioCats=22>. Acesso em: 13 set. 2020.

Por estas razões, há um quê de estranhamento quando o cartaz fornece, na figura final, a “Visão do ProSAVANA para o desenvolvimento da agricultura no Corredor de Nacala”. Na ilustração, mais uma vez pode-se inferir a cadeia produtiva que vai do plantio ao consumidor; no entanto, o panorama traçado apresenta um amálgama de homens e máquinas como os responsáveis por este circuito. As duas únicas mulheres presentes na peça seguem na *machamba*, uma delas com uma enxada de cabo curto, a outra dedicada ao que parece ser a *sacha* (processo de retirada de “ervas daninhas”) – de fato, tradicionalmente, a *sacha* é um trabalho exclusivo das mulheres, como também o são o cultivo, a colheita e o processo de pilar os grãos (ARNFRED, 2001). Enquanto isso, os homens usam botas e operam máquinas para o plantio e irrigação, já que há um reservatório de água próximo da produção perfeitamente enfileirada. Um grupo de crianças segue brincando de bola, mas agora os animais estão mais espalhados no terreno e parecem possuir um curral (ao fundo). Outros dois homens dedicam-se a carregar sacos com a produção (processada?) para a caçamba de um caminhão junto à estrada agora asfaltada. A casa passa a ter telhado de zinco, bem como o que parecem ser placas solares. Esta última figura, de certo modo, instaura uma nova língua: a língua do *desenvolvimento*.

Adiante apresentarei a importância destes elementos, que de fato operam como objetos de desejo, mas me parece extremamente relevante observar como o *acontecimento ProSAVANA* é genderizado. Veja-se que não quero transpor ao campo uma discussão ocidental que não encontra lastro empírico na região – como bem alertam, por exemplo, Oyèrónké Oyěwùmí (2004) para certas discussões feministas, Arnfred (2001) sobre a presunção ocidental de que os homens sempre detêm o poder e Geffray (1990) acerca de concepções pretensamente universais de parentalidade. No entanto, no norte moçambicano, este apagamento das mulheres é relevante, já que informa um dos efeitos possíveis, quiçá esperados, do *desenvolvimento* e de seus *projetos*. Naquele contexto, é comum que os homens trabalhem em cultivos de rendimento, como hortícolas, enquanto as mulheres dedicam-se às *machambas* que sustentam a casa. Inclusive, ao passo que as mulheres detêm ao controle da terra, da produção e da colheita, os homens gerenciam o dinheiro. O sumiço das mulheres, ainda que simbólico no cartaz em questão, dá indícios de uma forma de organização produtiva e reprodutiva na qual a manutenção da casa talvez se dê predominantemente por meio da aquisição de produtos, por exemplo. Neste caso, o dinheiro passa ser a fonte máxima do poder e não mais a terra; outras conexões, portanto, se forjam.

Sobretudo nos grupos etnolinguísticos *emakhuwa*, a terra e o nome são transmissíveis unicamente entre e pelas mulheres (GEFFRAY, 1990; ARNFRED, 2001). Quero ressaltar a complexidade que esta relação traz em si (e que não me parece nem um pouco fortuita): a *terra e o nome/a língua* dão conta de uma interseccionalidade por meio da qual outros caminhos interpretativos podem ser traçados. Mais uma vez, o campo informa que as formas de habitar e de dizer são umbilicalmente conectadas, como tentei discutir ao longo de toda esta Parte III. É absolutamente relevante lembrar de que o *nome*, neste caso, equivale/implica no *nihimo*, isto é, na pertença que envolve linhagem, ancestralidade e território¹⁸⁴. É como se a existência das pessoas pudesse ser expressa em um enlace borromeano, no qual a pessoa, a terra e o tempo constituem-se mutuamente: neste sentido, remover um destes elementos faz com que os outros, sem a mediação que lhes é necessária, desabem. Estou convencida de que é isto – a existência – que está em jogo no conflito em questão.

Conforme Arnfred (2001, p. 185), “as pessoas vivas, a terra e os antepassados estão intimamente ligados, numa inter-relação que é crucial na cosmologia *macua*” – e, quem opera e garante a manutenção de tal sistema, são justamente as mulheres. Por esta razão que observar o que emerge quando da chegada de *projetos de desenvolvimento* neste contexto implica também em notar os lugares destinados aos sujeitos marcados por gênero, sobretudo as mulheres, já que a interdição de sua fala – expressa na sua ausência da *machamba* no último quadro do cartaz – representa, em última análise, uma erosão do mundo tal qual é constituído por aqueles sujeitos. Ao deslocar as mulheres, interditam-se as relações entre elas, a terra e os espíritos, de forma a eclodir um novo campo de possíveis.

Esta nova configuração desenhada (literalmente, no cartaz) se soma a uma situação que me foi relatada acerca das consultas comunitárias que ocorrem, ou deveriam ocorrer, quando da chegada de algum empreendimento. A despeito de serem muitas vezes fraudulentas, como já discuti, a presença massiva de homens é outro elemento a ser observado. Conforme uma interlocutora, “os homens vão às consultas e acabam entregando as terras. Eles vão, fazem acordos, ganham dinheiro. E nós ficamos sem terra para produzir comida para nossas crianças”. Noutra ocasião sugeri, e aqui quero reforçar, que este cartaz apresenta uma das melhores metáforas para o acontecimento sobre o qual me debruço: *o desenvolvimento, de fato, é um homem que usa sapatos*.

¹⁸⁴ Em sua etnografia com grupos *emakhuwa* da Ilha de Moçambique, Assunção (2018) indica que o *nihimo* também se inscreve no corpo dos sujeitos.

Cabe voltar ao campo, ainda que com outra ordem de inquietudes: quanto de ambiguidade cabe no *desenvolvimento*? Tive a oportunidade de ensaiar algumas respostas noutra ocasião, explorando a potência de se assumir que há sempre uma dimensão de desejo nos fenômenos como o aqui descrito¹⁸⁵ (CAMANA; BLANCO, 2020). No caso dos grandes *projetos*, desenrolar o fio dos desejos talvez seja uma maneira de respeitar a complexidade dos sujeitos, comunidades e instituições, recusando uma dicotomia fácil que opõe *oprimidos e opressores*. Esta perspectiva dialoga com aquilo que discute Pieter DeVries (2013; 2007), advogando que o *desenvolvimento* mobiliza vontades e tem *efeitos* na vida concreta; isto é, se o *desenvolvimento* é uma promessa (que nunca se cumpre), ela se reinventa por meio da oferta de objetos de desejo¹⁸⁶. E estes, penso eu, podem ser apreendidos inclusive por aquilo que narram e expressam os interlocutores.

Em mais de uma ocasião de diálogo com camponeses e camponesas, após ouvir suas narrativas carregadas de sofrimento, tive a oportunidade de escutar também quais suas demandas – inclusive porque eventualmente as comunidades acreditavam que eu possuía algum poder ou representação junto aos Estados brasileiro e moçambicano, algo que eu sempre explicava não ser o caso. Talvez por uma ingenuidade – ou arrogância própria da branquitude que se pretende empática – ficava surpresa com a série de vontades manifestas por camponeses e camponesas que até então recusavam com veemência a implementação de programa como o ProSAVANA. Para elucidar, remeto a um momento específico que trouxe uma profunda inquietude e para a qual, adianto, não tenho mais do que algumas pistas interpretativas.

A cena etnográfica que penso ser representativa do dilema que aqui discuto, já esboçada noutra ocasião¹⁸⁷, ocorreu ao fim do encontro com uma comunidade em conflito com uma empresa, o qual mencionei na seção anterior. Foi uma narrativa de muita dor e revolta pelo que viviam, afinal o retorno do colonizador português (ainda que pela figura de seu neto) representou prejuízos para todos os envolvidos: perdeu-se o acesso à terra,

¹⁸⁵ Tatear este aspecto, desde o cabedal próprio às Humanidades, é bastante desafiador (para não dizer arriscado), pois exige um equilíbrio tênue entre respeitar os sujeitos em suas vontades e compreender que os desejos são também frutos de um aparato complexo. Talvez pensar o *desejo*, sobretudo o *desejo de desenvolvimento*, seja uma faceta na qual se expressa o grande dilema indivíduo/estrutura. Nem por isso, isto é, pela falta (ou pelo excesso) de respostas fáceis ou apriorísticas, devemos deixar de considerá-lo.

¹⁸⁶ Não assumo, entretanto, de todo a proposta de DeVries (2013), ainda que reconheça que seu trabalho lance pistas importantes para renovar a pesquisa em desenvolvimento. Talvez a principal crítica, que espero estar expressa nesta breve discussão, seja a obliteração de uma dimensão histórica dos próprios desejos, que muitas vezes remontam a estruturas que excedem o aparato desenvolvimentista.

¹⁸⁷ No texto já citado acerca do *desejo* face ao desenvolvimento, escrito em parceria com Gabriela Branco. Ver Camana e Blanco (2020).

assim como tempo e autonomia, já que agora a maior parte dos camponeses e camponesas trabalha no empreendimento, por meio de contratos precários. Ao final da conversa, estava dada a recusa ao ProSAVANA, que financia a empresa com a qual disputam terra, assim como repudiavam quaisquer projetos do mesmo tipo.

- Nós estamos cansados. Nós estamos pacificamente cansados. O governo não nos ajuda e, um dia, vamos acabar fazendo mal a este senhor [que ocupa as terras] e vamos parar na cadeia.

[palmas de todos]. (...)

- O ProSAVANA tem a intenção de ocupar muitas áreas, mas a forma deles organizarem suas *machambas* vai nos prejudicar. Porque há de trazer maquinaria, inseticidas,... então, naquele momento de produção, épa,...

- Inutiliza a terra!

- É, inutiliza a terra, é muito produto químico.

- Vai queimar, inutilizar o solo. Então o ProSAVANA que não venha mais fazer este tipo de projeto.

(Camponeses e camponesas. Trecho de diálogo. Localidade do distrito de Ribaué, fevereiro de 2018).

Se a conversa tivesse se encerrado desta maneira, talvez fosse mais fácil produzir e encerrar uma interpretação que se baseasse em uma macrocategoria, como o é “afetados”, somando estes sujeitos a outros que também figuram neste texto – e opondo ambos ao ProSAVANA em uma rede sociotécnica unidimensional. Porém, assim como as redes têm geometrias variáveis, os sujeitos nem sempre – ou quase nunca! – possuem uma trajetória linear e homogênea: a *afetação* se dá de formas distintas, pois atores articulam instavelmente resistências, vontades e demandas, muitas das quais se atravessam e concorrem entre si. Explico: eles e elas firmemente diziam o que não queriam, mas com igual firmeza passaram a me dizer o que desejavam. Tecnologias, como máquinas e “sementes melhores”¹⁸⁸, inserção em cadeias produtivas, um comércio próximo e, sobretudo as mulheres, pediam por obras, como um hospital e uma maternidade.

¹⁸⁸ Esta questão da “má-qualidade” das sementes já havia aparecido em entrevistas com gestores do ProSAVANA e, especialmente, com pesquisadores da área de Agronomia. Foi inusitado, portanto, quando, na biblioteca do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM), me deparei com uma cópia – sem referências completas – do texto “Os mitos sobre sementes: contribuições para reflexão”, de Carlos Dominguez e Rafael Uaiene. No documento, os autores – ambos da área agrônômica – criticam os principais “mitos” que envolvem as sementes moçambicanas. São eles: “o camponês semeia grão e não semente”; “as sementes dos camponeses não têm boa qualidade”; “as sementes dos camponeses estão degeneradas”; “as variedades dos camponeses estão muito misturadas, não têm uniformidade genética”; “o camponês necessita comprar sementes para renovar periodicamente seu stock (de tanto em tantos anos...)”; “é melhor que o camponês compre sementes do que utilizar as sementes locais”; “esta variedade (ou híbrido) é melhor porque produz mais kg/”á”; “os hábitos tradicionais do camponês não lhe permitem trocas as suas sementes”; e “a mensagem tecnológica levada pelo extensionista é o que desenvolve a agricultura do camponês”. De fato, ouvi cada uma dessas nove afirmativas ao longo do trabalho de campo.

Todas estas coisas, no entanto, estão justamente inclusas em programas como o próprio ProSAVANA! Noutras palavras, é isto *também* que o *desenvolvimento* traz; porém, nenhum destes objetos ou obras vêm sozinho. Lembro da situação já narrada na Parte I desta pesquisa, quando toda uma comunidade aceita ceder parte da terra que habita a um empreendimento em troca de uma *machamba-escola*, e acaba sem praticamente nada (já que não só a instituição não foi criada, como também suas assinaturas foram utilizadas para um documento forjado, no qual constava que os camponeses abriam mão de 10.000 hectares). A forma como os *projetos* são desenhados (PAREDES PENAFIEL, 2016) em geral inclui o que De Vries (2013) chama de *obritas*, também dando a entender que estas chegarão aos lugares quando os sujeitos aceitarem os termos do desenho, como se se tratasse de uma negociação simétrica ou se compensasse trocar a terra por um contrato de trabalho (como já ocorre em algumas localidades que estive quando do trabalho de campo). De fato, nas duas ocasiões em que conversamos, o diretor do ProSAVANA usou a expressão *win-win* (ganha-ganha), na esteira do que defendem organismos como a ONU e o Banco Mundial. Esta perspectiva de cooperação, ao fazer entender que a distribuição de oportunidades e benefícios pode/deve ser igualitária, oblitera a complexidade das relações – além de me parecer absolutamente inadequada a um contexto conflitivo.

Tão logo as demandas da comunidade me foram apresentadas naquela conversa que citei algumas páginas atrás, passei a mantê-las em mente a fim de localizar alguns fios de história que me permitissem compreender um pouco mais acerca dos sentidos entremeados naqueles objetos de desejo. Será que uma máquina, por exemplo, assume os mesmos sentidos em meus interlocutores que os que se apresentam noutros pontos dessa rede do *acontecimento ProSAVANA* (como no próprio folder apresentado na Figura 52)? A máquina, *a priori*, implica em maior produtividade, mas é isto que aqueles camponeses buscam?

Naquele diálogo nem todos os membros da comunidade estavam presentes, pois alguns estavam envolvidos em suas colheitas. Apreensivos, disseram-me que o excedente da safra do outro ano, principalmente de mandioca, não havia sido comprado e já estava apodrecendo. Perdiam, assim, não só o esforço do seu trabalho, como também o acesso a outros gêneros alimentícios – já que sem o dinheiro da colheita não podiam comprar outros insumos necessários para a vida. Essa ordem genuína de preocupações – ter para quem vender os produtos – encontra uma tradução no próprio Plano Diretor do ProSAVANA,

quando este menciona “acesso aos mercados”. No entanto, como já discutido, as traduções são sempre parciais, isto é, *não lhes cabe dar conta de tudo*.

Um senhor de mais idade interrompeu, então, dizendo que era necessário que ali se instalasse uma “cantina”, isto, é um pequeno comércio onde pudessem encontrar itens básicos (e pouco processados), como sal e sabão. Os demais concordaram efusivamente. O que poderia parecer, em um primeiro momento, em uma ode ao consumo, ganhou outros contornos quando o homem seguiu falando:

[n]ós andamos 17 quilômetros para comprar sal e os sacos pesam muito. Se formos até o distrito, então são 30 quilômetros. Com a idade que eu tenho, como vou carregar 20 quilos de sal por 17 quilômetros? (Camponês. Trecho de diálogo. Localidade do distrito de Ribaué, fevereiro de 2018).

Ouvir este senhor, inclusive, faz lembrar das muitas pessoas que víamos caminhando ou de bicicleta pelas entradas, seja entre distritos ou mesmo dentro das localidades. Os quilômetros percorridos para suprir a necessidade, neste caso, parecem envolver uma distância que não é só geográfica: trata-se do apartamento dos sujeitos daquilo e daqueles que podem suprir necessidades que são básicas.

Figuras 53 e 54 – Estradas nas localidades e entre os distritos





Fonte: registros feitos em campo.

Logo depois da fala deste senhor, uma mulher que até então mantinha-se em silêncio pediu a palavra, dizendo que o que ela mais queria ver na região era um hospital ou uma maternidade, já que serviços de saúde só podem ser acessados na sede do distrito. Estas distâncias dão a tônica da relação entre os sujeitos e o Estado e acabam por colocar em xeque o léxico do *win-win*, tão próprio à cooperação *Sul-Sul*. A linguagem do *desenvolvimento* está muito distante da língua dos sujeitos que encontrei em campo, bem como as relações que cada um comporta são igualmente distintas. Uma pessoa vinculada a uma organização da sociedade civil, que inclusive atua na formação de agentes de advocacia na localidade onde ocorreu a conversa sobre a qual estou aqui me debruçando, comentou certa vez acerca da impossibilidade de todos ganharem, já que as relações que se estabelecem no local não oferecem condições minimamente similares, a começar pelas negociações acerca da terra:

[é] uma consulta comunitária, Ângela, que não é uma consulta comunitária: é uma desgraça. (...) dizem: “este senhor vem trazer o desenvolvimento, ele quer produzir soja numa parte de terra e nós temos

muita terra”. Induzem a comunidade com coisas como “nós temos terra a mais, não temos?”, “bem, até que temos”, começam a pensar, de forma muito ingênua. Então vão sendo induzidos até dizer que aceitam conceder a terra. Quando não acontece assim, há casos em que os *chefes [de posto]* dizem: “você não quer o desenvolvimento? Então pra isso tem que ter estradas, você não quer estradas”; “queremos”, respondem os camponeses; “pra irrigar vai ter que abrir poços e motobombas, você não quer poços e motobombas nas comunidades desafortunadas? “Queremos”, respondem os camponeses. Pra você ver como é: *eles querem*. Porque entre não ter nada, ter um governo que em 40 anos não lhes trouxe nem um poste de energia, nem água... as senhoras carregam bebês nas costas e água na cabeça por quilômetros. Aí vem alguém que diz que vai usar só um pouco do mato da floresta deles e eles vão ganhar acesso à água mais próximo, estradas mais lisas para caminhar e ir de bicicleta, talvez postes de energia... isso é o máximo! Então você quer o desenvolvimento? Claro que sim! (...) Sabes o que é uma casa mãe-espera? Nas zonas rurais as mulheres morrem a caminhar para o posto para darem a luz. O posto fica na sede do distrito e elas morrem a caminhar. Porque vão de bicicleta até o hospital, às vezes já com a bolsa aberta, com sangramentos e acabam perdendo o bebê. Quando vem alguém, um investidor, e diz que vai fazer uma casa mãe-espera¹⁸⁹: são dois quadrados de cimento com um banheiro no meio. É só isso. Ele vai ganhar rios de dinheiro e vai fazer só isso. E as pessoas aplaudem, porque elas não têm nada. (Membro de organização da sociedade civil. Trecho de entrevista. Maputo, março de 2018).

Em consonância com o que diz esta interlocutora, penso que as demandas desta localidade específica dizem de um fenômeno mais amplo que pude observar no bojo de outras comunidades que se encontram com o *acontecimento ProSAVANA*. Neste desenrolar de vontades – sementes, máquinas, mercados, casas mãe-espera... *obritas*, enfim – é possível identificar algumas fraturas na relação com o Estado, expressas na ânsia por obras e direitos que lhes são prometidos, mas que não se efetivam. Desta forma, o que se percebe nessas narrativas não é *apenas* um “*desejo de desenvolvimento*”, mas a compreensão de que o *desenvolvimento*, por meio de seus *projetos*, promete acesso à existência digna. Quando os camponeses e camponesas contam das dores causadas por carregar pesados sacos de sal por quilômetros, ou da morte de seus bebês pela dificuldade de acessar recursos de assistência básicos em saúde, a “cantina” e a casa mãe-espera assumem outro caráter, o qual excede a infraestrutura em si: o que está em jogo não é uma *dádiva do desenvolvimento*, mas uma reivindicação por atenção a sua presença naquele lugar. E, neste sentido, trata-

¹⁸⁹ As casas mãe-espera são parte do planejamento moçambicano para assistir parturientes em zonas rurais, afastadas de hospitais e postos de saúde; técnicos acolhem e auxiliam mulheres na reta final da gravidez, evitando assim a necessidade de deslocamentos maiores em caso de gestações nas quais o parto hospitalar é indicado.

se de um desejo por seguir existindo e, mais do que isto, de um sonho com uma existência menos precária:

[...] o desejo de desenvolvimento não se restringe aos objetos-causas do desejo (as “*obritas*”) que eles¹⁹⁰ reivindicam. Estes evocam algo maior, a (im)possibilidade de resolver a relação traumática com o Estado e o aparato de desenvolvimento. É a faculdade mimética do desejo que confere um valor utópico ao desenvolvimento. O objeto de desenvolvimento, portanto, revela e ao mesmo tempo oculta o desejo: revela a possibilidade do desejo e oculta a impossibilidade de alcançá-lo. (DE VRIES, 2007, p. 264 - tradução livre).

Após esta breve reflexão sobre a ambiguidade dos desejos e das promessas, retomo a questão lançada anteriormente nesta mesma seção: por que, então, esperamos algo de diferente da *cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento*? Uma possibilidade interpretativa, a qual aqui aciono, dá conta de que a emergência deste Sul global *reposiciona os modos de fazer e de dizer o desenvolvimento*, gerando novas expectativas e desejos. Entrelaçando, então, as discussões colocadas até aqui neste capítulo, posso afirmar que *diferentes linguagens implicam em distintas gramáticas de desejo*. E, nesse ponto, há sempre algo de angústia, ou melhor, da impossibilidade de completude que é intrínseca ao desejo. Isto é, ainda que sujeitos obtenham acesso a determinados objetos de desejo, há sempre algo de não realizado.

Para elucidar este ponto, recorro a outro momento vivido em campo, em uma localidade do distrito de Monapo, não muito distante de Nampula-cidade. No lugar, diferentes *projetos* se entrecruzam, sendo um deles o ProSAVANA, a partir do qual a comunidade rural obteve financiamento para adquirir uma moageira para produção de farinha de milho. Por indicação do coordenador ProSAVANA-PEM na província, fui, acompanhada de Vanessa, conhecer esta localidade, na qual camponeses se articulam em cooperativa – um dos modelos previstos pelos *modelos* do programa. O extensionista do SDAE que nos ciceroneava alertou para o fato de que a cooperativa foi instituída em 2011, no âmbito de um projeto da CLUSA¹⁹¹: inicialmente com 20 associados, a entidade agora contava com cerca de 800 cooperativados, agregando outras associações de toda a região.

Tivemos a oportunidade de conversar com quatro camponeses, sob a sombra de uma grande árvore, acerca de suas atividades comunitárias – enquanto falávamos, um *workshop* ministrado por japoneses ocorria na sede da cooperativa, uma construção de cimento que pode ser vista ao fundo da primeira das fotos a seguir. Para além da história

¹⁹⁰ DeVries está refletindo acerca dos *usibambinos*, mas neste caso penso que a reflexão se aplica à nebulosa categoria de “*afetados*”.

¹⁹¹ A CLUSA (*Cooperative League of United States of America*) é uma entidade norte-americana com ações de fomento ao associativismo e cooperativismo em vários países, incluindo Moçambique.

da entidade, os camponeses nos contaram empolgados sobre os ganhos que a cooperativa proporcionava, bem como as capacitações que os *projetos* que lá chegavam forneciam: naquele momento, acabavam de aprender a precificar seus produtos, baseados na produtividade e na pesquisa de mercado.

Figuras 55, 56, 57 e 58 – Cooperativa vinculada ao ProSAVANA: camponeses e produção de farinha







Fonte: registros feitos em campo.

Ainda que estivessem empolgados com os bons frutos do associativismo, os camponeses lamentavam o fato de não terem acesso a boas estradas, nem meios próprios para levarem o milho produzido por cada associado até o galpão onde era processada a farinha. Isto tudo impedia o aumento da produtividade da cooperativa, assim como o rendimento das *machambas* também preocupava: na localidade não havia sequer um trator, o que seria crucial para o avanço da iniciativa. A moageira ainda não havia sido quitada – “um problema que estamos a resolver com o ProSAVANA”, de acordo com um camponês – e este débito os impedia de acessar outros financiamentos. O caso desta localidade parece-me exemplar no sentido de que congrega múltiplos *projetos de desenvolvimento*, contando com incrementos em tecnologia, pesquisa e extensão: segue, portanto, todo o *script* do ProSAVANA. E a comunidade, de algum modo, já compartilha da própria linguagem que o *desenvolvimento* mobiliza: *formação, contrato, débito*.

Mas ainda há algo de fundo, que é remexido para além do sucesso que cada um, por meio da cooperativa, atinge. Neste diálogo sobre os avanços que os *projetos* proporcionam, foram perdidas oportunidades por aqueles que ouviram quem não se devia

escutar, diziam eles. Junto do extensionista¹⁹², os camponeses, então, passaram a argumentar que o receio de que se perdessem terra fora fomentado pela Igreja Católica e por organizações da *sociedade civil*, não passando de um boato infundado: inclusive acreditavam que o ProSAVANA poderia ajudá-los a formalizar sua situação, já que vários deles não possuíam DUATs. No entanto, em dado momento da conversa um camponês disse que ouvira falar que o ProSAVANA “já havia acontecido” no Brasil, referindo-se ao PRODECER e ao processo de modernização da agricultura, e que, aqui, os camponeses haviam perdido suas terras. Ele perguntou se era verdade, mas, como os outros camponeses acrescentaram outros pontos, nosso diálogo seguiu com outros assuntos. No entanto, ao fim da entrevista, quando anunciei que encerraria a gravação, fui pega de surpresa pela negativa: “*Não! Antes de desligar, há uma coisa que você precisa responder*”. A “coisa”, evidentemente, era o relato sobre a experiência brasileira, afinal eles estavam diante de alguém que julgavam ter *expertise* para oferecer esta resposta, já que sou brasileira.

Deste diálogo quero ressaltar três elementos, todos eles conectados pela ideia de *desejo* expresso e apreendido na e pela língua, a qual motiva esta reflexão. O primeiro deles é o caráter *sem fim* da experiência de desejar face ao *desenvolvimento*: satisfeita uma vontade, novas expectativas se criam, o que se manifesta nesta narrativa de que já se tem a moageira, agora é necessário um trator, por exemplo. O segundo aspecto é a compreensão de que o desejo é em si ambíguo e não se faz ver, apenas, a partir dos objetos de desejo, mas também quando se enuncia a angústia: *o mesmo aconteceu no Brasil?* É este caráter incerto, da permanente promessa que pode não se cumprir, que traz uma sutileza interessante quando o que está em jogo são conflitos no âmbito do *desenvolvimento*. Por fim, penso que a presença desse Brasil imaginado – e narrado como o *Sul* na gramática desenvolvimentista em português – merece ser mais um fio desenrolado nessa rede entremeada: nas palavras deste camponês, é como se o Brasil vivesse noutro tempo. Como isso se repetiu de forma semelhante noutros momentos de campo, cabe retomar brevemente a maneira como este *Brasil cooperante* opera face ao *acontecimento ProSAVANA*.

Ainda que a noção de Sul global se forje e se institua em um tempo e espaço determinados, é interessante notar como ela produz sentido junto às redes nas quais é mobilizada. No caso do ProSAVANA, o Sul se constitui como ideia-força que entrelaça Brasil e Moçambique não apenas desde o que já compartilham (como já discuti na Parte

¹⁹² Penso que a presença do extensionista do SDAE ao longo de todo o diálogo é bastante relevante, visto que este sujeito pode ser compreendido – e provavelmente o foi – como um ator vinculado ao Estado e ao próprio ProSAVANA.

II precedente), mas também pelo que podem vir-a-ser face ao mundo. Algo muito próximo de certas discussões em ciências humanas, as quais situam o processo de globalização – no qual o *desenvolvimento* é uma peça-chave – como um fluxo sem atritos, mais ou menos homogêneo e voltado para o futuro. Contrapondo-se a esta ideia, autoras como Tsing (2019; 2005) e Massey (2008; 2004) chamam nossa atenção justamente para os choques inerentes a este processo.

Assumindo mais uma vez esta perspectiva *friccional*, a partir do que informa o campo, quero experimentar a ideia de que o atrito envolve, inclusive, a temporalidade. Esta compreensão decorre de uma inquietação com as narrativas e as práticas de meus interlocutores, frequentemente marcadas por referências aos ancestrais e às próximas gerações, bem como aos *tempos* que compõem a experiência moçambicana. Com isto em mente, fui capturada pelas palavras de Omar Ribeiro Thomaz ao prefaciар a obra de Cabaço (2009): “[e]m Moçambique, o passado é presente. (...) A construção de Moçambique passa pelas histórias “daqueles tempos” e pelas histórias do “tempo colônia”, as quais se cruzam com as histórias do período socialista – o “tempo Samora” – e com aquelas do “tempo atual” (THOMAZ, 2009, p. 15). No cenário ao qual me dediquei a descrever, a fricção, então, não é só de perspectivas de mundo, mas de quais tempos esses mundos são compostos. O ProSAVANA, ao *acontecer*, exige a eclosão de um novo tempo, voltado para o por vir. Talvez porque este Sul (global) no qual ele se forja, ainda precise constituir sua própria gramática se se pretender específico. No entanto, ele revolve a outros tempos, remexe em disputas pregressas e marcadores estabelecidos. Isto é, ainda que o modo de existência pretendido pelo *desenvolvimento* produza uma espécie de *terra nullius*, há naquele lugar linhas de histórias que se emaranham e exigem reconhecimento. Novos conflitos se forjam, mas há sempre algo que permanece.

A questão da temporalidade, então, surge mais uma vez. Um desarranjo epistemológico se coloca desde a primeira parte desta tese, e a partir da seção anterior ele adquiriu um peso demasiado grande para seguir sendo ignorado. Explico: quando os camponeses e camponesas me diziam que, aos olhos das empresas e dos entes do Estado que vêm ocupando o Corredor de Nacala, eles não eram considerados pessoas, isto se dava porque ser pessoa, neste caso, não é pressuposto desde os mesmos elementos colocados pela discussão antropológica ortodoxa (MAUSS, 2003). Do contrário, para ser pessoa naquele contexto, outras relações precisam ser estabelecidas: algumas destas com a terra, animais e os espíritos, o que torna a *pessoa* compósita, aproximando-se assim de discussões

provenientes da etnologia das terras melanésias (STRATHERN, 2017) e mesmo do que se registra em algumas sociedades ameríndias (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Mas o trabalho de campo empreendido informa que ser *pessoa* passa por relações sociais – e a partir daqui uma tensão salta aos olhos: não são relações sociais que se dão unicamente no tempo presente, mas o excedem. São interconexões com distintos tempos, que resultam em diferentes perspectivas de história.

Alguns dos interlocutores, camponeses e camponesas, são pessoas que me informam não terem este estatuto face ao *acontecimento ProSAVANA*, isto é, a chegada do *desenvolvimento* faz com que *algo aconteça*: faz com que exista a possibilidade deles não serem pessoas, porque permite romper com a rede de relações já-lá. Ainda assim, elas sabem que são/podem ser sujeitos, porque estão inseridas na história: porque *foram nascidas de outras pessoas, naquela terra*. Isto é absolutamente central para os interlocutores, o que se expressa inclusive na já explicitada inadequação da frase “minha terra” na língua *emakhuwa*: a terra não é uma propriedade em si, mas sim convocada a *compor a relação na qual a existência se forja*, remetendo sempre a alguém que veio antes de si e que compôs seu mundo com aquela mesma terra¹⁹³. São relações que passam especialmente pela ideia de linhagem e de ancestralidade, que remontam, portanto, a outros tempos e à história. Daí o impasse: como pensar *história* quando o quadro teórico-metodológico que orienta esta tese se debruça sobre a ideia de *acontecimento*?

Mais do que me dedicar às possíveis respostas, me interessa, sobretudo, lançar a questão: o que emerge quando se friccionam acontecimento e história? Penso que este trabalho é uma pista, pois deste encontro surgiram as reflexões que aqui narro – e o faço sem abandonar a literatura de ordem pragmática (pois a partir dela me movimentei em campo), nem ignorar os elementos “dissonantes” que surgiram (pois o quadro epistemológico também não serve como cabresto). Com isso, penso que também a feitura desta tese foi um exercício de *fricção*, da qual surge, inclusive, o imprevisto.

Ao longo deste trabalho, apresentei, desde um lugar situado, a eclosão da experiência de *desenvolvimento do ProSAVANA*, entrelaçando paisagens e saberes que estão em disputa. A despeito de não haver me debruçado teoricamente sobre este conceito, a descrição das articulações e tensões que irrompem a partir deste programa dão conta de um *conflito ambiental*, como já acenei no capítulo que faz as vezes de introdução.

¹⁹³ Lembrar da ideia de *nihimo*, mencionada anteriormente nesta mesma Parte III.

Quando Lorena Fleury (2013), ao se dedicar à análise de a implementação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no norte brasileiro, escreve sobre conflitos ambientais, esta autora renova este campo de estudos ao demonstrar que não se trata *apenas* de uma disputa por *significados* do ambiente, ou seja, de uma ambientalização da narrativa (LEITE LOPES, 2006). O que Fleury defende, articulando a proposição cosmopolítica (STENGERS, 2007) às discussões latino-americanas (DE LA CADENA; BLASER, 2018) e ao perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), é que o que está em questão nos conflitos ambientais são *perspectivas de mundo diferentes e não redutíveis*. De forma empírica: no rio em que os empreendedores da Usina querem fazer energia, os indígenas têm um parente; o que impede, de todo, que se trate de *um mesmo rio* (portanto, muito menos, de um *mesmo* ambiente).

O que a experiência africana do conflito que circunda o *acontecimento ProSAVANA* me permite sugerir é que, quiçá, não são apenas diferenças acerca dos *elementos* que compõem os mundos que estão em disputa (*de quê* e *de quais maneiras* os mundos se compõem), mas distintas perspectivas inclusive de quais tempos coexistem neste mundo emaranhado (MBEMBE, 2001). E isso engrossa o caldo do confronto, pois se chocam o tempo da ciência e o tempo da política – ambos lineares e orientados para o futuro, como é a modernidade ocidental – e o tempo das comunidades, no qual se imbricam o tempo dos ancestrais, da colônia, da guerra, do desenvolvimento e das futuras gerações. E isso, pude constatar, se expressa na língua, este sistema vivo que é tanto o lugar de potência criativa, como de destruição.

Nas línguas *bantu*, o *emakhuwa* incluso, o sujeito, a terra e o tempo estão permanentemente associados, como acredito que esta Parte III informou. No entanto, ao passo que a ontologia do campo informa esse imbricamento, na *tradução* aqui empreendida (um trabalho de tese, a língua portuguesa) não encontrei maneira de apresentar tal contexto sem desconectar aquilo que, na ontologia naturalista (DESCOLA, 2015) na qual eu mesma me inscrevo, chamamos sociedade e natureza. Isso encontra ecos na própria *localização do campo*, que denomino desde as primeiras páginas de “Corredor de Nacala”, tal qual o fazem os relatórios de agências e os *projetos de desenvolvimento*. No entanto, após esta discussão sobre as possibilidades e interdições de uma narrativa, percebo que o que há é *a terra*. Por meio da língua, o *desenvolvimento* cria um *corredor*, desconectando a terra da relação com o sujeito. O Corredor de Nacala é apreensível e *desenvolvível*; a terra, para meus interlocutores, não, pois respeita outras gramáticas. E quando essas línguas tão diversas se

encontram, um novo campo de possíveis emerge: o conflito revela justamente a impossibilidade de tradução de cada um dos mundos que está em jogo.

Por fim, assumir que esses tempos e narrativas coexistem e se friccionam permite que se acrescentem camadas interpretativas que aceitam que, também o ambiente, é composto por temporalidades e histórias distintas – e os momentos de disputa revelam a contingência de tais composições. Quando os *conflitos acontecem, eles vêm repletos de história*. As disputas, como a aqui narrada, instauram novas possibilidades, mas também revolvem o solo da história, revelando que diferentes histórias coexistem e informam o presente, assim como serão múltiplas (e contraditórias!) as maneiras de narrar o que este acontecimento fez-fazer e fez-dizer no norte moçambicano.

A título de fechamento –

TERRA ANIMADA

No momento em que escrevo estas linhas finais, em outubro de 2020, mais de um milhão e quinhentas mil pessoas já morreram em função da Covid-19. Em meu país, já são mais 150 mil vidas perdidas, vitimadas por uma combinação letal: um vírus altamente contagioso e uma série de políticas de morte. Além disso, a imprensa noticia todo dia que, não só pessoas humanas, também milhões de animais estão morrendo em chamas provocadas pelas queimadas no Pantanal¹⁹⁴, muito perto de onde passei quando da etapa de trabalho de campo realizada no Brasil. Esta parece ser a tônica de 2020. Se inicio desta maneira esta pretensa conclusão, é por compreender que, uma vez publicado, este trabalho é, ao seu modo, um documento de seu tempo. E o tempo que vivemos é marcado pela morte e pela *terra arrasada*, a despeito do aparente consenso (discursivo) internacional pela importância da conservação dos biomas e pelo respeito aos povos.

É complicado não tornar árido um texto produzido nestas condições, inclusive porque este cenário de violências me transporta, com intensidade, ao - como chamariam os moçambicanos e moçambicanas - *terreno*. Na elaboração desta pesquisa, muitas vezes me deparei com situações de desigualdade que tornaram mais sofrido cumprir com o objetivo de descrever e interpretar as fricções entre distintos modos de identificação provocadas pela emergência do *acontecimento ProSAVANA* no norte moçambicano. Encerrar este trabalho é também difícil porque sinto que ainda existem muitos fios a serem desenrolados neste emaranhado de histórias. Ao descrever a *rede*, apresentei alguns desses fios, mas outros tantos restam intactos em meus cadernos de campo e nas horas de gravações: tornar-se-ão, muito provavelmente, novos textos, noutros formatos e com reflexões outras, que de algum modo trazem o conforto de saber que esta trama será cortada para que outras também possam se delinear.

Em 2020, eu planejava voltar à Moçambique, a fim de participar do 14º Mundos de Mulheres¹⁹⁵ e reencontrar, em viagem ao norte, tantos interlocutores e interlocutoras quanto fosse possível. Esta perspectiva de retorno, agora adiada para o próximo ano, me remete a um diálogo que tive em 2017, quando uma pessoa brasileira que vive em Maputo me disse para evitar ir ao norte do país, alegando que eu seria uma vítima fácil de *feitiçaria*.

¹⁹⁴ Ver notícia “Repórteres se deparam com Pantanal de morte e impotência”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/08/reporteres-se-deparam-com-pantanal-de-morte-e-impotencia.shtml>>. Acesso em: 09 out. 2020.

¹⁹⁵ Congresso internacional que ocorre a cada três anos, congregando pesquisadores e ativistas interessados em pensar acerca da temática de gênero. Em 2021, ocorrerá pela primeira vez em Moçambique, em edição na qual faço parte da comissão científica.

Agora, alguns anos depois, devo confessar que o campo tem, mais que seus feitiços, seus *faitiches*.

A esta altura, o leitor e a leitora devem ter se dado conta - e talvez até se incomodado - com o fato de que, ao longo de toda esta monografia, escapei aos conceitos geográficos clássicos, que usualmente figuram em reflexões das ciências humanas: território, lugar, paisagem... Aliás, eventualmente estas categorias foram, sim, acionadas, já que permeiam a literatura que mobilizo (TSING, 2019; MASSEY, 2008), mas de forma pontual. Há uma razão para isso: este trabalho, antes de tudo, fala sobre a *terra* (e tudo aquilo que falar de terra implica no contexto em questão). Múltipla e animada, a terra *acontece*, pois toma parte numa rede emaranhada de afetos, práticas e sentidos. Daí o título dessa conclusão: *terra animada*.

Durante minha estadia nos muitos lugares nos quais estive para confeccionar esta pesquisa acerca do ProSAVANA, sentia que este programa me escapava permanentemente: nada do que eu via e ouvia era (d)o programa, ele sequer *existia* de acordo com certos interlocutores. Todavia, tudo também o era. Foi, como já mencionei neste trabalho, uma camponesa que me alertou para o fato de que, por este nome “ProSAVANA”, muitos encontraram uma maneira de falar sobre questões, desejos e temores que permeiam suas existências. Assim como para aquelas pessoas, também para mim o ProSAVANA se converteu em um *acontecimento*, como discuti na Parte I, ancorada em uma literatura de ordem pragmática: Anna Tsing (2019; 2017; 2005), Bruno Latour (2013; 2012a; 2000a; 2000b) e Isabelle Stengers (2017a; 2007; 2002a), especialmente. E por perceber que o ProSAVANA faz-fazer e faz-dizer coisas, já não me parece viável argumentar que ele não *exista*: o programa, ou aquilo que camponeses e camponesas reputam a ele, produz diferença no(s) mundo(s). Puxar o fio de história da discursivização desta suposta ou pretendida não existência permite observar como distintos atores se associam de forma contingente a fim de sustentá-lo, ainda que visem criar conexões entre si pouco rastreáveis. Seguir estas associações, então, informa justamente do contrário: o *acontecimento* ProSAVANA, compreendido como um grande programa, não só existe como faz com que outras coisas existam junto de si. Noutros termos e excedendo o próprio campo, isto me convence de que o *desenvolvimento é ele próprio um modo de existência*, que, por definição, instaura maneiras específicas de existir, habitar e produzir sentido face a um emaranhado de histórias em disputa.

Nesta mesma Parte I, ao resgatar as diferentes perspectivas que compõem o programa (e sua constituição como *acontecimento*), dei-me conta de que a rede que eu então mapeava possuía *topografias variáveis*, isto é, a forma como distintos atores se colocavam em relação era permeada de *relevos* que muitas vezes representavam acessos ou interdições uns aos outros. Diante de tal inquietude, e considerando que num contexto conflitivo como o que eu descrevia notar esta diferença é importante, lancei mão de contribuições de outros campos disciplinares e formações epistemológicas, as quais seguiram sendo mobilizadas nas Partes subsequentes – é o caso de Gloria Anzadúa (2009), Grada Kilomba (2019) e Frantz Fanon (2011). Quero acreditar que as proposições anticoloniais que tal literatura informa encontra-se justamente com aquilo que observei ao reconstituir os pontos de vista dos interlocutores e interlocutoras com quem estive, sobretudo os camponeses e camponesas. Também em suas falas e em suas críticas reputavam as distâncias entre os sujeitos a certos marcadores de diferença, historicamente instaurados e mantidos, os quais estão inscritos *nos corpos e na terra*: considerar esta intersecção foi central para evitar a tentação de mobilizar equivocadamente categorias clássicas às ciências sociais, como raça, classe e gênero – há que se pensar desde o contexto em que as relações se travam, não (unicamente) desde os livros nos quais estes marcadores são apresentados. E no norte moçambicano os marcadores operam de modo específico, entrecruzando com outros elementos, como a pertença e o passado, como com a *terra* em si. Diante de tais debates travados, esta primeira Parte, ao seu modo, debruça-se sobre o subtítulo da pesquisa: *o desenvolvimento e suas fricções*.

Na segunda Parte desta monografia dediquei-me especialmente a pensar como a terra é *desenhada* no norte moçambicano, de forma que adquiriram relevo as discussões sobre *projetos, ciências e cientistas*. É também nesta parte que se justifica e explora o título deste trabalho, *Moçambique é um Mato Grosso no meio da África*. Essa memória de projetos de outrora, notadamente aqueles que tomaram corpo no cerrado brasileiro, relembra de um elemento que também esteve presente na seção precedente: o *desenvolvimento* instaura novos arranjos, mas não o faz sobre *terra arrasada*. Isto é: há sempre algo que subsiste, continuidades que seguem operando; na Parte anterior tais permanências se expressaram nos marcadores de diferença que justificam a desigualdade, nesta Parte II isto se faz ver nas *formas de produzir*, que se renovam tecnologicamente sem jamais se reinventarem de todo. Há, portanto, uma presença espectral de um *desenvolvimento* já experienciado, ainda que noutro tempo e noutro continente.

Ao notar e descrever as maneiras como distintos modos de identificação (DESCOLA, 2005) operam e se friccionam, a Parte II convoca a compreensão de que o conflito face ao *acontecimento ProSAVANA* envolve choques de mundos compostos desde e por lugares muito específicos. E estas múltiplas ontologias, além de estarem/comporem os mundos, são convocadas a fazer política; produzir um cerrado na savana africana, então, é *apenas um* modo de fazer política. Da associação entre esta perspectiva e as *topografias* variáveis observadas na primeira Parte, deriva uma das conclusões deste trabalho: é a *ciência, no mundo moderno-ocidental, quem primeiro tem a capacidade - e, mais do que isto, a legitimidade - de produzir mundos.*

No entanto, outros mundos teimam em existir, consideração esta central à Parte III. O *acontecimento ProSAVANA* irrompe produzindo diferenças que reorganizam o estado de coisas, permitindo novos arranjos e interditando os de outrora; ele inaugura, portanto, outras formas possíveis de dizer, fazer e pensar. Considerando, então, que um *acontecimento* é também narrado, dediquei esta Parte a observar as diferentes possibilidades de narração – e o fiz por meio da língua. A língua, estou convicta, é o que nos permite acessar modos de existência diversos: ela é potência de criação e de destruição, é o lugar privilegiado da *fricção*. E, neste caso, se encontraram o português e o *emakhuwa*. Além disso, foi *também* pela via da língua que consegui acessar elementos que se tornaram relevantes para a compreensão do que estava em jogo: a terra e o tempo, no contexto em discussão. Esta é mais uma das considerações a serem registradas nestas anotações conclusivas: são muitos os ganhos de se reconsiderar a importância da língua nas ciências humanas, tomando-a como a prática por meio da qual se apreende (provisoriamente) o sujeito e as relações nas quais ele se insere, conjurando o material e o simbólico.

Ao longo destas três Partes, portanto, está presente uma *assemblage* não só de atores diversos, como também de literaturas variadas. Ainda que esta costura epistemológica traga consigo texturas que nem sempre *combinem*, estou convicta de que este trabalho de doutoramento é também um local de experimentações. Certa feita, no início do doutorado, um professor me disse para, após escolher um autor, ir ao campo *levando a teoria embaixo do braço*. Não só não foi o que fiz, como também esta perspectiva me gerou (e ainda gera) certa apreensão. Por uma razão simples: as ciências sociais, como

as compreendo, são um exercício de tradução, comparativo por natureza. Contrastam-se contextos, actantes, autores¹⁹⁶.

Eleger uma teoria e carregá-la conosco é interessante até determinado ponto, acredito. No momento em que a pesquisa se torna um *checklist*, esvai-se qualquer possibilidade de novidade e singularidade; fora o risco óbvio que é tentar *encaixar* um contexto em um quadro teórico pré-fabricado, violentando, assim, o próprio campo. Desta recusa, emerge este trabalho, que compreendo como uma formulação *teórico-etnográfica*, na esteira do que defende Peirano (2014). Dentre outras questões que podem fornecer pistas a investigações futuras, acredito que este trabalho oferte duas contribuições principais ao campo dos estudos no qual me situo. A primeira delas gira em torno a uma ideia-chave a esta relação entre desenvolvimento e ambiente, que na modernidade-ocidental talvez encontre sua melhor comunhão na noção de *plantation*. Não me parece por acaso que duas das principais autoras que informam o caminho teórico por mim traçado – Anna Tsing (2019) e Grada Kilomba (2019) – lancem mão deste termo, a despeito das suas trajetórias, objetos e epistemologias tão diversas¹⁹⁷. A *plantation*, estou convicta, não se trata apenas de uma experiência finda, mas de um modo de *desenhar* e *administrar* paisagens e corpos, simultaneamente. Diante do *acontecimento* cuja rede descrevi neste texto, esta ideia ganha ainda mais força, já que se trata de um empreendimento de ordem agrícola em um local marcado por uma *história* colonial. Acredito que a aproximação das contribuições destas autoras, por meio da noção de *plantation*, é mais uma maneira de tecer pontes entre o material e o simbólico, revelando o *desenraizamento* que esta experiência produziu e seus ecos presentes nas relações que se delineiam diante do que chamamos *desenvolvimento*.

A segunda das contribuições teóricas pretendidas me transporta à primeira página do capítulo introdutório deste trabalho, quando transcrevi de forma um tanto retórica o argumento de um interlocutor, professor universitário em Maputo, que dizia que *ambiente não era uma questão* em Moçambique. Naquele momento do texto contornei esta afirmação sugerindo que “questões ambientais” são variadas e podem ser construídas de distintos modos, por múltiplos atores. Todavia, após o leitor e a leitora me acompanharem ao longo deste percurso investigativo que agora encerro, quero ensaiar outra possibilidade de resposta a esta provocação – ainda que o professor possa, evidentemente, manter sua

¹⁹⁶ Esta, aliás, foi a premissa do último curso de Philippe Descola junto a sua cátedra de Antropologia da Natureza no *Collège de France*, intitulado *Qu'est-ce que comparer?*. Esta foi mais uma das atividades que tive o privilégio de acompanhar no âmbito de meu estágio de pesquisa no exterior, realizado em 2019.

¹⁹⁷ Não é fortuito, ainda, que se forje a denominação Plantatioceno, junto ao Antropoceno e ao Capitaloceno, para a era que vivemos (HARAWAY *et al.*, 2016).

posição. Ao longo do trabalho de campo, de fato, me dei conta de que o “ambiente”, naquele contexto, não existe *per se*. No norte moçambicano, o tempo, a terra e a pessoa estão permanentemente associados, mediando um ao outro em um enlace, como a própria língua *emakhuwa* informa e a literatura etnológica da região refere (ARNFRED, 2001; GEFFRAY, 1990). Há, portanto, uma maneira de existir que é atravessada e interseccionada por estas marcações, o que implica assumir que sequer a existência é universal (ou universalizável). Em última instância, então, *a disputa que se instaura é pela própria existência*. Falar de ambiente, neste caldo de tensões, é falar de pessoas e de suas histórias. E isto me parece ser uma questão para todas as ciências sociais, em qualquer país ou lugar.

Isto posto, observar o *acontecimento ProSAVANA* sugere que não só marcadores sociais são instaurados em associações contingentes, mas a própria categoria de ambiente é múltipla e adquire outros relevos quando entram em jogo perspectivas como as observadas no norte de Moçambique. Assim, este trabalho convoca *a reforçar as discussões ontológicas quando do estudo de “questões ambientais”*, sobretudo em contextos de disputa. Lembro que, ao renovar a discussão sobre “conflitos ambientais”, Lorena Fleury (2013) argumenta que, ao instaurar um campo de contenda entre diferentes perspectivas, a disputa de Belo Monte é também pelo controle do tempo. A experiência africana aqui descrita também tem no emaranhamento de temporalidades uma grande questão, a qual, penso, permite matizar a compreensão da categoria, pois, no contexto em discussão, a ancestralidade e a linhagem mostram-se constitutivas dos sujeitos. Isto é, o tempo não é *um aspecto* do conflito, mas *ente constitutivo* das relações. Assim, controlar o tempo é controlar também a terra e a pessoa. É ser senhor do da existência. Esta apreensão, creio, pode produzir novas camadas interpretativas para aqueles que se interessam pelos conflitos ambientais em seus diferentes contextos, pois sugere a possibilidade de análises que atentem para intersecções entre marcadores até então pouco explorados, pois compreendidos unicamente como “elementos de natureza”.

Ainda sobre o tempo, devo dizer que tenho, talvez por resquícios de minha primeira profissão, o hábito de escrever muito rápido. Esta pesquisa foi diferente. Ela foi escrita lentamente, repensando o uso de cada termo, a divisão dos parágrafos. Apaguei muitas coisas, reescrevi tantas outras. Encarei a escrita como um espaço de hesitação, o que também experimentei quando do trabalho de campo. Esta abertura para o “e se?” e a consequente necessidade de desacelerar – rompendo inclusive com o tempo institucional

de minha universidade – vem a reboque da literatura sobre cosmopolítica (STENGERS, 2007), que esteve presente ao longo de da constituição de todo esta investigação.

Por fim, não vejo como terminar este trabalho de outra maneira que não remetendo a uma experiência vivida em campo, quando dialoguei com um grupo de camponesas e camponeses em uma localidade próxima ao distrito de Ribaué, não muito longe de Nampula-cidade. Na ocasião, um senhor se levantou, anunciou seu nome e com voz forte reclamou em nome de todos: não aguentava mais as pessoas indo lá com seus equipamentos de gravação. Eles conversavam e, não só a situação não se resolvia, como eles nunca se ouviam na rádio. Este momento arrebatou meu coração de jornalista e socióloga, ou seja, de contadora de histórias. Nesta mesma comunidade, ao fim do diálogo, todos pediram que fizéssemos fotos. Bem, ainda que meu lugar, no momento, não me permita colocar suas vozes nas ondas de rádio moçambicanas, guardo a gravação com cuidado, assim como as cópias das fotos que fizemos naquela tarde. Sei que não é como planejavam, mas desejo que, neste trabalho, cada um de vocês tenha podido se ver e ouvir, ainda que desde a tradução por mim feita.

*Arivava!*¹⁹⁸

¹⁹⁸ Estamos juntos!

Figura 59 – O sujeito, a terra o tempo: camponeses e camponesas



Fonte: registro feito em campo.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. London: University of California Press, 1986.
- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da 'proteção' ao 'protecionismo'. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 350-369.
- ALMEIDA, Elga L. de. Between the solidarity discourse and the pragmatic action of the brazilian cooperation in Mozambique: cases of implementation of projects of an antiretroviral drugs factory, and ProSavana. *Caderno CRH*, v. 29, n. 76, p. 53–68, abr. 2016.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione.; NAVARRO, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997, v. 1. p. 33-55.
- ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê Difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 297-309, 2009.
- _____. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, setembro-dezembro, 2005.
- _____. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, janeiro-agosto, 2000.
- _____. *Borderlands/La frontera: The new Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books., 1987.
- ARANDA, Yara Paulina Cerpa. A batalha pela Patagônia Chilena: o processo de formulação e operação das críticas ao projeto hidrelétrico "*HidroAysén*" e a construção de um conflito ambiental. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2014.
- ARNFRED, Signe. Espíritos ancestrais, terras e alimentos: posse da terra e poder em função de gênero em Ribáuè, Província de Nampula. In: WATERHOUSE, Rachel; VIJFHUIZEN, Carin. *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: gênero, terra e recursos*

naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique. Maputo: Núcleo de Estudos da Terra, 2001. p.181-210.

ASSUNÇÃO, Helena. *Falar e guardar segredo: As capulanas de Nampula (Moçambique)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2018.

AVELHAN, Livia L.. A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*, v. 2, n. 3, 31 dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/11871>>.

BARBOSA, Thiago P... *Brazil's South-South Cooperation and Development: the case of a rural development programme in Mozambique*. Dissertação (Master of Arts International Relations). Freie Universität Berlin. Berlim, 2015. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/01/Thiago-Pinto-Barbosa-MA-thesis-Anonymisierte-Version.pdf>>. Acesso em 16 out. 2020.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BATISTELLA, Mateus; BOLFE, Edson L.. *Paralelos: Corredor de Nacala*. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. Significação da publicidade. In: LIMA, Luis Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 273-282.

BROWN Kenneth; BROWN, Corina; AMADI, Mumadi; SAIDE, Casimo; ATUMANE, Ancha. *Vocabulário Emakhuwa- Enahara/Português/Inglês*. Nampula: SIL Moçambique [Sociedade Internacional de Linguística], 2013.

BROWN Kenneth; BROWN, Corina. *Algumas notas gramaticais sobre Emakhuwa-Enahara*. Nampula: SIL Moçambique [Sociedade Internacional de Linguística], 2011.

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CABRAL, Lídia. [palestra] *Development and regional influences: BRICS investments in Africa, Asia and Latin America*. Brasília, 2018. Palestra ministrada na 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS) em 13 de novembro de 2018.

CABRAL, Lídia *et al.* Brazil's agricultural politics in Africa: More food international and the disputed meanings of "family farming". *World Development*, v. 81, p. 47-60, 2016.

CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, John (Ed.). *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, p. 196-229, 1986.

CAMANA, Ângela. Os discursos da produção de "vazios" no âmbito de um programa de desenvolvimento: o ProSAVANA. In: ALMEIDA, Jalcione. *Pesquisa em desenvolvimento, ambiente e conflitos*. Curitiba: Appris, 2020. p. 87-100.

_____; BLANCO, Gabriela Dias. Em meio ao conflito, o desejo: desafios teóricos e políticos da ambiguidade. In: ALMEIDA, Jalcione. *Pesquisa em desenvolvimento, ambiente e conflitos*. Curitiba: Appris, 2020. p. 241-256.

_____. [palestra] *Coopération Sud-Sud : des tensions, conflits et alliances dans le cadre du projet de développement local agricole ProSAVANA*. Palestra a convite em 3 de abril de 2019. Université Lumière Lyon 2. Lyon.

_____; ALMEIDA, Jalcione. Da insustentabilidade do desenvolvimento: Os discursos da produção de "vazios" no âmbito de um programa de cooperação internacional. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 2, p. 391-408, maio-ago. 2019. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/32057>>. Acesso em 4 out. 2020.

_____; ALMEIDA, Jalcione. Desenvolvimento e mononatureza: o caso do ProSAVANA em Moçambique. In: MARQUES, Marta Inez; BERNINI, Carina; CAVALIERI, Lúcia; PEREZ, Pietra; CASTRO, Eduardo; CORNETTA, Andrei; SOBRINHO, José de Sousa (Orgs). *Perspectivas de Natureza: Geografia, formas de natureza e política*. São Paulo: Annablume, 2018a. p. 191-208.

_____; ALMEIDA, Jalcione. Entre agronegócio e agroecologia: questões acerca da "transferência de tecnologia" em um grande programa de desenvolvimento. *NORUS - Novos Rumos Sociológicos*, v. 6, n. 10, p. 46-72, 2018b. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/15790>>. Acesso em 4 out. 2020.

_____. [apresentação] *Enxadas, terras e mapas na composição do ProSAVANA/Moçambique*. Apresentação a convite no Workshop Desafios analíticos contemporâneos: pós-desenvolvimento e modernidade em 17 de outubro de 2018. Porto Alegre.

_____; MORALES, João. "Nós não fomos considerados pessoas": o desenvolvimento e suas ações no âmbito de um projeto de cooperação internacional. In: 18th IUAES World Congress (Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences), 2018, Florianópolis. *Conference proceedings/ Anais 18th IUAES World Congress*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. v. 1. p. 576-589.

_____. *Narrando “vazios”, produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique*. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2017.

CANTO, Luis Otávio do. *Conflito socioambiental e (re)organização territorial: Mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti - Pará-Amazônia-Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012

CARVALHO, Natan F. de. *A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão aos faiscadores e pescadores artesanais da região de Rio Doce/MG*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2019.

CASIMIRO, Isabel. *Paz na Terra, Guerra em Casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique*. Recife: Editora da UFPE, 2014.

CASTRILLON FERNANDÉZ, Antonio João. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. *Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no corredor de Nacala em Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

CESARINO, Letícia M. C.. Doing resarch on unstable ground: the ebb and flow of Brazilian South-South cooperation, from Lula to Bolsonaro. In: MAWDSLEY, Emma; FOURIE, Elsje; NAUTA, Wiebe. *Researching South-South Development Cooperation: The Politics of Knowledge*. Londres e Nova York: Routledge, 2019. p. 109-122.

_____. O “camponês” enquanto contexto: transferência de tecnologia em um projeto de cooperação sul-sul. In: SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Técnica e Transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA publicações, 2017.

_____. Estudos pós-coloniais da ciência e tecnologia: desafios e possibilidades. In: REACT Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, V, 2015, Porto Alegre. *Anais da ReACT*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. Disponível em: <<http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1389/760>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

_____. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, jan./jun. 2014. p. 19-50.

_____. *South-South Cooperation across the Atlantic: emerging interfaces in international development and technology transfer in agriculture*. (PhD thesis) Berkley (Ca.): University of California, 2013.

_____. Cooperação sul-sul: que potencial analítico para a antropologia? In: Reunião Brasileira de Antropologia, 28, 2012, São Paulo. *28a Reunião Brasileira de Antropologia*. São Paulo: ABA, 2012. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIIS/CD_Virtual_28_RBA/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt19/Leticia%20Maria%20Costa%20da%20Nobrega%20Cesarino.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CHIZENGA, Anselmo Panse. *Os mundos que o “desenvolvimento” (des)integra: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S.A. em Moatize, Moçambique*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020a.

_____. Megaprojetos de mineração: Conceito, contexto e efeitos socioambientais em Moatize, Moçambique. In: ALMEIDA, Jalcione. *Pesquisa em desenvolvimento, ambiente e conflitos*. Curitiba: Appris, 2020b. p. 39-66.

_____; CAMANA, Ângela. Mulher, lugar e inter-relacionalidade na disputa por desenvolvimento em torno do megaprojeto da companhia Vale em Moatize, Moçambique. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Transformações, Conexões, Deslocamentos*, 2017, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017.

_____. *Mineração e conflito ambiental: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/155999>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Maputo: Ndjira, 2017 [2008].

COELHO, Carlos Nayro. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano 10, p. 3-58, jul./set. 2001.

COELHO, Vanessa Pfeifer. *Pelos corredores da exportação: a agricultura familiar do Brasil para a África*. Tese (Doutorado em Sociologia Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COUTO, Hildo Honório. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Mia. Línguas que não sabemos que sabíamos. In: COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? Ensaíos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 11-24.

ÇALISKAN, Koray; CALLON, Michel. Economization, part 2: a research programme for the study of markets. *Economy And Society*, Londres, v. 1, n. 39, p.1-32, abr. 2010.

DA SILVA, Luís Inácio [transcrição]. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural*. Palácio Itamaraty, 10 de maio de 2010. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do gabinete, 2010a.

_____. [transcrição]. *Discurso durante encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Zâmbia*. Lusaka, Zâmbia, 8 de julho de 2010. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do gabinete, 2010b.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.) *Anthropology in the margins of the State*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (orgs.). *A world of many worlds*. Durham and London: Duke University Press, 2018.

DE PAULA, Maria Helena; QUIRAQUE, Zacarias A.S.. A necessidade de uma política linguística inclusiva para o multilinguismo em Moçambique. *Dominios de Linguagem*, v. 10, n. 4, p. 1220-1237, 28 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/34575>>. Acesso em 4 out. 2020.

DE VRIES, Pieter. Comunidad y desarrollo en los Andes peruanos: una crítica etnográfica al Programa de Modernidad/Colonialidad. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 248-281, maio/ago. 2013.

_____. Don't Compromise your desire for development! A lacanian/deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 25-43, 2007.

DELGADO, Guilherme C.. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DESCOLA, Philippe. *La composition des mondes*. Entretiens avec Pierre Charbonnier. Paris: Flammarion, 2017.

_____. *L'écologie des autres: l'anthropologie et la question de la nature*. Paris: Éditions Quae, 2016a,

_____. *Outras naturezas, outras culturas*. São Paulo: Editora 34, 2016b.

_____. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2015.

_____. Más allá de la naturaleza y de la cultura. In: MARTÍNEZ, Leonardo M. (Ed.). *Cultura y natundureza*. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011. p. 75-98.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DOS ANJOS, José Carlos. A variação ontológica de raça na modernidade: Brasil e Cabo Verde. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n. 1, p. 20-25, 2013. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.03>. Acesso em: 19 out. 2020.

ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y Diseño: La Realización de lo Comunal*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

_____. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham London: Duke University Press, 2008.

_____. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2007. Disponível em: <<http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/No.10.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. p. 17-31.

ESTADÃO CONTEÚDO. 'Mercado se conquista na cotovelada e na botina', diz Maggi. *Globo Rural* [online], São Paulo, [n.p] , 11 jul. 2017. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2017/07/mercado-se-conquista-na-cotovelada-e-na-botina-diz-maggi.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FANON, Frantz. *Peau Noire, Masques Blancs*. In: FANON, Frantz. *Œuvres*. Paris: La Découverte, 2011. p. 45-257.

FERGUSON, James. *The Anti-politics Machine: “Development”, Depoliticization and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

_____; RABOSSI, Fernando, KANT DE LIMA, Ricardo. Entrevista com James Ferguson (Jim) realizada por Fernando Rabossi e Roberto Kant de Lima em Niterói, Rio de Janeiro. *Antropolítica (UFF)*, v. 30, p. 173-195, 2011. Disponível em:

<<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/58>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FERRANDO, Tomaso. Dr Brasília and Mr. Nacala: the apparent duality behind the Brazilian state-capital nexus. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 2, p. 343–359, jun. 2015.

FERRANTE, Elena. *Frantumaglia: os caminhos de uma escritora*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2017.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

FLEURY, Lorena C.. *Conflito ambiental e cosmopolítica na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. *Cerrado para ser o quê? representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/14898>>. Acesso em 13 abr. 2017.

FONSECA, Madalena P.. Os corredores de desenvolvimento em Moçambique. *African studies :revista internacional de estudos africanos*, n. 6,p. 201–230, 2003. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20983>>. Acesso em: 31 out. 2017.

FRANÇA, Angela. Problemas na variante tensa da fala carioca. *DELTA*, São Paulo, v. 20, n. spe, p. 33-58, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jul. 2020.

FRANÇA, Vera; LOPES, Suzana C... Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. *Matrizes*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, set./dez. 2017.

FREITAS, Guilherme. Eduardo Viveiros de Castro: 'O que se vê no Brasil hoje é uma ofensiva feroz contra os índios'. *O Globo*. Rio de Janeiro [não paginado], 22 ago. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/eduardo-viveiros-de-castro-que-se-ve-no-brasil-hoje-uma-ofensiva-feroz-contra-os-indios-17261624>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann. *Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social (IDeIAS)*, n.51, Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, IESE, Maputo, 2013a. Disponível em:

<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_51.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

_____. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingeremann. *Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social (IDeIAS)*, n.52, Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, IESE, Maputo, 2013b. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_52.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

_____. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingeremann. *Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social (IDeIAS)*, n.53, Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, IESE, Maputo, 2013c. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_53.pdf>. Acesso em 6 nov. 2017.

_____. Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Fingeremann. *Observador Rural (OMR)*. N.12, dez., 2013d. (Working Paper).

GEFFRAY, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. *Ni père, ni mère*. Critique de la parenté: le cas makhuwa. Paris: Seuil, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Unicamp, 1996.

HAMAGUCHI, Nobuaki. Spatial Diffusion of the PRODECER Effects: A Macro-Spatial Approach. In: JICA. *Economic and Social impacts of agricultural development of the cerrado: conference volume*. Tokyo: JICA, 2017. p.72-104.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Cthulucene*. Duke University Press: Durham e Londres, 2016.

_____; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna L.; BUBANDT, Nils. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v.81, n.3, p. 535-564, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>>. Acesso em 9 out. 2020.

_____. Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene: staying with the trouble. In: *Anthropocene: arts of living on a damaged planet (Conferência na Universidade da Califórnia)*, 2014. Registro eletrônico, Santa Cruz, 2014. Disponível em: <<https://vimeo.com/97663518>>. Acesso em 1 out. 2020.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. n. 5, p. 7-42, 1995.

HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Margno Campos da; HONGO, Yutaka. *Desenvolvimento da Agricultura sustentável: o cerrado brasileiro*. [sem local]: JICA Research Institute, 2016. P. vi-vii. [separata em português do livro *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016].

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Censo geral da população e habitação. Moçambique, 2017. Disponível em: < <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique> >. Acesso em 16 out. 2020.

INOCENCIO, Maria E.; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009, p. 1-16. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio_ME.pdf>. Acesso em 11 nov. 2016.

JAMES, William. *Le pragmatisme: um nouveau nom pour d'anciennes manières de penser*. Paris: Éditions Flammarion, 2007.

JULIASSE, Arlindo C. N.. *Memórias, cultura escrita e sentidos da educação de adultos em Moçambique*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2017.

KECK, Frédéric. Introduction. In: _____. *Les sentinelles des pandémies: Chasseurs de virus et observateurs d'oiseaux aux frontières de la Chine*. Paris: Zones sensibles, 2020. P. 13-17.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUNRATH SILVA, Patricia. *Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil: redes transnacionais de governança econômica*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2017.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente [1957-1958]*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

_____. *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des Modernes*. Paris: Éditions La Découverte, 2012a.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012b.

_____. Quel cosmos? Quelles cosmopolitiques? Commentaire sur les conditions de la Paix selon Ulrich Beck. In: LOLIVE, Jacques; SOUBEYRAN, Olivier. *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris: La Découverte, 2007. P. 69-84. Disponível em <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/92-BECK-LOLIVE-FR.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2016.

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). *Cadernos de campo (São Paulo 1991)*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 339-352, 2006. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/90-DIALOGUE-POR.pdf>>. Acesso em 23 set. 2020.

_____. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp, 2000a.

_____. Factures/fractures: de la notion de réseau à celle d'attachement. In: MICOUD, André; PERONI, Michel. *Ce qui nous relie*. Paris: Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, 2000b. p. 189-208. Disponível em <<http://bruno-latour.fr/sites/default/files/76-FAKTURA-FR.pdf>>. Acesso em 5 out. 2020.

_____. For David Bloor... and Beyond: A Reply to David Bloor's 'Anti-Latour'. *Studies in History and Philosophy of Science*, New York, v.30, n.1, p.113-129. 1999. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-75-BLOOR-FOR-BLOORpdf.pdf>>. Acesso em 19 out. 2017.

_____; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1997.

_____. Os objetos têm história? Encontros de Pasteur e Whitehead num banho de ácido láctico. *Manguinhos II(1)*: História, ciência e saúde, mar./jun., p. 7-26, 1995.

LECLERC-OLIVE, Michèle. Sphère publique religieuse ? Enquête sur quelques voisinages conceptuels. In: HOLDER, Gilles. *L'islam, nouvel espace public en Afrique*. Paris: Karthala, 2009. p. 37-61.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100003>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LOMBARDO, Adriana M.. *A Embrapa e a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento na África Subsaariana : o caso do Projeto ProSavana*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18883>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. *Colombia Internacional*, n.78, p.181-210, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=812/81228083007>>. Acesso em 24 set. 2020.

MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 17-35, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 fev. 2020.

MAIA, Carlos A.. Os impasses conceituais de Latour: o humano, o social e a simetria. In: PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício M.; DUARTE, Tiago R.. *Investigações contemporâneas em Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia*. Jundiaí: Paco Editoria, 2015. p. 87-118.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 603-637

MANDAMULE, Uacitissa. Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique. *Observador Rural (OMR)*. n.32, set., 2015. (Working Paper).

MARCONATTO MARQUES, Pâmela. “*NOU LED, NOU LA!*” “*ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!*” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2017.

MARQUES, Marta Inez; BERNINI, Carina; CAVALIERI, Lúcia; PEREZ, Pietra; CASTRO, Eduardo; CORNETTA, Andrei; SOBRINHO, José de Sousa (Orgs). *Perspectivas de Natureza: Geografia, formas de natureza e política*. São Paulo: Annablume, 2018.

MARTÍNEZ, Francisco L.. *O povo macua e sua cultura*. Maputo: Paulinas, 2008.

MARTINS, Ana Luísa J.; ASSUNÇÃO, Helena S.; OLIVEIRA, Raul L.. O muro e a linha: notas etnográficas em torno de uma controvérsia sociotécnica no norte de Moçambique. *Revista Três pontos*, v.12, n.1, p. 35-46, 2015.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil, 2008.

_____. Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações. In: *GEOgra-phia*. Rio de Janeiro, Ano 06, no 12, p. 7-23, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151/14>>. Acesso em 7 nov. 2017.

MATOS, Elmer A. C... *Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/144102>>. Acesso em: 31 out. 2017.

MATTOS, Regiane Augusto de. Entre suaílis e macuas, mujojos e muzungos: o norte de Moçambique como complexo de interconexões. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 44, n. 3, p. 457-469, dez. 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/29334>>. Acesso em: 30 out. 2020.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2001.

McLUHAN, Marshall. *O meio são as mensagens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MELLO, Patrícia C.. Moçambique oferece terra à soja brasileira. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 ago. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MENESES, Maria Paula. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. *e-cadernos CES [Online]*, n. 7, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/403>>. Acesso em 2 out. 2020.

_____. Poderes, direitos e cidadania: O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 87, 2009, p. 9-42.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. *Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique*. Esboço Versão 0. Mar. 2015. Maputo: MASA, 2015. Disponível em: <http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/09/1.Master_Plan_Draft_Zero_Main_Revisao1.pdf>. Acesso em 31 maio 2017.

_____. [Constituição (2004)]. *Constituição da República*. Maputo, 2004.

_____. Lei no 19/97, de 1 de outubro de 1997. Lei de Terras. Maputo: 1997.

MORAWSKA-VIANNA, Catarina. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, jan./jun. 2014. p. 87-115.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. ProSAVANA: Discursos, Práticas e Realidades. *Observador Rural (OMR)*. n.31, ago., 2015. (Working Paper).

MOSSE, David. *Cultivating Development: The Anthropology of Police and Practice*. London: Pluto Press, 2005.

MUITXS OUTRXS*. Corredor de Nacala: comboio, carvão e gente no norte de Moçambique (Estação Biblioteca Mindlin). In: *REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA* - IEB - USP, 6., 2017, São Paulo. Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. São Paulo: REACT, 2017. v. 3.

NO! TO LANDGRAB!, JAPAN. *Estratégia da Comunicação do ProSAVANA e Seu Impacto*: análise dos documentos da JICA divulgados e escapados. Japão: 2016. Disponível em:

[https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Análise_No.2_\(Estratégia_de_Comunicação\)_Aug_2016.pdf](https://www.farmlandgrab.org/uploads/attachment/ProSAVANA_Análise_No.2_(Estratégia_de_Comunicação)_Aug_2016.pdf). Acesso em: 28 set. 2019.

NTUNDO, Matias. *Fábulas de Cabo Delgado*: xilogravuras. Maputo: Kapicua, 2009.

OYEWÚMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. *CODESRIA Gender Series*. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

PAREDES PEÑAFIEL, Adriana Paola. *Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na região andina de Cajamarca, Peru*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PAULINELLI, Alysson. Prefácio. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Margno Campos da; HONGO, Yutaka. *Desenvolvimento da Agricultura sustentável: o cerrado brasileiro*. [sem local]: JICA Research Institute, 2016. P. vi-vii. [separata em português do livro *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016].

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

_____. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (Org). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PERIN, Vanessa P.. *Compondo paralelos, corredores e lutas: uma etnografia das articulações tecnopolíticas em um programa de desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2020.

_____. Da construção da nação à globalização da luta: apontamentos sobre as transformações da categoria “camponês” no contexto moçambicano. In: 18th IUAES World Congress (Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences), 2018, Florianópolis. *Conference proceedings/ Anais 18th IUAES World Congress*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. v. 1. p. 6174-6208.

PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

PINTO, Raquel Giffoni. *Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Globalização da Natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PROSAVANA [site institucional]. *Poster em português*. Biblioteca. Materiais de Comunicação, Cartazes do ProSavana, 2015. Disponível em:

<<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/Final-PosterPT1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. [documento vazado]. *Estratégia de comunicação*. 2013. Disponível em: <https://www.ajf.gr.jp/lang_ja/ProSAVANA/docs/104.pdf>. Acesso em 29 set. 2020.

_____. [site institucional]. *Memorandum de entendimento sobre a cooperação triangular para o desenvolvimento da agricultura das savanas tropicais em Moçambique*. Ata da reunião realizada no dia 17 de setembro de 2009. (Documento interno). Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/04/17-set-2009-P1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

QUERÉ, Louis. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 176-183, 2011. Entrevista concedida a Leandro Rodrigues Lage e Tiago Barcelos Pereira Salgado. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1213>. Acesso em 23 set. 2020.

RIST, Gilbert. *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

RITA-FERREIRA, Antonio. Grupos étnicos e história pré-colonial de Moçambique. In: MARTINS, Maria do Rosário. *Moçambique: aspectos da cultura material*. Coimbra: Centro de Estudos Africanos – Instituto de Antropologia, 1986. P.15-32.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Cornelia. Etnografia com imagens: práticas de restituição. *Tessituras*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 11-43, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/4851>>. Acesso em 22 set. 2020.

ROSSI, Amanda. *Moçambique, o Brasil é aqui: Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAGUATE, Artinésio W.. *O Português Makhuwa: representação escrita e proposta de exercícios didáticos no ensino bilíngue*. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <10.11606/T.8.2017.tde-10112017-120739>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SALAZAR, Claudia P. Z. *Disputas por el agua para generación de energia en el municipio de Granada (Antioquia), Colombia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2017.

SALAZAR PESSOA, Vera Lúcia; INOCENCIO, Maria E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, jun., p. 1-22, 2014.

SANTARELLI, Mariana. *Do cerrado brasileiro à savana moçambicana: controvérsias da cooperação brasileira na promoção de uma nova Revolução Verde na África*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2016/06/D2016-Mariana-Santarelli.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

SASAKI, Elisa M.. Umbigo Ambíguo: Relato de uma pesquisadora insider na / da comunidade Nikkei. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 22, 2000, Brasília. 22a Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2000. CD-ROM.

SATRÚSTEGUI, Koldo U.. *Desarrollo, Postcrecimiento y Buen Vivir: Debates e interrogantes*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014.

SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e Investimentos do Brasil na África: o caso do Prosavana em Moçambique. *FASE*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Caderno_Prosavana_FASE.pdf>. Acesso em 6 out. 2016.

SCHWACZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, n. 32, p. 2-19, 1979.

SERRA, Carlos Manuel. Transmissibilidade dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique. In: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013. p. 51-74.

_____; CARRILHO, João. *Dinâmicas da ocupação e do uso da terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013.

SIL Moçambique (ed.). *Vocabulário de Makhuwa Emeetto*. Nampula: SIL Moçambique [Sociedade Internacional de Linguística], 2010.

SILVA, Elaine B.da. *A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma cerrado*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3277/5/Tese%20-%20Elaine%20Barbosa%20da%20Silva%20-%202013.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2017.

SILVA, Santa Julia da. Sobre formas de resistências: os usos da língua umbundu no Reino do Bailundo. In: XIII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul, 2019, Porto Alegre. *Anais eletrônicos XIII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul*. Porto Alegre: 2019. Não paginado.

SPIVAK, Gayatri C.. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STENGERS, Isabelle. The challenge of ontological politics. In: DE LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario. *A world of many worlds*. Durham and London: Duke University Press, 2018. P. 83-111.

_____. *Civiliser la modernité ? Whitehead et les ruminations du sens commun*. Dijon: Les presses du réel, 2017a.

_____. Reativar o animismo. Caderno de leituras, n. 62, p. 1-15, 2017b. Disponível em: <<http://chaodafeira.com/cadernos/reativar-o-animismo/>>. Acesso em 8 set. 2020.

_____. No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac Naify, 2015

_____. La proposition cosmopolitique.: In: LOLIVE, Jacques; SOUBEYRAN, Olivier. *L'émergence des cosmopolitiques*. Paris: La Découverte, 2007.

_____. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002a.

_____. *Sciences et pouvoirs: la démocratie face à la technoscience*. Paris: Éditions La Découverte, 2002b.

_____. *Cosmopolitiques I*. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

STRATHERN, Marilyn. Cortando a rede. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: UbuEditora, 2017. p. 259-285.

_____. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

_____. *Partial connections*. Savage: Rowman and Littlefield, 1991.

TANAKA, Akihiko. Prefácio. In: HOSONO, Akio; ROCHA, Carlos Margno Campos da; HONGO, Yutaka. *Desenvolvimento da Agricultura sustentável: o cerrado brasileiro*. [sem local]: JICA Research Institute, 2016. P. iv-v. [separata em português do livro *Development for Sustainable Agriculture: The Brazilian Cerrado*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016].

TANNER, Christopher. Valorizar a terra em Moçambique: um processo inclusivo ou divisivo? In: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013. p. 129-150.

TATIM, João Marcos. *As relações Brasil-Moçambique: a cooperação técnica como propulsora do desenvolvimento moçambicano (2003-2012)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TAVOLARO, Sergio B. F.. A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000300633&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2020.

_____. Freyre, DaMatta e o lugar da natureza na "singularidade brasileira". *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 217-257, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 out. 2020.

THOMAZ, Omar R.. Prefácio. In: CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. P. 15-17.

TOLA, Florencia. *Yo no estoy solo en mi cuerpo: cuerpos-personas múltiples entre los tobas del chaco argentino*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

TSING, Anna, L. *Viver nas ruínas : paisagens e multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil folhas. 2019.

_____. *Le champignon de la fin du monde: sur la possibilite de vivre dans les ruines du capitalisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2017.

_____. *Friction: An Ethnography of Global Connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

UNAC; GRAIN [relatório]. *Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala*. Barcelona: UNAC; GRAIN, fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>>. Acesso em 1 out. 2020.

VANUXEM, Sarah. *La propriété de la terre*. Marseille: Éditions Wildproject, 2018.

VISENTINI, Paulo F.. *A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

_____. *A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio: O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WEBER, Tomas. Metaphysics of the Common World: Whitehead, Latour, and the Modes of Existence. *Journal of Speculative Philosophy*. Pensilvânia, v. 30, n.4, 2016. P. 515-533.

ZANINI, Fábio. *Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na Era Lula*. São Paulo: Contexto, 2017.

ZONABEND, Françoise. A restituição de dados de pesquisas etnográficas. *Tessituras*, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 214-216, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/4894>>. Acesso em 22 set. 2020.

ZOOMERS, Annelies. Lidar com a corrida global à terra: uma análise crítica das políticas rurais sobre a terra, desde os anos 50. In: SERRA, Carlos Manuel; CARRILHO, João. *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*. Maputo: Escola Editora, 2013. P. 13-50.

APÊNDICE A – GLOSSÁRIO

Agente de Advocacia – pessoas que passaram por capacitações oferecidas por entidades da sociedade civil a fim de facilitarem as relações entre estas instituições e sua comunidade. Não se trata de uma formação específica, nem uma atividade/cargo formal.

Agricultura [instituição] – forma como é popularmente chamado o Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE).

Boleia – carona.

Capulana – tradicional tecido estampado moçambicano.

Chapa – veículos, em geral antigas vans chinesas, que se constituem como o principal sistema de transporte coletivo, seja no interior das cidades ou em trajetos intermunicipais.

Maçaroca – milho plantado.

Machamba – terreno onde se pratica a agricultura (usualmente em pequena escala).

Mucunha – Deriva do termo *nkunya*, que, de forma geral, se refere à pessoa branca. No entanto, uma discussão sobre a palavra pode ser acessada no primeiro capítulo da Parte III.

Sacha [da machamba] – Trabalho manual no qual plantas indesejadas são removidas, a fim de manter a homogeneidade da plantação.

Txopela – veículo privado de transporte coletivo, funciona como um táxi nas grandes cidades moçambicanas. Trata-se de um triciclo motorizado, com capacidade para três pessoas, mais o motorista. Equivale ao que se chama em países asiáticos de *tuk tuk*.